



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO

**MATA-MATA:
reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**

**CAMPINAS
2017**

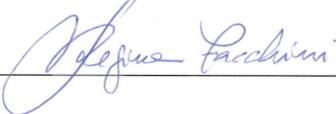
ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO

**MATA-MATA: RECIPROCIDADES CONSTITUTIVAS ENTRE CLASSE, GÊNERO,
SEXUALIDADE E TERRITÓRIO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Regina Facchini

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ROBERTO
CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO, E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. REGINA FACCHINI



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Ef77m Efrem Filho, Roberto, 1983-
Mata-mata : reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território / Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Regina Facchini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Classes sociais. 2. Movimentos sociais. 3. Sexualidade. 4. Violência. 5. Crime - Brasil. I. Facchini, Regina, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Mata-mata : constitutive reciprocities among class, gender, sexuality and territory

Palavras-chave em inglês:

Social classes

Social movements

Sexuality

Violence

Crime - Brazil

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Regina Facchini [Orientador]

Adriana Gracia Piscitelli

Maria Filomena Gregori

Sérgio Luis Carrara

Adriana de Resende Barreto Vianna

Data de defesa: 17-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 17 de março de 2017, considerou o candidato Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho aprovado.

Profa. Dra. Regina Facchini (Orientadora)

Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

Prof. Dr. Sérgio Carrara

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Para Irandhir,
linha de cujo linho eu sou.

**Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos
Meu sangue latino, minha alma cativa**

[De “Sangue Latino”, canção de João Ricardo e Paulinho Mendonça,
na versão com Ney Matogrosso para o álbum “Secos e Molhados”, de 1973].

AGRADECIMENTOS

Daqui de onde escrevo, ouço os clarins. As linhas do texto se movimentam, talvez mesmo dancem, à ansiedade do seu próprio fim e dos lampejos do carnaval que toda esquina do Recife promete. Em alguns dias, os metais da orquestra do Eu Acho é Pouco alardearão “Três da Tarde” e eu, precisamente localizado ao lado direito da corda, pouco atrás do imenso dragão chinês vermelho e amarelo, olharei para Mariana e me sentirei agradecido. Agora, no entanto, enquanto o dragão afia seus dentes, os estandartes começam a ser erguidos e a calunga do Homem da Meia Noite se agiganta no Bonsucesso, eu ensaio os agradecimentos às pessoas que atravessaram estes últimos cinco anos e fizeram possíveis os nossos carnavais e esta tese de doutorado.

De pronto, agradeço a Regina Facchini por haver me recebido entre os seus. Quando me tornei seu orientando em 2012, eu guardava inquietações incontáveis e pouquíssima experiência em pesquisa. Regina aceitou este recifense que viajava semanalmente entre as aulas na UFPB e as aulas na Unicamp, apontou-me os primeiros passos, acolheu minhas angústias e atendeu, do seu apartamento na República, a ligações exasperadas em fins de tardes de sábado de novembro. Regina nunca me faltou. Sem ela, sua generosidade e sua disposição para o outro, não haveria esta tese. Foi Regina quem me ensinou o “trabalho de campo” e sua relevância para a produção do conhecimento, quem me aproximou de parte significativa da literatura que perpassa estas páginas e, inclusive, das pessoas a que, aqui, eu agradeço. Obrigado, “Senhora Minha Orientadora”, muito obrigado.

Ao lado de Regina, agradeço a Isadora Lins França, a moça que eu conheci à porta da sala do Instituto Papai onde, anos antes, eu havia sido estagiário, e que desceu comigo a ladeira da Prefeitura de Olinda, com os pés distantes do chão, seguindo corajosamente aquele dragão. Isadora funcionou como uma “coorientadora” desta pesquisa, discutiu comigo seus resultados parciais, preocupou-se detidamente com meus dilemas teóricos, tensionou minhas certezas “estruturalistas”, tornou-se minha amiga e, talvez o mais importante de tudo, apresentou-me Natália Lago, a quem, entre shows de Otto e Elza Soares, canções de Karina Buhr à beira de canaviais e discussões sobre crime e gênero, eu também agradeço profundamente. Natália, aquela leveza das folhas da árvore que ela traz, pétala, às costas.

Na Unicamp, Regina e Isadora estenderam a mim um ambiente intelectual inigualável através, especialmente, do seu grupo de orientandos e colaboradores. A introdução e os capítulos desta tese passaram por diversas reuniões do grupo e pelas avaliações de seus integrantes. Nesses momentos e debates, aprendi enormemente. Agradeço, então, a Bruno

Puccinelli, Bruno Cesar Barbosa, Marcelo Perilo, Thiago Falcão, Rubens Mascarenhas Neto, Vinícius Zanoli, Andrea Lacombe, Íris do Carmo, Sara Rossetti Machado, Matheus Oliveira dos Santos, Bruno Ribeiro, Alexandre Olviedo, Maria Paula Oliveira, Jadir Marques, Ana Paula Araujo, Justin E. Grove, Eros Guimarães, Fernando Ramírez, Michele Escoura, Stephanie Lima e Natalia Negretti. Agradeço, ainda, a Bruna Mantese de Souza pela interlocução, pela abertura e por haver sido minha fiel companheira de orientação nos estudos sobre violência e gênero. Seu trabalho, de certo, alimentou o meu.

A oportunidade de compor o grupo de estudantes ligados ao Pagu, núcleo de estudos de gênero, rendeu-me igualmente um campo de aprendizado, amadurecimento e diálogos importantíssimos para os rumos desta tese. Partilhar as questões e as críticas advindas do Pagu, em seus eventos ou em nossas conversas de corredor, garantiu-me olhares para os problemas que o trabalho de campo suscitava e que, sem o Pagu, eu provavelmente sequer consideraria. Assim, a partir do núcleo, agradeço também a Mariza Corrêa (em memória), Iara Beleli, Karla Bessa, Luciana Camargo Bueno, Domila Pazzini, Luiza Terassi Hortelan, Jonatan Sacramento, Maisa Fidalgo, Julian Simões, Cilmará Veiga, Lauren Zeytounlian, Catarina Casimiro Trindade, Nathanael Araujo, Vanessa Sander, Carolina Parreiras, José Miguel Nieto Olívar e, com um carinho todo seu, a Carolina Branco Castro Ferreira e Natália Corazza Padovani. Ainda no Pagu, agradeço sobretudo a Guita Grin Debert, Bibia Gregori e Adriana Piscitelli. Da Guita, fui aluno de sala de aula assim que cheguei à Unicamp. Sua paciência, sua sagacidade e sua generosidade sempre me impressionaram; a ela, eu devo o pouco que sei acerca da antropologia e um carinho admirado.

Bibia e Adriana são referências fundamentais para as reflexões desta tese, compõem a sua banca de avaliação e, durante estes cinco anos de doutorado, debateram partes deste trabalho e colaboraram – por vezes cortantemente, sempre vividamente – com o desenvolvimento da pesquisa. Adriana esteve em minha banca de seleção para ingresso no Programa, participou, ao lado de Sérgio Carrara, da minha banca de qualificação, preencheu-me de novas inquietações e me ofereceu o título deste texto. “Mata-mata” é uma expressão êmica, dita a mim pela querida *Marcela*, uma das minhas interlocutoras de campo, mas é também a expressão indicada por Adriana para figurar na capa desta tese. Bibia debateu um trabalho meu durante a disciplina “seminário de tese”, em 2013, discutiu posteriormente um *paper* apresentado por mim durante o workshop “Sofrimentos e modos de governo”, organizado por Larissa Nadai e Everton de Oliveira, em 2015, comentou mais um artigo meu quando da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2016. Com isso, acompanhou e incentivou a escrita deste texto e, principalmente, minhas preocupações sobre violência e crime.

De fato, tenho o privilégio – e o desafio – de contar com uma banca que é, a um só tempo, “avaliadora” e referencial teórico deste trabalho. Além de a Adriana Piscitelli e Maria Filomena Gregori, agradeço imensamente a Sérgio Carrara, Júlio Assis Simões, Adriana Vianna, Gabriel de Santis Feltran e Nashieli Rangel Loera. Afora Regina e Isadora, Sérgio e Júlio talvez tenham sido os mais próximos debatedores deste texto e de minhas tentativas. Sérgio esteve comigo, como disse, em minha banca de qualificação – e sua arguição ensejou uma reviravolta para este texto – e debateu diretamente artigos meus por ocasião do 37º Encontro da Anpocs, em 2013, e da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2016. Júlio, por sua vez, avaliou parte do que trago nesta tese durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2014, e o 40º Encontro da Anpocs, em 2016, mas foi uma resposta sua a um questionamento a respeito do conceito de “classe” e da relação entre “sujeito” e “estrutura”, durante uma mesa redonda de que ele participava, que me conduziu mais atentamente aos livros de E. P. Thompson e à relevância analítica da “experiência”. Aos dois, eu agradeço pela dedicação, pela atenção e pelo cuidado.

Adriana Vianna debateu um trabalhinho meu, muito inicial, quando de sua ida à Unicamp em razão da banca de qualificação de tese de Bruna, em março de 2013. Eu estava em Recife, assistindo à sua arguição através da tela do computador, e me surpreendi indelevelmente com a sua habilidade no manejo das palavras, com a lâmina contraditoriamente acolhedora de suas críticas e considerações. Depois disso, passei a ser seu leitor e expectador. Suas análises foram essenciais para minhas próprias questões sobre a “reivindicação da violência”. Agradeço a Adriana por toda a inspiração e, de certo, pelo “Movimento dos Barcos”, de Jards Macalé. Gabriel Feltran também debateu um trabalhinho meu, também inicial, em junho de 2013, num evento organizado por Regina e destinado aos estudantes da linha de gênero deste Programa. Àquela época, eu já havia me deparado com “Fronteiras de tensão”, um livro que me conduziria ao segundo capítulo desta tese, e apresentei, nervoso e ansioso, o tal trabalho. A avaliação de Gabriel, afetuosa e sagaz, como ele é, ajudou-me no trato dos problemas metodológicos da pesquisa e seria basilar nos meus modos de olhar os conflitos que rondam a *Ocupação Horizonte*. Agradeço a Gabriel pelo apoio, pelo convite ao debate na UFSCAR, em março de 2016, por ser alguém tão querido por Valdênia e por – ao lado de Irandhir e Débora – haver tecido aquela tarde de janeiro na Praia dos Carneiros.

A Nashieli Rangel Loera, agradeço por ter aceitado o convite para compor a suplência da banca de defesa desta tese. Ao projetar a banca, Regina e Isadora julgaram que um texto como este carecia de miradas externas aos estudos de gênero e de sexualidade e mesmo aos estudos sobre crime e violência. Foi assim que elas chegaram ao nome de Nashieli, para minha

alegria. Espero sinceramente que este trabalho sirva de oportunidade para novas interlocuções, para que eu continue a aprender com Nashieli o que já venho aprendendo com seus textos.

Com uma vida inteira tramada em estradas e aeroportos entre Recife, João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, minha passagem pela Unicamp não conseguiu ser “calma”. Foi sempre, porém, uma passagem “doce”, como quis Caio F., que tanto me ofereceu a possibilidade de voltar a ser estudante, já depois de alguns anos em sala de aula como professor, na UFPE ou na UFPB, quanto me garantiu a convivência com pessoas que, se dependesse de minha vontade, seguiriam os dias comigo ao lado direito da corda da orquestra, atrás do dragão vermelho e amarelo. Claro, os nomes até aqui mencionados preenchem essas “pessoas”. Mas, felizmente, há mais, um frevo completo rasgando a manhã. Assim que cheguei ao Programa, conheci Elaine Bezerra, Rafael Toitio, Larissa Nadai e Guilherme Passamani. Nós cinco ingressávamos na linha de estudos de gênero do Programa de Doutorado. A elas e eles, eu agradeço pelos primeiros meses, pelas discussões, por haverem me ajudado a suportar o frio de Barão Geraldo e a ansiedade de quem inicia.

Elaine é uma forte. Em verdade, nós já nos conhecíamos, embora não muito proximamente, da Paraíba. Nosso reencontro na Unicamp, contudo, fez dela minha amiga e alguém a quem eu devo uma admiração infinda. Rafael veio para Recife num carnaval, como este que se avizinha, encontrou Alexandre, ficou. Nossas tardes de café na cozinha, menos frequentes do que gostaríamos, agora se intensificarão. Larissa me estendeu o “sofrimento”, como objeto de análise, e o carinho e todo aquele seu sorriso. Reconheço, ela me arrebatou com sua elegância em mover as mãos e as palavras ao argumentar. Guilherme insistia em me chamar de “colega” quando já se fazia, há tempo, cúmplice e amigo. Temos tanto em comum, mas tanto, que às vezes nos pegamos rindo de nossas próprias similitudes. Ele foi um dos primeiros leitores das primeiras versões deste texto. Seus apontamentos ainda me acompanham. Guilherme sempre me acompanhará.

Ao contrário das noites de domingo de carnaval, o esforço da escrita é composto pela solidão. Eu tive, entretanto, a sorte de contar no percurso da pesquisa, em eventos acadêmicos ou na própria Unicamp, com diálogos e incentivos fundamentais para o curso desta tese. Por essas conversas e indicações, eu agradeço a Ana Paula Silva, Thadeus Blanchette, Anna Paula Vencato, Laura Moutinho, Camilo Braz, Carlos Eduardo Henning, Glauco Ferreira, Milton Ribeiro, Ramon Reis, Claudia Carneiro da Cunha, Barbara Gomes Pires, Everton Rangel, Marcelo Natividade, Naara Luna, Andrea Moraes, Alessandra Rinaldi, Everton Oliveira, Horacio Federico Sívori, Silvana Nascimento, Karina Biondi, Thiago Oliveira, Lucas Freire, Mario Carvalho, Lucas Tramontano, Pedro Lopes, Raphael Bispo, Vanessa Leite, Thiago

Coacci, Shirley Acioly, Gustavo Gomes da Costa e Bernardo Fonseca Machado. Ainda aqui, agradeço especialmente às interlocuções e aos acalantos proporcionados pelos contatos, mais breves do que eu mesmo gostaria, com Deborah Fromm, Evandro Cruz Silva, Jorge Leite Júnior, Maria Elvira Díaz Benítez, Rafael Godoi, Juliana Farias, Paula Lacerda, Laura Lowenkron, Sílvia Aguião, Heloisa Buarque de Almeida e Roberto Marques, esta festa com jeito de cearense.

A solidão da escrita foi ainda amenizada pelo apoio daqueles com quem venho dividindo espaços de análises e lutas no interior do campo jurídico, como os do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, o IPDMS, e os da assessoria jurídica popular. Assim, agradeço a Cláudio Carvalho, Eder Fernandes, Diogo Justino, Carla Benitez Martins, Assis Oliveira, Alexandre Costa, Carla Appollinario, Mariana Trotta, André Antonietto, Andreia Marreiro Barbosa, Andressa Caldas, Diana Melo, Mariana Medeiros, Daniel Valença, Ornela Fortes, Felipe Estrela, Lawrence Estivalet, Henrique Frota, Tchenna Maso, Gilson Santiago, Daisy Ribeiro, Daniela Calmon, Lucas Prates, Cláudio Silva Filho, Gladstone Leonel Júnior, João Paulo Medeiros, Marcos Queiroz, Valéria Pinheiro, Rodrigo Faria Iacovini, Giane Ambrósio Alvares, Noaldo Meireles, Olímpio Rocha, Pedro Brandão, Laura Morais e Clara Flores – ao lado de seus pais, Lila e Orlando, os melhores anfitriões que a Bahia poderia oferecer. Agradeço também, com esta vontade repleta de abraços e “colombinas azuis a sorrir”, às amigas e aos amigos Carolina Vestena, Diego Diehl, Fabiana Severi, Thiago Arruda, Cecília Paiva, Ricardo Prestes Pazello e Luiz Otávio Ribas. A Carol, agradeço pelos comentários a “Bala”, artigo que publiquei na Revista Direito & Práxis e passou docemente por seu crivo. A Luiz, agradeço especialmente pelos comentários à introdução e ao segundo capítulo da tese. A Luiz e a Ricardo, agradeço também por haverem trazido, a estas linhas, a terna oportunidade de eu agradecer a Vivian Veríssimo e Ednubia Ghisi.

As preocupações que alimentavam o projeto de pesquisa com que fui aprovado na seleção de ingresso no doutorado resultaram, não tenho dúvidas, de minhas experiências junto à assessoria jurídica popular. É por elas, e menos pelas salas de aula ou pelos textos, que eu – “o professor” – fui sempre tão bem recebido entre os militantes e movimentos sociais interlocutores deste texto. Por isso e por tudo o que venho aprendendo com advogados e assessores jurídicos populares, agradeço à Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos e, nela e entre os que são e foram seus, agradeço principalmente a Sara Regina Gorsdorf, Darci Frigo, Leandro Gorsdorf, Fernando Prioste, Paula Cozero, Sérgio Sauer, Maria Rita, Pedro Sérgio Vieira Martins, Thiago Hoshino, Larissa Brockovich e Antônio Sergio Escrivão Filho, o Tuco. Agradeço, “serpentina na luz reluzir”, imensamente, a Luciana

Furquim Pivato, a responsável primeira por eu haver me tornado, prenehe de inseguranças e desafios, “advogado de sem-terra”.

Uma tese como esta, escrita nos interstícios afetivos de tantas fronteiras, carece de agradecimentos viajantes, transeuntes e mambembes, daqueles só alcançáveis pela destreza, diria o Frevo nº 2 do Recife, dos “passistas traçando tesouras nas ruas repletas de lá”. Assim, começo por São Paulo. Na desvairada, agradeço aos encontros de Thiago Pinheiro, Gabriela Junqueira Calazans, Ricardo Queiroz, Felipe Ultramar Moreira e Heitor Girardi Marconato. Na Paraíba, agradeço de antemão a estudantes, colegas e amigos do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, sempre compreensivos com minhas ausências ou inconstâncias em razão das atividades na Unicamp ou da “tese”, esta presença inexorável. Entre os professores e ex-professores, agradeço mais proximamente a Renata Ribeiro Rolim, Tatyana Guimarães Oliveira, Adriana Vieira, Giscard Farias Agra, Newton de Oliveira Lima, Ulisses Job, Roberta Candeia Gonçalves, Sven Peterke, Eduardo Fernandes de Araújo, Ronaldo Alencar dos Santos, Alana Ramos de Araújo, Hugo Belarmino de Moraes, Waldemar de Albuquerque Aranha Neto, Valfredo de Andrade Aguiar Filho, Ana Paula Albuquerque, Ana Clara Montenegro Fonseca, Duina Porto, Guthemberg Cardoso, Alecsandra Danielle Hilário, Ludmila Correia, Maria Luiza Alencar Feitosa, Michelle Agnoleti e Nelson Gomes Júnior. Junto a Nelson, agradeço a Renata Garcia, Carol e Fefê, estas felicidades cuja promessa de encontro fazem de João Pessoa uma cidade de afeto. A Michele, agradeço pela aproximação e pelo carinho, que agora se multiplicará.

Na UFPB, agradeço também a Allana Dilene, quem converte a vida burocrática universitária em sorrisos e histórias em quadrinhos, e aos estudantes, meus orientandos e/ou militantes do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, o NEP, que forjam flamboyants e tardes de sábado de Olinda mesmo nos agostos mais áridos da universidade. Agradeço, portanto, a Luísa Câmara Rocha, Breno Marques de Mello, Douglas Pinheiro Bezerra, Júlio Ivo Celestino Ferreira, Thiago Fernandes Lúcio, Emylli Tavares, Claudiana Dionísio, Ailton Medeiros Júnior, Luana Dorziat, Éssica Lima, Eloisa Slongo, Talles Lopes, Iara Ágata, Lara Séphora, Iasmim Alves, Antônio Henrique Couras, Renato Hiroshi, Ana Karenina, Jaíne Araújo, Ariana Bárbara Cavalcante, Iuri Assunção, Tancredo Fernandes (em memória), Ítalo Fernandes Carroli, Fernanda Ferreira Leite, Alex Jordan Soares Mamede, Maria Medeiros, Najara Sousa Medeiros, Rayanne Odila Ribeiro, Paulo Alves, Aretha Souza, Rafael Mendonça, Isabela Menezes, Olívia Almeida, João Victor Pereira, Amilson Albuquerque, Carol Lopes, Aldo Víctor, Mirella França, Matheus Rabelo, Anna Carla, Roberta Fernandes, Júlio Llarena,

Ailson Batista, Maria Luísa Sousa Vidal, Júlia Duarte, João Andrade e a esses dois fevereiro, “palhaços dançando no ar”, Murilo Franco e Liziane Correia.

No Recife, “saudades que eu tenho são maracatus retardados que voltam pra casa cansados com seus estandartes no ar”, agradeço inicialmente ao “início”, àqueles que formam e/ou formaram o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Direito nas Ruas, da UFPE, e que permanecem sendo referências essenciais para as reflexões travadas nesta tese. Agradeço então a Bianca Davi, Rayanne Moraes, Bernardo Pinto, Saulo Araújo Silva, Esdras Sampaio, Ana Karolina Fontes, Camila Carvalho, Paulo Job Filho, Fábio Oliveira, Alexandre Lins Filho, João Ezaquiel, Elisa Maria Lucena Albuquerque, Marcel Estevão, Mariana Vidal, Luísa Duque, Rafaela de Alcântara, Israel Barbosa, Fernanda Lima, Lara Falcão, Marília Leal, Júlio Gonzaga, Rafael Felipe Machado, Elissa Deimling, Davi Malveira, Juliana Serretti, Natália Maria, Raiana Martins, Kauã Ribeiro, Júlia Lopes de Souza, Filipe Spenser, Maria Cecília Cintra, Gabriela Pires, Thiago Cavalcanti, Plínio Costa, Karine Silva, Vítor Souza, Miguel Mendes, Gabriella Andrade, Vanessa Chalegre, Cláudia Mousinho, Natália Regina, Luís Gustavo Silva, Rodolfo Lopes, Glérger Sabiá, Carlos Vieira e Mariana Guedes. Agradeço, como não poderia deixar de ser, aos dos primeiros anos e primeiros passos, que acabariam por se tornar amigos infindos e por acompanhar ultimamente as aventuras desta escrita, Carolina Pedrosa, Bruna Falcão, Luaní Melo, Iara Galvão, Natáli Lacerda e João Gustavo Pereira. Enfim, ainda no Recife do Najup, agradeço a Felipe Bona, Jackeline Florêncio, André Barreto e Manuela Abath, quem, na Terra de Direitos ou no Setor de Direitos Humanos do MST, nas reuniões e nas mesas da Mamede Simões, são amigos, companheiros e inspirações, faróis da Cidade Alta acesos sobre a noite da costa, pessoas de quem posso me orgulhar. A Manu, agradeço por haver desbravado Brasília, pela leitura de trechos da tese, pela coragem do último ano.

Bem próximos ao Najup estão professores e estudantes da Faculdade de Direito do Recife com quem dialoguei incontáveis vezes sobre este trabalho e nossas ansiedades e esperanças. Aqui, agradeço novamente a Manuela Abath, mas também a Liana Cirne Lins, Marília Montenegro, Alexandre da Maia, Gustavo Ferreira Santos e Luciano Oliveira. Luciano, ele sabe, é responsável pela minha aproximação às ciências sociais e por parte das preocupações que me levaram a tratar, neste texto, do problema da “criminalização”. Agradeço a Luciano, em especial, por sua leitura atenta a textos meus que anteciparam ou rascunharam os argumentos que agora trago na tese. Seus comentários seguem comigo, professor. Minha tentativa de imitar o seu “estilo ensaísta” também. Junto aos estudantes e ex-estudantes da Faculdade, que debateram comigo as questões que aqui discuto ou compartilharam mesas e seminários no auditório Tobias Barreto, agradeço a Tomás Agra, Jéssica Barbosa, Ítalo Lopes,

Robeyoncé Lima, Maria Helena Villachan, Artur Maia, Rafael Costa, Josenira Nascimento, Paulo Borges, Brisa Lima, Danilo Miranda, Felipe de Aguiar, Mariana Bayma, Raylan Francescoli, Dafne Dornelas, Caio Nepomuceno, Sophia Luna, Vitor Rocha, Murilo Correia, Pedro Didier, Juliana Ramos, Gabriela Borba e, com um arrebatamento único, aos queridos Diego Lemos e Cristhovão Gonçalves.

Das ruas da Boa Vista e do centro do Recife, onde se localiza a Faculdade de Direito, passo a agradecer às sombras úmidas da Rua Mardônio Nascimento, onde habita delicadamente o Instituto Papai. Ali e entre os que estão ou já estiveram entre os seus, eu agradeço, pelos meus primeiros contatos com os estudos de gênero e pela certeza num projeto que é nosso, a Mariana Azevedo, Sirley Vieira, Regina Ramos, Thiago Rocha, Ana Carla Lemos, Hemerson Moura, Suzana Libardi, Ana Roberta Oliveira, Nara Vieira, Luciana Souza Leão, Alexandre Franca, Karina Oliveira, Ricardo Castro, Diogo Stanley, Edna Granja, Maristela Melo, Ana Luíza Fungheti e Daniel Lima. Agradeço a Benedito Medrado e Jorge Lyra, meus compadres, por todas as tardes da Várzea, pelos cuidados com o longo processo de produção desta tese, pelos carinhos frequentes, por serem “importantes”, como me disse Regina certa vez, por serem admiráveis.

O Recife da evocação de Manuel Bandeira, da Rua da Aurora e da Rua da Saudade, o nosso Recife da Rua das Ninfas e dos clarins que ouço, é também o Recife das centenas de milhares de pessoas à Conde da Boa Vista, em protesto e luta contra o golpe de Estado que atravessa o país, o Recife onde sou um “homem de partido” ou uma “bicha de partido”, um militante do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um militante da Consulta Popular. Por isso, por esse Recife que compromete cada uma das palavras de uma tese de doutorado a um projeto de sociedade que é incomensuravelmente maior do que o sujeito que as escreve, eu agradeço, no MST, a Jaime Amorim, Rubineuza Leandro de Souza, Ísis Campos, Joba Alves, Messilene Gorete, Ana Emília Borba, Edgar Mota, Arlon, Cristiane Albuquerque (Titi) e Clebson; na Consulta Popular, agradeço a Halina Cavalcanti Gouveia, Taísa Rodrigues (Chuchu), Priscila Tamar, Marcela de Ataíde, Davi Lucas Fantuzzi, Marcela Vieira, Santiago Matos, Marcel Estevão, Samara Queiroz, Alexandre Henrique Pires, Rafael Toitio, Marcones Oliveira, Silvana Crisostomo, Clarissa Nunes, Amauri Lins, Felipe Reis Melo, André Amilcar, Jhose, Gleisa Campigotto, Tércio Andrade, Simone Zani Beatricci, Giroto, Rosa Amorim, Elisa Maria Lucena Albuquerque, Elen Taline, Talles Reis, William Ribeiro, Camila Tenório, Mário Carneiro, Pedro Lapa, Daianny de Paula, Victor Figueiredo, Andreia Campigotto, Luiz Filho, Tank da Várzea, Vinícius Soares, Lorena Albuquerque, Marília Lima, Emerson Fernandes, Lara Erendira Almeida de Andrade, Jessy Dayane, Camila

Carvalho, Ana Carolina Pieretti, Francisco Marcelo de Alencar Maia, Felipe Bona, Jackeline Florêncio, André Barreto, Tita Carneiro, Eduardo Mara, Aristóteles Cardona Júnior, Rodolfo Cabral, Thiago Henrique dos Santos Silva (Gaúcho), Rafael Diniz (Castanha), Laila Costa, Iyalê Tahyrine, Diva Braga, Monyse Ravena, Tomás Agra, Vinícius Sobreira, Livia Mélo e Paulo Mansan.

A Monyse, Vinícius, Elen e Iyalê, eu agradeço pelo Jornal Brasil de Fato, esta flor drummondiana a romper o asfalto da manguetown, e por haverem feito de mim um “cronista de jornal”. A Nyse, primavera, agradeço pelas nossas noites de terça-feira e por se deixar pertencer à literatura, à Rua da União e à nossa cumplicidade; a Vinícius, agradeço pelo bilhete em papel amarelo de Dona Lenilda que eu ainda guardo na carteira; a Iyalê, pelas muitas vezes em que ainda conheceremos “teus olhos se movendo, sem se abrir”; a Elen, pela bailarina, firme, suave e bravia que ela é ao cobrar os meus prazos quinzenalmente. A Eduardo, Diva, Paulo e Livia, eu agradeço radicalmente pelo exemplo e pela força. A Tomás, Rosa e Elisa, por toda aquela energia irrepresável, incessante. A Chuchu, pelo o que temos a enfrentar e colorir, companheira querida. A Ari, Rodolfo, Gaúcho e Castanha, agradeço por já estarmos nas mesmas fileiras há tanto tempo e por haver tanto mais a, juntos, estar – mas, adianto, vocês quatro e Eduardo lerão estas páginas e me julgarão excessivamente “heterodoxo”, ou mesmo “pós-moderno”, julgamento de que, de certo, eu discordarei com graça.

O Recife da Mamede Simões e das noites cubanas do Clube Bela Vista, o Recife do Alto do Céu e do frevo do Bairro de São José de Vovó Nilza, é também o Recife das amigas pacientes com as distâncias e ausências implicadas na escrita de uma tese. O Recife das casas, das mesas de bar e dos braços que nos acolhem e socorrem sem vacilar. Como este Recife foi fundamental nos últimos anos... Sem ele, sem singrar a Dalva de Oliveira, estou convencido, eu não teria conseguido cruzar estas linhas e todas as fronteiras através das quais eu pude me dedicar à escrita. Agradeço, já repleto dos encontros que os próximos dias ensejarão, a Rapha Spencer, Diogo Campos, Janine Guerra, Marília Pinheiro, Maria Luísa Guarines, Suely Oliveira, Renata Moura, Flávio Campos, Michelle Fernandez, Marcos Asas, Mariana Monteiro, Bia Machado, Ariane da Mota, Mariana Melo, Vanessa Acioly, Iara Campos, Íris Campos, Ursulla Machado, Cybelle Moraes, Hugo Torres, Petra Pasti, Juliana Lins, Nara Pinilla, Méle Dornelas, Bruno França, Andréa Veruska, Heber Costa, Juliana Coutinho, Odomiro Fonseca, André Carneiro Leão, Guilherme Jordão, Antônio Gueiros, Rodrigo Capitão, Luciana Veras, Lena Melo, Messias Melo, Pedro Monteiro, Bruna Pedrosa, Ernesto de Carvalho e às queridezas do Levante Popular da Juventude, Louise Xavier, Amanda Salvino, Mariane Tavares, Myllena Santos, Jonas, Isa Gabriela e Elaini França.

Aqui resta, portanto, o Recife que nos permitiu soerguer a estrutura afetiva destas frases, os amigos que se tornaram uma bússola no cotidiano, na multidão vermelha e amarela que persegue todos os nossos dragões, sorrindo-se e se deixando, atentos a quem vamos nos tornando em sua companhia. Agradeço tanto, mas tanto, a Renata Albuquerque, Marta Duarte, Juliana Lima, Gabriela Falcão, Talita Paes, Zé Cahuê, Cecília Souto Maior, Dimas Veras, Rebeca Guedes, Guga, Arilson Lopes e Conrado Falbo, que sequer sou capaz de me compreender na cidade ou na vida sem vocês. A Martinha, eu agradeço especialmente por haver, junto com Natália, transcrito as entrevistas que nutrem esta tese. Vocês duas, como eu, tocaram aquelas dores. Agradeço também àqueles que chegaram mais recentemente, pelas mãos de Mariana, e ocuparam, com bandeiras em riste, os leves territórios dos melhores sentimentos. Chico Sá Barreto, Bella Medeiros, Laura Patrício, Felipe Lucena e Victor Rodrigues, nossos almoços e jantares, nossos “dias brancos feito domingos” são desvelos, promessas de futuro e eras de solidariedade e hortelã. Enfim, agradeço a Suzana Côrtes, Mônica Costa, Mara Oliveira, Rodrigo de Figueiredo Tavares, Michele Nunes Siqueira, Liana Queiroz, Paulinha Gonçalves, Chico Montenegro, Charles Pinon, Luaní Melo, Homero Ribeiro, Felipe Bona e Maria Lúcia Barbosa, os mais doces legados que os dias de Faculdade de Direito raiaram ou enredaram. A Guigo e Michele, agradeço pelos dias de junho mais felizes de nossas vidas; a Mônica e Suca, por cá nos encontrarmos, fiéis a janeiros e setembros, desde 2002 e avante; a Pipo e Lucinha, por me acolherem e acudirem e serem esse porto confiante de todos nós.

Agradeço, nossas tardes em Casa Caiada, a Mayara Andrade, pelos cuidados e cumplicidades dos últimos anos, por ser a responsável pela minha saúde (mesmo que eu seja tão irresponsável com ela), pela paciência paquidérmica com este aluno indisciplinado e “sem jeito”. Esta tese não existiria sem os seus investimentos, Maymay. Tampouco eu haveria aguentado. Junto a Mayara, agradeço a Eliane Amorim, Domitila Andrade, Lara Erendira Andrade, Mateus Gusmão Brindeiro, Carmen Silva e Flávio de Andrade, referências afetivas e políticas basilares para as relações que procuramos construir.

Agradeço aos laços familiares que oportunizaram estas páginas. A Fátima e Roberto Efrem, meus pais, agradeço por haverem me ensinado o amor que movimenta esta tese. A Rafael Efrem, meu irmão, agradeço por haver se tornado, como eu, um “professor”, por compartilhar comigo irmanamente as dificuldades dos dias e as bonitezas das camisas vermelhas e amarelas dos sábados de Zé Pereira e das terças-feiras gordas e, admito, por ser “o melhor irmão do mundo”. A Beatriz Monteiro, que cá está desde as tardes do colégio, agradeço por haver se tornado uma de nós. A Elena Luz e Marcos Pinto, meus sogros, agradeço por terem me recebido e acarinhado, por estenderem a mim as noites na calçada de casa, em Limoeiro, e

o amor que devotam a Iran. A Ronaldo Monte e Glória Vanderlei de Almeida, eu agradeço por converterem família em festa, pelos nossos natais e pelas incontáveis vezes em que me abrigaram em sua casa, seja quando cheguei a João Pessoa para trabalhar na UFPB, seja quando eu viajava semanalmente entre Campinas e a Paraíba e dormia ou no Bairro dos Estados ou em Cabedelo, sempre a seus cuidados e zelos. Claro, a Rona e Goga, eu também agradeço por Ana Lia.

A Ana Lia Almeida, “menina do anel de lua e estrela”, eu agradeço pela leitura das primeiras versões deste texto, por haver me buscado à porta do aeroporto em incontáveis tardes de domingo, por ter preenchido, no NEP e nas atividades na UFPB, os vazios que os esforços da tese nos impuseram, por ser minha melhor amiga, por eu, em muitos momentos, não conseguir discernir o que em minhas análises e posições políticas resultou dela ou de mim. Agradeço por Flávio Boaventura, por Cristall Ventura e por Anita – e aos três, também agradeço – pela família paraibana – mas recifense! – de que sou parte, como o “seu Tio Beto”, sem que Anita precise entender muito bem o que faz de mim, além do afeto e do instinto, alguém “seu”.

A Natália Paulino e Mariana Azevedo, minhas comadres, eu agradeço por serem o nosso Recife, a família que nós, com Iran e Miguel, escolhemos enlaçar. A ambas, agradeço pelo menino da gente, pelo nosso “pirraia”, pelo jeito dele de dizer “mamãe”, “Tia Mai”, “Tio Beto” e “não, dormir não”. A Natália, agradeço pela transcrição de parte das entrevistas que constituem esta pesquisa, agradeço por haver nascido no mesmo dia de minha mãe, pelas nossas tardes de cinema e, sim, pelo nosso “non, je ne regrette rien”, Piaf. Ah! E pelo pingüim de borracha que, aqui ao lado do computador, testemunhou toda palavra. A Mariana, eu agradeço – Aretha Franklin cantando “Unforgettable” – pelas discussões sobre a introdução e o primeiro capítulo da tese, pela disposição de conversar sobre quaisquer das minhas ansiedades teóricas, por ser minha melhor amiga, o meu carnaval, por contarmos quase doze anos desde o nosso encontro na salinha de entrada do Instituto Papai e até horizontes ao lado direito da corda do Eu Acho é Pouco, por eu não compreender a vida ou este texto sem ela, Natália, Miguel e Iran.

Enfim, agradeço a Irandhir Santos, a quem dedico esta tese, pela linha e pelo linho, por haver deixado nossa casa para morar comigo, em Barão Geraldo, num quarto de república assombrado por um cão fantasma e invadido por ensaios de trombone; por haver me ensinado que somos a casa um do outro; por acreditar em nós como acredita em seu ofício, por trazer a mim suas caravanas de personagens e me permitir trazer, a ele, passagens desta tese, de seus argumentos e de suas histórias fascinantes e dolorosas, como são os dias e as noites de quem se propõe à luta, ao poema ou, por assim dizer, à vida, já que pouca diferença há, no fim. Agradeço a Irandhir por me crer “escritor” quando eu mal acumulava duas pequenas crônicas e dois

capítulos; por ser o homem que eu amo, o meu carnaval, “nós dois”; por nossas camisas amarelas em flor e nossas bermudas de cambraia vermelha já estarem a nossa espera, ao desejo dos clarins que – daqui de onde escrevo, desta madrugada atravessada no quarto ao lado do nosso, onde ele dorme – eu escuto nas frestas de seu sono.

Resumo

Os *grupos de extermínio* atuantes na região de fronteira entre Pernambuco e Paraíba assassinam, dentre suas vítimas, adolescentes e jovens em conflito com a lei, supostos “marginais”, trabalhadores rurais, sem-terras e *homossexuais*. Este “dado”, constante no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio do Nordeste, concluída no ano de 2005 na Câmara de Deputados, ensejou a pergunta que inaugurou o trabalho de pesquisa desta tese: como “grupos sociais” tão diversos como trabalhadores sem terra e LGBT figuram como vítimas das mesmas armas? O acesso inicial a narrativas documentais e, sobretudo, de militantes de movimentos sociais camponeses e do Movimento LGBT, acerca das violências que atravessam as suas vidas e os conflitos em que se acham implicados, possibilitou a textura do objeto desta tese: relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais reciprocamente constituídas e oportunizadas por narrativas sobre violência e pelas condições de possibilidade de produção dessas narrativas. Com isso, procura-se compreender as formas como essas narrativas sobre violência acionam as e são acionadas pelas reciprocidades constitutivas entre tais relações sociais. A tese se vale do acompanhamento de atividades de movimentos sociais, autos de inquéritos policiais e processos judiciais e, principalmente, de entrevistas junto a militantes dos mencionados movimentos. Percorrendo o caminho metodológico segundo o qual narrativas sobre violência conduzem a mais narrativas sobre violência, a tese passa pelas denúncias de uma militante de Direitos Humanos cujo filho *gay* foi assassinado num bairro periférico do Recife; transporta-se para cenas de um conflito agrário numa fazenda do semiárido paraibano; transita para as narrativas de duas *travestis*, ou *mulheres transexuais*, a respeito de suas trajetórias de migração e trabalho na prostituição; vai ao pequeno quarto de uma *moradora* de uma ocupação de sem-tetos; visita as páginas dos autos de um processo judicial em que uma *travesti sem teto* é vítima de assassinato; defronta-se inesperadamente com as dinâmicas do mercado de drogas ilícitas em João Pessoa; aproxima-se das narrativas de integrantes do comitê que buscou solucionar um caso de desaparecimento, estupro e homicídio da filha adolescente de uma sindicalista rural; e contabiliza as trinta facadas desferidas contra o corpo de uma *travesti*, num ponto de prostituição em Campina Grande. Para tanto, investiga-se as narrativas sobre violências e aquelas relações sociais, assim como o lugar narrativo do crime e da criminalização junto a essas relações. Procura-se também entender como relações de gênero e de sexualidade operam na tessitura de narrativas sobre violência e, ao revés, como a reivindicação narrativa da violência atua no perfazimento de relações de gênero e de sexualidade e nas disputas em torno da legitimação das vítimas.

Palavras-chave: classes sociais; movimentos sociais; sexualidade; violência; crime.

Abstract

The extermination groups acting along the border between the States of Pernambuco and Paraíba murder teenagers and young people in conflict with the law, alleged criminals, rural workers, landless rural workers and homosexuals, amongst their victims. This 'datum', present on the final report of the Parliamentary Commission of Inquiry about the extermination groups in Northeast of Brazil, which was concluded in 2005 at the House of Representatives, brought to this thesis an opening question: how can 'social groups' so distinct from each other like landless rural workers and LGBT people become victims by the same weapons? The initial access to documental narratives and, most of all, to the narratives of activists from the peasant social movements and LGBT Movement about the violences that traverse their lives and the conflicts they find themselves in made the contexture of the object of this thesis possible: class, gender, sexuality and territorial relations reciprocally built and made propitious by narratives about violence and by the conditions of possibilities for the production of these narratives. So, it is intended to comprehend how these narratives about violence activate and are activated by the constitutive reciprocities among such social relations. The thesis makes use of the monitoring of the social movements activities, documents of police investigations and judicial proceedings and, mainly, interviews with activists from the movements already mentioned. Crossing the methodological way in which narratives about violence lead to more narratives about violence, the thesis goes through the denouncements made by an Human Right activist whose gay son was murdered in a peripheral neighborhood of the City of Recife; then the thesis goes to the scenes of a rural conflict on a farm located at the semiarid region of the State of Paraíba; it transits through the narratives of two transvestites, or two transsexual women, concerning about their trajectories of migration and work in prostitution; it goes to a small bedroom where a lady lives in on a homeless people occupation; it visits the pages of a judicial proceeding about the murder of a homeless transvestite; it unexpectedly faces the dynamics of illegal drugs market at the City of João Pessoa; it gets closer to the narratives of the members of the Committee that tried to solve the case about the disappearance, rape and homicide of a rural syndicalist's teenage daughter; and it count the thirty stabs against the body of a transvestite, on a prostitution point at the City of Campina Grande. Therefore, the narratives about violence and those social relations are investigated, as well the narrative place of crime and criminalization along with these relations. The thesis also seeks to understand how gender and sexuality relations operate on the tessitura of narratives about violence and, also on the contrary, to understand how the narrative claim about the violence acts in the construction of gender and sexuality relations and around the legitimation of the victims.

Keywords: social classes; social movements; sexuality; violence; crime.

Lista de siglas

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASTRAPA	Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba
BDSM	Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Sadomasoquismo
CAGEPA	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CEASA/PE	Centro de Abastecimento de Logística de Pernambuco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRDH/UFPB	Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba
DEM	Partido Democratas
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDC	Incidente de Deslocamento de Competência
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPDSM	Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEL	Movimento do Espírito Lilás
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAJUP/UFPE	Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Direito nas Ruas da Universidade Federal de Pernambuco
NEP/UFPB	Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru da Universidade Federal da Paraíba
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PM	Polícia Militar
PT	Partido dos Trabalhadores
PRF	Polícia Rodoviária Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ/PB	Tribunal de Justiça da Paraíba
TRF	Tribunal Regional Federal
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-árido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

Sumário

Introdução: rabo de timbu	23
1. A deflagração do “dado”.....	23
2. A construção do objeto e dos objetivos da pesquisa.....	26
3. Percurso do trabalho de campo e da metodologia de pesquisa.....	37
4. A estrutura da tese.....	44
Capítulo 01: Cipó de Boi: sobre reciprocidades constitutivas	46
1. Apresentação.....	46
2. <i>Coivara de caveira de osso</i> : sobre <i>Marcos</i>	52
3. À queima-roupa: sobre <i>Lua</i> e <i>Antônia</i>	63
4. Narrativas exemplares e reciprocidades constitutivas.....	69
4.1. A tessitura do inadmissível.....	70
4.2 A insurgência do sujeito.....	81
4.3 Situacionalidades e trânsitos identitários.....	88
4.4 Territorialização narrativa.....	97
Capítulo 02: Bala: o crime como relação social	107
1. Apresentação.....	107
2. <i>Vida errada</i> , entre o trabalho e a família: sobre <i>Marcela</i>	113
2.1 <i>Vida-errada, vira-bico</i> : o trabalho.....	116
2.2 <i>Vida errada, meus filhos</i> : a família.....	125
2.3 <i>Vida errada, mata-mata</i> : entre o crime e a violência.....	131
3. <i>Homem solteiro</i> : crime, criminalização.....	136
4. Um fim para <i>Carla</i> : o crime e suas reciprocidades constitutivas.....	150
Capítulo 03: 30 Facadas: sobre a reivindicação da violência	156
1. Apresentação.....	156
2. “Pedi desculpas”: disputas em torno da vítima.....	162
3. Orelha decepada: a brutalização narrativa do corpo e as malhas do terror.....	166
4. Velas acesas: os rituais de pranteamento e a maternagem da ação política....	183
4.1 Os rituais de pranteamento coletivo.....	184
4.2 A maternagem da ação política.....	192
5. Objeto cilíndrico e cortante: convenções e (des)materializações.....	204
Considerações Finais: sorrisos com ar de deboche	225
Referências Bibliográficas	236

Introdução

RABO DE TIMBU

1. A deflagração do “dado”.

Manoel Mattos faleceu em 24 de janeiro de 2009. Advogado, dirigente do Partido dos Trabalhadores e ex-vereador de Itambé, uma cidade de pouco mais de 36 mil habitantes localizada na fronteira entre Pernambuco e Paraíba, Manoel dedicou parte significativa de sua militância política à denúncia das violências que forjam aquela região. Dentre essas violências estariam, segundo o próprio Manoel¹, as ações de *grupos de extermínio* compostos por policiais civis e militares, agentes penitenciários, vigias ou seguranças privados irregulares, *pistoleiros*, *jagunços* e mandantes. Naquele dia 24, Manoel Mattos estava com amigos em Pitimbu, uma praia do litoral sul paraibano, quando sofreu dois tiros fatais. As investigações policiais concluíram que as balas foram desferidas por um sujeito ligado a um soldado denunciado seguidas vezes por Manoel como integrante desses *grupos*.

A morte de Manoel, entretanto, inaugurou uma publicização única de sua prática política e, portanto, do enfrentamento aos *grupos de extermínio*. Organizações de Direitos Humanos, como a Dignitatis e a Justiça Global, que acompanhavam há anos o “caso Manoel Mattos” e atuavam inclusive junto a organismos internacionais de defesa de direitos, deflagraram um processo de *luta* pela federalização do caso. A priori de competência da Justiça Estadual, a morte de Manoel seria objeto de uma ação judicial corriqueira na comarca do município de Pitimbu. No entanto, os esforços dessas organizações, dos familiares de Manoel, sobretudo de Nair Ávila, a sua mãe, e de importantes parceiros políticos junto, por exemplo, à seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana e ao Ministério Público Federal, possibilitaram, no ano de 2010, a conquista da federalização. O “caso Manoel Mattos” foi o primeiro caso de federalização de uma “grave violação de Direitos Humanos” no país. Apesar da possibilidade desse procedimento se achar prevista desde 2004 no art. 109 da Constituição Federal, até que a morte de Manoel chegasse ao Superior Tribunal de Justiça nenhum caso havia sido federalizado².

¹ Manoel Mattos foi convidado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste para se pronunciar sobre os grupos de extermínio que agiam nas regiões de fronteira entre Pernambuco e Paraíba. O pronunciamento de Manoel ocorreu em 28 de outubro de 2003. À época, ele presidia a Câmara de Vereadores de Itambé. As declarações de Manoel à Comissão constam no relatório final dos trabalhos da CPI. Este documento é o que subsidia as informações por mim prestadas.

² Em verdade, o “caso Manoel Mattos” foi o segundo a chegar ao Superior Tribunal de Justiça. O primeiro Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), do ano de 2005 e acompanhado pela Terra de Direitos –

Não conheci Manoel. Apesar de eu transitar entre organizações e movimentos de Direitos Humanos desde o meu ingresso como estudante, em 2002, na Faculdade de Direito do Recife, não me lembro de ter cruzado com os seus caminhos. Eu conheci, contudo, o esforço político de reivindicação de seu nome e de sua *luta*. Assim que iniciei meu trabalho como professor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, em 2009, ouvi o nome de Manoel ser pronunciado incontáveis vezes. Integrantes da Dignitatis que acompanhavam o caso circulavam pela UFPB. Eram professores, estudantes do mestrado e da graduação ou advogados populares³. Na convivência com essas pessoas, testemunhei eventos, reuniões e conversas em que as preocupações com as investigações e ações judiciais relacionadas ao assassinato de Manoel eram pautadas.

Ouvi autoridades públicas e militantes descreverem as estratégias e composições dos tais grupos de extermínio. Li documentos referentes a esses agrupamentos. Estudei o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio do Nordeste⁴, frente a qual Manoel Matos se pronunciou, e, enfim, conheci o “dado” que me levou a propor o projeto de pesquisa junto ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas: de acordo com aquele relatório, publicado no ano de 2005, os grupos denunciados por Manoel exterminavam adolescentes e jovens em conflito com a lei, supostos “marginais”, trabalhadores rurais, sem-terras e *homossexuais*. Este, afinal, era o “dado”: sujeitos aparentemente tão distintos quanto sem-terras e *homossexuais* figuravam como vítimas de violências similares. No projeto, eu me perguntava os porquês.

Mas as hipóteses que então eu levantava para a compreensão do “dado” recaíam todas, sem exceção, em cacoetes teóricos indisponíveis ao exercício de um olhar para as relações sociais que levasse a sério os sujeitos e as dinâmicas de poder que as constituem. O “dado”, por mais interessante que fosse, perpassava o projeto de pesquisa como um anteparo para as discussões teóricas que eu pretendia realizar sobre as possíveis relações entre feminismos pós-

Organização de Direitos Humanos, referia-se ao assassinato da missionária Dorothy Stang e foi indeferido pelo STJ porque, de acordo com os membros do Tribunal, não perfazia os requisitos necessários para o deslocamento de competência. Com a morte de Manoel Mattos, as organizações de direitos humanos Justiça Global e Dignitatis – Assessoria Técnica Popular ingressaram com o pedido da federalização junto à Procuradoria Geral da República, órgão competente para provocar o IDC perante o STJ. Depois de 04 meses de processo judicial, o IDC foi deferido em outubro de 2010.

³ Entre os integrantes da Dignitatis com quem passei a conviver a partir de 2009, encontravam-se Eduardo Fernandes de Araújo, Tatyane Guimarães Oliveira, Hugo Belarmino Morais, Amanda Soares e Noaldo Meireles. Como eu, Eduardo havia acabado de se tornar professor do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Tatyane e Hugo, alguns anos depois, seguiriam o mesmo destino. Amanda acabara de cursar o mestrado em direito e Noaldo já consistia – e consiste – numa figura central para a advocacia popular no país.

⁴ Iniciada em setembro de 2003 a partir de um requerimento de autoria do Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB), a CPI investigava execuções extralegais, arbitrárias e sumárias, *grupos de extermínio* e milícias rurais, dirigidos, em sua maioria, por policiais civis e militares e associados à defesa do latifúndio e ao *crime organizado*.

estruturalistas e marxismos. Nem mesmo a minha experiência, ainda que pequena, na advocacia popular junto ao MST afastava do projeto o tom “idealista”, no sentido que Marx e Engels (2007) conferem à palavra, que eu impunha à questão. Os ranços que eu trazia de minha formação acadêmica jurídica impediam que o fizesse: a mirada das relações sociais através das normas supõe certo apego a abstrações; e os manejos de conceitos e teorias, afinal, são exercícios normativos.

A orientação de Regina Facchini, contudo, provocou um giro em minhas intenções originais. Sua primeira indicação acerca do meu início de trabalho de campo – algo que, por sinal, eu nunca havia feito – determinaria profundamente os rumos desta pesquisa. Regina me orientou a enfrentar o “dado” não como um dado, uma obviedade, mas como um construto: eu deveria, no primeiro passo para a construção do objeto de pesquisa, compreender como se contam os mortos, como se arquivam os documentos, que agentes participam dessas formulações, como os nomes e os números daquelas mortes passam às tabelas e linhas de denúncias, dossiês, relatórios etc. Sua orientação me moveu a procurar os militantes dos movimentos sociais e alguns agentes governamentais responsáveis pela produção daqueles “dados” acerca das mortes de trabalhadores rurais sem terra e de *lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres trans e homens trans* (LGBT).

Iniciei, assim, um tanto intuitivamente, sem qualquer expertise, o tal trabalho de campo. Passei a presenciar as atividades dos Movimentos, seus eventos, atos públicos, reuniões e congressos. Com um caderno em mãos, eu tomava nota das falas sobre violência e de tudo o mais que me saltasse aos olhos. Comecei a entrevistar os militantes, valendo-me de um roteiro básico, “semi-estruturado”, de perguntas a respeito de suas trajetórias de vida, do que os conduziu às organizações em que atuam e das violências de que tratam em sua prática política. Para conhecer melhor os casos de violência informados por esses militantes, voltei-me detidamente aos documentos por eles confeccionados e aos autos de inquéritos e processos judiciais correspondentes a alguns desses casos. Enquanto perfilava o que se tornaria o *corpus* desta pesquisa – as anotações do acompanhamento etnográfico das atividades dos Movimentos, as entrevistas, os documentos e os autos de inquéritos e processos – eu começava a perceber os primeiros contornos do que se transformaria em seu objeto. Este se desenlaçaria a partir das narrativas, muito íntimas, de meus interlocutores sobre a violência. Meu encontro com *Rosa*, todavia, talvez seja o momento do trabalho de campo que melhor emblematize o trajeto da contextura do objeto desta pesquisa.

A sessão do júri do caso Manoel Mattos havia sido marcada para a manhã do dia 18 de novembro de 2013. Como preparação para o júri, professores e estudantes ligados ao Centro de

Referência em Direitos Humanos da UFPB, ao lado de outras organizações e instituições parceiras, promoveram, no dia 13, um seminário que debateria o caso e suas implicações. Eu estava numa das cadeiras do auditório da Faculdade de Direito, com o caderno de costume nas mãos, quando avistei *Rosa* na plateia. Havia anos que eu não a via, desde a época em que partilhávamos o cotidiano das reuniões do Movimento Nacional de Direitos Humanos em Recife, em meados da primeira década dos anos 2000. Assim que o seminário terminou, *Rosa* veio falar comigo. Deu-me um abraço e eu, feliz em vê-la, perguntei-a sobre a *luta*, sobre como andavam a sua inserção no Programa e as ameaças que costumava sofrer. Há mais de seis anos, *Rosa* ingressara no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em Pernambuco por conta de suas denúncias – e das consequentes ameaças – a respeito das ações de um *grupo de extermínio* existente em *Santana*, o bairro recifense em que ela morou durante décadas. *Rosa* então me contou da morte de *Gabriel*, seu filho. Disse que agora pertencia ao Movimento Mães Pela Igualdade. De início, não compreendi. Eu já havia ouvido falar da presença dessa nova organização em Recife, mas não sabia que *Rosa* – com suas denúncias sobre *justiceiros* e *grupos de extermínio* – a representava. “– Mas como foi isso, *Rosa*?”. “– Eles mataram *Gabriel*, Roberto. E ele era homossexual”. Entrevistei *Rosa* dez dias depois.

2. A construção do objeto e dos objetivos da pesquisa

Rosa nasceu e se criou na Paraíba. Cedo, ainda na escola, em meados da década de 70 em João Pessoa, iniciou sua militância no movimento estudantil. Integrou o grêmio do colégio em que estudava e integraria as fileiras do movimento estudantil da UFPB. Ela conta que sua dedicação ao movimento estudantil representava, de certo modo, uma resposta às posturas do pai. Policial militar, ele era um homem violento. “Tem muita coisa que meu pai fazia e que eu não gostava, por ser militar”. *Rosa* diz que presenciou o pai agredir e arrastar pela orelha um vizinho que estava surrando a própria mulher. O homem sangrava nas mãos de seu pai. Noutra ocasião, seu pai “pegou” seu irmão. Ele voltava de uma atividade do movimento estudantil e o pai, contrariado com a inserção dos filhos no Movimento, surrou-o com um cabo de aço e obrigou o filho a seguir, ajoelhado, do quintal até o quarto de *Rosa*, o quarto de outra irmã e o quarto da mãe para pedir sua benção, de joelhos. Outra vez, o pai encontrou *Rosa* na rua, em uma ação do Movimento, e a prendeu no camburão da polícia. Trouxe-a, à força, para casa. Segundo *Rosa*, o pai trazia o quartel e o militarismo para dentro de casa. Assim como batia no filho, batia na esposa. “E a gente tinha que ficar calada porque era na época do regime militar

e mulher e filho eram tudo calados, entendeu? E isso me indignava, eu era muito pequena e isso me indignava”.

Por influência da mãe, católica e integrante da Pastoral da Criança até os dias de hoje, *Rosa* se aproximou da Igreja. Transitava pelos mesmos círculos paroquiais de Dom José Maria Pires, uma figura que, como Dom Helder Câmara em Pernambuco, foi fundamental para a expansão das pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica na Paraíba. Estimulada pelos pais aos estudos, *Rosa* concluiu um curso técnico em enfermagem e, depois, aos vinte e poucos anos, formou-se enfermeira pela UFPB. No início da faculdade, casou-se com um primo de Sapé – cidade onde se originaram as Ligas Camponesas na Paraíba – que havia sido seu primeiro namorado. A primeira pessoa da família a entrar em uma universidade, *Rosa* se dedicava aos cursos porque estava convencida de que precisava de autonomia. “Eu dizia que não queria ser submissa. (...) Eu dizia isso, eu sempre disse isso. Era uma coisa muito mais de feminismo mesmo, de militância. Eu dizia pra minha mãe: eu não quero passar o que a senhora passa”. Com o fim da faculdade, *Rosa* trabalhou como enfermeira em alguns hospitais de João Pessoa. Mas isso duraria apenas alguns meses. Seu marido era caminhoneiro e em razão do trabalho dele, em 1983, *Rosa*, o marido e o primeiro filho do casal, um bebê com menos de um ano, mudaram-se para Recife. Passaram então a morar em *Santana*, um bairro periférico próximo à Ceasa⁵.

O marido de *Rosa* abriu uma “loja” – acho que uma banca de hortifrutigranjeiros – na Ceasa. Durante a semana, ele trabalhava com o caminhão e a loja era administrada por outras pessoas. Mas aos finais de semana, ele mesmo cuidava da loja “pra tomar conta, pra fazer os pagamentos, a chegada de mercadoria, essas coisas”. *Rosa* começou a acompanhar o esposo nessas idas à Ceasa. Fazia a própria feira e esperava que ele resolvesse as pendências da loja. “Aí foi quando eu comecei a conhecer as meninas e a situação das meninas na Ceasa. Toda minha história aqui começou na Ceasa. E aí foi quando eu comecei a ver e a conversar com as meninas”. As *meninas*, de que *Rosa* fala, eram crianças e adolescentes que transitavam na feira em busca de restos de comida e doações de fregueses e feirantes. À época, a Ceasa permanecia aberta ininterruptamente, de forma que o fluxo de caminhoneiros e comerciantes era intenso, inclusive durante as madrugadas. “Muitos comerciantes, que muitas vezes ficavam lá pra tomar conta das lojas, das mercadorias, não vinham pra casa pra dormir e ficavam lá e transavam com

⁵ O Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA/PE) consiste numa Organização Social vinculada à Secretária de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco. É uma grande feira de produtos hortifrutigranjeiros localizada numa região periférica de Recife.

as meninas”. Conversando com essas *meninas*, *Rosa* iniciou seu contato com as histórias sobre *exploração sexual* e terminou sabendo do “Caminhão do Faustão”.

O Caminhão do Faustão consistia numa espécie de promoção ou sorteio promovido pelo apresentador do programa televisivo de mesmo nome. Alguns dos homens que circulavam pela Ceasa decidiram sortear as meninas que por lá transitavam e intitular esse sorteio com o mesmo nome do sorteio realizado pelo apresentador. “Tinha um sorteio de meninas para fazer sexo num hotel ali, na Av. Recife. E aí, o que era que acontecia? Fazia o sorteio e se essa menina fosse virgem o valor era maior. E (o pagamento às meninas) nunca era dado em dinheiro, era em cesta básica ou em roupa. E aí tinha muita venda de meninas virgens nesse Caminhão do Faustão”. Ouvindo essas histórias, *Rosa* conversou com o *Padre Giacomo*, também ligado às Comunidades Eclesiais de Base, e resolveu montar um grupo de jovens na paróquia de *Santana*. Mas *Rosa* não pretendia afetar somente os jovens da paróquia. Queria atingir e aproximar as *meninas* da Ceasa. “E aí a gente começou a fazer uma fábrica de picolé, uma fabrica de vassoura. E eu comecei a trazer as meninas da Ceasa, (...) as meninas de dentro da Ceasa em situação de exploração sexual”.

A aproximação das *meninas* possibilitou a *Rosa* montar um “grupo cooperativo”, em que elas falavam de suas experiências e trajetórias de vida e, inclusive, do que acontecia na Ceasa e no tal “Caminhão do Faustão”. Mais confiantes em *Rosa*, as *meninas* começaram então a mostrar fotografias em que elas mesmas apareciam, algumas vezes acompanhadas pelos homens do “Caminhão”. As fotos, entretanto, eram apenas apresentadas a *Rosa*, não entregues a ela. “Elas nunca me davam essas fotos porque diziam que se eu pegasse essas fotos quem ia morrer era eu. Elas sempre me alertavam dessas ameaças”. Segundo *Rosa*, “no desespero”, uma dessas *meninas* mostrou a ela uma fotografia de um “bacanal” dentro de um quarto de motel. Na foto, achavam-se meninas adolescentes e alguns homens cujos rostos não se podia ver. “Era sexo oral, sexo anal, de todo jeito”. “Eles faziam e tiravam foto”. Essa *menina*, contudo, contou a outras pessoas que havia mostrado a fotografia a *Rosa*. Não demorou. Coincidentemente ou não, foi assassinada sob o viaduto da Ceasa. Em pouquíssimo tempo, *Rosa* soube da morte. As *meninas* que participavam do grupo cooperativo correram à porta de sua casa e, “desesperadas”, falaram do ocorrido. *Rosa* seguiu para o viaduto. “Eu fui lá pra ver a menina. A menina estava com a calcinha no meio do joelho e com uma pedra na cabeça”. “Ela foi apedrejada, *Rosa*? Foi morta com uma pedra?”. Sim. *Rosa* confirmou com a cabeça.

Quando da morte dessa primeira *menina*, a dedicação de *Rosa* ao grupo de jovens da Igreja e às suas denúncias desses casos de violência já a levavam, paulatinamente, a se envolver com outras organizações vinculadas às *lutas* por Direitos Humanos e, em especial, por direitos

de crianças e adolescentes. “E, cada vez mais, eu fui me envolvendo por conta dessa violência, fui me envolvendo, me envolvendo... Ali, dentro da comunidade. E começaram a vir as mulheres, começaram a denunciar pra mim. E começaram a vir outras coisas, os meninos que eram presos...”. Era final da década de 80 e *Rosa* se juntou ao Movimento Pró-Criança, à organização Justiça e Paz e às movimentações políticas relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, chegando a viajar para Brasília para participar das mobilizações pela aprovação do ECA. Em meio às suas atividades de militância, *Rosa* começou a atuar numa comunidade periférica, bastante próxima a *Santana*, chamada *Guerra nas Estrelas*. Lá, ela conheceu *Marieta*, uma importante liderança comunitária com quem passou a conviver. “A gente conheceu *Marieta* quando tudo era barraco de tábuas ali. *Guerra nas Estrelas* era tudo tábuas. Era invasão. Era um favelão. Não tinha saneamento, não tinha nada”. Juntas, atuaram na “escola comunitária”, montaram um grupo de mulheres e se aproximaram das freiras que também desenvolviam atividades na região.

Rosa, que se aproximava do Partido dos Trabalhadores, conta que *Marieta*, entretanto, aliou-se a personagens proeminentes de partidos políticos da direita, sendo “canalizada pra outro lado”. As duas tomariam caminhos diversos em suas militâncias. Mas os enfrentamentos entre suas posições se extremizariam com o crescimento de *Victor*, filho de *Marieta*, no “mundo do crime”. Desde a constituição do grupo de jovens na paróquia do *Padre Giacomo*, em *Santana*, *Rosa* observava de perto as movimentações dos jovens no local. As meninas da Ceasa preenchiam suas preocupações iniciais. Porém, o incremento de um grupo de jovens *justiceiros* – *Rosa* também usa a expressão *grupo de extermínio* para designá-los – e o aumento de cenas de violência, de responsabilidade desse grupo, em *Santana* e em *Guerra nas Estrelas*, conduziram as atenções de *Rosa* para a implicação dos jovens com a violência. Segundo *Rosa*, *Victor* teria se aproveitado da prisão do líder desse primeiro grupo para conquistar a liderança dos demais rapazes. Ele contava, ademais, com a retaguarda dos laços políticos de *Marieta*. Ainda menor de idade, chegou a ser preso. Mas logo foi solto. “Por conta do envolvimento político da mãe. Ele foi preso quando era menor, a mãe ligava e mandava tirar, ele saía. E ele cresceu dessa forma. Ele nunca foi preso pra ficar preso. Ele sempre era solto. A mãe conseguia articular e ele era solto”.

Victor e os demais rapazes, contudo, eram conhecidos de *Rosa* desde *meninos*. Vários deles chegaram a participar das atividades do grupo de jovens da paróquia. Um pouco mais velhos, batiam às portas das festas do salão paroquial armados. As festas se destinavam a recolher algum dinheiro para o financiamento do grupo da paróquia. *Rosa* não os impedia de entrar, mas pedia que eles lhe entregassem as armas. “Aí eu fazia pra eles: ‘– armado aqui você

não entra'. E era uma mulher que dizia isso pra eles, com um monte de jovens, porque não tinha pessoas adultas, era com jovens". Eles entregavam as armas e *Rosa* as devolvia ao final da festa. Mas pelas festas, também passava um Delegado, "todo mundo tinha medo desse Delegado". À época, as seguidas denúncias de violência que *Rosa* realizava já faziam dela conhecida da polícia. O tal Delegado, temido, dizia que passava pela paróquia para proteger a festa e a própria *Rosa*. "Mas aí, depois, eu descobri que não. Porque ele ia lá pra pegar o dinheiro da droga dos meninos, porque os meninos vendiam drogas". Os *meninos*, que haviam passado pelo grupo de jovens e se aglutinavam, com *Victor*, no *grupo de extermínio* de que fala *Rosa*, trabalhavam no mercado varejista de drogas ilícitas e prestavam contas a policiais.

"Toda vida lá em *Santana* foi corrompido. Quando eu comecei a perceber que a polícia tava envolvida, muito envolvida ali dentro, eu comecei a me cuidar mais e a observar mais". Os próprios *meninos* enumeravam os sujeitos "de Estado" ligados ao mercado de drogas e que entrevistavam, de algum modo, nos territórios de *Santana* e *Guerra nas Estrelas*. Eram policiais civis, militares, federais, integrantes da aeronáutica, políticos. Alguns deles ocupavam altos postos estatais. *Victor*, o filho de *Marieta*, era afilhado de um político graúdo. Seu batismo aconteceu na Igreja de Boa Viagem⁶. "Tá danado, *Rosa*! *Victor* foi batizado na Igreja de Boa Viagem?". "Na Igreja de Boa Viagem". "Um menino de *Guerra nas Estrelas*?!". "Foi em Boa Viagem porque o *Político* quis lá. Você entendeu agora em que seara eu tou envolvida? Porque além de ter polícia, tem político. Tinha o tráfico de droga, tinha a exploração sexual". *Rosa*, de início preocupada com os casos de *exploração sexual*, passa a saber, a partir do que as *meninas* lhe diziam, das festas a que elas eram levadas e em que conviviam como agentes de Estado e com os integrantes do *grupo de extermínio*.

À medida que *Rosa* desatava os nós das relações em que *meninas*, *meninos* e agentes de Estado se implicavam, as ameaças sobre ela cresciam. Tais ameaças se iniciaram com a consolidação dos trabalhos de *Rosa* na Ceasa, na década de 90. "Ligavam pra mim e diziam assim: '– olha, é melhor você deixar o que está fazendo na Ceasa. E sempre era de um orelhão de dentro da Ceasa". E aumentaram ao tempo em que as ações de *Rosa* surtiam efeito. Já nos anos 2000, através de contatos com movimentos sociais, uma produtora de um programa jornalístico de um canal de televisão decidiu entrar, com *Rosa*, na Ceasa e realizar uma matéria sobre os casos de *exploração sexual* de adolescentes. A matéria estava quase pronta, prestes a ir ao ar, quando *Rosa* e a produtora tiveram notícia de restrições à sua veiculação pelas altas

⁶ *Rosa* diz o nome do "político graúdo". Eu, contudo, preferi sequer disfarçar o tal nome. Boa Viagem, por sua vez, é um bairro praieiro e está entre os mais caros do Recife.

esferas da emissora e de setores do Estado. “Pra você ver que é tão sério que eles descobriram essa matéria e descobriram que a gente tinha dado flagrante da exploração sexual na Ceasa”. A matéria foi ar. “Aí foi aquele rebu”. Membros do Governo marcaram reuniões, convocaram *Rosa* e a Rede de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes, que *Rosa* chegou a presidir, para realizar uma pesquisa na Ceasa sobre o modus operandi da *exploração*, mas implementaram uma política de controle sobre as *meninas* contrária às posições de *Rosa*. “Entrou com um camburão lá dentro e só quem sofreu foi as meninas. Jogaram várias meninas dentro do camburão. Recolhiam, tiravam e botavam as meninas pra fora. Isso de madrugada. E nisso as meninas correm lá pra casa”.

Conheci *Rosa* pouco tempo depois da veiculação dessa matéria. Eu estava no segundo ano do curso de Direito e pertencia ao Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Direito nas Ruas (NAJUP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Por conta das atividades do NAJUP, eu costumava frequentar as reuniões do Movimento Nacional de Direitos Humanos, o MNDH, em Recife. *Rosa* frequentava as mesmas reuniões. Atuava em uma organização não-governamental de defesa de direitos de crianças e adolescentes e, ao relatar as ameaças que continuava a sofrer, sempre apresentava denúncias sobre os *Power Rangers*. Àquele tempo, *Victor*, o filho de *Marieta*, havia aumentado seu potencial de capilarização no “mundo do crime” e o grupo liderado por ele em *Santana* ganhara nome de super-herói. Os *Power Rangers* agregavam dezenas de rapazes, massificavam sua atuação no mercado de drogas ilícitas e multiplicavam as cenas de violência que *Rosa* persistia denunciando. Mas, segundo *Rosa*, duas daquelas cenas a levariam ao limite: os assassinatos de *Fernanda* e *Felipe*.

Fernanda integrava o grupo de mulheres com que *Rosa* trabalhava na comunidade. Seu irmão foi morto por membros dos *Power Rangers* e *Fernanda* decidiu comparecer à delegacia de *Santana* para relatar a causa da morte e os nomes dos executores. “Quando ela chegou na delegacia, ligaram pra *Victor* na hora”. Logo que *Fernanda* deixou a delegacia, contudo, foi apanhada por rapazes ligados aos *Power Rangers*. Eles a surram e ameaçam. *Fernanda* então voltou à delegacia. Entregou as identidades de quem a surrou. Dois dos *Power Rangers* foram presos pela polícia. Um deles “colaborou com a polícia e entregou o resto do grupo”. *Fernanda* saiu novamente da delegacia em direção à casa onde vivia com os pais e os filhos. *Victor* e mais dois rapazes, no entanto, também seguiram para a casa de *Fernanda*. Encontraram-na em casa. Mataram-na com 12 tiros. “Foi aquela morte brutal, que foi com doze tiros na frente do pai, da mãe e dos filhos”. Assim que *Fernanda* morreu, as *meninas* ligaram para *Rosa*. Ela saiu do trabalho e voltou para *Santana*. “Eu vou correndo, quando eu vou

chegando perto da casa dela, eles vão passando na minha frente com o carro”. *Rosa* viu *Victor* passar.

Felipe, por sua vez, morreu na frente da casa de *Rosa*. Ela conta que alguns dos *Power Rangers* procuravam um rapaz chamado *Anibal Porco*, um integrante do grupo, apontou *Felipe* como sendo *Anibal*. Fazia dez minutos que *Rosa* havia chegado do trabalho. “Eles vieram com o menino, passaram na frente da escola, toda comunidade viu. Trouxeram o menino e quando chegou na frente da minha casa deram uma rasteira no menino, deram um tiro nas costas e dois tiros na cabeça”. O corpo perfurado de *Felipe* permaneceu entre a calçada e a rua até que duas policiais, conhecidas de *Rosa*, chegaram ao local. “– *Rosa*, tu sabe?”. “– Sei não. Eu não vi nada”. *Rosa* havia visto. Não disse o que sabia. “Porque eu tava tão tensa, tão nervosa e revoltada ao mesmo tempo. E eu não podia falar porque eles estavam... Tem um pé de árvore na frente da minha casa e eles estavam em pé, eu vi eles lá em pé, e eu ia dizer alguma coisa?”. Não poderia dizer. Não disse. *Porco*, entretanto, o rapaz que apontou *Felipe* como sendo *Anibal*, seria um dos assassinos de *Gabriel*, o filho de *Rosa*, em 2010. O corpo de *Felipe* restava defronte à casa de *Rosa* enquanto *Porco* e outro rapaz conversavam do outro lado da rua. “– Rapaz, vamo chamar a mãe dele?”. “– Não, deixe a mãe dele dormindo. Ele tá num sono tranquilo, um sono eterno”. “O *Porco* dizia isso. E eu não sabia que ele ia ser o assassino do meu filho. E ele debochava do menino”.

[Mas a morte desse rapaz foi o estopim para você, *Rosa*?] Foi. Foi quando eu disse: “– não dá mais pra ficar calada. Não dá mais pra ficar quieta”. A morte dele e a morte de *Fernanda*. Na de *Fernanda*, eu já era Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. E aí não dá mais pra ficar quieta. E *Marineide* era vice-presidente comigo. *Marineide* veio conversar comigo. Eu disse: “– *Marineide*, é muito sério ali, se vocês quiserem fazer alguma coisa, vocês vão ter que fazer”. E eu não podia fazer nada porque a minha casa era aqui e na outra rua eles tinham alugado um duplex. E esse duplex dava pra ver de cima, dava pra ver a minha casa. Eu via eles limpando arma lá, eu via eles fumando maconha e eles viam a minha casa, era estratégico. Eu ali já começava a ser cercada por eles. Começava a ser cercada mesmo. Aí começou a fazer todo trabalho e logo após eles começaram a ser presos. (*Rosa*, integrante da organização Mães Pela Igualdade; entrevista concedida em 23 de novembro de 2013).

Em meio ao aumento de ameaças e denúncias, a visibilidade sobre *Rosa* também aumentava. Ela galgava posições significativas em meio às organizações de defesa de Direitos Humanos. Tornava-se mais e mais reconhecida por sua *luta* e, com a majoração dos perigos por ela atravessados, ingressou no Programa (governamental) de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Passou a ser uma “Defensora” protegida. Quanto mais suas denúncias se difundiam, mais seu nome se espraiava e os custos da efetivação das ameaças contra a sua vida

se multiplicavam. “Porque se eles tirassem a minha vida, hoje eu faço essa leitura, (...) ia ter uma repercussão muito maior”. “Pra conseguir isso, tiveram que tirar a vida do meu filho”. Nas interpretações de *Rosa*, portanto, a morte de *Gabriel* se deveu ao jogo de ameaças contra ela e sua militância. Mas esta é apenas uma das razões. A outra seria a *homofobia*.

De acordo com o que *Rosa* soube das investigações policiais, os dois executores premeditaram o assassinato de seu filho. Primeiro, embebedaram um timbu – uma espécie de gambá de orelhas brancas – capturaram o animal, mataram-no e arrancaram o seu rabo para, com ele, surrar *Gabriel*. “Isso pra cortar *Gabriel* todinho”. Depois, prenderam o rapaz. Espancaram-no. “É muito interessante, veja só, que a história é que não era pra matar *Gabriel*, era pra dar um susto. Susto em quem? Pra quê? Eles não dizem isso”. Mataram-no durante o espancamento. Chutes em sua cabeça provocaram um grave traumatismo craniano. “Tiraram *Gabriel* do local, levaram *Gabriel* pra um lugar que eles dizem de pegação, que é de exploração sexual, e maquiaram”. *Gabriel* morava com *Rosa*, possuía 24 anos. Desapareceu na quinta. *Rosa* só conseguiu encontrá-lo no sábado à noite, quando o filho já se achava num hospital de Recife. “Ele estava intubado, em coma induzido”. *Gabriel* faleceu no domingo pela manhã. Sua morte, contudo, inaugurou uma nova trincheira de *luta* para *Rosa*. As investigações promovidas pela primeira Delegada a assumir o caso concluíram que *Gabriel* morreu por estar em um “lugar de pegação” e por ser “indiretamente envolvido com drogas”.

Teve um primeiro momento, em que a delegada fez a fala homofóbica. Ela me escuta, faz a ouvida. Três horas da tarde, eu saio de lá da delegacia e quando é as quatro horas, ela dá uma entrevista pra um jornal⁷. Porque teve uma repercussão muito grande e a televisão fez várias matérias, de manhã, de tarde e de noite comigo, falando da morte de *Gabriel*. E aí esse jornal foi lá ouvir a Delegada. E aí a Delegada quando ela diz: “– ele tem um envolvimento, ele está envolvido indiretamente com droga”, ou você tá, ou você não tá. [Envolvido indiretamente com droga]. Isso, entendeu? Foi a fala dela. E está na exploração sexual. E já foi dando, dizendo que não tinha. E aí eu conhecendo o filho que eu tinha, jamais eu poderia ficar calada. E aí *Breno* ligou pra mim, *Isaac* e *Guilherme*⁸: “– *Rosa*, venha aqui na sede da Organização que a gente precisa conversar com você”. Aí eu fui. (...) Aí quando eu cheguei lá, *Guilherme* disse: “– você viu a matéria?”. Eu disse que vi. “– Você quer fazer, dar uma coletiva de imprensa? Pra a gente chamar a imprensa aqui, a gente chama pra amanhã, pra você defender o seu filho?”. Eu disse, quero. Eu estava pensando como é que eu ia fazer. E aí veio *Carolina*, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, veio *Mariazinha*, do Programa de Proteção aos Defensores, veio todo mundo. Foi quando eu coloco que meu filho era gay, sim. Agora não precisa ficar gritando pelos quatro cantos dizendo que meu filho era gay. E meu filho era amado. Meu filho não

⁷ *Rosa* menciona o nome do jornal e o nome do canal de televisão que veiculou as matérias sobre a morte de seu filho. Preferi, todavia, evitar maiores explicitações.

⁸ *Breno*, *Isaac*, *Guilherme*, *Carolina* e *Mariazinha* são militantes ligados a organizações de Direitos Humanos e/ou ao Partido dos Trabalhadores. *Rosa* se refere a eles sem apresentações porque sabe que eu os conheço.

tava envolvido com droga, porque eu conhecia *Gabriel*, ele não tava envolvido com droga. [Nem com exploração]. Nem com exploração. Até porque eu conhecia também. *Gabriel* saia pra casa dos amigos. *Gabriel* não dormia fora. (...) Porque se fosse um menino que tivesse esse vício de dormir fora de casa eu também não tinha nem me importado. Porque se ele dorme em casa, vai chegar. (*Rosa*, integrante da organização Mães Pela Igualdade; entrevista concedida em 23 de novembro de 2013).

Rosa passou então a dedicar esforços para a legitimação da vítima, seu filho. Ela precisava afastar de *Gabriel* os estigmas a ele associados pela primeira Delegada. “Essa delegada pensou que eu era uma pessoa que não tinha informação, como outras mães. (...) Essas mães não são tratadas pelo Estado. Não são cuidadas pelo Estado. Eu cheguei lá e eu tinha informação, eu já sabia o que era Direitos Humanos, eu já sabia o que era a legislação”. De fato, *Rosa* possuía bem mais do que “informação”. Ela acumulava uma trajetória de *lutas* e, portanto, de articulações políticas que a subsidiariam naquele momento. A coletiva de imprensa e toda a pressão exercida pelos militantes e organizações de Direitos Humanos próximos a *Rosa* geraram efeitos. A Secretaria de Defesa Social dispensou a Delegada inicial e, depois de uma semana, alocou uma segunda Delegada para reiniciar as investigações. Essa segunda Delegada conduziria as investigações a ponto de descobrir as premeditações para a morte de *Gabriel* – do timbu ao susto aparentemente desarrazoado – e as alegações *homofóbicas* para o crime.

São duas motivações. Uma das motivações é a questão da homofobia, que eles usaram como homofóbicos, eles trazem falas homofóbicas, no depoimento deles. [O que eles dizem, por exemplo?] Eles dizem que *Gabriel* transou com eles e que saiu falando deles. E que eles eram homens e que nunca iam sair com um gay. (...) Que eles eram homens que gostavam de mulher e não iam sair com gay. E tem outras falas que eu não lembro muito, que é muito grande. Tem outras falas. Eu lembro muito mais dessa que eu fiquei irritada. Disse que *Gabriel* tava com AIDS, que era gay e tava com AIDS e isso não é verdade. Então tem aquelas falas que são inverídicas. [O primeiro motivo era a homofobia]. A homofobia. E o segundo motivo pelo meu trabalho com a questão de direitos humanos. (*Rosa*, integrante da organização Mães Pela Igualdade; entrevista concedida em 23 de novembro de 2013).

Do que *Rosa* recorda das atas dos interrogatórios dos dois réus, *Porco* e o outro haveriam justificado suas atitudes em razão do que *Gabriel* falara sobre eles. “Eles dizem que *Gabriel* transou com eles e que saiu falando deles”. Teriam argumentado também que *Gabriel* “era gay e estava com AIDS”. *Rosa* classifica essas justificações como *homofóbicas*, valendo-se de um vocabulário típico ao Movimento LGBT. Logo depois do assassinato de *Gabriel*, *Rosa* conheceu uma organização norte-americana disposta a apoiar, no Brasil, uma organização de mães de LGBT vítimas de violência. *Rosa* foi indicada ao representante brasileiro daquela organização. “E, aí, ele manda pra mim um e-mail dizendo que estava procurando mães de homossexuais, e mães aguerridas, que não tivessem vergonha de botar a cara e dizer ‘meu filho

é gay e eu tou aqui defendendo meu filho’, mães ativistas”. *Rosa* aceita o convite e, ao lado de outras duas mães, funda em Pernambuco o Movimento Mães Pela Igualdade, através do qual ela aglutina mães e acompanha casos de violência contra LGBT, como o do seu próprio filho. “Acho que hoje eles se arrependem de não ter tirado a minha vida, porque veio uma força muito maior, muito maior do que a que eu tinha. Antes eu tinha 5% de medo, hoje eu tenho 0% de medo”.

O “dado” que introduzia o projeto de pesquisa com que entrei no Programa de Doutorado me levava a questionar o que possibilitava a sem-terras e *homossexuais* serem vítimas das mesmas armas. Meu contato com as narrativas dos militantes que passei a entrevistar e acompanhar, entretanto, dizia-me que, apesar das diferenciações e identidades políticas fundamentais para os Movimentos, todos esses sujeitos experimentavam relações sociais reciprocamente constituídas. Se, de início, eu me preocupava em destrinchar o que as relações de gênero e de sexualidade – que, em minha interpretação, compunham as mortes de LGBT – e as relações e conflitos territoriais – que subjazeriam as mortes de trabalhadores rurais sem terra – guardavam em comum, as narrativas sobre violência que me foram apresentadas me conduziram a outras interrogações. Com essas narrativas, aquelas armas deixaram de ser o ponto de encontro entre relações anteriores de gênero e de sexualidade, de um lado, e territoriais, de outro, para representar o entrecruzamento das relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais que produzem a violência e são por ela produzidas. Em outras palavras, a partir dessas narrativas sobre violência, afastei a ideia inicial de que haveria elementos em comum entre relações preexistentes de gênero, sexualidade ou territoriais, e apreendi a nova ideia de que essas relações se fazem umas às outras, em dialéticas cortantes.

Com isso, precisei de pronto desconstituir a separação que eu inicialmente havia empreendido na construção do objeto de pesquisa. Por que, afinal, apenas “sem-terras” e “LGBT”? Adriana Piscitelli me fez esse questionamento ainda na banca de seleção para o ingresso no doutorado. Minha resposta ensaiada – eu imaginava que alguém perguntaria a respeito – foi a de que “sem-terras” e “homossexuais” seriam as únicas dentre as vítimas dos *grupos de extermínio*, elencadas no relatório da CPI, que não teriam envolvimento com o crime. Em minha resposta, eu não só ignorava que crime é, inexoravelmente, criminalização. Eu, talvez na reprodução silenciosa de certo moralismo, ignorava as ambivalências de constituição da classe trabalhadora, seus trânsitos no mundo do trabalho entre legalidades e ilegalidades. Ignorava, igualmente, o modo como exercícios de gênero e de sexualidade se perfazem através dessas mesmas ambivalências de classe e, sendo assim, do crime.

No Relatório Final da CPI sobre os Grupos de Extermínio no Nordeste, consta o depoimento do Delegado da Polícia Civil *Ítalo Souto*. Frente à Comissão, *Souto* relatou a existência de referências, no município de Itambé, a assassinatos de *homossexuais*. Ele alegou, entretanto, que o único caso concreto com que se deparou, o da morte do *homossexual Aroldo do Maracatu*, estaria ligado não à sexualidade da vítima, mas à sua relação com o tráfico de drogas. À época da escrita do projeto, eu desconsiderei essa afirmação. O atrelamento de LGBT, sobretudo *travestis*, a atividades criminosas costuma ser acionado segundo estratégias de desqualificação da vítima e o depoimento do Delegado me parecia reproduzir esse acionamento. Porém, depois do começo do trabalho de campo, voltei à afirmação de *Souto* com outro olhar. Ao subestimar as intersecções entre as relações sociais a que me referi acima, eu reincidia na mesma dualidade posta pelo Delegado: ou sexualidade, ou crime. Ele apostava no crime, eu apostava na sexualidade como causa da morte. “Ambas entrecruzadas” não consistiam numa hipótese possível. Nas narrativas de *Rosa*, no entanto, esses entrecruzamentos ou reciprocidades constitutivas não apenas são possíveis como se exprimem na morte de *Gabriel*. Aquilo que, à primeira vista, assemelha-se a uma oscilação retórica – ora ameaça dos *grupos de extermínio*, ora *homofobia* – emerge como um emblema desses entrecruzamentos.

Rosa se vale de distintos “marcos discursivos” – como Gabriel Feltran (2011) os define – que se antagonizam narrativamente. De uma parte, há o marco relativo ao “mundo do trabalho” e ao “mundo religioso”, de outra, há o marco do “mundo do crime”. Mas, nas trincheiras dos conflitos, tais distinções se materializam em disputas territoriais sobrepostas, de difícil diferenciação. *Santana* concerne a um território sob disputa. Mas não se trata de um território disputado entre “trabalhadores” e “bandidos”. Esta é a disputa travada na superfície, na primeira pele das narrativas. *Rosa* não representa uma “trabalhadora” que luta contra “criminosos”. “Sempre eu fui referência pra pedir ajuda de mãe, de filho, de tudo. Quando tinha um adolescente preso na comunidade: ‘– vamo lá em *Rosa*’”. *Rosa* arregimenta suas próprias armas contra aquilo que ela apreendeu, na *luta*, como sendo “violência”. As disputas territoriais que constituem *Santana* nas narrativas de *Rosa* são entrecruzadas às violências, às mortes, à *exploração sexual* das *meninas*, aos *grupos de extermínio*, aos *justiceiros*, aos *meninos* atraídos por esses *grupos* e por policiais, aos vínculos corruptores que envolvem agentes de Estado às tramas das violências. É em suas narrativas sobre as violências – das surras do pai em seu irmão e em sua mãe até as mortes de *Fernanda* e *Felipe* – que as reciprocidades constitutivas entre as relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais se evidenciam mais claramente.

Em suma, este se tornou o objeto desta pesquisa: relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais reciprocamente constituídas e oportunizadas por narrativas sobre violência e pelas

condições de possibilidade de produção dessas narrativas. Se este é o objeto da pesquisa, o seu objetivo se tornou o de compreender as formas como as narrativas sobre violência acionam as e são acionadas pelas reciprocidades constitutivas entre essas relações sociais. Para isso, todavia, precisei: a) investigar as narrativas sobre violências produzidas por e produtoras de reciprocidades constitutivas entre conflitos territoriais e relações de classe, gênero e sexualidade; b) deslindar o lugar narrativo do crime e da criminalização junto às reciprocidades constitutivas que figuram como objeto desta pesquisa; c) entender como relações de gênero e de sexualidade operam na tessitura de narrativas sobre violência e, ao revés, como a reivindicação narrativa da violência atua no perfazimento de relações de gênero e de sexualidade; d) desenredar como as narrativas de reivindicação da violência operam na performatização dos sujeitos políticos que as exercem; e) compreender como o recurso às “imagens de brutalidade” e ao “terror” atuam nas disputas pelas corporalidades das vítimas e pelos contextos narrativos e auxiliam no forjamento dos sujeitos como vitimados; e f) perquirir como os conflitos entre Movimentos e esferas de Estado manejam as materialidades dos crimes e, conseqüentemente, as materialidades dos corpos, através de uma disputa em torno da (des)legitimação das vítimas.

Importa perceber que apesar de o objeto de pesquisa se limitar a relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais, outras relações sociais atravessam as análises aqui desenvolvidas. Esse “atravessamento”, como tento demonstrar logo nas primeiras páginas do primeiro capítulo, compõe o argumento-base da tese acerca das “reciprocidades constitutivas” entre tais relações. Em vários momentos do texto, por exemplo, as discussões sobre gênero e classe implicam necessariamente em discussões sobre racialização e geração. O que leva “gênero” a compor o objeto de pesquisa e “raça” não, ainda que ambas se façam presentes quando da análise, é o fato de que, para meus interlocutores de pesquisa, “gênero” era uma questão anunciada, debatida e problematizada, diferentemente de “raça”, uma categoria de regra ocultada. O esforço analítico que intenciono exercer nestas páginas é o de indicar modos como, nessas narrativas sobre violência, “gênero” é, de muitas formas, também “racialização”.

3. Percurso do trabalho de campo e da metodologia de pesquisa

Como dito páginas atrás, o primeiro passo do trabalho de campo consistiu na busca por conhecer de perto os sujeitos responsáveis pela produção do “dado” inicial de pesquisa. Tratava-se, destarte, de compreender como se contam os mortos, que critérios funcionam nessa contabilização e que agentes intervêm na elaboração dos documentos, relatórios e dossiês em

que essas mortes aparecem. Iniciei minhas “idas a campo” – como gostam de dizer os antropólogos – através do acompanhamento etnográfico de atividades, atos públicos, reuniões e eventos promovidos por organizações dos movimentos sociais camponeses, como o MST, e do Movimento LGBT, como o Movimento do Espírito Lilás, o MEL, uma das principais e a mais antiga organização do Movimento na Paraíba. Parte desse início do trabalho de campo se deveu a convites realizados pelos próprios Movimentos: pretendiam que eu – “o Professor” – participasse de “mesas”, proferisse palestras ou montasse oficinas de debates sobre temáticas de seus interesses, mas que rondavam, sobretudo, questões relativas à criminalização e à violência contra os movimentos sociais. Nessas ocasiões, precária e curiosamente, eu me fazia “palestrante” e “etnógrafo” a um só tempo.

A partir das minhas primeiras inserções em campo, comecei a desempenhar as entrevistas. O agendamento e a execução da grande maioria delas não me demandaram muitos esforços. Eu era conhecido em meu campo de pesquisa por conta ou da experiência como advogado do MST e integrante da Terra de Direitos e do NAJUP em Pernambuco, ou da experiência como professor universitário na Paraíba. De uma ou de outra maneira, a maior parte dos convites para entrevistas que realizei foram prontamente aceitos e concretizados. Decidi, contudo, começar as entrevistas não pelos militantes camponeses, mas pelos integrantes do Movimento LGBT e pelos agentes de Estado ligados à verificação das mortes por *homofobia*. Eu parti do pressuposto de que entre os dois, o Movimento LGBT ainda era o mais distante das minhas percepções e experiências e que, por isso, deveria ser alvo de meus maiores investimentos.

Assim, entrevistei integrantes do MEL, da Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba, a ASTRAPA, e do Maria Quitéria, uma organização de mulheres *lésbicas e bissexuais*. Entrevistei também agentes dos governos estadual e municipal e o Delegado atualmente designado para a Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos, em João Pessoa. Ao todo, nesse bloco, empreendi oito entrevistas. Ainda em meio às entrevistas com os militantes do Movimento LGBT, iniciei as entrevistas com militantes vinculados aos casos de “violência no campo” que, como explicarei adiante, emergiram em meu trabalho de campo. Entrevistei, assim, uma militante do MST; três agentes da Comissão Pastoral da Terra, três mulheres sindicalistas rurais e uma integrante de uma organização não-governamental da área da agroecologia que acompanhava um caso emblemático de violência, quase todas – à exceção de uma – participantes das articulações da Marcha das Margaridas, um movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Neste bloco, portanto, há oito pessoas entrevistadas, mas apenas cinco entrevistas, considerando que a entrevista com as três sindicalistas ocorreu, por opção delas,

conjuntamente. Além disso, entrevistei três *moradores* de uma ocupação urbana de trabalhadores sem teto, localizada no centro de João Pessoa. Neste último bloco, houve duas entrevistas. Um casal de lideranças da *Ocupação* foi entrevistado no mesmo momento. Por fim, há a entrevista com *Rosa*, que me serviu ao desenlace da construção do objeto de pesquisa. Em síntese, além de páginas e mais páginas resultantes das anotações do acompanhamento etnográfico das atividades dos movimentos sociais, o trabalho de campo desta pesquisa reuniu dezessete entrevistas em profundidade e vinte pessoas entrevistadas. Todas as entrevistas contam com a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido e com a explicação inicial acerca das temáticas da pesquisa e dos seus objetivos.

Os documentos formulados pelos Movimentos e as entrevistas com os seus militantes informaram, ainda, a terceira frente deste trabalho de campo: a procura pelos autos dos inquéritos e processos judiciais relacionados aos casos de violência constituintes das e constituídos pelas narrativas forjadas pelos militantes e pelos próprios documentos. Aqui, parte-se da noção, manejada por Regina Facchini (2012) e Vinícius Zanoli (2015), de que documentos condensam relações sociais e disputas políticas e funcionam, reciprocamente, como “atores” nessas relações e disputas. Mas a busca pelos autos oferece, ela mesma, uma oportunidade importante para o exercício do trabalho de campo. As horas que passei nos balcões das Varas Criminais, principalmente nas Varas do Júri, debruçado sobre os autos das ações judiciais, lendo e digitalizando as centenas de páginas dos processos, permitiram que eu observasse o transitar de mulheres – “esposas” e “irmãs”, mas “mães”, acima de tudo – interessadas em descobrir “como tá o processo do meu filho?”, “por que ainda não saiu o alvará do menino?” etc., enquanto que os autos referentes às mortes de LGBT, por exemplo, eram apenas visitados pelos servidores do Judiciário, pelas narrativas do Movimento LGBT e pelo pesquisador. Reuni cinco autos relacionados às mortes de LGBT e dez concernentes a violências contra trabalhadores rurais, sendo que alguns desses últimos foram acessados, como explicarei, através das equipes de estudantes por mim orientados e então integrantes do Núcleo de Extensão Popular, o NEP, e do Centro de Referência em Direitos Humanos, ambos da UFPB.

O *corpus* desta pesquisa, portanto, constitui-se de narrativas sobre violências acessadas através do acompanhamento etnográfico de atividades de diferentes movimentos sociais, de entrevistas em profundidade com militantes desses movimentos e dos autos de processos e inquéritos judiciais referentes às violências narradas por documentos e militantes. Embora a aparência desse *corpus* não haja variado significativamente no percurso da pesquisa – desde as primeiras indicações de Regina, eu pensava em etnografia, entrevistas, documentos e autos – o seu conteúdo se alterou substancialmente. A priori, as entrevistas com *Rosa* ou com os

posseiros, as sindicalistas rurais e os *moradores* da ocupação de sem-tetos a que me referi acima, não se achavam previstas nos planejamentos iniciais. Elas não se enquadravam nas narrativas sobre mortes de sem-terras e LGBT que eu perseguia.

Acontece que as dobraduras do trabalho de campo e das narrativas que me foram sendo apresentadas passaram a apontar novos caminhos para a pesquisa, para a construção do seu objeto e, reciprocamente, para a estruturação do *corpus*. A aparição, por exemplo, nos relatórios sobre *crimes homofóbicos* na Paraíba, de uma *travesti* moradora de uma ocupação de sem tetos assassinada, ao que tudo indica, em meio ao “mata-mata” do mercado varejista de drogas ilícitas, conduziu-me à *Ocupação Horizonte*, onde entrevistei aquelas três lideranças. Parecia-me indesculpável não considerar as correlações entre “sem-tetos”, “travestis” e “traficantes” que as narrativas me impunham. De modo análogo, a quantidade sobressalente de violências sexuais, como estupros, ou estetizadas sexualmente, como o decepamento do pênis da vítima ou a penetração de facas em seu ânus, associadas às mortes de LGBT, levou-me a considerar também narrativas sobre casos de violência sexual ligadas a trabalhadores rurais. É assim que as narrativas sobre violência sexual contra *Dona Marcinha*, uma trabalhadora rural em *luta* contra o latifúndio, e sobre o “caso” de desaparecimento, espancamento, estupro e assassinato de *Emília*, uma filha de uma sindicalista rural, adentram o meu trabalho de campo e conformam o *corpus* da pesquisa.

Algumas das narrativas sobre essas violências já me eram conhecidas antes da proposição do projeto de pesquisa para a seleção do Programa de Doutorado da Unicamp. Minhas atividades profissionais e políticas me apresentaram a elas. Por outro lado, inúmeras das narrativas acessadas me foram facilitadas em razão de minha condição de professor universitário, orientador do NEP e partícipe da *luta*. Além dos convites à participação em debates e oficinas a que me referi anteriormente, a confiança política inicial depositada por meus interlocutores em mim garantiu “entradas em campo” e contatos com relatos e *histórias* que, noutras condições, talvez eu demorasse muito mais a conseguir. A cena que eu descrevo, no segundo capítulo, acerca de meu primeiro ingresso na *Ocupação Horizonte* é emblemática do que estou a dizer. *Marcela*, a liderança que recebeu a mim e a alguns estudantes do NEP, compartilhou conosco preocupações que não explicitaria a pessoas “de fora”. No entanto, apesar dessa confiabilidade apriorística, os rituais e procedimentos característicos ao desenvolvimento de uma pesquisa foram sempre respeitados. Como eu disse, todos os entrevistados sabiam de minha presença enquanto pesquisador, assinaram termos de consentimento e foram informados sobre as temáticas e os objetivos da pesquisa.

Como ficou claro com o trecho deste texto dedicado à “construção do objeto” e restará ainda mais evidente nas linhas do primeiro capítulo a seguir apresentado, a narrativa que eu mesmo escrevo nestas páginas segue as narrativas sobre as violências que me foram expostas nos entremeios da pesquisa. Durante o meu trabalho de campo, narrativas sobre violências me levavam a mais e mais narrativas sobre violências. Opto por partir das narrativas sobre violências, sobre as trajetórias pessoais e sobre os “casos” – estou atento, como faz Paula Lacerda (2012), para o fato de que esses “casos” resultam de esforços e disputas para tecê-los – porque me interessa manobrar as costuras e possíveis correlações entre eles, suas personagens e ambivalências, seus territórios delinqüenciáveis e suas experiências performatizadoras. É nos interstícios dessas costuras, entre a tessitura de uma trajetória e outra, de um caso e outro, mas é também na arquitetura narrativa dessas trajetórias e casos que as análises se desenlaçam. Estou, todavia, ciente dos riscos que essa opção pode acarretar. O primeiro deles, menos grave, consiste numa possível confusão textual entre tantas personagens, tantas histórias e tantos conflitos que talvez dificulte a leitura da narrativa que estou traçando. Há, como se verá, um “vai e volta” de personagens e tematizações que, como notou Bruna Mantese de Souza na leitura de uma versão inicial do primeiro capítulo, arrasta o leitor para uma experiência literária sinuosamente interessante, mas que termina exigindo uma superatenção ao texto.

O segundo risco, mais grave e parte das discussões do segundo e do terceiro capítulos desta tese, pertence àquilo que Teresa Caldeira (2011) chamou de “falas do crime”. Tais falas reordenam simbolicamente as vidas e historicidades dos sujeitos envolvidos em um episódio de regra compreendido como “violento”. Elas erigem uma linha divisória, um antes e um depois que guardam na violência ou no crime uma referência fundamental. A vida somente acontece em pontos narrativos anteriores ou posteriores àquele episódio. Focando-se no “crime” e na “punição”, essas falas tendem a reconstruir preconceitos e a naturalizar a percepção de determinados grupos sociais como perigosos, criminalizando-os e afastando análises mais densas acerca das condições de possibilidade do crime ou da violência. No entanto, de acordo com o que tenho observado, as narrativas sobre o crime e sobre a violência reivindicadas pelos Movimentos são disputadas em outros sentidos. Elas gestam uma intencionalidade transformadora. Nelas, a história do crime é cosida às malhas dos conflitos sociais. De outras maneiras e atravessando diferentes rituais, intenciono percorrer esse emaranhado.

O terceiro risco, tão grave quanto e igualmente parte das discussões do terceiro capítulo desta tese, toca naquilo que Maria Filomena Gregori (1993) chamou de “vitimismo”. Este risco, assim como o segundo, perpassa tanto as narrativas tramadas pelos militantes dos movimentos quanto aquelas alinhavadas por mim na escrita deste texto. Aproximar-se de brutalidades, falar

sobre elas, não deixa de ser um modo de as (re)arquitetar, de transmitir a elas certa valorização que, sejam quais forem os interesses de quem as maneja em seus argumentos, transita nos contornos da “passividade” ou da “inação”. De tanto investir politicamente na brutalidade como estratégia de legitimação da “vítima” – quando inúmeros esforços em contrário tentam fazer da “vítima” menos “vítima”, criminalizando-a, por exemplo – corre-se o risco de fazer da “vítima” demasiadamente “vítima”, inerte, passiva, absolutamente assujeitada. A “vitimização”, portanto, tende a produzir a imagem de uma vítima incapaz de conjugar verbos, desenvolver estratégias, fazer história, nos termos marxianos. Embora talvez eu mesmo vacile, num ou noutro momento da análise, no citado “vitimismo”, não me parece que os militantes com os quais dialoguei o façam. O recurso à brutalização se desvela num contexto de conflitos em que somente as extremidades reúnem sentidos. Nas ações judiciais, nos inquéritos policiais, nos relatórios e nas denúncias públicas direcionadas a organismos, estatais ou não, de proteção de direitos, a vítima precisa ser extremamente vítima, ao tempo em que o algoz precisa ser extremamente algoz. Trata-se da linguagem própria ao campo jurídico e à burocracia estatal, repleta de seus “sins” e “nãos”, como bem notou Judith Butler (2003).

Além disso, há a dificuldade, um quarto risco, em tratar de atividades ilegais (ou ilegalizáveis) em que meus próprios interlocutores e as vítimas das violências narradas pareçam implicados. Aqui não se trata somente de proteger identidades, mas de respeitar as estratégias políticas conduzidas pelos movimentos sociais – estratégias, como dito, de legitimação de seus membros e de suas vítimas – ao mesmo tempo em que é necessário considerar as relações atravessadas pelos sujeitos que narram suas histórias ou cujas histórias são narradas. *Gabriel*, por exemplo, morreu em razão do “tráfico de drogas” ou de sua “sexualidade”? Se a Delegada de Polícia antes mencionada apostou na primeira hipótese, nas disputas travadas frente a tais conflitos classificatórios, o Movimento LGBT provavelmente apostaria na segunda. A alternativa analítica por mim alcançada para a construção do objeto de pesquisa – ou seja, o entrecruzamento entre o trabalho no mercado de drogas ilícitas, as demarcações territoriais ínsitas a esse mercado e as relações de gênero e de sexualidade – não funciona claramente nessa disputa e pode, se mal interpretada ou acionada, reforçar a criminalização da vítima.

Um quinto risco da opção por perseguir tais narrativas sobre violência atravessa o trânsito analítico entre diferentes espécies de narrativas, como falas de militantes e autos de inquéritos policiais e processos judiciais. Minhas próprias convicções naquilo que os militantes me apresentam como sendo “violência” – uma categoria sob disputa, como tentarei demonstrar – não raras vezes me conduziram aos autos com o mesmo espírito “de denúncia” presente nas falas dos integrantes dos movimentos. Esse espírito fez de mim em alguns momentos, como

Sérgio Carrara notou durante o exame de qualificação de uma versão anterior deste texto, um “advogado” se movendo em meio a “fatos” que eu parecia precisar perquirir e comprovar. As considerações de Sérgio a esse respeito exigiram de mim uma atenção maior às diferenças entre os corpos narrativas que compõem esta pesquisa. Embora as falas de militantes e os autos de inquéritos e processos participem da constituição de “processos de Estado”, da elaboração da ideia de “Estado”, inclusive, os autos possuem características próprias e expõem, como Mariza Corrêa (1983) percebeu e eu tento explicar logo no início do terceiro capítulo, as disputas em torno dos “fatos”, sempre em suspensão e sob dúvida, recompostos e refeitos de acordo com as relações de poder em jogo e com as formas características a essas instâncias estatais e às suas páginas insistentemente carimbadas e numeradas.

Por fim, noto que diferentes marcas ou convenções textuais perpassam todo este texto. Termos em itálicos, por exemplo, referem-se em geral a estrangeirismos, a categorias êmicas ou aproximativas, enfrentadas durante o trabalho de campo, a expressões sob rasura ou sob suspeita, muitas delas também êmicas, e a nomes próprios ficcionais. Quase todos os nomes próprios foram ficcionalizados, ainda que diversos dos meus interlocutores tenham permitido a divulgação de seus nomes, ainda que os “casos” aqui trabalhados sejam majoritariamente públicos. Resolvi assim fazer para garantir a eles e elas uma mínima privacidade – para que, por exemplo, a busca por seus nomes na internet não remeta diretamente a este texto e às narrativas aqui constantes. São categorias êmicas ou aproximativas, dentre as já mencionadas: a) *jagunços*; b) *capangas*; c) *luta* etc. São expressões sob rasura ou suspeita e também êmicas: a) *homofobia*; b) *exploração sexual*; c) *história* etc. Enfim, são nomes próprios ficcionais: a) *Rosa*; b) *Santana*; c) *Guerra nas Estrelas* etc. Por sua vez, são indicadas por aspas expressões êmicas mais longas, as citações às falas dos interlocutores e às referências bibliográficas interiores aos parágrafos, as classificações aproximativas por mim mesmo desempenhadas e palavras e expressões que requerem destaques especiais ou rasuras em momentos pontuais do texto.

A palavra “homofobia” requer uma consideração em particular. À época da realização do trabalho de campo que alimenta esta pesquisa, entre 2012 e 2014, expressões como “LGBTfobia”, “lesbofobia” ou “transfobia”, hoje frequentemente presentes no vocabulário de militantes do Movimento LGBT, ainda não preenchiam suas falas e seus argumentos. Nas narrativas de meus interlocutores, “homofobia” parecia sintetizar todas as experiências de discriminação, vividas por *homens gays* ou por *mulheres lésbicas*, por exemplo. Embora eu esteja ciente de que, recentemente, os sujeitos do Movimento LGBT reviram os usos de seus próprios termos, decidi empregar apenas a palavra “homofobia” em respeito ao que me foi

informado quando da realização da pesquisa e considerando a existência de conflitos em torno dessas importantes designações. Exportar formas de classificação do presente para o passado consistiria numa falha metodológica pois acarretaria, no mínimo, o apagamento da historicidade e daqueles conflitos a que me referi.

4. A estrutura da tese

- 1. Capítulo 01: “Cipó de Boi: sobre reciprocidades constitutivas”:** No primeiro capítulo, procuro investigar narrativas sobre violências produzidas por e produtoras de reciprocidades constitutivas entre conflitos territoriais e relações de gênero, sexualidade e classe. Para isso, percorro textualmente um caminho analítico que me possibilita revisitar as conexões entre as narrativas de violência que o passo a passo do trabalho de campo me legou e, assim, termino por apresentar alguns dos conflitos e das personagens que compõem esta tese. Início o trajeto analítico a partir das narrativas de *Marcos*, um trabalhador rural cuja história de vida se confunde com a história do conflito agrário da *Fazenda Alfenim*, onde seus pais, irmãos, esposa e filhos moraram ou moram até hoje. Depois, acompanho as narrativas de *Lua* e *Antônia*, duas militantes do Movimento de Travestis e Transexuais da Paraíba, a respeito de suas trajetórias de migração e trabalho na prostituição. Com *Marcos*, *Lua* e *Antônia*, eu objetivo, neste capítulo, analisar as narrativas tramadas em meio às *lutas* e aos conflitos de que esses sujeitos tomam parte; e algumas dimensões daquelas reciprocidades constitutivas, objeto desta pesquisa.
- 2. Capítulo 02: “Bala: o crime como relação social”:** No segundo capítulo, as narrativas de *Marcos*, *Lua* e *Antônia* cedem espaço e passam a dialogar com as narrativas de *Marcela*, uma moradora de uma ocupação de trabalhadores sem teto, localizada no centro de João Pessoa. Tento perscrutar as sinuosidades das narrativas, mais ou menos ambíguas, acionadas por *Marcela* acerca de suas experiências na “vida errada”, ou seja, do seu *trabalho* junto ao mercado de drogas ilícitas. Intenciono, com isso: a) problematizar o uso comum, inclusive no interior do campo marxista, das noções de “classe” e “trabalho”; e b) compreender o lugar narrativo do crime e da criminalização junto às reciprocidades constitutivas que figuram como objeto desta pesquisa.

3. Capítulo 03: “30 Facadas: sobre a reivindicação da violência”: No terceiro e último capítulo, tenciono discutir como relações de gênero e sexualidade operam na tessitura de narrativas sobre violência e, ao revés, como a reivindicação narrativa da violência atua no perfazimento de relações de gênero e de sexualidade – relações estas, como debatido nos capítulos anteriores, reciprocamente perfeitas por relações de classe, racialização, geração etc. Trago ao texto, com especial atenção, as narrativas muito íntimas sobre violência que me foram apresentadas por integrantes do Movimento LGBT e pelas integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília*, um grupo de militantes – sindicalistas rurais, feministas, agentes da CPT etc. – que se dedicou a atuar junto ao caso de desaparecimento, estupro e assassinato de *Emília*, uma adolescente, filha de uma sindicalista rural, integrante da Marcha das Margaridas. Trago, também, as narrativas constitutivas de autos de inquéritos e processos judiciais relativos a dois “casos” em que as violências reivindicadas por diferentes movimentos sociais são ou não reconhecidas. Tratam-se dos casos de *Safira, travesti* assassinada a trinta golpes de facão num “ponto de prostituição” em Campina Grande, e do episódio da invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho*, na *Fazenda Alfenim*.

Capítulo 01
CIPÓ DE BOI:
sobre reciprocidades constitutivas

1. Apresentação

Márcia e José Antônio dormiam quando o grupo de homens armados penetrou o terreno de sua casa. Estavam próximos da meia-noite e o domingo, dia 09 de dezembro de 2007, já se despedia do calendário no momento em que a porta foi arrombada. Dos aproximadamente dez homens que chegaram ao local montados em um veículo tipo “Saveiro”, seis adentraram a casa, dois deles encapuzados. Renderam o casal de *trabalhadores rurais* e seus três filhos: *Júlio*, um adolescente de quinze anos, *Priscila*, uma criança de dez anos, e *Patrícia*, de quatro. Os homens gritavam “isto é um assalto” enquanto procuravam dinheiro e objetos de valor e destruíam móveis e eletrodomésticos. Amarrados, *Tonho* – como é conhecido *José Antônio* – e *Priscila* foram mantidos na saleta da casa de dois cômodos. Espancaram-no seguidas vezes.

Também amarrada, *Dona Marcinha* foi levada, ao lado de *Patrícia*, para o quarto. Em meio à gritaria, uma voz desconhecida ressoou “estupra ela”, referindo-se a *Dona Marcinha*. A mulher respondeu que se encontrava menstruada, mas um dos homens retrucou: – só vendo. Rasgaram suas roupas e calcinha. Ao se depararem com o sangue, desistiram do coito, introduziram um objeto cilíndrico e áspero em sua vagina, o que lhe causou muitas dores, e, depois, despejaram um líquido incerto no mesmo lugar. *Patrícia* assistia à cena enquanto *Júlio* era surrado e deslocado pela casa com uma arma apontada para sua cabeça e outro dos homens falava a *Tonho* que violentaria sua filha *Priscila*. Os homens deixaram a casa no mesmo carro que os trouxe e numa moto, de propriedade de *José Antônio*. Levaram com eles, além da motocicleta, uma televisão, um aparelho de som e um de DVD e uma quantia de setecentos reais.

Ouvi ou li sobre o *caso* da invasão da casa em diversos momentos. Com pequenas variações, relatos sobre aquele episódio constam em denúncias de movimentos sociais e organizações de Direitos Humanos, relatórios oficiais, matérias jornalísticas, ações e petições judiciais e atos públicos. Também constam nos discursos e nos silêncios da família de *Dona Marcinha* e *Tonho* e dos demais *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim*, as antigas terras do *Velho*

Arlindo, onde até hoje está localizada a casa da família de *posseiros*. Meu primeiro contato com as narrativas sobre o *caso* da invasão e a *história* do conflito da *Fazenda*, porém, deu-se em 2010, alguns anos antes do início da pesquisa que consubstancia este texto. Naquele ano, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru e o Centro de Referência em Direitos Humanos, ambos da UFPB⁹, haviam decidido direcionar suas atenções para conflitos agrários recentes e considerados emblemáticos pelos movimentos paraibanos. O conflito da *Fazenda Alfenim* era um deles e eu orientaria um grupo de estudantes de graduação¹⁰ que desenvolvia atividades de assessoria jurídica universitária popular junto à comunidade de *posseiros*. São dessas atividades os meus primeiros registros sobre o *caso* da invasão e a *história* do conflito. Eles advêm do acompanhamento dos *trabalhadores* em atos públicos ou audiências judiciais, de suas falas sobre as violências e a *luta* nas terras do *Velho Arlindo* e de entrevistas executadas pelas equipes do CRDH e do NEP. Somados à análise dos autos dos processos judiciais relativos ao conflito e à consulta a trabalhos acadêmicos anteriores¹¹, foram aqueles registros iniciais que alimentaram os meus primeiros questionamentos a respeito do lugar ocupado por uma cena de violência sexual em meio à *história* de um conflito territorial. São esses questionamentos o que movimenta as linhas do presente capítulo.

Aqui, procuro investigar narrativas sobre violências produzidas por e produtoras de reciprocidades constitutivas entre conflitos territoriais e relações de gênero, sexualidade e classe. Para isso, percorro textualmente um caminho analítico que me possibilita visitar as

⁹ Como dito na introdução deste texto, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, ou NEP, consiste num coletivo auto-organizado de estudantes que, desde 2008, desenvolve atividades de assessoria jurídica universitária popular junto a diversos movimentos sociais na Paraíba. O NEP conta com a colaboração de alguns professores que respondem pelos projetos do Núcleo frente à administração da UFPB e auxiliam nos processos de formação e orientação dos estudantes e no diálogo com os movimentos. Renata Ribeiro Rolim, Ana Lia Almeida e eu – embora outros docentes já tenham ocupado algumas dessas funções anteriormente – somos os professores mais próximos do Núcleo e, formalmente, seus “coordenadores”. Por sua vez, o Centro de Referência em Direitos Humanos, ou CRDH, surgiu em 2010 e consiste numa articulação de professores e estudantes que atuam na defesa e na promoção de Direitos Humanos através da assessoria ao que chamam de “grupos vulneráveis”. Em 2010, além de mim, compunham o CRDH os professores Nelson Gomes de Sant’Ana e Silva Júnior, Eduardo Fernandes de Araújo e Ana Lia Almeida.

¹⁰ Estes estudantes estagiavam no CRDH e/ou se organizavam no NEP. Eram eles: Luana Dorziat, Douglas Pinheiro Bezerra, Thiago Fernandes Lúcio, Najara Souza Medeiros, Talles Lincoln Santos Lopes, Ariana Bárbara Queiroz Cavalcante e Claudiana Dionísio da Silva. Além deles, o hoje professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) Thiago Arruda Queiroz Lima, à época estudante do mestrado em Direito da UFPB, participava das atividades.

¹¹ Dois trabalhos abordaram, em diferentes dimensões, o conflito. Em sua pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Luanna Rodrigues (2012) realizou trabalho de campo junto aos *moradores* da *Fazenda Alfenim*, chegando, inclusive, a presenciar ações e reuniões do NEP. Ao seu tempo e sob minha orientação, Luana Dorziat (2014) tratou do conflito em seu trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito. Em sua monografia, Dorziat se preocupava mais detidamente com a participação da “violência” na produção da noção de “produtividade” das terras e se valia dos mesmos registros iniciais de pesquisa de que eu me valho neste texto. Também através do NEP e do CRDH, ela acompanhou o conflito durante aproximadamente dois anos.

conexões entre as narrativas de violência que o passo a passo do trabalho de campo me legou e, assim, termino por apresentar parte dos conflitos e das personagens que compõem esta tese. Tal caminho se inicia ainda nas terras da *Fazenda Alfenim*, transitando entre as lembranças de *Marcos* – irmão de *Tonho* e cunhado de *Dona Marcinha* – mobilizadas nos meandros do exercício narrativo do contar a sua própria *história*. Da *Fazenda Alfenim*, as linhas do texto se deslocam para diferentes épocas das ruas anoitecidas do centro da cidade de João Pessoa. *Lua* e *Antônia*, duas *travestis* (ou *transexuais*), importantes militantes do Movimento LGBT paraibano, rememoram suas experiências passadas com o trabalho da prostituição. Por mais estranheza que as sinuosidades desse caminho possam causar, com elas, eu costuro conflitos, cenas e sujeitos diversos, localizados espacial e temporalmente próximos ou distantes, mas que me auxiliaram na percepção das relações de poder implicadas nessas narrativas de violência. Na companhia de *Marcos*, *Lua* e *Antônia*, e de algumas narrativas documentais referentes à desapropriação das terras da *Fazenda*, dedico-me ao primeiro objetivo deste capítulo: o da análise das narrativas exemplares que se prestam à tessitura das histórias.

Tais narrativas exemplares configuram exemplos ou modelos que se apoiam em convenções sociais e intencionam ultrapassar o âmbito de suas situações particulares para alcançar certo grau de generalidade e reconhecimento. Seus contornos genéricos as tornam prontamente reconhecíveis por um público amplo. Como tentarei indicar durante este capítulo, o uso dessas narrativas exemplares consubstancia as narrativas acerca das *lutas* travadas por movimentos sociais, preenche essas *lutas*, confere significados a elas, nutre-se delas e de seus contextos, seja recorrendo às representações das *lutas* e dos conflitos pretéritos; seja redesenhando um passado, uma infância, um par de sapatos para ir às missas de domingo, como inadequados, insuportáveis, algo capaz de nos “rasgar por dentro”. O acionamento dessas narrativas exemplares produz, enfim, aquilo que eu chamarei nas páginas seguintes de “tessitura narrativa da inadmissibilidade histórica”.

Cumprindo com o segundo objetivo deste capítulo, discuto algumas dimensões das reciprocidades constitutivas entre relações de classe, gênero, sexualidade e territoriais com que me defrontei durante a pesquisa. Experimento o exercício analítico que o início do trabalho de campo me proporcionou e do qual tratei na introdução desta tese, o da concepção de que as violências perpetradas contra LGBT e sem-terras não derivam de relações pré-existentes de gênero e sexualidade, de um lado, e de classe e territoriais, de outro, mas que essas relações

sociais se fazem umas às outras. Seguindo essa concepção, por exemplo, o “estupro”¹² de *Dona Marcinha* não emerge analiticamente apenas como um “ápice violento” em meio a um cenário de “violências de classe”, tampouco como um “excesso” substituível por qualquer outro, um detalhe absurdo porém periférico. Nos conflitos de classe e territorial que forjam a *história* da *Fazenda Alfenim*, mas não só neles, o “estupro” de *Dona Marcinha* é central – e não porque o trabalho não o seja. Sua “centralidade” decorre do que chamarei de trabalho de sexualização do território e, dialeticamente, de trabalho de territorialização das relações de gênero e de sexualidade. Nas narrativas sobre aquela *Fazenda*, a centralidade da violência sexual presume a centralidade das relações de gênero e de sexualidade para a compreensão do conflito e demonstra que todas as relações sociais aí aparentes se arranjam entrelaçadas. Não há terra que não seja gênero desde que a fizeram terra. Não há sexualidade desprovida de um trabalho que a produza.

A arquitetura deste argumento – que resume o objeto da tese – é herdeira evidente dos avanços feministas e dos estudos de gênero e sexualidade acerca das “interseccionalidades” (Piscitelli, 2008b; Facchini, 2009; Moutinho, 2014) e das “consustancialidades” (Kergoat, 2010; Hirata, 2014). No melhor desses dois campos compreensivos – que, há de se notar, dissentem um do outro e não são sequer internamente homogêneos – são os entrecruzamentos e as reciprocidades constitutivas entre as relações sociais o que permanece em relevo. Dessa forma, essas relações não se somam, substituem ou alternam. Nas palavras de Anne McClintock, raça, gênero e classe, por exemplo, “existem entre si e através dessa relação – ainda que de modo contraditório e conflituoso” (2010, p. 19). Já para Danièle Kergoat, as relações “formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” (2010, p. 94). No que me interessa desses dois campos e dos entrecruzamentos por eles delineados, a sua valorização da “experiência” ou da “experiência histórica” é o que salta.

Como nota Avtar Brah (2006), a experiência é um conceito-chave no feminismo desde a assunção da palavra de ordem segundo a qual “o pessoal é político” e os grupos de conscientização ofereceram a ocasião para que as experiências diárias, individuais e coletivas

¹² Quando do episódio da invasão da casa de *Dona Marcinha* e *Tonho*, o Código Penal Brasileiro diferenciava o crime de “estupro” do crime de “atentado violento ao pudor”. Os dois tipos penais – tratados, respectivamente, nos artigos 213 e 214 do Código – pressupunham o emprego de violência ou grave ameaça, mas a caracterização do “estupro” requisitava especificamente a ocorrência da “conjunção carnal”, ou seja, da penetração do pênis na vagina. Embora, juridicamente, a violência cometida contra *Dona Marcinha* não pudesse, à época, ser identificada como um estupro, as narrativas sobre o *caso* da invasão muitas vezes o faziam. Por inúmeras razões, “estupro” é uma expressão mais inteligível e acionável do que “atentado violento ao pudor”. A Lei 12.015, do ano de 2009, pôs fim à diferenciação e agrupou ambos os tipos, sob a designação de estupro, no artigo 213 do Código Penal.

das mulheres fossem palavreadas e compartilhadas. Mas essa experiência – Brah se faz categórica quanto a isso – não deve ser imaginada como o predicado posterior a um sujeito prévia e plenamente concebido. Ao revés, ela, a experiência, é “o lugar de formação do sujeito” (Idem, p. 360). Tomar as reciprocidades como experiências requer a apreensão das próprias categorias analíticas como conflituosas e móveis. Ao falar em gênero, desse modo, está-se necessariamente a dizer de processos de generificação ou, no vocabulário de Judith Butler (2010b), de performatividade de gênero. “Feminino” e “masculino”, para além de “construtos culturais”, são categorias móveis e maleáveis que se atualizam nas práticas dos sujeitos como norma e/ou transgressão e não se conformam em díades de opostos. Antes, são femininizações e masculinizações historicamente contextuais, individuais e coletivas, acionadas segundo os confrontos e as acomodações próprios a determinadas relações de poder. Analogamente, como aponta McClintock (2010), “raça” não passa de um instante aparente de processos profundos de racialização. E sexualidade remete não aos contornos de um sexo pré-cultural ou pré-discursivo, mas a “roteiros sexuais” manipuláveis e flexíveis, como quis John Gagnon (2006), ou a um “dispositivo” implicado em “saber”, “poder” e “subjetivação”, como definiu Michel Foucault (2010).

Os feminismos e os estudos de gênero e sexualidade provocaram ganhos inequívocos para essas análises. Dá-se, neles, uma dose fundante de historicidade que sustenta, sem dúvida, minha própria pesquisa. Todavia, embora esses estudos promovam historicizações radicais no que tange às relações de gênero, sexualidade e racialização, não raramente a “classe” é tomada como um dado a-histórico. Classe deixa de ser relação de classe – e, sendo assim, experiência, conflito de classe, luta de classes – e passa a ser confundida com estratificação social, renda e, para os que ainda consideram as distinções bourdieusianas (2007), capital simbólico, educação. Desconfio, mas é apenas uma desconfiança, que certa rejeição apriorística aos marxismos tenha a ver com isso. Não à toa, essa a-historicização das relações de classe não se verifica nos trabalhos que, de alguma forma, dialogam bem com o bom marxismo, como é o caso óbvio do trabalho já citado de Anne McClintock (2010)¹³. Parece-me que a rejeição apriorística ao marxismo engendrou o apagamento, em parte significativa dos estudos de gênero e sexualidade, de abordagens interessantes sobre as relações de classe, como seriam as do próprio Marx, mas notadamente as de Antônio Gramsci – base imprescindível do Stuart Hall de Avtar Brah (2006) – e as de E. P. Thompson – mencionado nos trabalhos (não marxistas e exteriores aos estudos

¹³ Tive a oportunidade de discutir sobre as aproximações entre Anne McClintock e o materialismo histórico-dialético em uma resenha do livro “Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial”, publicada nos Cadernos Pagu e intitulada “Os despuadores de Anne McClintock”. Ver: Efreim Filho, 2013.

de gênero) de Alba Zaluar (1985), Gabriel Feltran (2010) e Vera da Silva Telles (2010) discutidos ao longo deste texto. Nessas análises, classe é inexorável movimento, contradição.

Por outro lado, e mesmo que sob diferentes perspectivas, a a-historicização das relações de classe a que me refiro também não se repete nos trabalhos e análises que, como percebeu Isadora Lins França, compreendem gênero e sexualidade como “linguagens capazes de mobilizar fortemente conteúdos relacionados a outros marcadores de diferença social” (2012, p. 261). Nos trabalhos de França (2016; 2013; 2012), relações de gênero e sexualidade são, em inúmeros momentos, oportunidades para abordar formas de racialização e conflitos de classe. Trata-se, desse modo, de um olhar para as relações de classe através das relações de gênero e de sexualidade presentes em campo. “Classe”, naquelas páginas e nas experiências narradas pelos interlocutores de França entre boates e botecos destinados ao “público GLS”, é consumo, movimento, trânsito, consubstancia territórios (ou “lugares”), desejos e afetos. Não é “pobreza” e “riqueza”, simplesmente, é conflito em múltiplas dimensões – e, ainda que ela não utilize esses termos, penso também ser contradição entre capital e trabalho. Segundo a própria Isadora Lins França tem avaliado¹⁴, no entanto, essa forma de analisar “classe” a partir de sexualidade e gênero remonta a trabalhos caros à trajetória dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, como é o caso, para citar alguns exemplos, dos trabalhos de Peter Fry e Néstor Perlongher.

No primeiro deles, Fry (1982) localiza a luta por igualdade de direitos, desencadeada por movimentos como o feminista e o homossexual, no interior da experiência social de camadas da classe média em formação. No segundo, Perlongher (2008 [1987]) associa a classe e suas desigualdades aos “tensores libidinais” que perfazem michês, clientes, desejos e perigos – e desejos pelos perigos – e ao imaginário acerca da personagem do “pobre rapaz” devorado por “luxuosos pederastas”, imaginário este que tanto sonega aqueles tensores como dissimula as correlações viáveis entre prazer e dinheiro, sexualidade e trabalho. Nos textos de Peter Fry e Néstor Perlongher, destarte, a noção de “classe” não recai num mero “artefato estrutural”. Atua na compleição de diferentes relações sociais, tais quais as de gênero e de sexualidade, sendo também por elas perfeita. Nisso, como bem demonstram Sérgio Carrara e Júlio Assis Simões (2007), as análises de Fry e Perlongher¹⁵ antecipam surpreendentemente as recentes orientações do campo das “interseccionalidades” e põem em xeque, muito antes das festejadas

¹⁴ Agradeço a Isadora Lins França pelas incontáveis conversas a esse respeito e, inclusive, pela indicação direta das passagens dos textos de Peter Fry e Néstor Perlongher acima mencionados.

¹⁵ Mas também as análises de Edward McRae (1990), Carmen Dora Guimarães (2004 [1992]), Jurandir Freire Costa (1992) e Maria Luiza Heilborn (2004 [1992]).

contribuições de Judith Butler ou dos “estudos queer”, processos de naturalização de diferenças e fechamentos identitários.

Neste capítulo, portanto, esforço-me para analisar o acionamento daquelas narrativas exemplares e as reciprocidades constitutivas de que falei anteriormente. Para isso, persigo as sinuosidades do caminho analítico e dos sujeitos acima descritos, tentando compreendê-las nos interstícios das tensões criativas que o arsenal teórico aqui apresentado suscita. Essas tensões oferecem o desafio de valorizar analiticamente a experiência, levando em conta campos conflitantes, mas não excludentes, de influências teóricas e políticas: o marxismo, sobretudo através de E. P. Thompson (1987) e de seu modo de conhecer “o fazer da classe”; e os estudos de gênero e sexualidade, através principalmente do espectro de referências aqui já esboçado. Nos encontros e desencontros desses dois campos, a valorização da experiência histórica implica numa atenção especial não às estruturas sociais, mas aos sujeitos, às suas formas de organização e à sua prática política, ou seja, à sua *luta*. Não coincidentemente, as narrativas sobre violências e trajetórias de vida que servem de lastro para esta tese advêm de sujeitos, os mais variados, em movimento e *luta*. São as narrativas gestadas nessas *lutas*, são as *lutas* gestadas nessas narrativas, o que me permite a visualização das reciprocidades, da textura dos fios que as urdem.

2. Coivara de caveira de osso: sobre Marcos

Marcos me conta que escapou por milagre. Dos onze filhos de seus pais, apenas seis crianças sobreviveram. Ele e *Tonho* estavam entre elas. “Mas os outros morreram de quê, *Marcos*”? Antes de responder à minha pergunta, ele sorri. Acha graça da minha dúvida, de sua possibilidade. “Minha mãe perdeu quatro, um morreu com dois anos, um morreu com três, outro morreu com seis, outro com seis meses. Era criança que morria demais. Naquele período, a situação também não ajudava muito. Ninguém tinha condições de criar. A gente escapou por milagre”. Milagrosamente, num contexto em que a morte se faz como uma obviedade, *Marcos*, *Tonho* e seus quatro irmãos nasceram e se criaram nas terras da *Fazenda Alfenim*. Para lá, na zona rural do município de *Alcaçuz*, seus pais haviam migrado nos idos da década de 50, vindos de comunidades rurais de municípios vizinhos, próximos a Campina Grande. “O casal veio morar aqui nessa fazenda pra ser trabalhadores e moradores da fazenda” e lá viveu com os filhos até que, um por um, os três irmãos mais velhos de *Marcos* seguiram para São Paulo, antecipando a viagem do pai que, em 1978 ou 1979, também deixou a casa na *Fazenda Alfenim* para trás. Dava-se que ele “não levava desaforo”.

Em 1970, *Arlindo Falcão de Aguiar*, o *Velho Arlindo*, comprou as terras da *Fazenda Alfenim*. “Naquela época, quando *Arlindo* comprou, muitos *moradores* que moravam aqui foram embora porque não se sujeitavam às ordens de *Arlindo*”. Até então, os *posseiros* da *Alfenim* viviam sob o regime do *foro*, pagando em dinheiro ao proprietário das terras um valor correspondente ao hectare trabalhado. “Se você trabalhasse um hectare, você pagava um valor ‘x’, não me recordo, mas tinha um valor que tinha que pagar”. O *Velho Arlindo*, entretanto, adicionou à cobrança do *foro*, a cobrança do *cambão*. Assim, o proprietário permitia que *agricultores* habitassem e produzissem em suas terras desde que eles lhe destinassem uma parcela semanal de seus dias de trabalho. Segundo as novas ordens de *Arlindo*, os *moradores* novatos deveriam pagar (prestar) três dias de serviço por semana na *Fazenda*, os *moradores* antigos, um dia, recebendo em troca um pagamento irrisório. Além disso, o *Velho Arlindo* cobrava uma quantia relativa a cada cabeça de animal criado pelos *trabalhadores* e estabeleceu regras quanto à quantidade de animais que uma casa poderia ter. “A casa só criava duas cabras e não podia reproduzir, se reproduzisse, tinha que vender pra não fazer rebanho, pra não fazer a criação”. As cabras somente serviam à alimentação das crianças, através da produção do leite. Cada família poderia possuir um “boi de serviço”, “pra trabalhar no roçado”, e um cavalo ou um jumento para locomoção. “Era essa a ordem”. Com as novas ordens, vieram os empregados do *Velho Arlindo* e a fiscalização do cumprimento das regras.

“Meio desaforado”, o pai de *Marcos* e *Tonho* “entrou em atrito” com um desses empregados. Não obedeceu a alguma das ordens do empregado e, em razão disso, foi proibido de plantar nas terras da *Fazenda Alfenim*. Precisou, durante um ano, trabalhar em “terra vizinha” à *Fazenda*, até que o *Velho Arlindo* o aceitou de volta. Porém, em 1978 ou 1979, o pai “pegou uma nova confusão”. “*Marcos*, essa confusão também teve a ver com as ordens do proprietário”? Não teve. “Foi confusão por causa de mulher, de cachaça, da rua, mas brigou com gente de certo nível da cidade, que tinha conhecimento com a polícia”. Ao que entendi, esta última “confusão da cachaça” envolveu também um dos empregados do *Velho Arlindo*, que “era muito aliado à polícia”. Se a confusão não tinha a ver com as ordens, tinha a ver com a posição e as relações do *Velho* e de sua “gente de certo nível” em *Alcaçuz*. “E aí, com essa confusão que pegou na cidade, meu pai foi perseguido pela polícia, meu pai teve que ir para São Paulo para não ser preso”.

Tonho se tornou então o homem mais velho da casa e assumiu as responsabilidades decorrentes disso. Não passava dos 16 ou 17 anos. “Foi a vítima da família, era o chefe da casa, bem dizer”. Administrava as plantações de milho, feijão, fava e algodão desenvolvidas pela família, cuidava dos prazos das colheitas – “a gente tinha que plantar durante seis meses, com

seis meses, tinha que tirar pra deixar para o gado a pastagem” –, cuidava da venda da produção e do pagamento do *foro* ao proprietário das terras. Em novembro, anualmente, as plantações dos *moradores* precisavam dar lugar às pastagens para o gado do *Velho Arlindo*. Conseqüentemente, a venda da produção também acontecia em novembro e somente em novembro. O dinheiro que dela resultasse deveria durar, afinal, no restante do ano quase não “entrava dinheiro”. “O dinheiro que entrava era, se fosse assim, uma galinha, os bichos, alguma coisa...”. “A situação era difícil”.

À época da fuga do pai, *Marcos* tinha pouco mais de dez anos e conciliava o trabalho no roçado familiar aos estudos. Ele foi o único dos filhos a superar a escola da comunidade e continuar os estudos na cidade de *Alcaçuz*. Na companhia de mais quatro meninos da *Fazenda*, “ia a pé” através dos quilômetros que separam a *Fazenda Alfenim* e a escola. “Eu ia de manhã, acordava cedo, tinha que ir pra *Alcaçuz*, quando chegava, ia pro roçado”. Nesse ritmo, *Marcos* começou a andar pela cidade. Iniciava-se a década de oitenta e, aos 15 anos, ele começou a participar da crisma, a “interagir na Igreja”. Em 1985, já “um rapazote, com 17 anos mais ou menos”, conseguiu, por meio de um “menino do sindicato”, uma bolsa do Projeto Rondon “pra acompanhar as escolas, fazer uma fiscalização da merenda escolar”. No ano seguinte, em 1986, terminou o ensino fundamental – estudava à noite para se dedicar ao trabalho durante o dia. Através da Igreja Católica e do universo que a partir dela então se abria, *Marcos* dava os seus primeiros passos na militância.

Ainda em 1985, *Marcos* foi convidado pelas irmãs católicas a participar de uma reunião em uma cidade próxima a *Alcaçuz*. Tratava-se de uma “reunião da zonal”. “A diocese era dividida em zonais: zonal Brejo, agreste, até hoje é. O pessoal chama ‘zonais’, são vários municípios. E *Alcaçuz* pertencia à diocese de João Pessoa”. A reunião aglutinava *trabalhadores rurais* de municípios próximos a *Alcaçuz*, “juntava canavieiros, agricultores”. “Eu sei que eu levei três trabalhadores, desses três trabalhadores, um foi *Tonho*, outro foi um senhor chamado *Damião*, que foi embora pro Rio, já morreu e não voltou mais, (...) e o *Natalício*, que tava na luta, mas depois se acovardou, esfriou, ficou na dele”. As “reuniões das zonais” eram parte das atividades da Pastoral Rural, o setor da Igreja paraibana que viria a se tornar a Comissão Pastoral da Terra. Era “a Igreja em movimento do tempo de Dom José Maria Pires, a Igreja era bem viva e bem animada. Era um fuzuê danado, encontro de jovens, era pastoral de todo tipo, aquela animação toda, muito bom. Aí todo mundo se aglutinava, se articulava mais. Sempre fui articulado por isso”.

Em 1987, *Fátima*, uma sindicalista rural próxima a Margarida Maria Alves, convocou *Marcos* para participar de um “curso de formação”, destinado a militantes, em João Pessoa. À

época, setores da Igreja e sindicatos pretendiam fundar um “centro de treinamento dos trabalhadores rurais”. *Marcos* respondeu à convocação de *Fátima*, levou com ele alguns jovens da comunidade de *posseiros* da *Fazenda Alfenim* e não parou mais de viajar, articular *trabalhadores*, frequentar reuniões. Assim, ele participava do eferescente processo político que desencadearia a conversão da Pastoral Rural paraibana na organização nacional da Comissão Pastoral da Terra e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, na Paraíba.

O *Velho Arlindo*, no entanto, soube dessas articulações e da participação de *moradores* da *Fazenda Alfenim* nas reuniões da Pastoral, do “movimento”. *Marcos* diz que o proprietário foi informado de que “tinha gente se organizando para tomar a terra dele”. Mas conta que, àquele tempo, sequer imaginava fazer isso. “Tu sabe, a fofoca sai rápido. E nunca sai do jeito que é pra sair”. Embora *Marcos* não imaginasse “tomar as terras” de *Arlindo Falcão*, fato é que o *Velho Arlindo* tinha motivos suficientes para a desconfiança. Nas reuniões, para as quais *Marcos* convidava outros *trabalhadores*, “a gente discutia as questões de opressão, de situação do trabalhador, da família, a situação dos canavieiros”. Nas reuniões que ocorriam à noite, no interior da própria *Fazenda Alfenim*, discutia-se a injustiça do *cambão*, que “não era justo a gente dar um dia de graça pro proprietário, que não era justo a gente dar um dia de graça pela moradia, então tava errado”.

Além disso, algumas áreas de conflito agrário já surgiam na região e, com o pessoal da Pastoral, *Marcos* começava também a acompanhá-las. “Eu comecei a participar desses movimentos, alguém foi comigo e a história saiu, né? Que nós estávamos se organizando para tomar a terra de *Arlindo*”. Mas *Arlindo Falcão* não tardou a apresentar uma resposta à participação dos *trabalhadores* “nos movimentos”. Num fim de tarde do final do ano de 1987 ou do começo do ano de 1988, *Marcos* não tem certeza, o *Velho* apareceu à porta da casa da mãe de *Marcos* e *Tonho*. Vinha seguido por seis ou oito empregados armados, desconhecidos da família de *posseiros*. “Foram lá me buscar, procurar em casa”. *Marcos*, contudo, achava-se nas atividades do “movimento”. “Quando cheguei, tava o fuzuê. ‘Homem, você não pode chegar em casa não porque o proprietário *Arlindo* foi buscar você pra matar, pra bater em você, dar uma pisa, pra você nunca mais tomar a terra de ninguém’”. Como seu pai, *Marcos* teve de se afastar da *Fazenda Alfenim*. Levou bastante a sério a “visita” do *Velho Arlindo* e de seus *jagunços*. Mas se embrenhou ainda mais nas atividades do Movimento. A tal ponto que, em 1989, atuou junto à organização da primeira ocupação de terras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na Paraíba, a histórica ocupação da Fazenda Sapucaia, que envolveu lideranças nacionais do MST.

Por quase um ano, *Marcos* morou num acampamento de lonas pretas. Nesse tempo, as mobilizações na *Fazenda Alfenim* esmaeceram. As ameaças de *Arlindo Falcão* e de seus empregados provocaram medo nos *trabalhadores*, que pararam de se reunir. O abafamento do conflito, contudo, acabou permitindo que *Marcos* retornasse à casa da mãe na *Fazenda*. “Voltou para cá, *Marcos*? E como foi essa volta?” “Minha mãe morava aqui, meu irmão morava aqui, a família morava aqui, todo mundo morava aqui. Tive que voltar a residir aqui e a trabalhar na terra. Meus irmãos trabalhavam nessa terra aqui”. *Marcos* acredita, porém, que o *Velho Arlindo* não chegou a saber de sua volta. “Se alguém disse que sabia não se comentava, se sabia, o povo não comentou, eu também não tava me envolvendo tanto”. Foi um tempo em que o próprio *Marcos* se afastou da militância política. Casou-se em 1991 e resolveu morar na cidade de *Alcaçuz*. Em razão das contendas com o proprietário, não podia fazer aquilo que, em 1983, *Tonho* havia feito ao casar com *Dona Marcinha*: pedir ao *Velho* uma casa para morar dentro da *Alfenim*. “Ia dar a cara a bater, né? Aí eu fui morar de aluguel na cidade”.

Através do prefeito de *Alcaçuz*, *Marcos* conseguiu lecionar história numa turma noturna da escola municipal. Mas o salário de professor era muito pouco, sequer dava para pagar o aluguel. Permaneceu trabalhando também no roçado da família, na *Fazenda*, e aceitou, ainda em 1991, o convite de um conhecido para prestar serviço para a EMATER, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba. “Trabalhava na EMATER de manhã e trabalhava no roçado durante à tarde. Na hora de folga, vinha pra cá. E à noite, na escola, era a disciplina de história. Eu só dava aula dois dias à noite. Mais ou menos maleável. Assim fui sobrevivendo”. Com os três trabalhos, *Marcos* pagava as contas da família e sustentava seu primeiro filho. E foi na EMATER que soube, através do rapaz que o havia convidado ao trabalho, da publicação no Diário Oficial de um edital de venda das terras da *Fazenda São João*, localizada no município de *Alcaçuz*. Sabendo da experiência de *Marcos* com “os movimentos”, o tal rapaz queria orientações sobre como desapropriar aquela fazenda e destiná-la à reforma agrária. *Marcos*, por meio da Empresa, reuniu-se com os *moradores* da *Fazenda São João* em 1996. Organizados, entraram em contato com integrantes da Comissão Pastoral da Terra e requisitaram, junto à superintendência do INCRA, a realização da vistoria do imóvel. A vistoria ocorreu naquele mesmo ano. No ano seguinte, em 1997, a *Fazenda São João* sofreu desapropriação. *Marcos* confiava que logo seria a vez da *Fazenda Alfenim*.

Durante o processo de desapropriação da *Fazenda São João*, *Marcos* conheceu um técnico do INCRA simpático à causa da reforma agrária e disposto a empreender outras vistorias para avaliar a produtividade das fazendas na região de *Alcaçuz*. “Mas, homem, o problema é o que é que nós faz?” “Aí, ele disse: olhe, é só juntar um grupo de trabalhador, fazer

um ofício, entregar ao superintendente do INCRA e ele manda fazer a vistoria”. Foi então que *Marcos* falou da *Fazenda Alfenim*. Falou e cumpriu com os encaminhamentos do técnico. Em segredo, reuniu-se com um grupo pequeno de *trabalhadores*, cinco ou seis, dentre eles o presidente da associação de *moradores* da *Fazenda Alfenim*. O grupo assinou o ofício e, na carroceria de um caminhão, *Marcos* e o presidente tomaram a estrada para protocolar o documento na sede do INCRA, em João Pessoa. Era junho ou julho de 1997. Em outubro, os *trabalhadores* se reuniram e decidiram não pagar o *foro*.

Quando da entrega do ofício ao superintendente do INCRA, os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* já tinham notícia de que o *Velho Arlindo* se achava envolvido com o assassinato de um *trabalhador* que participara, recentemente, de uma ocupação a uma outra fazenda sua, situada num município que dista apenas 60 quilômetros de *Alcaçuz*. Também por isso, todo o procedimento que ensejou a assinatura do ofício aconteceu com muita discrição. Mais uma vez, os *posseiros* tinham medo. Entretanto, 1997 havia sido um “ano seco”, de produção apequenada e o pagamento do *foro* sairia custoso demais aos *moradores* da *Fazenda Alfenim*. “Deus não deu o suficiente. Nós não vamos pagar não. O que é que nós faz”? O medo não impediu que cerca de dez *trabalhadores* se encontrassem à noite, escondidos, na sala de aula da escola da comunidade. Ali, traçaram a estratégia a ser adotada. Negar-se-iam a pagar o valor exigido, pelo proprietário, para o *foro*. Proporiam ao *Velho Arlindo* um pagamento parcial ou nada dariam. No dia da cobrança do *foro*, executaram o combinado. Um após o outro, os *posseiros* repetiam ao *Velho* que não pagariam o *foro*. Não demorou para *Arlindo Falcão* perceber que as respostas dos *trabalhadores* estavam ensaiadas. “Ele percebeu que já tava organizado. Se organizaram pra tomar... Eu sei que aí começou a confusão. ‘Mói de filho da puta, mói de miserávi, tanto que *Arlindo* é bom pra vocês e vocês não querem pagar o foro a mim’! Aí foi a maior confusão”.

A confusão do *Velho Arlindo*, claro, não se limitava ao problema do não pagamento do *foro*. A própria organização dos *trabalhadores* significava problemas muito maiores. O episódio da contestação do pagamento ocorreu em um domingo de novembro de 1997. Na segunda-feira, chegou à *Fazenda Alfenim* o documento do INCRA informando sobre a realização da vistoria. “Foi aí que começou o moído, começou o fuzuê”. *Marcos* conta que o mais difícil era lidar com as ameaças proferidas pelos *trabalhadores* da *Fazenda* que decidiram apoiar o proprietário. Eles diziam que “*Arlindo* vai matar a gente, vai juntar caveira de osso, vai fazer coivara de caveira de osso”. Não se duvidava dessa hipótese. “Ele era daquele cabra mais ruim que a terra criou na história. Usineiro, poder político e tinha capital. Dá pra tu? A peça quem é? Coronel mesmo”. O *Velho* tentou impossibilitar a realização da vistoria. Para o

técnico do INCRA adentrar a *Fazenda Alfenim* e realizar o seu trabalho, foi necessária a convocação de proteção policial. Apesar da dificuldade, a vistoria aconteceu. Seu relatório final demonstrava a improdutividade das terras da *Fazenda*. No ano seguinte, em 1998, a Presidência da República publicou decreto em que reconhecia tal *improdutividade* e a consequente necessidade de destinação daquelas terras à política nacional de reforma agrária.

Percorrendo o passo a passo jurídico normal em casos dessa natureza, o INCRA ajuizou uma ação de desapropriação da *Fazenda*. Com isso, o Instituto foi imitado na posse das terras. “E quando foi em janeiro de 99, aí chega a imissão de posse, a dita imissão de posse. Tá bom, mas eu num acredito não”. *Marcos* não acreditava e os comentários dos seus vizinhos favoráveis ao *Velho* alimentavam sua insegurança e sua descrença. “Qual era a repressão dele? Os comentários da administração, dos moradores que eram a favor dele. ‘Ninguém toma terra de *Arlindo*. Vocês querem tomar terra de *Arlindo*? Mas ninguém toma’. Diziam isso e o pessoal ficava com medo”. No entanto, para (quase) todos os efeitos, embora o *Velho* e seus empregados não houvessem deixado as terras, a posse da *Fazenda Alfenim* competia aos *trabalhadores*. Eles retomaram os trabalhos nos roçados e, em fevereiro, receberam a equipe do INCRA que faria o cadastramento das 41 famílias a serem assentadas. O assentamento, porém, não ocorreu.

A ação de desapropriação, ajuizada pelo INCRA, teve seus efeitos suspensos por outra ação judicial, movida pelo *Velho Arlindo*. Ele pretendia demonstrar judicialmente a existência de *produtividade* nas terras da *Alfenim* e, sendo assim, a impossibilidade de sua destinação à reforma agrária. A seu modo, demonstrou. Ainda em 1999, pondo em dúvida a vistoria efetuada pelo INCRA, o juiz responsável pela ação de desapropriação determinou a realização de uma vistoria judicial na área. A nova vistoria concluiu pela *produtividade* das terras, mas o fez de forma bastante controversa: considerou a produção agrícola de subsistência dos *posseiros* no cálculo dos índices de *produtividade* do imóvel. Em outras palavras, a produção desenvolvida pelos próprios *trabalhadores*, e que ensejava a cobrança do *foro* pelo proprietário, serviu para a declaração da *produtividade* da *Fazenda Alfenim*, impedindo, portanto, a desapropriação.

A celeuma jurídica acerca da *(im)produtividade* das terras percorreu lentamente os gabinetes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, e até mesmo do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, e terminou provocando – por motivos burocráticos e complexas relações de poder ao estilo kafkaniano – uma derrota contundente para os *trabalhadores*: anos após a vistoria inicial do INCRA, as altas esferas do Judiciário mantiveram a primeira decisão judicial e o “reconhecimento” da *produtividade* da terra. Em todo esse período, enquanto os quiproquós jurídicos criavam as justificações para sua posterior decisão e

a assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra se esforçava para movimentar as estruturas estatais no sentido do reconhecimento dos direitos daqueles *trabalhadores*, o conflito entre *posseiros* e proprietários se intensificava, orquestrado por uma intrincada rede de relações sociais que vinculava desde corpos policiais e judiciários até a contratação de *milícias privadas* e integrantes de *grupos de extermínio*.

Logo após a revogação da imissão de posse do INCRA, *Arlindo Falcão* impediu que os *moradores* trabalhassem nos roçados. “Não permitia mais. Isso foi em 99, final de 99. Em 99, nós trabalhamos. Como a gente achava que a terra era nossa, nós botamos o que quisemos. Ele não se meteu muito porque tava no processo de justiça”. Foi esse trabalho, como dito, o que produziu a *produtividade* construída na segunda vistoria. “Quando ele conseguiu a reintegração de posse, as lavouras já estavam em ponto de colher, aí não conseguiu mais. Nós conseguimos colher e ele não conseguiu... Aí, foi quando ele colocou *Saulo dos Santos Aguiar* pra ser o administrador da fazenda”. *Saulo dos Santos Aguiar*, hoje morto, foi um policial civil que viria a ser identificado, no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os *grupos de extermínio* no Nordeste, como um integrante central desses grupos na Paraíba. Sua presença (ilegal) como administrador da *Fazenda Alfenim* implicava em maior controle sobre o cotidiano e a organização dos *trabalhadores*.

Marcos crê que as ações de *Saulo Aguiar* só não foram mais graves porque o *Velho Arlindo* “tinha rabo preso”. “Ele num fez morte aqui por causa disso, que era mais um na propriedade dele...”. O assassinato daquele *trabalhador sem terra*, em sua outra fazenda, pesava sobre suas costas, prendia o seu rabo. No mais, *Saulo* agia. No início de 2001, *Marcos*, *Dona Marcinha* e outra *moradora* da *Fazenda Alfenim* foram a uma reunião do “fórum dos assentamentos” realizada numa cidade vizinha a *Alcaçuz*. Na reunião, informaram aos participantes sobre a situação da *Alfenim*, os controles e as ameaças com que vinham sofrendo. “Isso foi em fevereiro. No dia 02 de março, *Tonho*, meu irmão, sofreu a pior ameaça dos *capangas*”. *Tonho* havia passado o dia trabalhando em um terreno seu, fora da *Fazenda*. Quando, no final da tarde, vinha para casa, acompanhado apenas pela carroça e pelo boi que a puxava, ele foi abordado por *capangas* que o impediram de continuar em frente. Os *capangas* o ameaçaram com armas em sua cabeça e o mandaram voltar. “Mandaram ele voltar. Não tinha direito de chegar em casa. Só veio chegar no outro dia de noite, tá entendendo”? “Ele voltou, tava sozinho, numa carroça com boi, e voltou”.

No mesmo dia, os *trabalhadores* procuraram a delegacia de polícia e foram ao fórum da cidade denunciar o acontecido. Mas, para além disso, eles decidiram, com o apoio de outros militantes, realizar uma missa nas terras da *Fazenda Alfenim*. A missa aconteceu em 13 de

março de 2001. Dela, participaram os moradores da *Fazenda Alfenim* fiéis à luta, os *trabalhadores* que pertenciam àquele fórum de assentamentos e também *Fabricao Gusmão*, um professor da Universidade Federal da Paraíba que desenvolvia atividades junto à comunidade. “Isso era uma tranquilidade, parecia que não ia acontecer nada. Mas tava tudo programado”. Ao deixar o local, depois da missa, *Marcos* pegou carona numa Kombi com algumas pessoas que estavam na celebração e que, na volta para casa, passariam pelo centro de *Alcaçuz*. Outro grupo de apoiadores, contudo, teve seu veículo abordado por *jagunços*¹⁶. Os passageiros foram presos e agredidos. Entre os apoiadores, estava *Fabricao Gusmão*. Entre os *jagunços*, estava *Saulo dos Santos Aguiar*. “Quando o pessoal dos trabalhadores chegou com *Fabricao Gusmão* (...), *Fabricao* foi pego também. Todo mundo foi preso no curral. Foi o professor mais sete trabalhadores”. *Saulo Aguiar* prendeu os *trabalhadores* e o professor e os levou a uma delegacia de polícia, acusando-os de “invasão”, ou seja, esbulho possessório¹⁷.

“Aí, isso repercutiu internacionalmente. Um professor da universidade torturado, né? Cárcere privado na fazenda”. Amplamente denunciada pela CPT e pelos movimentos sociais aliados aos *posseiros*, num daqueles gestos políticos de reivindicação da violência de que trato no terceiro capítulo desta tese, a sessão de tortura contra o professor e os demais apoiadores ganhou visibilidade pública. Com isso, propiciou que o INCRA e os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* requisitassem ao Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal da Paraíba, o responsável pelos julgamentos dos processos relativos ao caso, uma audiência de conciliação. Esta audiência aconteceu em 30 de maio de 2001. Sua realização resultou num acordo entre o proprietário, o INCRA e os *posseiros*. O acordo pretendia viabilizar a convivência, entre *trabalhadores* e proprietários, então determinada em Recife pelos magistrados do Tribunal Regional Federal. “Então o juiz de Campina, diante dos fatos, chama ambas as partes para fazer um acordo. Se eu tenho direito, você tem direito, a terra é tua, mas eu tenho direito de usar. Enquanto isso se resolve na Justiça, vamos aqui fazer um acordo”.

¹⁶ Um relato sobre este episódio e sobre o episódio anterior, da ameaça sofrida por *Tonho*, ambos narrados detalhadamente por *Marcos*, consta também numa *nota de repúdio* publicada em 18 de dezembro de 2007 pela Comissão Pastoral da Terra e por outros movimentos sociais, em referência ao caso da *invasão* da casa de *Tonho* e *Dona Marcinha*. A nota rememorava os acirramentos do ano de 2001.

¹⁷ O crime de esbulho possessório se encontra previsto no inciso II do primeiro parágrafo do artigo 161 do Código Penal Brasileiro. Segundo o texto do inciso, incorre em pena de um a seis meses, e multa, quem “invade com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório”.

Com o acordo, todavia, os *trabalhadores* restaram em clara desvantagem¹⁸. No texto, delimitavam-se as áreas da *Fazenda* de uso do proprietário e aquelas, bem menores, de uso dos *posseiros*. “Encaminhada essa discussão, fechado o acordo e tal, nós temos direito de uso. Essa parte menor, nós ficamos pra trabalhar. Essa parte maior ficava com *Arlindo*”. Os *posseiros* ficaram impedidos de edificar em suas áreas, derrubar árvores, aumentar a quantidade de cabeças de gado e caprinos e utilizar a água do açude para outro fim que não o de sua sobrevivência. Por outro lado, três cláusulas do acordo interessavam especialmente aos *trabalhadores*. Uma delas proibia o proprietário, sua família e seus empregados de transitar nas áreas destinadas aos *posseiros*. “*Arlindo* não podia interferir naquela parte determinada que a Justiça tinha reservado pra nós trabalhar”. Outra cláusula previa que o *Velho Arlindo* deveria tentar substituir *Saulo Aguiar* – citado nominalmente – na função de fiscalização da área e que, enquanto isso não ocorresse, *Arlindo* se responsabilizaria pessoalmente por todos os atos de seu administrador. Por fim, o INCRA realizou uma proposta de desapropriação judicial da *Fazenda Alfenim*, através da qual a autarquia compraria do proprietário aquelas terras. *Arlindo* aceitou a proposta. A compra, porém, demorou 10 anos para ser efetivada. Ocorreria somente em agosto de 2011.

Marcos lembra que a convivência, prevista no acordo, não se mostrou tranquila. “Tu sabe, a convivência com inimigo não é boa não, né? Na mesma casa com tu! A casa era dele e eu tomando conta dela. Aí, lá vem o *vaqueiro*, ele fazia desgraça e dizia que era a gente. Era delegacia, Justiça, toda semana, bem dizer. No fórum, audiência, lá se vai aquela convivência”. Porém, apesar dessas dificuldades, bem ou mal, o tal acordo gerou algum efeito nos anos que sucederam 2001. A vida dos *posseiros* melhorou. Eles já não estavam mais impedidos de trabalhar nos roçados, já não mais pagavam *foro* ou prestavam o *cambão*. “A gente botava o roçado na hora que queria, colhia...”. *Saulo dos Santos Aguiar* foi, de antemão, afastado de suas atividades cotidianas na *Alfenim* e substituído por *João Abelardo Moura*, ou *Joca*, que passou a agir como *administrador* da *Fazenda*. Os enfrentamentos diretos entre proprietários e *posseiros* foram sutilmente amenizados enquanto ambas as partes se mobilizavam pelo desfecho da ação judicial de desapropriação ou pela compra das terras pelo INCRA. “Diante disso, a gente fazia várias mobilizações no INCRA, reunião, reivindicando o andamento do processo. E o processo rolando na Justiça...”.

¹⁸ O acordo consta nos autos do processo judicial de desapropriação das terras da *Fazenda Alfenim*. Recorri diretamente ao texto do acordo para descrever, neste parágrafo e com maior precisão, o conteúdo das suas cláusulas.

Entretanto, a exaustiva morosidade estatal, a indisponibilidade dos proprietários em aceitar os termos e valores da compra propostos pelo INCRA, a perda definitiva da ação judicial de desapropriação, em Brasília, o acirramento de ânimos e a piora no estado de saúde do *Velho Arlindo* – que o afastou paulatinamente da gestão da propriedade e permitiu a entrada em cena de seu neto, *Cláudio Francisco Monteiro Filho* – conduziram o conflito a novas explosões. Era 2007. “Tava uma coisa fria, uma coisa até meio morna. Vamos botar essa coisa pra ferver. Tu sabe, né? O que é que nós vamos fazer? Vamos fazer um mutirão e construir casas. As casas da gente estão caindo, o pessoal vai construir casa nova”. *Jaime*, um dos filhos mais velhos de *Dona Marcinha* e *Tonho*, estava para casar e precisava de uma casa. “Ele disse ‘eu tenho coragem de fazer, de comprar o material, a gente faz mutirão’. Compra que a gente faz mutirão”. O mutirão foi feito.

No dia 24 de novembro de 2007, um sábado, um grupo de mais ou menos dez *trabalhadores* se reuniu para levantar a nova casa. *Jaime* havia comprado vinte sacos de cimento e cinco milhas de tijolo. O trabalho da construção se estenderia por todo o final de semana. Após o almoço do domingo, dia 25, *Marcos*, *Tonho*, *Jaime* e os outros *trabalhadores* que descansavam no local da obra, à espera do retorno daqueles que almoçavam em suas casas, avistaram um automóvel se aproximando. Pensaram ser a caminhonete de um proprietário vizinho à *Fazenda Alfenim*. Enganaram-se. No carro, vinham *Claudinho*, *Saulo Aguiar*, *Joca* e mais cinco homens. “Era *Claudinho*, *Claudinho* e *Saulo*, o grupo, né? Todo mundo se levanta atordoado. Ninguém corre, deixa vir”. *Marcos* recorda que oito homens desceram da caminhonete com armas em punho. “E *Carlinhos* disse assim: ‘vocês num têm jeito não, só vão parar quando acontecer uma merda aqui dentro. Quem mandou vocês fazerem isso?’”.

Os *trabalhadores* silenciaram. Foram rendidos e revistados. “Os caras pegaram as ferramentas que a gente tinha e derrubaram todas as paredes” – enquanto me diz isso, *Marcos* levanta a mão direita para indicar que a altura das quatro paredes da casa já se aproximava dos seus ombros. Além das paredes, os homens destruíram os quinze sacos de cimento restantes e quebraram todos os tijolos. Quando não havia mais o que quebrar, subiram na caminhonete e partiram. “Menino, isso foi um dia de juízo. Principalmente pra *Jaime*, que tinha investido todo seu dinheiro, que tinha trabalhado durante o ano...”. Após a saída dos oito homens, os *trabalhadores* levaram a questão à Delegacia de Polícia. “A polícia veio, mas não tinha mais nada. O cabra foi embora”. Nos autos do processo judicial criminal referente à destruição da casa de *Jaime*, constam os nomes dos três dos homens reconhecidos pelos *posseiros*: a) *João Abelardo Moura*, *Joca*, o então administrador da *Fazenda Alfenim*; b) *Cláudio Francisco Monteiro Filho*, neto do *Velho Arlindo*; e c) *Saulo dos Santos Aguiar*, o policial civil que

torturara o professor *Fabrcio Gusmão* em março de 2001 e que, em razão do acordo daquele ano, achava-se proibido de estar na *Fazenda*¹⁹.

Uma matéria publicada a respeito desse episódio pelo Jornal da Paraíba²⁰ identificava os três acusados e definia *Saulo Aguiar* como sendo “comandante de uma milícia contratada por fazendeiros paraibanos para reprimir a ação de agricultores ligados ao movimento de defesa da reforma agrária”. Noutra passagem dessa mesma reportagem, lê-se que a invasão seria um “recado” para que as famílias abandonem a área “antes que algo pior aconteça”, conforme teria ameaçado um dos homens armados. Na noite de 09 de dezembro, duas semanas após a destruição da casa de *Jaime*, a ameaça se cumpriu com a invasão da casa de *Dona Marcinha* e *Tonho*. Mas não sem presságios. “15 dias após (a destruição da casa), chega *Márcia* dizendo: ‘rapaz, eu tou aqui muito angustiada, não sei o que é que vai acontecer. Recebi um telefonema anônimo aqui, mandando eu comprar um vestido preto, me considerar viúva’”. Na véspera da invasão de sua casa, na tarde do sábado, dia 08 de dezembro, *Dona Marcinha* recebeu um telefonema. Do outro lado da linha, um homem não identificado perguntou pelo “corno *Tonho*” e recomendou que *Dona Marcinha* comprasse um vestido preto, pois em pouco tempo se tornaria viúva. Não se tornou. Mas “*Márcia* e *José Antônio* dormiam quando o grupo de homens armados penetrou o terreno de sua casa”.

3. À queima-roupa: sobre *Lua* e *Antônia*.

Lua foi expulsa da casa dos pais aos 16 anos. Era 1994. A convivência, segundo diz, já não era mais possível. Sua família tinha “dificuldade de entender” quem ela era. “Até aceitaria se eu tivesse uma postura mais masculina, se eu não trouxesse os trejeitos, mas eu não tinha como esconder nada. Eu não sabia. Na verdade, eu até tentei, mas eu percebi que aquilo me adoecia psicologicamente. Era como se me rasgasse por dentro, sabe”? Entre os 14 e os 15 anos, as “incompreensões” familiares cederam espaço para a violência física. *Lua* começou a apanhar sistematicamente do irmão mais velho. “Batia sempre referendando: ‘– você é veado, toma jeito de homem, você pensa que mãe quer um veado dentro de casa?’”. Deixou a família de origem sem destino certo. Vagou pelas ruas de João Pessoa durante todo o dia até conhecer uma *travesti* chamada *Marleide* que a acolheu em sua casa, “deu-lhe dormida”. Mas o acolhimento de *Marleide* pressuporia a dedicação de *Lua* à prostituição.

¹⁹ Nenhum deles foi condenado. Como não foram condenados (ou sequer denunciados) os responsáveis por todas as cenas de violência narradas por *Marcos* durante a entrevista.

²⁰ Esta matéria também consta nos autos da ação judicial acerca da desapropriação do imóvel.

Em pouco tempo, *Lua* passou a frequentar a noite. A prostituição respondia às suas “necessidades”. Foi o modo encontrado de “usar meu corpo como instrumento de trabalho para mim e para outro também”. Mas *Marleide* era *mais velha*. “A mais velha, na época, ela tinha mais autonomia, tinha mais voz. Ela sabia mais, ela conhecia mais a rua, era mais envolvida com a noite. Então, ela se sentia mais segura e, através disso, de uma forma ou de outra, ela explorava as mais novas”. *Marleide* tomava de *Lua* uma quantidade desproporcional dos seus ganhos com os clientes. *Joãozinho* percebeu a desproporção nas cobranças de *Marleide* e se aproximou de *Lua*. Também uma *travesti mais velha*, *Joãozinho* passou a orientá-la sobre os preços, a repartição dos pagamentos com a *cafetina* e as regras básicas das ruas. Tornou-se sua nova “madrinha”.

Lua passaria meia década se prostituindo e concluiria, anos depois, sentada comigo numa das salas do Centro de Referência LGBT da Paraíba, que “a prostituição nunca foi um ponto positivo na vida das *travestis*. Ela foi dores e prazeres. Mais dores que prazeres”. *Lua* recorda dos meninos que passavam, à noite, em seus carros, disparando pedras contra ela e suas colegas. “Enchiam um preservativo de molho de tomate e estouravam em nossas costas pra que a gente se assustasse pensando que era sangue”. Amigas suas levaram tiros na rua. Uma delas perdeu os movimentos das pernas, conseguiu se recuperar das lesões, voltou para a prostituição e morreu na prostituição. “Eu presenciei homicídio, *cliente* que assassinou a *travesti* e que só saiu de cima dela quando teve certeza de que ela estava morta”. Mas na produção dessas dores, uma personagem atua com relevância particular: o policial. “Eu não tenho boa referência para dar de policiais porque todas as minhas vivências com eles foram negativas”. “E no campo da prostituição, depois da meia noite, é que a coisa é mais complicada ainda, é mais desonesta ainda”. Segundo *Lua*, a presença dos policiais na rua inspirava sensações de medo e insegurança. “Naquela época eu era menor de idade e sofria muitas violações de direitos por parte de policiais. Jogavam a gente em frente do carro, acendiam o farol no último, metiam a gente dentro do camburão só pra levar pra delegacia e fazer a gente passar por constrangimento”. *Lua*, como ela mesma diz, foi vítima de policiais diversas vezes. Da última, levou dois tiros.

À época, ela já se dedicava ao Movimento – *Joãozinho* costumava participar de atividades do Movimento do Espírito Lilás e terminou convidando *Lua* para uma delas – e se encaminhava para deixar a prostituição. “Eu ia uma vez perdida”. *Lua* estava numa seresta quando um policial a abordou. Ele vestia a farda da PM e se fazia acompanhado de duas mulheres, uma delas sua namorada. Disse a *Lua*, ao pé do ouvido, que deixaria as mulheres em casa e voltaria para se encontrar com ela. Obrigá-la-ia a fazer sexo oral nele e a receber na boca

a sua ejaculação. “Eu não gostei da maneira que ele deu a cantada. Aquilo me deixou péssima”. *Lua* retorquiu. Perguntou de onde ele a conhecia, afirmou que ele estava lhe faltando com respeito e recomendou que ele se colocasse em seu lugar. “Tome vergonha na sua cara, sua mulher tá aí. Você deixa a mulher na mesa e vem me dar uma cantada dessa natureza?”. *Lua* lembra que, então, “ele cegou”. Arrastou-a para trás do bar, rasgou suas roupas e a mordeu. Inseriu o cano do revólver em uma de suas narinas e na boca, desceu com a arma roçando seu corpo e, à queima-roupa, atirou num canto de suas pernas e depois em outro. Ele correu, entrou no carro, deixou o veículo na esquina e voltou em direção a *Lua*, municando a arma e atirando. *Sônia*, uma moça que havia assistido a tudo, pulou sobre *Lua*, jogando-se com ela no chão. “Eu só lembro que ela dizia no meu ouvido: – não se mexe que ele tá atirando”. “– Mas isso tudo no meio da rua, *Lua*? – Sim, no meio da rua, todo mundo correu, Roberto”. Quando as balas do revólver acabaram, *Sônia* a arrastou para um banheiro. O policial municou novamente a arma, disparou três vezes sobre a porta do banheiro e partiu.

Lua restou sozinha. *Sônia*, com medo, correria. Havia algumas pessoas na rua, mas elas permaneceram distantes. “Eu fiquei lá sangrando, sangrando, sangrando na calçada, chorando”. Até que uma menina, uma criança pequena, surgiu na sacada de um dos prédios da rua em que *Lua* estava. “E eu lembro que ela ficava chamando o pai dela. ‘Painho, painho, tem uma mulher aqui chorando, cheia de sangue’. Ela achava que eu era uma mulher, eu tava com a cabeça baixa”. O pai da menina atendeu ao chamado da filha e socorreu *Lua*. Embarcou-a em seu carro e a levou a um hospital. “Foi Deus que colocou ele no meu caminho, também devo muito a ele. Talvez, se eu tivesse perdido mais sangue, se não tivesse tido socorro mais rápido, eu tivesse morrido”. No hospital, o médico explicou que *Lua* tivera sorte. As balas vararam o corpo, não ficaram alojadas. “Então faltou poucos centímetros pra pegar esse nervo que a gente tem aqui, ele até falou: você teve sorte, uns pouquinhos centímetros e você fica deficiente”. *Lua* recebeu alta no mesmo dia.

Três dias após, a dona do bar a procurou. Achou sua casa, falou sobre quem era o policial e a orientou a denunciar o fato junto ao batalhão de polícia. *Lua* seguiu o conselho. O processo, contudo, desapareceu. “Quando eu comecei a ir ao batalhão e a buscar as informações, um moleque sempre ia na minha casa, sempre ia e pedia pra eu não mexer nisso porque, se eu mexesse mais, eu ia morrer. Mas eu nunca tinha visto esse menino”. *Lua* acredita que o policial pagava ao menino para proceder às ameaças. “Até que um dia eu deixei isso pra lá e retomei a minha vida”. Um ano depois, *Lua* e alguns amigos foram a um parque de diversões montado em meio a uma festa popular num bairro periférico de João Pessoa. Divertiam-se num dos brinquedos do parque quando *Lua* resolveu sentar, sozinha, num dos bancos. Levou um susto.

O mesmo policial, mais uma vez fardado, postou-se atrás dela e começou a roçar a barriga em seus cabelos. “O dono do brinquedo chegou e pediu pra eu me retirar”. Julgou que *Lua* estivesse se oferecendo ao policial. O policial a reconheceu e ela fugiu do parque.

Antônia fugiu com o circo. Era 1975 ou 1976, ela tinha 14 ou 15 anos, não se lembra exatamente da idade. Apaixonou-se por um menino do circo, queria ser artista, fugiu. O pai saiu da casa da família, localizada em *Lacerda*, um município a menos de 50 km de *Alcaçuz*, e foi buscá-la no picadeiro. Ela o acompanhou, mas não demorou a escapar novamente. Retornou ao circo e “aí meu pai deixou pra lá e me entregou para o dono do circo”. *Antônia* viveu, sob as lonas coloridas, o seu “sonho de ser artista”. A paixão pelo menino, ela reconhece, não passou de uma boa desculpa. “Porque eu sempre gostei de arte, desde criança, nas minhas brincadeiras infantis, em casa, quando eu ficava em casa pra brincar, eu só brincava de circo com os meninos e as meninas. Eu só queria ser a bailarina, a atriz, a trapezista, nunca nada no masculino, sempre no feminino”. Sonho realizado, *Antônia* se tornou artista. “Fui trapezista, malabarista, palhaço, locutora, atriz. Aprendi a fazer teatro no circo”. Com dois anos de espetáculo, *Antônia* deixou o circo para trás. Como faziam os seus pais, o dono do circo queria controlar a sua feminilidade. Ela voltou para *Lacerda*, mas não se demorou três dias na casa da família. “Sair de casa, pra mim, tinha a ver (com gênero e sexualidade). Porque, assim, eu já sabia, eu só não sabia definir essa historia de ser travesti ou ser transex. Tudo meu era do gênero feminino, eu queria viver essa pessoa do gênero feminino que tava presa dentro de mim”. Para “ser quem eu era” e evitar maiores problemas para os pais – pressionados por “uma sociedade inteira que ficava em cima deles cobrando porque fulano é afeminado, como me chamavam na época” – *Antônia* levantou a mala e pegou a estrada. “Fui mimbora pra João Pessoa e decidi: ‘eu agora vou viver a minha vida’”.

Mudou-se para a capital paraibana na companhia de um “colega”, “também homossexual”. Ambos foram morar na casa da irmã dele que, àquele tempo, trabalhava numa “firma com uma construtora”. *Antônia* então começou a trabalhar nessa mesma firma. Preparava a alimentação dos peões da obra, levava até eles a comida. “Eu fiquei lá por um bom tempo”. Noutro momento, desempregada, morando na casa da “amiga”, irmã do rapaz com quem viera para João Pessoa, dedicou-se a “lavar roupa de ganho”. “Ela lavava roupa de ganho e aí eu passei também a lavar roupa de ganho. Eu ia buscar trouxas de roupas na casa do povo, na cabeça, e trazia pra casa. Lavava, passava e depois eu ia entregar nos apartamentos, nas casas das pessoas, as roupas passadas”. Depois, por um ano, um ano e meio, trabalhou numa

lanchonete num bairro próximo ao centro da cidade. Ao sair da lanchonete, começou a trabalhar em “casa de família”. “Jeito que teve foi trabalhar de empregada doméstica”.

Antônia me fala que sempre procurou trabalhar, numa coisa ou noutra, “ou em casa de família, ou de cozinheira, ou de arrumadeira ou de babá”. Em uma das casas, *Antônia* permaneceu durante 10 anos, noutra casa, foram 12 anos de trabalho doméstico. Enquanto se dedicava às casas e famílias, estudava. Assim, concluiu o que atualmente chamamos de ensino médio e um curso técnico profissionalizante. “Na última casa em que eu trabalhei de empregada doméstica, eu passei 10 anos. Foi lá que eu fiz o curso de auxiliar de enfermagem, escondido da minha patroa porque ela não queria”. Segundo conta, a patroa não proibia que ela estudasse. Ia às aulas, à noite, diariamente. A patroa temia que, circulando em hospitais, *Antônia* trouxesse doenças para a casa porque, justificava, “tinha criança, tinha senhora idosa, isso, aquilo outro, ela não queria. Então, não era que ela quisesse que eu não crescesse, ela tinha medo que eu trouxesse alguma patologia pra dentro da casa dela”. Escondida da patroa, *Antônia* frequentava os estágios nos hospitais à tarde, alegando que, àquele horário, fazia aulas obrigatórias de educação física no colégio. Curso revelado, anel de formatura comprado pela patroa temerosa e hipocondríaca, *Antônia* largou a “casa de família” e passou a trabalhar como auxiliar de enfermagem, ofício que continua exercendo, paralelamente à militância junto ao Movimento LGBT.

Nessas idas e vindas pela João Pessoa do final da década de 70, do início dos anos 80, entre firmas, escolas, “casas de família” e um curso de teatro, *Antônia* vivenciou discriminações. Ela relata que precisava se deslocar dos bairros onde residia até o centro, onde estudava. Por vezes, na volta para casa, à noite, atravessava vários bairros a pé. Não conseguia andar de ônibus porque rapazes a punham para fora do veículo. “Me espancavam, me violentavam e eu tinha que estudar, eu tinha que fazer isso”. *Antônia* diz que se tratava de uma época em que nem os *gays* queriam “andar com travesti”. Isto porque “andar com a travesti era ser apontada, era ser achincalhado, era correr, era sofrer violência física e verbal da sociedade”. Embora acredite que hoje as violências sejam mais graves, *Antônia* argumenta que, no tempo em que chegou em João Pessoa, as discriminações eram maiores.

Por isso, quando a pergunto sobre como ela principiou na militância, *Antônia* me responde que tudo começou como um “ativismo isolado”. Sua vida política se inicia individualmente, ao passo em que ela decide modificar o seu corpo, assumir “o gênero feminino”, vestir-se e viver como tal. Olhando para os seus 52 anos, *Antônia* se lembra de que nas décadas de 70 ou 80, não havia “tantos grupos” do Movimento. “Você, ainda se quisesse fazer militância e ativismo em grupo, era aquele ativismo isolado, de quebrar uma barreira aqui,

quebrar uma barreira acolá e sair vencendo os obstáculos que a vida lhe impôs. Então, esse é o meu primeiro momento de militância, mesmo sem entender”. O início da “vida política” de *Antônia*, sua trajetória de vida, afinal, deu-se assim: “mesmo sem entender”. Com o trabalho sexual não foi diferente. Nessa mesma época, enquanto transitava pela cidade, *Antônia* também conheceu novas experiências sexuais que, só muito depois, ela identificaria como sendo “prostituição”.

Não, eu não sabia nem o que era prostituição na verdade. Esse termo “prostituição”, a gente nem sabia o que era. Existiam, sim, as prostitutas femininas. Mas no universo de *travesti*, a gente não sabia bem o que era, definir se isso era de fato ter tido como profissão a prostituição. Por quê? Lógico, quando eu cheguei pra cá, com 15 anos, uma criança com um corpo bonito, já com o corpo afeminado que todos os homens desejavam, então todo homem queria sair comigo. Então, se eu saía pra transar, eu tanto saía pra transar por prazer como eu saía por dinheiro, e era uma época em que geralmente aqui na Lagoa, no parque Solon de Lucena, ficavam as prostitutas, e lá eu ia pro meio delas. (...) E eu ficava assim, eu ficava, na época eu era tão bonita, eu posso dizer que eu fui uma pessoa bonita, hoje eu tenho certeza que eu fui, que quando eu ficava num ponto de ônibus paravam 20, 30, 40, 50 carros de uma vez pra mim. É tanto que uma vez eu tava esperando o ônibus ali de frente à delegacia da Eptácio e o delegado me chamou pra saber o que tava acontecendo que os carros tavam tudo parando e eu, com medo na época da violência, com medo de ser presa pela polícia, quase que chorei e disse que não sabia o que era porque também eu não sabia que aquilo era prostituição. Eu não tinha noção assim “eu vou pra prostituição”, eu transava por prazer e transava por dinheiro. Então, hoje eu sei que foi um momento de prostituição, que era uma época em que eu não trabalhava. [Era disso] que eu vivia. Tudo que eu comia e vestia era disso. Depois de um tempo que eu tinha chegado aqui, foi quando eu conheci outras pessoas e fui trabalhar de empregada doméstica, de babá, essas profissões mais do lar. (*Antônia*, militante do Movimento LGBT, entrevista concedida em 02 de outubro de 2013).

Quando, em meados da década de 70, *Antônia* deixou sua família de origem e migrou para João Pessoa, não sabia que se “prostituíra”. Ela procurava prazer e sociabilidade nas regiões da cidade onde as prostitutas trabalhavam. O dinheiro aparece em sua narrativa como uma consequência vinculada ao prazer. “Eu não tinha noção assim ‘eu vou pra prostituição’, eu transava por prazer e transava por dinheiro”. Ao mesmo tempo, o dinheiro que lhe era entregue cobria todas as suas despesas. Ou seja, *Antônia* sobrevivia a partir de um trabalho que ela não reconhecia como “trabalho”. Esta associação entre prazer e dinheiro, no entanto, não deixou de existir quando *Antônia* se tornou empregada doméstica em “casas de família”. Para minha surpresa (eu, ingênua ou preconceituosamente, esperava de *Antônia* a mesma chave explicativa de *Lua* para o ingresso na prostituição, a “necessidade”), o acesso a “trabalhos regulares” não afastou *Antônia* da “prostituição”.

A sexualidade que ela experimentava nos encontros em João Pessoa vinha, de costume, conectada ao “pagamento”. “Até parece que eu tô falando de uma coisa bem longe, bem distante, mas pra mim foi ontem”. Ela lembra que, ao largar do colégio, à noite, deixava os livros em casa e ia para o mercado do bairro em que morava para encontrar os amigos, conversar, paquerar, namorar. “Eu estudava aqui e trabalhava no Bairro dos Estados, nessa casa de que eu saí quando eu fiz o curso. Quando a gente chegava ali, no mercado, a gente se juntava, oito, dez homossexuais que era tudo empregada doméstica”. Esses encontros podiam acontecer também na Praça João Pessoa ou na Lagoa, no centro. Nesses momentos, os homens a abordavam. Desejavam “pagar pra sair, pra fazer programa, pra transar. Outros, era só porque tinham o prazer ou desejo de querer sair comigo mesmo”. Sem recatos ou modéstias, *Antônia* explica que isso acontecia porque ela era a “gostosona do pedaço”. “Era tanto que muita gente brigou por minha causa, teve gente que furou gente por minha causa, teve gente que atirou noutra por minha causa”. Ser *travesti* e ser bonita eram seus atrativos. *Antônia* se valia deles, pelo prazer, pelo dinheiro. “Era uma época que, eu vou dizer a você, dei muito fora em muita gente que quis sair comigo. Hoje, eu já não sei se daria. Na época, dei muito”.

4. Narrativas exemplares e reciprocidades constitutivas

As narrativas de *Marcos*, enquanto reanimam sua trajetória de vida e a do conflito da *Fazenda Alfenim*, apresentam o que me parece ser um exemplo ou um modelo de um conflito territorial, ele mesmo um exemplar pedagógico da luta de classes. Nos entremeios do conflito e das narrativas a partir dele forjadas, *Marcos* mobiliza diversas convenções – como as relacionadas a “trabalho”, “família”, “produtividade” e “tempo” – que auxiliam na tessitura da *história* do conflito que ele e os demais *posseiros* aprenderam a contar. Mais. A afluência dessas convenções oferece ao próprio conflito uma aura de exemplaridade, permitindo a *Marcos*, aos *trabalhadores*, à Comissão Pastoral da Terra e, inegável e mimeticamente, a mim, a apresentação desse conflito como um exemplo, um modelo a ser reconhecido: trata-se, é (ou pretende ser) óbvio, de mais uma história de conflito de classes atravessada pela constituição da “violência patronal” como, diria Regina Bruno (2003), uma “prática de classe”. Dá-se que à construção mais ou menos estratégica de exemplaridades seguem esforços interpretativos mais ou menos estratégicos e igualmente exemplares. Esses esforços procuram prestar respostas necessárias a conflitos urgentes, mobilizando suas próprias convenções de “classe”, “violência”, “crime” etc. e oportunizando a visualização analítica dos contornos gerais daqueles conflitos.

Algo parecido preenche as narrativas de *Lua* e de *Antônia*. Eu conheci *Lua* nas atividades do Movimento LGBT em João Pessoa. Na primeira vez em que a ouvi falar sobre “homofobia”, percebi que precisava entrevistá-la. Duas décadas depois de deixar a casa dos pais, *Lua* havia se tornado uma das principais referências do Movimento de Travestis e Transexuais da Paraíba e seria inadmissível desconhecer as suas histórias. Era desse lugar – o da *luta* – que ela me contava sobre a sua vida, sua participação no Movimento e suas experiências pessoais com a violência. A narrativa de *Lua* sobre a sua trajetória, assim como as narrativas dos *posseiros* da *Fazenda Alfenim* sobre o conflito, é modelar. Ela reúne, na perversidade dos fatos relatados, elementos exemplares das trajetórias de vida das *travestis*. A expulsão de casa, a prostituição e a violência, muita violência, perfazem a história que, nesses vinte anos, *Lua* viveu e aprendeu a contar. As marcas do Movimento na narrativa por ela empreendida são claras a ponto de converterem o gesto de narrar a sua própria história em uma atitude pedagógica. *Lua* me ensinava a história da sua vida que o Movimento e a *luta* lhe ensinaram. Intimamente comprometidos com as *lutas* de que tomam parte, *Marcos*, *Lua* e *Antônia* movem convenções, tecem narrativas exemplares e, cada qual a sua maneira, delineiam os retratos das “injustiças”, dos “sofrimentos”, das “opressões” que percorreram suas vidas e cuja inadmissibilidade histórica lhes cabe comprovar. É preciso que não se repita, é o que me dizem quando dizem. Para dizê-lo, contudo, reconstroem (a) história.

4.1 A tessitura do inadmissível

As narrativas de *Marcos* a respeito do conflito que atravessou (e constituiu) sua vida acionam um antigo e renovado imaginário de *lutas* e violências que transcende as cercas daquelas terras e perfaz a história das organizações *camponesas* e de *trabalhadores rurais* na Paraíba. Em fevereiro de 1958, na zona rural do município de Sapé, na Mata Paraibana, a menos de 60 quilômetros das terras da *Fazenda Alfenim*, João Pedro Teixeira, Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), João Alfredo Dias (Nego Fuba) e outros *camponeses* fundavam a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, que, de acordo com Francisco de Assis Lemos, “logo foi batizada pela imprensa de ‘Liga Camponesa’” (1962, p. 32)²¹. Sapé seguia então os passos dados pelos *camponeses* do Engenho Galiléia, localizado na Zona da

²¹ Para análises sobre a história das Ligas Camponesas, ver, entre outros, os trabalhos de Francisco de Assis Lemos (1996), Manuel Correia de Andrade (1963), Francisco Julião (1962), Emília Moreira e Ivam Targino (1997), Ivam Targino, Emília Moreira e Marilda Menezes (2011), João Pedro Stédile (2006), Clodomir Santos Morais (2006), Valdeck Santiago (2006) e Cezar Benevides (1985).

Mata Sul de Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão. Esses *camponeses* haviam, em 1955, fundado o primeiro núcleo das Ligas Camponesas, a Liga da Galiléia.

A Liga de Sapé, por sua vez, inaugurava na Paraíba essa estratégia de organização de *camponeses* e, mesmo após o assassinato de João Pedro Teixeira – o “cabra marcado para morrer”²² – em 1962, ela se manteve como um foco das lutas no campo, chegando a reunir, no início da década de sessenta, segundo contam Ana Carneiro e Marta Cioccarri (2011), 15 mil integrantes. A partir de Sapé, surgiram novas Ligas Camponesas em aproximadamente dezesseis municípios paraibanos²³, alguns deles ainda mais próximos da *Fazenda Alfenim*²⁴. Essa proximidade, no entanto, vai muito além dos quilômetros percorridos pelas rodovias da Paraíba. A despeito da aparente distância temporal entre 1997, ano em que os posseiros da *Alfenim* se associaram para redigir o documento endereçado ao INCRA, e 1958, ano da fundação da Liga de Sapé, duas palavras conectam umbilicalmente esses dois momentos: *cambão e foro*.

A chegada do *Velho Arlindo* na *Fazenda Alfenim*, em 1970, provocou mudanças significativas nas vidas dos *posseiros*. Como dito anteriormente, *Arlindo* criou novas condições para a permanência das famílias de *trabalhadores rurais* nas terras da *Fazenda*, passando a exigir o *cambão*, ou seja, a prestação de dias semanais de trabalho praticamente gratuito. Além do *cambão*, *Arlindo* manteve o pagamento anual do *foro* e cobrava uma determinada quantia em dinheiro por cada cabeça de animal criado. Esta é a primeira cena de conflito entre o proprietário e os *trabalhadores* a aparecer nas narrativas de *Marcos*: a instalação do *cambão*, a reação dos *posseiros* às novas regras impostas pelo novo proprietário e a consequente saída de alguns *moradores* das terras da *Fazenda Alfenim*. Esta cena, contudo, reatualizava e mimetizava, mais de uma década depois, as cenas que ensejaram a emergência histórica das Ligas Camponesas.

Numa passagem do seu “A terra e o homem no Nordeste”, Manuel Correia de Andrade (1963) conta que, no período posterior a II Grande Guerra, a revalorização do açúcar e a abertura de estradas ensejaram um aumento expressivo na capacidade produtiva das usinas pernambucanas. Este novo contexto fez com que parte notável dos tradicionais “senhores de engenho” passassem à condição de fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas, modificação

²² A expressão é uma referência ao filme “Cabra Marcado Para Morrer”, do cineasta Eduardo Coutinho (1986).

²³ Francisco de Assis Lemos menciona as Ligas dos municípios de “Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita” (1996, p. 57).

²⁴ A distância entre Campina Grande, por exemplo, e o município em que se situa a Fazenda Alfenim é, considerando o trajeto das rodovias, de menos de 45 quilômetros.

que seria cobrada mais profundamente na vida dos *foreiros*. *Foreiros* (ou *moradores*, ou *moradores de condição*) consistiam em famílias de *trabalhadores rurais* que *habitavam* os engenhos, mantendo uma casa e, de regra, uma pequena fração de terra, um “fundo de casa”, para suas próprias plantações e criações. Costumavam precisar pagar o *foro* e cumprir com a *condição*, ou seja, o *cambão*. O crescimento da produção das usinas já no início na década de 50, entretanto, exigiu o crescimento dos canaviais e, portanto, o progressivo avanço da cana dos “senhores” sobre as parcelas de terras antes ocupadas pelos *foreiros*, o que, no extremo, implicava na expulsão das famílias de *foreiros* das terras. A Liga Camponesa da Galiléia nasceu, em 1955, em meio às pressões de proprietários e *capangas* contrárias aos esforços, inclusive judiciais, dos *foreiros* de permanecer nos sítios.²⁵

Se em Pernambuco as Ligas surgiram nos interstícios dos canaviais e das terras implicadas na produção para as usinas, Francisco de Assis Lemos²⁶ conta que na Paraíba as usinas só seriam atingidas no final, “quando já estavam cercadas por todos os lados pelo movimento” (1996, p. 19). Lemos explica que o cerne da luta das Ligas naquele estado se achava no enfrentamento ao *cambão*. Em muitas áreas rurais paraibanas, o trabalho gratuito – o *cambão*, também chamado de “sujeição”, “obrigação”, “condição” ou “diária” – era assumido como forma de pagamento do *foro*. *Cambão* e *foro*, portanto, encontravam-se contidos um no outro. “A luta era para substituir aquela forma de exploração feudal – pagamento do foro (aluguel da terra) com dias de trabalho gratuito – por pagamento em dinheiro” (Idem, p. 22). Pautava-se, em consequência, o pagamento de salário ao *camponês* pelos dias em que trabalhasse na propriedade. Em pouco tempo, a ação da Liga de Sapé junto aos camponeses do Engenho Miriri, dentre os quais se destacava a liderança desempenhada por Alfredo

²⁵ Sob a ameaça de despejo, os *camponeses* da Liga buscaram a assessoria do advogado e parlamentar estadual Francisco Julião, quem, diante de um Judiciário *a priori* impenetrável às demandas dos “galileus”, conquistou a desapropriação das terras do Engenho Galiléia através de uma disputa na Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde era deputado. Integrante do Partido Socialista, Julião logo se tornaria uma liderança fundamental das Ligas Camponesas e faria do combate ao *cambão* e ao *foro* uma de suas pautas políticas centrais. Entre “os dez mandamentos das Ligas” – segundo Manuel Correia de Andrade (1963), expostos por Julião em 15 de setembro de 1961, por ocasião da abertura da “Campanha pela Reforma Agrária” – havia o da necessidade de uma legislação específica que regulamentasse os contratos de arrendamento e parceria, considerando a possibilidade de aforamento. Julião e os *camponeses* da Liga se preocupavam com a desregulamentação jurídica da relação entre *foreiros* e proprietários. Essa desregulamentação facilitava a manipulação da cobrança do *foro* e do seu valor, o que, em última instância, engendrava a expulsão dos *camponeses* devedores.

²⁶ Francisco de Assis Lemos presidiu a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba (a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba) e ocupou a função de deputado estadual. Um aliado orgânico dos camponeses, Lemos esteve presente, ao lado de João Pedro Teixeira, na reunião de fundação da Liga de Sapé.

Nascimento, resultou na diminuição dos dias de cumprimento do *cambão*²⁷. As vitórias aglutinavam novos camponeses à Liga, eles chegariam aos milhares.

Entre 1958 e 1997, entretanto, havendo a intimidade histórica de duas palavras, houve a Ditadura Civil-Militar. Com ela e mesmo antes dela, durante o ambiente histórico que fermentou a instalação daquilo que Florestan Fernandes chamou de “ditadura de classe preventiva” (2006, p. 369), uma série estridente de silenciamentos e desaparecimentos se desdobrou sobre o campo paraibano. As lideranças das Ligas Camponesas foram, de pronto, atingidas. Ceifar uma liderança, afinal, como notou Leonilde Sérvalo de Medeiros, “é também procurar destruir um longo processo de preparação, de educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos” (1996, p.10). Das personagens históricas até aqui citadas, Alfredo Nascimento, a principal liderança do Engenho Miriri, base da Liga de Sapé, foi o primeiro a tombar, alguns anos antes do Golpe de 1964. Um sargento de polícia reformado conhecido como “Capa de Aço” ou “Peito de Aço” havia sido contratado para a função de *administrador* da fazenda. Ele deveria afastar daquelas terras os *camponeses* envolvidos com as Ligas. Alfredo voltava de João Pessoa depois de procurar a ajuda de companheiros e agentes governamentais porque se sabia marcado para morrer. Foi assassinado a tiros pelo Sargento “Peito de Aço” que, logo depois, morreu a golpes de foices empunhadas pelos *camponeses* indignados (Targino et al, 2011).

Depois de incontáveis ameaças, João Pedro Teixeira faleceu, a cinco balas de fuzil, no fim da tarde de 02 de abril de 1962. Também voltava de João Pessoa quando sofreu a emboscada. Dois soldados da Polícia Militar e um *vaqueiro* foram identificados nas investigações policiais como executores do homicídio. Nunca encontraram o tal *vaqueiro*. Os policiais, por sua vez, foram levados a julgamento e condenados, por unanimidade dos votos dos jurados, em abril de 1963. Depois do Golpe, entretanto, numa reedição do julgamento, em 08 de março de 1965, os dois soldados foram absolvidos (Lemos, 1996).²⁸ Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, dirigentes fundadores da Liga de Sapé, foram presos no então 15º Regimento de

²⁷ O enfrentamento ao *cambão* percorria então duas estratégias principais: a) a organização de passeatas que se direcionavam às propriedades em que existia a imposição do trabalho gratuito; e b) a realização de negociações entre representantes de proprietários, das Ligas Camponesas e do governo estadual. O escopo dessas negociações, ao menos segundo os interesses das Ligas, encontrava-se na eliminação do *cambão* (Targino et al, 2011). Tais estratégias se somavam a conversas rápidas com os camponeses, às escondidas de proprietários e *capangas*, e aos comícios-relâmpago em meio às feiras públicas, gerando importantes frutos.

²⁸ O proprietário de terras acusado de ser mandante do crime sequer se submeteu ao corpo de jurados. Apesar de ocupar o sexto lugar na fila de suplências da Assembleia Legislativa, tornou-se deputado estadual antes de ser levado a júri. Pedidos de licença, dos suplentes antecessores, para “tratamento de saúde” e a ocupação, por outros suplentes, de cargos em secretarias do Governo possibilitaram que o proprietário alcançasse a cadeira de deputado, assumisse as imunidades parlamentares e, sendo assim, livrasse-se do julgamento (Lemos, 1996).

Infantaria, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, em abril de 1964, logo após o Golpe. Nego Fuba foi posto em liberdade em 29 de agosto; Pedro, em 07 de setembro. Não mais seriam vistos. Apenas em 1995, por ocasião da instauração da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, do Governo Federal, foram oficialmente classificados como “desaparecidos políticos” da Ditadura Civil-Militar (Bezerra, 2013)²⁹.

Acossados os lutadores, acossadas as *lutas*. As Ligas Camponesas não sobreviveram à ditadura, o que, certamente, provocou perdas para os *trabalhadores* rurais e ganhos para os latifundiários. Com os *camponeses* coagidos e desorganizados, o combate ao *cambão* desvaneceu. Mas de tal modo que no final da década de 90, quando já havia mais de dez anos do início do processo de redemocratização do país, *cambão* e *foro* ainda se conjugavam na *Fazenda Alfenim*. Porém, não sem resistências. A cena de conflito entre o recém-chegado *Arlindo* e os *trabalhadores* bem o demonstra. Também o faz a cena da proibição de o pai de *Marcos* plantar nas terras da *Fazenda*. Não estou certo dos motivos do atrito com os empregados do *Velho*, mas a própria existência desses empregados, de suas ordens e fiscalizações, assim como da desobediência do pai a essas ordens, cintila formas de controle e oposição. Enfim, a cena da participação de *Marcos* nas primeiras reuniões da Pastoral Rural e do “movimento”, no final da década de 80, igualmente trata de resistências. Dessas cenas, os *trabalhadores* saíram “derrotados”. Alguns *moradores* abandonam as terras da *Fazenda Alfenim*; o pai de *Marcos* e *Tonho* deixa a *Fazenda* e transfere a responsabilidade de cuidar da família para o filho mais velho restante; *Marcos* foge das terras temendo as ameaças do *Velho Arlindo*. Nelas, nas três cenas, contudo, conflitos e resistências se explicitam muito antes da insurreição dos *posseiros* em 1997 e, portanto, da vitória do INCRA que ensejaria o ajuizamento da ação de desapropriação.

A primeira cena, de rejeição ao *cambão* e às novas regras impostas pelo proprietário, remete a um espaço-tempo de aparente desmobilização dos *trabalhadores* rurais. Todavia, embora a cena não pertença aos momentos de maior intensidade da *luta*, sua presença nas narrativas de *Marcos* sobre a *história* do conflito na *Fazenda Alfenim* recupera, como diria Moacir Palmeira (1989), as experiências dos *trabalhadores* e assiste na compreensão dos aparecimentos e desaparecimentos dos conflitos mais explícitos. Claro, num gesto de legitimação, ela também estende a um tempo distante – “o tempo de meu pai” – os problemas

²⁹ Durante a pesquisa para a sua monografia de conclusão de curso, Douglas Pinheiro Bezerra (2013) acessou, junto à Procuradoria da República da Paraíba, os procedimentos investigatórios criminais que, por requisições da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão realizadas nos anos de 2009 e 2012, objetivavam investigar os desaparecimentos de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), João Alfredo Dias (Nego Fuba) e João Roberto Borges de Souza.

que, ainda no presente, perseguem quem narra e, por isso, reconstrói a história, assim como ela imputa a um tempo passado certo senso de justiça ou injustiça, expondo as tortuosidades do prolongamento do conflito.

Em outras palavras, nas narrativas de *Marcos*, a desobediência do seu pai já era justa e necessária, do que decorre ser ainda mais justa e necessária a revolta que alimenta a luta do presente, tamanhos os sofrimentos e contendas que atrelaram a década de 70 ao ano de 2011, quando, finalmente, o INCRA procedeu à compra das terras da *Fazenda Alfenim*, numa audiência em que eu, desempenhando o papel de “professor da Faculdade de Direito”, também me encontrava. De certa forma, eu mesmo recorro a esses artifícios de tessitura da história enquanto, ao tratar dos conflitos que perfazem a historicidade da *Fazenda*, “lembro” dos conflitos e das personagens que a antecederam. *Engenho Miriri e Fazenda Alfenim*, Alfredo Nascimento e *Marcos*, o sargento Peito de Aço e o policial *Saulo Aguiar, cambão e cambão, foro e foro*, por certo, não “conectam umbilicalmente” 1958 a 1997 de modo óbvio ou espontâneo, senão por meio do esforço político de travar conexões e, do início ao fim, legitimar a *luta* e seus lutadores.

Presenciei incontáveis ocasiões, em reuniões e congressos dos movimentos de luta pela terra, em que esforços assim tomavam o ambiente por meio de lembranças e articulações entre conflitos passados e presentes. Não à toa, resolvi eu mesmo mimetizar essas conexões. Como diz Mônica Fernanda Figurelli logo no primeiro parágrafo de sua tese de doutorado, “uma história contada nos fala também que não há história desligada de seu contar e que, mais que a um referente fixo e acabado, o que se conta alude a uma criação dinâmica que não se separa da situação em que se conta” (2011, p. 01). Se os *posseiros* da *Fazenda Alfenim* contam histórias, ao debulhar as categorias que essas narrativas me apresentam, também estou eu a contar, recontar e arquitetar histórias.

Semelhantemente, não deixa de ser possível que o pai de *Tonho*, ao rechaçar as novas regras impostas por *Arlindo*, estivesse ele mesmo, nos meandros daquele espaço-tempo de aparente desmobilização, contando certa história de enfrentamentos entre *foreiros* e proprietários muito íntima à das Ligas Camponesas. Se o que Moacir Palmeira (1989) afirma sobre os sindicatos de trabalhadores rurais da agroindústria pernambucana puder ser aqui replicado, talvez as Ligas Camponesas, suas passeatas e seus ataques ao *cambão* e ao *foro* se fizessem presentes na *Fazenda Alfenim* apesar de sua ausência física. Ainda que, contra todas as probabilidades, o pai de *Marcos* e *Tonho* nunca houvesse ouvido falar nas tais Ligas, só ainda mais dificilmente o *Velho Arlindo* as desconheceria. De um lado ou de outro do conflito, o fantasma das Ligas Camponesas rondava a cena da rejeição ao *cambão*.

Uma presente ausência análoga atravessou a etnografia de Figurelli em suas andanças por uma “antiga fazenda” no Rio Grande do Norte e se revela nos relatos de ex-proprietários e herdeiros dos antigos proprietários das terras de “Belém” acerca da história da fazenda. Naquelas falas, os interlocutores de Figurelli confundiam as Ligas com os sindicatos que atuaram na região de “Belém” e enquadravam ambas as organizações sob os signos de “invasores de terras” e “comunistas ilegais”: “as Ligas Camponesas são utilizadas como um dos bodes expiatórios das agressões cometidas pelos proprietários contra os moradores” (2011, p. 57). Ocorre, entretanto, que as Ligas Camponesas nunca alcançaram dimensões relevantes no Rio Grande do Norte, onde, diferentemente do que aconteceu na Paraíba, os investimentos de setores da Igreja Católica na sindicalização dos trabalhadores rurais predominaram na organização da classe. Apesar disso, as Ligas, presentes em sua própria ausência, penetraram essas narrativas e delas emergem tamanhamente ameaçadoras a ponto de servirem à justificação de violências³⁰.

O recurso, consciente ou inconsciente, ao imaginário e às representações das *lutas* e conflitos pretéritos funciona na explicação e na disputa dos “fatos”. De acordo com a *história* contada por Marcos na sala de sua casa, em 12 de agosto de 2015, a elaboração do ofício de requisição, ao INCRA, da vistoria das terras da *Fazenda Alfenim* resultou do seu contato com um técnico do Instituto que, como Marcos, havia acompanhado a desapropriação da *Fazenda São João*, entre 1996 e 1997. O técnico se disponibilizara a realizar novas vistorias na região de *Alcaçuz*. Marcos, sendo assim, falou da *Fazenda Alfenim* e perguntou como deveria proceder. Dá-se, contudo, que nos documentos, relatórios e autos dos processos judiciais relativos ao conflito, a *história* tecida é um tanto diferente. A personagem do técnico desaparece, assim como desaparece a experiência de Marcos junto aos “movimentos”, e a

³⁰ Nas proximidades da *Fazenda Alfenim*, contudo, no “tempo de meu pai”, essas ausências presentes se ligavam a novas presenças que, contra a “aparente desmobilização” do período, marchavam ao lado dos interesses dos trabalhadores rurais. Em meados da década de 70, setores da Igreja Católica ligados às causas populares auxiliavam, sob o apoio do arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, na organização de camponeses em situação de conflito. À época, assim como já ocorria na Zona da Mata pernambucana da década de 50, a expansão dos canaviais sobre o litoral e, inclusive, sobre o agreste da Paraíba expulsava os antigos *moradores* das terras que recepcionariam a cana-de-açúcar. Com as Ligas extintas há mais de uma década e a manutenção ao Ditadura Civil-Militar, a atuação de membros da Igreja junto àqueles conflitos oportunizou vitórias emblemáticas no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais à permanência nas terras. Marco A. Mitidiero Júnior (2008) classifica essa atuação como sendo “a ação territorial de uma Igreja radical” e menciona dois conflitos emblemáticos daquele contexto: o da Fazenda Mucatu e o da Grande Alagamar. O primeiro deles ensejaria um decreto desapropriatório presidencial em 12 de junho de 1976 – o que, se não concluiu definitivamente os enfrentamentos que envolviam a área, significou uma conquista notável em condições políticas tão adversas para as lutas sociais. O segundo conflito, por sua vez, estender-se-ia até 1987, quando as últimas desapropriações das terras ocupadas pelas 700 famílias de *moradores* da Grande Alagamar se concretizavam. Mitidiero Júnior (Idem) conta, todavia, que de acordo com agentes pastorais da CPT, em 1996 ainda havia *ex-moradores* lutando por terras na região.

recusa ao pagamento do *foro* ocupa o centro das narrativas acerca do que levou à insurreição dos *posseiros* em 1997.

Como eu disse antes, manejando textualmente as narrativas de *Marcos*, a organização dos *trabalhadores* para o não pagamento do *foro* e a reação enfurecida do *Velho Arlindo* completam o contexto narrativo da “eclosão oficial do conflito” – a cena do não pagamento, afinal, dá-se um dia antes da chegada da notícia de que o INCRA vistoriaria as terras da *Fazenda Alfenim*. Nas narrativas documentais, todavia, a seca que se alastrou na região naquele ano, e que prejudicou substancialmente a produção agrícola, o valor do *foro* imposto por *Arlindo Falcão*, o risco à subsistência dos *moradores*, a intransigência do *Velho* em diminuir o valor da dívida, tudo isso compõe o cenário de injustiça que possibilita a insurreição. Nas narrativas documentais, este foi o estopim. Aparentemente, só a partir de então, os *trabalhadores* se mobilizam para a desapropriação.

No entanto, o estopim que preenche, nos documentos e mesmo nas histórias contadas em atos públicos, o lócus histórico de fundação do conflito não corresponde às exigências legais para o início de um processo de desapropriação. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao tratar da questão agrária, possibilitou a desapropriação com fins de reforma agrária do “imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Embora essa “função social” se exprima, segundo o texto do artigo 186 da Constituição Federal, no cumprimento de certos requisitos, como a “preservação do meio ambiente” e a “observância das disposições que regulam as relações de trabalho”, ela se prende, em seu cerne, à noção de *produtividade*. O artigo 185 da Constituição é taxativo: a “propriedade produtiva” é insuscetível de desapropriação com fins de reforma agrária. O mencionado estopim, portanto, por mais injusta ou arbitrária que fosse a intransigência que o municiou, ainda que ele servisse de incentivo para a retomada da mobilização da comunidade de *posseiros*, não satisfazia a previsão da norma. Era preciso demonstrar a *improdutividade* das terras da *Fazenda Alfenim*. Mas os *trabalhadores* sabiam disso.

O contato inicial de *Marcos* com os integrantes da Pastoral Rural e dos “movimentos” – a terceira cena de conflito referida nas narrativas de *Marcos* sobre a *história* de sua *luta* – aconteceu nos idos da década de oitenta³¹. Àquela época, a Pastoral Rural, aquilo que viria a ser a CPT paraibana, já conhecia intimamente as sinuosidades de conflitos como o da *Fazenda Alfenim*. A participação dos membros da Comissão, desde meados da década de 70, nas

³¹ Eu disse, anteriormente, que enquanto *Marcos* se aproximava da CPT, outros *posseiros* estreitaram laços com o MST. Por razões que eu desconheço, apenas a relação com a Pastoral da Terra subsistiu a 1989 e à reação de *Arlindo Falcão* àquela primeira tentativa de organização dos trabalhadores.

atividades da Pastoral Rural³² e no “trabalho de base” junto a conflitos, como o da Fazenda Mucatu e o da Grande Alagamar, fomentava certa expertise sobre os caminhos dos enfrentamentos e, especialmente, sobre os caminhos burocráticos da reforma agrária. Tal expertise cresceria nos anos seguintes. A maior influência do MST no cenário político nacional, a exposição de brutalidades como a do massacre de Eldorado dos Carajás, a própria “enxurrada” de ocupações e desapropriações na Paraíba, como lembra *Marcos*, e a consequente retomada da reforma agrária para o debate público fizeram da década de 90 um espaço-tempo radicalmente pedagógico para os *trabalhadores* rurais e seus aliados. Em 1997, *Marcos* mantinha contato com o INCRA, a CPT, organizações de trabalhadores rurais e outras organizações de esquerda, como o PT, e havia apreendido, letra por letra, o significado da palavra *produtividade*. Mais: ele havia aprendido que a *Alfenim*, há muito, não era *produtiva*.

Mas essa *improdutividade* vivenciada pelos *posseiros* e constatada pela vistoria do INCRA seria, como dito, revertida nos autos da ação judicial. Dá-se que os melindres do jogo jurídico manipulam ironias e se alimentam de abstrações. A submissão dos *trabalhadores* ao *foro* e ao *cambão* não cumpriria com os requisitos da ação de desapropriação para fins de reforma agrária porque, segundo a norma, a comprovação da *improdutividade* é fundamental. Ironicamente, contudo, o trabalho dos mesmos *trabalhadores* engendraria os roçados e plantações que, na vistoria judicial e nas decisões judiciais posteriores, foram considerados como integrantes da produção total da *Fazenda Alfenim* e, portanto, demonstrativos de sua *produtividade*. Aos olhos dos *posseiros*, porém, a *produtividade* fabricada nos meandros do Judiciário era “injusta”. Eles, afinal, atuaram, direta ou indiretamente, em cada uma das cenas constitutivas do conflito. Conheciam, palmo a palmo, o seu relevo. Em suas narrativas, a injustiça da produtividade coincide com as injustiças do conflito e, pressupostamente, com a injustiça das relações de trabalho a que estavam submetidos: “a gente era tudo escravo, aquilo era uma escravidão”, como disse *Dona Marcinha*, durante uma entrevista, aos membros do NEP.

³² A Comissão Pastoral da Terra nasceu em 1975, em Goiânia, durante um evento convocado por bispos da Amazônia que, muito próximos aos conflitos territoriais que atingiam *camponeses* e indígenas na região, lideravam um significativo, embora não majoritário, coletivo de bispos profundamente preocupados com a relação da Igreja com as causas populares e, sobretudo, com a *luta pela terra* (Esterci, 2009). Na Paraíba, contudo, a CPT assumiria este nome somente em 1988. Até então, os militantes da Pastoral Rural – existente, ao menos sob este título, desde 1976 – recusavam o ingresso na CPT. Uma diferença primordial separava as duas organizações. Enquanto a CPT se orientava pela assessoria aos camponeses implicados em conflitos e pela denúncia das violências que os perseguiram, a Pastoral Rural se dedicava, com afinco, ao “trabalho de base”, ou seja, à organização direta dos *camponeses* (Mitidiero Júnior, 2008). A reação da hierarquia clerical aos rumos que a Igreja tomava em algumas regiões do país terminou por provocar a reunião das duas organizações em uma só. O afastamento de Dom Helder Câmara, em 1984, da arquidiocese de Olinda e Recife e sua substituição por Dom José Cardoso Sobrinho, um religioso popularmente conhecido por seu conservadorismo, de certo colaboraram com esse cenário.

As referências à “escravidão” não são poucas nas falas dos *trabalhadores*. Elas remetem ao *cambão*, como forma de exploração de trabalho não pago, e ao *foro*, sua contraparte. Além disso, costuram as falas dos *posseiros* da *Fazenda Alfenim* a um sem número de casos análogos. Os *moradores de engenho* etnografados por Moacir Palmeira (1977), por exemplo, associavam o trabalho na *diária*, o *eito*, ao estigma do *cativeiro*. Diferente do trabalho que realizavam nos fundos de suas casas, sozinhos ou com suas famílias, a *diária* exigia agrupamentos de *trabalhadores* fiscalizados de perto por um cabo. Na execução da *diária*, a presença da autoridade – o cabo – é imediata e interfere diretamente nos movimentos físicos do trabalhador, invadindo sua privacidade e, por isso, sendo compreendida como um *cativeiro*.

Em sua pesquisa junto aos *trabalhadores* rurais da *plantation* canavieira habitantes da cidade, Lygia Sigaud (1979) também se deparou com menções ao *cativeiro* ou à *escravidão*. Mas aqui, nas falas desses *trabalhadores*, *cativos* são os outros, os *moradores de engenho* que, residindo nas terras do patrão, são obrigados ao trabalho gratuito, estejam eles doentes ou cansados, sendo passíveis de convocação a qualquer momento. Por fim, Mônica Fernanda Figurelli (2011) também encontrou referências similares à *escravidão* e ao *cativeiro* em “Belém”, aquela “antiga fazenda” no Rio Grande do Norte. A *diária*, se descumprida, ensejava castigos físicos que evidenciavam a condição de *sujeição* a que estavam obrigados os *moradores*. Eram surras, pisas, chicotadas desferidas com a *macaca*, o *couro*, e precedidas pelo “passeio no rabo da burra”. O proprietário “mandava chamar” o *trabalhador* que havia se recusado à prestação da *diária* ou ao pagamento do *foro*. Assim, dois ou três *capangas* seguiam até a casa do *morador* e o traziam à presença do patrão. O *trabalhador*, no entanto, vinha “amarrado no rabo da burra”, ou seja, preso com uma corda à sela do animal, tal qual o *vaqueiro* prende os animais em rodeios.

A *escravidão*, o *cativeiro* e a *sujeição* – e toda a violência pressuposta a essas formas de exploração do trabalho – levaram, muitas vezes, à classificação de tais realidades como “feudais”. O próprio Francisco Julião (1962) atribuiu ao “feudalismo” a capacidade de explicação dessas práticas insistentes. Assis Lemos (1996) comparou o *cambão* à “corvéia”, a obrigação dos servos à prestação de trabalho para o senhor feudal. Em algumas ocasiões, durante o acompanhamento de audiências judiciais ou atos públicos relativos ao caso da *Fazenda Alfenim* eu ouvi, de aliados dos *posseiros* e autoridades públicas, frases como a seguinte: “mas isto é feudal!”. Observei o então Superintendente do INCRA, constrangido, ouvir de um dos herdeiros do *Velho Arlindo* que “naquele tempo é que era bom, não podia ainda ser como antigamente?”, enquanto os *trabalhadores* lembravam a *escravidão* que perpassou suas vidas. Essa recorrência a categorias de classificação deslocadas historicamente – a

convocação das noções de “pré-capitalismo”, “feudalismo”, “tradicionalismo” etc. – reproduz certa sobrevalorização do arcaico que esbarra nas conclusões de Florestan Fernandes (2009; 2006) sobre a modernização do arcaico e a arcaicização do moderno. No entanto, ainda que inadequada conceitualmente, esse manejo classificatório operacionaliza tomadas de posição táticas na disputa pela terra.

O próprio modelo de conflito que os *trabalhadores* desenham em suas narrativas funciona nos sentidos dessa disputa, tal qual o modelo do “feudalismo” repercutia com eficácia nos argumentos de Francisco Julião. Ambos conferem aos conflitos uma aura de inadmissibilidade e engendram a pergunta fatal: “até quando?”. Na história contada por *Marcos* e pelos *trabalhadores* da *Fazenda*, essa aura é tecida a partir da associação exemplar entre as experiências da *escravidão*, da submissão ao *velho* patriarca, da *improdutividade* do imenso latifúndio e das punições corporais. Essas experiências são tanto vividas quanto simbolizadas e selecionadas para figurar nas narrativas dos *posseiros*. Juntas, elas conformam a imagem acabada do inadmissível histórico. Seu desenho, todavia, é uma obra compartilhada. Os vínculos íntimos com a Comissão Pastoral da Terra e outras organizações de esquerda participam desse compartilhamento. *Marcos* e os demais *moradores* da *Fazenda* apreenderam, letra por letra, o significado da palavra *produtividade* – e, infelizmente, apreenderiam o seu irônico revés – assim como aprenderam a contar a sua própria *história*.

Se, como citado acima, uma história se faz colada ao seu contar, também os sujeitos se fazem e refazem ao contar a sua *história*. Ao abordar o projeto político da “ideologia do Poder Negro”, própria ao Movimento Negro norte-americano, Avtar Brah (2006) trata do argumento político da reivindicação de uma “herança africana” que, segundo os militantes daquele projeto, havia sido negada aos norte-americanos negros em decorrência do racismo. Embora, num primeiro olhar, o acionamento de uma “herança” pareça demasiado essencialista e a-histórico, Brah enxerga nele importantes sinuosidades. Em sua análise, a ideologia do Poder Negro “não reivindicava simplesmente um passado ancestral pré-determinado”. No próprio processo de reivindicação, “também construía uma versão particular dessa herança” (Idem, p. 335). A reivindicação do passado consiste, portanto, em um gesto de reconstrução narrativa do passado que oportuniza a configuração situacional de um sujeito político presente.

Perceber isso, contudo, requer de Avtar Brah uma atenção especial às experiências – que, acredito, sejam, a um só tempo, tanto a experiência da *luta* quanto a experiência de narrar a experiência da *luta*. Essas experiências não são posteriores a um sujeito pré-existente. Sujeito e experiência não são “entidades unificadas” ou isoláveis. Pelo contrário e contraditoriamente, o sujeito – o “eu” ou o “nós” – constrói-se enquanto conjuga os verbos que experimenta. Entre

os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim*, a reivindicação de uma história marcada pelos signos arcaicos do “feudalismo” e da “escravidão” esteia a emergência da supracitada “inadmissibilidade histórica” como recurso na disputa pela terra. E, reciprocamente, forja os sujeitos – os *posseiros* – que conjugam o verbo reivindicar. Na *história* que eles mesmos contam, são eles, afinal, os *escravizados* que *lutam* pela libertação.

4.2 A insurgência do sujeito

Enquanto se valem de narrativas exemplares para a explicação da *história* do conflito, as estratégias tateadas por *Marcos* consubstanciam conexões constitutivas entre passado e presente, recorrem às representações das *lutas* e dos conflitos pretéritos; e, enfim, produzem aquilo que eu chamei de “tessitura narrativa da inadmissibilidade histórica”. Embora não haja um passado tão longínquo a ativar, embora o Movimento de Travestis e Transexuais não goze de um lastro temporal como o das Ligas Camponesas ou o das disputas por terra que fundam os mitos de origem deste país, *Lua* e *Antônia* também movimentam o passado e outras convenções para contar a sua *história*. A *história* de cada uma delas, claro, mas também a da outra, as histórias de tantas outras que a história do Movimento pretende representar³³. Nessa história, de *Lua* ou do Movimento, a prostituição – “dores e prazeres; mais dores que prazeres” – faz-se como um “destino”.

Lua explica que adentrou a prostituição por *necessidade*. “Eu sou expulsa de casa, eu sou praticamente expulsa da sala de aula. Então, como é que eu vou comer? Como é que eu vou viver?”. Embora, de acordo com ela, haja pessoas que buscam a prostituição com prazer, este não foi o seu caso, tampouco é o da maioria das *travestis* que fazem a noite. “As pessoas ainda acreditam que a vida é motivo de *glamour*, não é. À noite, a gente vê figuras maravilhosas, são fadas, e durante o dia você se depara com uma situação de miséria, de pobreza”. Na prostituição, a *necessidade* descobre uma resposta: o trabalho. Nas palavras de *Lua*, a prostituição “é a única forma que eu tive de usar meu corpo como instrumento de trabalho”.

A analogia, sugerida por *Lua*, entre a prostituição e o trabalho é objeto de polêmicas intermináveis entre vertentes feministas. Aquelas que rejeitam a compreensão da prostituição como trabalho costumam se ancorar na identificação da “prostituta” como uma “vítima” e da “prostituição” como uma “violência”. Os registros de trabalho de campo que Adriana Piscitelli

³³ Em texto conjunto, Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013) apresentam importante reconstrução de “uma história”, como dizem, do movimento de *travestis* e *transexuais* no Brasil. As narrativas de *Lua* e *Antônia* cruzam, de muitos modos, essa “uma história”.

apresenta em um dos seus textos acerca do tema testemunham o cerne dessa identificação. As feministas “abolicionistas” ouvidas por Piscitelli dizem: “as feministas devem ser anticapitalistas e antimercantilistas e na prostituição o mais importante para cada uma, que é o corpo, se torna uma grande mercadoria”; “a prostituição é uma violência, pois quem se prostitui não tem opção, essas mulheres vivem abaixo do nível da pobreza” (2012, p. 20). Esta posição “abolicionista”, documentada por Piscitelli, arregimenta constatações bastante semelhantes às de *Lua*. Evidencia-se a *pobreza* e, conseqüentemente, a *necessidade*. Entretanto, enquanto *Lua* atualiza, na prostituição, a noção de trabalho, as abolicionistas recusam esse movimento. Suas intenções políticas não o comportam.

Um “trabalho”, afinal, como acontece com toda relação trabalhista, careceria de “regulamentação”, do acolhimento de sua legitimidade e de sua legalidade, exatamente o que elas não pretendem. Esta recusa, entretanto, ao que me parece, trata-se de um equívoco intransponível. Dá-se que o cerne da rejeição ao trabalho alardeada pelas “abolicionistas” não coincide efetivamente com a rejeição à violência. Esta, inclusive, termina assumindo aí a forma de uma abstração estrutural e, portanto, invariável, fetichista, que pouco ajuda na compreensão das interseções entre violência e relações de classe e, inclusive, das experiências de violência sofridas, à queima-roupa, por *Lua*. O cerne da rejeição “abolicionista” à noção de “trabalho” reproduz, de fato, uma repulsa silenciosa, envergonhada de si mesma e da moralidade que a subjaz, à associação entre dinheiro e sexualidade.

Em suas análises sobre a “iconografia da sujeira” característica ao projeto imperial da Inglaterra vitoriana, Anne McClintock chama atenção para como “o sexo sujo” – em que se incluíam a masturbação, a prostituição e as sexualidades lésbica e gay, todas elas “hostes das ‘perversões vitorianas’” – “transgredia a economia libidinal da reprodução heterossexual controlada pelos homens dentro das relações sexuais conjugais” (2010, p. 230). Esse “sexo sujo” equivaleria ao “dinheiro sujo – associado a prostitutas, judeus, jogadores e ladrões” – que “transgredia a economia fiscal do mercado de trocas controlado pelos homens” (Idem). Em suma, no contexto analisado por McClintock, a prostituição superpunha dialeticamente duas esferas de sujeira, a do sexo e a do dinheiro. Enquanto o trabalho reprodutivo e doméstico, em que se inclui a sexualidade, sofre de um ocultamento que autoriza a sua gratuidade, a prostituição expõe exercícios femininos da sexualidade que exigem pagamento. Por sua vez, se o dinheiro e a gestão econômica aderem a competências masculinizadas do que se classifica como “mundo público”, a prostituição oferece às mulheres ou, no caso, às *travestis*, a transferência dessa capacidade.

Sendo mais claro: *Lua* cobrava por um serviço que, *a priori*, segundo uma leitura estereotipada de sua feminilidade, ela prestaria gratuitamente, no imo do espaço doméstico ou nas armadilhas do “espaço público”, como quis o policial que a agrediu durante a seresta. De modo comparável, os *trabalhadores* reunidos nas Ligas Camponesas e na *Fazenda Alfenim* intencionavam cobrar por um serviço que, prestado no *cambão*, no interior da grande propriedade rural, era lido como “doméstico”, não trabalhista e, sendo assim, femininizado e não pago. Tanto *Lua* quanto os *posseiros* da *Fazenda Alfenim*, portanto, esforçam-se para viabilizar a desdomesticação e o reconhecimento de seu trabalho como tal e, portanto, para garantir retribuição em forma de pagamento. Em todas essas ocasiões, seus protagonistas, *trabalhadores* da terra ou do sexo, provocam uma quebra na domesticidade e denunciam as relações desiguais de gênero que a sustentam entrelaçadas a relações e conflitos de classe.

Essa recepção analítica da prostituição como um “trabalho”, ou um “trabalho sexual”, entrelaça-se à história da organização política das prostitutas e à definição do trabalho como categoria identitária. Como nota José Miguel Nieto Olivar (2012), a anunciação da prostituta como uma “trabalhadora do sexo” caracterizou um momento significativo do movimento de prostitutas: no Brasil, por exemplo, chegou-se a adotar, por um tempo, a denominação de “movimento de trabalhadoras do sexo”³⁴. O investimento político na chave intelectual do “trabalho” e na reivindicação pelos direitos trabalhistas consiste, de pronto, numa estratégia de enfrentamento à aids e à violência, sobretudo policial. Reconhecida como uma atividade laboral, as condições de exercício da prostituição – e não a própria prostituição – são postas em questão, de modo a autorizar a provocação de políticas estatais que garantam saúde e segurança para as “trabalhadoras sexuais”. Assim, contra a abstração desejada pelos labirintos morais do “feminismo abolicionista”, a violência de que sofrem as prostitutas ganha materialidade. Corporifica-se no policial que, fardado, vai às serestas em João Pessoa e desfere dois tiros em *Lua*; ou nas batidas policiais em Porto Alegre – que, segundo Cláudia Fonseca (1996), levavam as prostitutas, mesmo cientes do não cometimento de qualquer crime, a pagar fianças para evitarem a tortuosa burocracia que as fazia perder tempo e clientes.

Além do enfrentamento à aids e à violência, a ativação do trabalho incide numa estratégia de fabricação de um “sujeito de direitos”. “Não eram só mulheres genéricas reivindicando saúde e integridade, mas trabalhadoras” (Olivar, 2012, p. 94). O trabalho produz

³⁴ Olivar (2012) conta que a troca de nomes aconteceu em 1994, por ocasião do III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo – que, até então, chamava-se “Encontro Nacional de Prostitutas”. A decisão pelo novo nome, “mais aceito e difundido no mundo”, foi fortemente influenciada pelo Programa Nacional de DST-Aids, do Governo Federal (Idem, p. 94). Ele, no entanto, não se manteve. No IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, em 2002, a identidade da “prostituta” – e a da “puta” – voltou a ser acionada.

valor e, ao menos discursivamente, produz legitimidade frente às lógicas de Estado; afasta estigmas, tal qual o da “vadiagem”, e permite novas alianças políticas junto a órgãos governamentais e outras esferas da sociedade civil. Sendo propulsor de legitimidade, porém, o trabalho é um campo de batalhas. Se alguns setores do movimento de prostitutas e seus aliados arquitetam a identidade de “trabalhadora” atada à identidade de “prostituta”, afirmando e legitimando a segunda, outros setores do movimento e outros grupos sociais fogem do termo “prostituta”, acusam-no de estigmatizante, e embora classifiquem o trabalho sexual como um “trabalho”, concebem-no como essencialmente penoso, ruim, sofrido, uma decorrência exclusiva da pobreza. Ou seja, neste último caso, sob a bem-intencionada reclamação ao “trabalho”, reproduz-se o “estigma” que se alega querer evitar. Ainda que não coincida com um “abolicionismo” – quer-se a regulamentação do trabalho sexual, afinal –, a prostituição é concebida como um mal apriorístico, tolerável somente em razão das extremas circunstâncias.

Dá-se que a ativação política do trabalho arregimenta as convenções morais, os conflitos de classe, de gênero e as normatividades a eles integrados. José Miguel Olivar bem o percebe ao tratar de situações de disputa em que o movimento de prostitutas precisa de reconhecimento estatal: “por realizar-se na lógica de Estado (o Estado como lógica), seu relativo sucesso atualiza a norma e a ordem simbólica que as constrange e contra a qual, ontológica-culturalmente, muitas prostitutas se constroem” (2013, p. 252). Não à toa, a narrativa de *Lua* sobre o seu ingresso na prostituição depende tanto da noção de “necessidade”, uma justificativa – plausível, palatável, suficiente, tão real quanto pedagógica. Assim como as mortes dos quatro irmãos de *Marcos*, aqueles que não sobreviveram “por milagre”, a “necessidade” de *Lua* dispensa maiores explicações. O presente da pobreza é o seu inadmissível histórico.

Entretanto, é nas trincheiras desse campo de batalhas acerca do trabalho, no qual se fabrica o “sujeito de direitos” e se demarcam os seus contornos e fronteiras, que o “sujeito” insurge. Como sujeito, a prostituta ou a trabalhadora do sexo dissente dos esforços de assujeitamento empreendidos por feminismos abolicionistas e, com algumas nuances, por aquilo que Olivar chama de “liberalismo em conserva” (2012, p. 102) – a tentativa “tolerante” e bem-intencionada de recepcionar a imagem higienizada da “trabalhadora sexual”, exorcizando o perigoso e perverso fantasma da “prostituta”. Prostitutas, trabalhadoras sexuais e suas experiências de classe, gênero e sexualidade confrontam o “mito”, como o nomearam Thadeus Blanchette e Ana Paula Silva (2011), que edifica a prostituta como “vitimada” – seja por “aliciadores”, seja pela “estrutura social” –, uma personagem incapaz de tomar decisões que fujam à jaula ideológica de sua “falsa consciência”. Perceber essas dissensões e confrontos,

contudo, requer a reaplicação da inevitável pergunta de Cláudia Fonseca: “Cadê as pessoas de carne e osso?” (1996, p. 13).

De carne e osso, performances e narrativas, *Lua* conta que a prostituição foi “dores e prazeres. Mais dores que prazeres”. Nos argumentos “abolicionistas”, a negação da associação entre trabalho e prostituição se dá, como dito, a partir da valorização de uma dor abstrata, estruturalmente suposta, que sequer distingue o calor de um tiro à queima-roupa. Tal negação dissimula, pudicamente, uma negação anterior, a da associação entre dinheiro e sexualidade³⁵. Esta, em última instância, redundando numa negação moral à sexualidade, ao prazer. Afinal, retomando as discussões propostas por Gayle Rubin (1998), a eleição da “prostituta” como o “desviante sexual”, este exterior constitutivo a ser eliminado, acaba rearticulando no seio do feminismo a concepção da sexualidade e do prazer como males originais. Ironicamente, a narrativa de *Antônia*, outra referência central no Movimento LGBT paraibano, sobre o seu início na “prostituição”, esfumaça algumas das certezas “abolicionistas” e indica outras possíveis conjugações entre trabalho, sexualidade e prazer. Essas conjugações complexificam as imagens costumeiramente dicotomizadas da “prostituta por necessidade” e da “prostituta por opção”, as quais, juntamente com as imagens do “sexo como locus de subordinação da mulher” e do “sexo como fonte de seu poder”, ocupam a retórica feminista. Tais imagens, no entanto, como nota Adriana Piscitelli, devem ser consideradas como “tipos ideais”, “uma vez que as realidades de inserções no mercado do sexo são infinitamente mais variadas” (2013, p. 37).

Antônia e *Lua* frequentaram a noite em momentos históricos diferentes. Ao que tudo indica, em meados dos anos 70, ainda não havia em João Pessoa um mundo do trabalho consolidado para a prostituição de *travestis*. *Antônia* lembra, inclusive, que quase não havia “travestis” como conhecemos hoje. “Na época não existiam assim tão *travestis*. Existiam alguns *gays afeminados* que tomavam hormônios e tinham seios”. Mas quando *Lua* passou a *morar* (e, portanto, *trabalhar*) com *Marleide*, nos idos da década de 90, *travestis* já movimentavam uma economia definida, com nichos específicos de prostituição. Os contextos divergem e as percepções sobre a entrada na prostituição também divergem. Para *Antônia*, seu ingresso se deu um tanto quanto acidentalmente. Ela “nem percebia”. As dezenas de carros paravam em frente ao ponto de ônibus em que ela estava porque ela era “muito bonita”, “novinha”. Para *Lua*, o

³⁵ Ao ler uma versão anterior deste capítulo, Isadora Lins França lembrou que a rejeição abolicionista à prostituição talvez sequer alcance *Lua* e *Antônia*, uma vez que parte das feministas abolicionistas não as considera “mulheres” ou “prostitutas”. Este comentário de Isadora – pertinente, de certo – acaba por remeter, acredito, aos enlaces tendenciais entre “moralismos” e “essencialismos”, ou seja, ao modo como convenções morais conservadoras – como a da negação da associação entre dinheiro, interesse e sexualidade – tendem a se conectar mais ou menos facilmente a formas a-históricas de compreensão dos sujeitos.

acesso à prostituição resvala num quê de destino ou fatalidade. Ela é expulsa de casa, vaga pela cidade durante todo o dia e, quase como numa sina, depara-se com a *travesti mais velha* que a acolherá e iniciará na noite. Apesar dessas diferenças, ambas se valiam da prostituição, compreendida ou não como prostituição, para suprir suas *necessidades* e/ou seus desejos.

Para ambas, prostituição era trabalho, no sentido de ser aquilo de que a classe trabalhadora vive (Antunes, 2010), e sua articulação com a sexualidade não o descaracteriza, esteja ele enlaçado ao “prazer” das palavras de *Antônia* ou àquilo que *Lua* nomeia como “jogo da sedução”. Sim, esta ambiguidade entre trabalho, sexualidade e prazer também se espria nas narrativas de *Lua*. Ela não só trata a prostituição como trabalho; ilustra a relação com os seus clientes como sendo um “jogo de sedução”. Diante de uma pergunta minha sobre as violências cometidas pelos clientes contra as *travestis*, *Lua* responde:

É, isso acontecia também na rua. Agora depende também de cada uma, da relação que eu vou construir na rua, da relação que eu vou construir com o meu cliente. Isso depende muito de cada pessoa também. Porque cada uma tem uma maneira de sobreviver na rua. Umhas tinham mais jogo de cintura e outras não. As danadzinhas que não pensavam muito antes de fazer alguma coisa, elas sofriam consequências gravíssimas. Outras já tinham mais jogo de cintura, de se aproximar do cliente, de conquistar, de seduzir, porque o jogo da sedução da noite é a chave, é o principal. É a boa aparência, uma boa maquiagem e a sedução. Sempre uma mulher de pau que sabe seduzir, ela consegue conquistar. O que é que acontece muito, com muitas que ficaram no campo da prostituição, mas que tiveram o entendimento de como usar aquele recurso, aquele dinheiro? Elas conseguiram comprar casa, mobiliar suas casas, elas conseguiram juntar sua grana. E outras, por desequilíbrio emocional mesmo, acabaram se envolvendo com drogas, com o tráfico, e daí tinham um fim mais... (*Lua*, militante do Movimento LGBT, entrevista concedida em 27 de julho de 2013).

Vista como um destino ou um acidente imprevisto, inconsciente, é notável a relevância da prostituição nas lembranças de *Antônia* ou de *Lua*. De certo modo, pode-se dizer que a prostituição participa da compleição de suas identidades de gênero e políticas. Enquanto acompanhava atividades do Movimento LGBT em João Pessoa, durante o trabalho de campo que nutre esta pesquisa, eu ouvi, incontáveis vezes, uma frase que costumava ser dita com irreverência e contundência e me parecia reveladora das disputas identitárias travadas naqueles espaços: “travesti não é só esquina!”; ou, noutro formato, “travesti não é só prostituição!”. A frase se situava, de regra, numa tentativa de descolar a figura da “prostituta” da figura da “travesti”. Objetivava ensejar certa legitimação das *travestis*, amparada nas convenções morais dominantes sobre o que é “ser puta”, e buscava incentivar novos olhares sobre as experiências das *travestis* que, além de políticas destinadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao enfrentamento à violência, careciam de políticas estatais reservadas à

“identidade de gênero”, à adoção do “nome social” e ao “processo transexualizador”, como então o chamavam.

A frase e as disputas a ela subjacentes compõem, de certo, o espectro dos encontros e desencontros entre as categorias “transexual” e “travesti”, ou, em outras palavras, entre as “doidas” e as “putas” de que tratam os trabalhos de Bruno César Barbosa (2010; 2013) e Mario Felipe Carvalho (2011). Barbosa comenta que, na etnografia por ele realizada quando de sua pesquisa de mestrado, “as categorias travesti e transexual eram produzidas em relação e constituíam posições de sujeito – lugares sociais – na articulação de diversas convenções que levavam em conta não somente as convenções médicas de gênero e sexualidade, mas uma série de historicidades e processos de diferenciação entre estas categorias no contexto brasileiro” (2015, p. 23). “Doidas” e “putas” eram construções estereotípicas, associadas, respectivamente, às *transexuais*, “relacionadas ao campo médico e à patologização”, e às *travestis*, “relacionadas à marginalidade e à perversão” (Idem). De acordo com Barbosa, ambas as designações engendram desigualdades, mas, reciprocamente, expressam a história dessas categorias no Brasil e as tensões entre distintos campos de conhecimento.

Quando conheci *Lua*, ela participava de uma mesa de discussões sobre políticas públicas num evento acadêmico na Universidade Federal da Paraíba. Àquela ocasião, *Lua* se identificava como “transexual”. Durante a nossa entrevista, porém, a expressão “travesti” foi majoritariamente utilizada. O mesmo aconteceu durante a entrevista com *Antônia*. Por mais que eu já houvesse presenciado, em diversas oportunidades, sua auto-identificação como “transexual”, ali, contando a sua *história*, lembrando das vezes em que foi expulsa dos ônibus ou recordando, satisfeita, as dezenas de carro que estacionavam a seu redor, *Antônia* se dizia “travesti”. O câmbio entre essas duas palavras – que multiplicam as letras T na sigla do Movimento LGBT – apareceu frequentemente no percurso desta pesquisa. Todavia, não penso que ele consista numa mera insistência irrefletida do costume. O câmbio em questão, diferentemente do ingresso de *Antônia* na militância e na prostituição, não ocorre “sem saber”, “mesmo sem entender”. Pelo contrário, ele se situa em relações de poder, como alerta Barbosa (2010), que, nas narrativas de *Antônia*, traduzem a identificação com o conceito de “transexual” aliada à assunção da identidade política da “travesti” para a *luta*.

(...) porque na, minha concepção, a terminologia travesti não nos contempla. E aí, eu vou dizer pra você porque não nos contempla: porque nós não somos roupas, nós não somos vestimenta, o que tá no Aurélio diz isso. Nós somos gênero. E travesti nem é gênero, nem é orientação sexual e é uma palavra masculina. O que na verdade todas nós somos, somos transexuais, que tem a ver com o transitar do gênero masculino pro feminino e vice-versa. E tem a ver com nossa sexualidade, que sexualidade tem a ver com gênero – homem,

mulher, masculino e feminino. Você pode ser uma transexual do gênero feminino ou um transexual do gênero masculino. Só que no Brasil, como a gente primeiro recebeu esse rótulo (de travesti), que foi um rótulo, não era uma definição de gênero, nem orientação sexual, era um rótulo (...), como a gente recebeu isso? Não era porque a gente achava que a gente era mulher naquela época, a gente não discutia gênero, a gente não discutia identidade de gênero nem identidade sexual. Era tudo bicha, era tudo veado, tudo boiola. Então, a gente pra, como a gente transfere esse rótulo pra gente, a gente aceitou pra gente se diferenciar do gay. Então, a gente era o feminino do gay, então o gay era aquela coisa masculina e a gente era o feminino que era chamado de travesti. Não era que a gente entendia, a gente não discutia gênero, nem discutia orientação sexual, era um rótulo que nos deram e a gente aceitou. E hoje, no Brasil, a gente mantém (no Movimento) travesti e transexuais, diferente do resto do mundo que fala pessoas trans, só fala pessoas trans. A gente fica com travesti e transexuais porque a gente não quer matar o movimento que começou tudo isso. (*Antônia*, militante do Movimento LGBT, entrevista concedida em 02 de outubro de 2013).

“Eu sou uma trans, mas eu milito no Movimento como travesti. A minha bandeira política é travesti”, afirma *Antônia* enfaticamente. Ela explica que apesar de sua “identidade de gênero” ser “trans”, ela prefere atuar junto às bandeiras das *travestis* porque “a gente não quer deixar só transexuais, por isso que hoje a gente coloca (Movimento) de Travestis e Transexuais”. A decisão em manter a identidade de “travestis” certamente repercute uma necessidade específica de representação que, parece-me, tem a ver com o cotidiano das experiências das *travestis* nas esquinas. Afinal, se “travesti não é só prostituição” é porque, de alguma maneira, também o é. Daí a relevância da prostituição nas narrativas de *Lua* e *Antônia* sobre suas trajetórias de vida e *luta*. Mais ou menos exemplares, tecidas sobre a “necessidade” e a “pobreza” ou sobre a inconsciência e o prazer do “mesmo sem entender”, essas narrativas demonstram que parte do que forjou suas identidades como “travestis” esteve ligado à prostituição.

4.3 Situacionalidades e trânsitos identitários

A prostituição funciona narrativamente como a trajetória dos *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim*, requer validação, inteligibilidade situacional, reconhecimento. Faz-se “trabalho sexual” como se fazem “posseiros” ou “moradores”. A prostituição aponta para a situacionalidade das narrativas. Estas apenas se desempenham situacionalmente, ou seja, as narrativas se entremeiam a relações de poder e disputas determinadas. Tais relações e disputas se acham vinculadas à arquitetura do que é inteligível frente a agentes de Estado, aos *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* e a seus aliados, aos movimentos sociais e a seus opositores,

assim como ao professor interessado na trajetória de vida do *trabalhador* que o recebe na sala de sua nova casa, no interior das terras em que, milagrosamente, homens, mulheres e *lutas* nasceram e se criaram.

A situacionalidade da narrativa é, portanto, devedora de sua inteligibilidade, daquilo que produz sentido. É assim, na arquitetura narrativa do situacionalmente inteligível, em suas relações de poder e disputas, que a cena do não pagamento do *foro* eclode com centralidade nos documentos, relatórios e autos dos processos judiciais. Lá, naquelas páginas, nos confrontos discursivos travados naquele terreno de asperezas burocráticas, ela tenta produzir sentido, explicitando, inclusive, a “injustiça” da produtividade produzida na segunda vistoria. Lá, ela delinea, face ao suposto “Estado de Direito”, os contornos do inadmissível histórico. Também é assim que os *trabalhadores*, de que *Marcos* me falou tantas vezes, suas experiências de organização política e *luta*, praticamente desaparecem das narrativas documentais. Nos autos dos processos judiciais, *trabalhadores* dão lugar a *posseiros* ou *moradores*.

Em minhas primeiras incursões nos documentos relativos ao *caso* da *Fazenda Alfenim*, estranhei o fato de que a palavra “trabalhadores”, tão presente no léxico dos movimentos de luta pela terra, como o MST e a CPT, quase não figurava nas linhas escritas por juízes, procuradores, servidores do Judiciário ou mesmo pelos integrantes dos próprios movimentos. Nessas linhas, o “sujeito de direito” – como gostam os juristas – produtor de sentido, inteligível, adequado aos momentos estatais de um conflito territorial, não era o *trabalhador*, mas o *morador* ou o *posseiro*. Minha estranheza quanto ao sumiço dos “trabalhadores”, todavia, apagou-se no instante em que entendi a eficácia desse jogo de palavras, do situacionalmente inteligível.

Senhor de suas terras, *Arlindo Falcão* havia ajuizado uma ação de reintegração de posse contra os *trabalhadores* que o enfrentaram. Isto aconteceu logo após a decisão judicial de declaração da produtividade da *Fazenda Alfenim*. Através de seus advogados, o *Velho* alegou em juízo que havia uma “invasão de sem-terras” em sua *Fazenda*. Convertia, assim, os “moradores” em “sem-terras”, na tentativa de expulsar os *posseiros* de suas casas e da *Fazenda Alfenim*. Como de costume, o magistrado que recebeu a ação de reintegração acatou o pedido liminar do proprietário e designou que um oficial de justiça seguisse até a *Alfenim* e informasse os “sem-terras” sobre o futuro despejo. “A gente num sabe o que faz da nossa vida agora. O oficial de justiça veio e agora tem dez dias pra a gente desocupar as nossas casas e ir embora. É o despejo”. Mas ao chegar à *Fazenda*, o oficial de justiça foi convencido de que ali não havia

um “acampamento de sem-terras” e sim uma “comunidade de posseiros”³⁶. Explicou, em resposta à decisão do juiz, que a reintegração não deveria ser cumprida porque, diferente do que o proprietário alegara, aquelas pessoas moravam naquelas terras há muitos anos. O juiz reviu a decisão e manteve os *posseiros* na área.

Nos autos do processo judicial de reintegração de posse, através do qual o *Velho Arlindo* buscava expulsar os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim*, estão as palavras escritas pelo oficial de justiça que inviabilizou o despejo. Nelas, “moradores” são o oposto de “invasores sem terra”, “casas” se opõem a “barracas de lona”, e, dessa maneira, *Tonho*, *Dona Marcinha* e os *trabalhadores* puderam permanecer nas terras da *Fazenda*. Eles, afinal, aparentavam ser legítimos “moradores”, “posseiros” e não “ameaçadores trabalhadores rurais sem terra”. O modo como esse jogo de palavras concerne a) a formas de criminalização e b) às relações de poder que influem no que é ou não materializável em documentos será objeto de análise do segundo e do terceiro capítulos desta tese, respectivamente. Por ora, importa compreender como a situacionalidade das estratégias narrativas criadas em meio às *lutas* articula trânsitos identitários e as reciprocidades constitutivas anteriormente discutidas. *Tonho* e *Dona Marcinha* são *trabalhadores* nas narrativas de *Marcos* e, em certas circunstâncias, dos “movimentos”, mas são *posseiros* ou *moradores* nas narrativas documentais, de agentes estatais e, em outras circunstâncias, também dos “movimentos”. Eles transitam diferentes identidades, portanto. Assumem diferentes personas. Mas não se tratam de sujeitos prontos e acabados, completos, que “trocam de roupas” a depender do contexto em que se situam. Mais complexamente, eles se modificam, fazem-se e fazem história enquanto trafegam (n)esses arranjos identitários.

Esta articulação, de que venho cuidando, entre trânsitos identitários e “reciprocidades constitutivas” se inspira em algumas das contribuições de Regina Facchini para o campo dos estudos de gênero e sexualidade. Sob o olhar de Facchini (2008), mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres transitam por São Paulo, frequentam espaços de lazer, visitam o centro da cidade, habitam regiões periféricas ou bairros de classe média, vão a clubes de BDSM³⁷ ou a shows para “minas do rock”. Nessas formas de territorialização da cidade, elas se nomeiam e identificam de muitos jeitos. São *ladies*, *machinhos*, *abacates*, *moranguinhos*. São *entendidas*, *dykes*, *sapas*, *lésbicas*. Tais trânsitos territoriais e identitários produzem espaços e diferenças e se realizam imbricados a convenções sociais acerca de gênero

³⁶ A relevância política do “acampamento” para as demandas sociais coletivas foi interessadamente analisada por Nashieli Rangel Loera (2016; 2015). A compreensão dessa relevância me parece fundamental para a demarcação das distinções que fazem de uma “comunidade de posseiros” uma categoria de mais fácil trânsito jurídico do que um “acampamento de sem-terras”.

³⁷ A sigla BDSM se refere a “bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e sadomasoquismo”.

e de sexualidade, mas também a práticas eróticas, corporalidades e outros eixos de diferenciação social, como classe, “raça”, cor, geração etc. *Moranginhos e posseiros, ladies e moradores*, nesse sentido, são todos sujeitos que se fazem enquanto transitam em meio a relações sociais contraditórias.

Seguindo as pistas deixadas por Facchini, interessa observar que as estratégias narrativas de que *Lua*, *Antônia* e os *trabalhadores da Fazenda Alfenim* se valem não são utensílios, ferramentas instrumentalizáveis. São elas mesmas experiências históricas, através das quais os sujeitos – identidades nunca fixas ou herméticas – realizam-se. Sendo experiências, perfazem-se nos entrecruzamentos de relações sociais diversas. O “trabalhador” das palavras de *Marcos*, por exemplo, alude a relações e conflitos de classe, a uma trajetória de *lutas* e combates costurada à experiência de organização de classe por ele vivenciada junto a movimentos sociais. O “morador” e o “posseiro” das narrativas documentais aludem, a seu tempo, aos signos da propriedade, às classificações jurídicas, às lógicas de Estado. Esses trânsitos identitários são instantes da luta de classes. Mas são também relações de generificação que participam das compleições identitárias, das oportunidades de trânsitos entre *trabalhadores, moradores e posseiros*, ou entre *homossexuais, travestis e transexuais*.

É verdade que, de antemão, as narrativas de *Lua* e *Antônia* aparentam divergir dessa conclusão. Elas remetem à infância, a um passado fundador em que angústias relacionadas a uma inadaptação de gênero já se encontravam presentes. *Lua* lembra que “eu não tinha como esconder, eu não tinha como ter postura de homem, eu não tinha como pensar como homem, não tinha como agir como homem, era de mim mesmo, eu não conseguia”. *Antônia*, por sua vez, recorda que “assim, eu já sabia, eu só não sabia definir essa história de ser travesti ou ser transex. Mas tudo meu era do gênero feminino. Eu queria viver essa pessoa do gênero feminino que estava presa dentro de mim”. Suas narrativas recorrem, inclusive, aos signos da patologização – embora *Antônia* tenha deixado bastante claro que a despatologização da “transexualidade” importa numa agenda política vital para o Movimento – para ilustrar os sofrimentos por que passavam já na infância: segundo *Lua*, “eu não tinha como esconder. Eu não tinha... Eu não sabia, na verdade. Até tentei, teve um tempo em que até tentei, mas, assim, eu percebi que aquilo me adoecia psicologicamente. Era como se me rasgasse por dentro”; *Antônia* rememora que “quando eu tinha que vestir, por exemplo, uma calça, que eu tinha que usar cueca, que a cueca, pra mim, exibia o meu órgão genital, a calça transparecia, aquilo me incomodava, pra mim aquilo não era eu, então ninguém tinha que saber que eu tinha aquilo, então, esse confronto entre o feminino e o masculino, entre eu querer viver o feminino e ser obrigada a viver o masculino, isso me adoecia e me incomodava muito”.

Do ponto de vista de certo debate teórico, essas passagens poderiam soar “essencialistas”. Influenciadas pelo repertório do Movimento de Transexuais³⁸, de agentes de Estado e da ciência, elas deslizam entre a crença e o conhecimento de si e aquela inteligibilidade situacional de que venho falando, fazem-se pedagógicas e eficazes – como, insisto, são eficazes, nas narrativas documentais, “posseiros” e “moradores”, ou “trabalhadoras do sexo”, em outros contextos – mas não encerram os modos como *Lua* e *Antônia* compreendem suas trajetórias e arquitetam suas memórias. Olhadas mais de perto, sentido o calor do disparo à queima-roupa, sentida a fragrância da colônia barata usada nos passeios ao mercado do bairro ou à Praça João Pessoa, as arquiteturas narrativas expostas em suas lembranças exibem reciprocidades constitutivas que, acredito, cruzam emblematicamente – e, também, pedagogicamente – a experiência da prostituição. As palavras de *Antônia* talvez sejam mais claras a esse respeito. Os incômodos e sofrimentos que ela adjudica à década de 60 de sua infância não sonégam a ausência de “travestis”, muito menos de “transexuais”, quando de sua migração para João Pessoa. Elas nem sempre estiveram lá.

“Na época, não existiam assim tão travestis, existiam alguns gays afeminados que tomavam hormônios e tinham seios”. Não é que não houvesse o “nome”, simplesmente, a “identidade”. Para citar Foucault (2010), não havia o “dispositivo” ou, talvez, ele ainda não houvesse sido “democratizado”. *Antônia*, então, dedicar-se-ia a aprender e apreender modos de feminização, de transformação corporal. Ela fala que, àquele tempo, havia uma *pessoa* que, essa sim, já podia ser considerada *travesti*. Diz *Antônia* que essa *travesti* “usava muita droga injetável” e “tinha seios grandes”. “Ela que dizia pra gente qual é o hormônio que a gente tomava. Então, era um teste, as pessoas diziam o que você tomava e diziam assim: ‘pro seu bumbum, você vai ter que tomar Buclina, Postafen’, e aí a gente ia tomando essas coisas porque a gente queria modelar o nosso corpo”. Em João Pessoa, sequer havia “bombadeiras” – travestis que, com a prática ilegal, “especializavam-se” na aplicação de silicones. “No nosso universo, tanto hormônio quanto silicone, tudo foi no boca a boca, (...) não tinha com quem a gente se consultar, então uma fazia e, se desse certo, passava pra outra. E assim foi que eu aprendi”. Não coincidentemente, *Antônia* aprendia a se tornar *travesti* ao passo em que compreendia que seus passeios pela Lagoa e seus encontros com os homens dos carros eram prostituição.

Na década de 90 em que *Lua* chegou à casa de *Marleide*, *travestis* não eram novidade em João Pessoa. Isto de tal forma que a prostituição que lhe coube como um destino se inicia

³⁸ Bruno César Barbosa (2015) nota, interessante, que nos caminhos cruzados de suas trajetórias de vida e atuações políticas, militantes *trans* se tornam “especialistas” no manejo de convenções.

quando *Lua* sai da casa dos pais e aporta, como numa sina, na casa de *Marleide*. Lá, ela aprenderia, com um pouco mais de facilidade, aquilo que a geração de *Antônia* se arriscou tanto a aprender. Mas não, não fica evidente, nas narrativas de *Lua*, como isso ocorre, como ela encontra a cafetina, a *travesti mais velha*, e se instala em sua casa, como em meio a milhares de residências da capital paraibana, a casa de *Marleide* exsurge. Os detalhes não aparecem. No entanto, seu destino e sua sina reúnem elementos exemplares das trajetórias de *travestis*. Esses elementos, enunciando os conflitos de gênero e sexualidade que impelem *travestis* (ou *bichas*, *veados*) à discriminação e à violência, exprimem relações e experiências de classe. O recurso à prostituição, narrativamente inexorável, um destino, obviamente coincide com essas relações. O trabalho, como visto, fala da “necessidade”, da produção histórica da vida, ou da sobrevivência. Afora isso, contudo, há os “regimes de visibilidade” atravessados pela classe e, penso, relevantes para a percepção da ideia da prostituição como uma “sina”.

Guilherme Rodrigues Passamani (2015) tematiza esses regimes ao por em xeque a presumida universalidade da experiência do “armário”³⁹. Através de um proveitoso diálogo com os trabalhos anteriores de Ernesto Meccia (2011) e Sérgio Carrara (2005), Passamani argumenta que a experiência de “sair do armário” é marcada por determinadas relações sociais, sobretudo de classe, mas também de gênero, sexualidade, geração etc., que não se replicam em muitas das trajetórias narradas por seus interlocutores, habitantes de Corumbá e Ladário, duas cidades do interior do Mato Grosso do Sul. A trajetória de *Soninha*, por exemplo, contrapõe-se a parte significativa dos estudos de gênero e sexualidade que assevera a necessidade de migração para grandes centros urbanos com vistas à “emancipação do armário”. *Soninha* “afirma que, justamente, por *sempre ter sido assim* é que nunca precisou *sair do armário*, pois *todo mundo* sempre soube que ela era *sapata*” (Passamani, 2015, pp. 135-136). “Sapata”, destarte, funciona como categoria de acusação e de auto-identificação. De acordo com Guilherme Passamani, a “orientação sexual” de *Soninha* sempre esteve à mostra e explicitamente ligada a uma performance de gênero masculinizada. Não havia segredos a revelar, não nesse sentido. *Soninha* passou a vida num guarda-roupas⁴⁰ de portas abertas.

Simone, outra das interlocutoras de Passamani, narra uma trajetória de vida que igualmente ajuda a problematizar a presunção universal do “armário” e a localizar os regimes de visibilidade no interior das reciprocidades constitutivas. Sua história de saída da casa dos pais em muito se assemelha às histórias de *Lua* e *Antônia*. “A família não aceitava, ou não

³⁹ Para uma discussão a respeito dos trânsitos de entradas e saídas do “armário”, ver Sedgwick (1998).

⁴⁰ Passamani se vale do conceito de “wardrobe” empregado por Halberstam (1998).

entendia, aquele filho afeminado e que começava a se insinuar para os homens da fazenda” (Idem, p. 149). Para lidar com as narrativas de *Simone*, Passamani redesenha o termo “cristaleira”. Nesta nova metáfora, os objetos se encontram sempre e absolutamente visíveis.

A cristaleira difere do armário porque não há nada guardado. Ela também difere do guarda-roupa porque você não faz uso dos cristais diariamente e nem os fica manejando com recorrência. Mas você sabe que eles estão lá. No entanto, a cristaleira confunde as dimensões de interno/externo, pois estes dois espaços parecem a continuação um do outro. Apesar das coisas estarem à mostra, de toda forma, há o vidro que constrói uma fronteira. Este vidro, sim, é facilmente quebrável. Quem sabe, seja mais difícil romper as portas do “armário”, ou quebrar um “guarda-roupa”, do que estilhaçar uma parede de vidro. É assim que consigo refletir sobre o caso de Simone. Ela nunca “saiu do armário”, ela nunca “passou por” (Duque, 2013). Ela sempre foi bicha, bastante afeminada, conforme lembra. E no começo da adolescência queria virar mulher. A performance mais feminina do menino foi incomodando a família até ocorrer o rompimento e ela ser expulsa de casa (Passamani, 2015, p. 149).

Em suas narrativas, *Simone*, *Lua* e *Antônia* estiveram sempre à mostra, mesmo quando suas inaptações de gênero “as rasgavam por dentro”. No interior da família de origem, *Lua* era acusada, apontada: “– você é veado, toma jeito de homem, você pensa que mãe quer um veado dentro de casa”? A rejeição retórica ao “veado”, afinal, proclama o “veado”, recria o “veado”, produz o “veado”. E, diz Marcelo Perilo (2015), as mobilidades desse sujeito se correlacionam intimamente com os regimes de visibilidade por ele ativados. Nas ruas, o “veado” que abandona a ou é expulso da casa dos pais chega, sem maiores alardes, à casa da *travesti mais velha* que a apresentaria aos territórios da prostituição e, reciprocamente, proporcionaria o início dos intermináveis caminhos do “tornar-se travesti” (Pelúcio, 2005; Duque, 2012). À mostra nos espaços públicos noturnos de João Pessoa, “sem entender”, *Antônia* era vista e identificada como alguém disposta a trocar sexo por dinheiro, ou seja, àquilo que em outras searas, como tentei discutir acima, chamou-se de “trabalho sexual”. À mostra, estavam suas performances de gênero e sexualidade. À mostra, estavam suas performances de classe.

Talvez a expressão “performances de classe” suscite algum estranhamento, sobretudo quando empregada por um marxista persistente, por mais que despidamente “heterodoxo”, como é o meu caso. Remete, claro, às contribuições de Judith Butler (2010; 2002), mencionadas na apresentação deste capítulo, acerca da “performatividade de gênero”, mas consiste numa crítica à própria tradição marxista. Esta, como arguiu Donna Haraway (2004), terminou, de regra, privilegiando a noção de “divisão natural do trabalho”, apoiada numa “heterossexualidade inquestionável”, do que resultou o ocultamento das políticas sexuais que

consubstanciam as relações e conflitos de classe e, ainda, a naturalização das mulheres – que “existiam de maneira instável nas fronteiras do natural e do social nos escritos mais importantes de Marx e Engels” (Haraway, 2004, p. 212) – e do próprio “trabalho”. Historicizado de tantos modos, o “trabalho” restou majoritariamente a-histórico no que tange às relações de gênero e de sexualidade que o tramam.

As performances de classe exercidas por *Lua* e *Antônia* destacam aquilo de que elas vivem, suas formas, inclusive aquelas reconhecidas publicamente nas esquinas de João Pessoa. Nessas performances, o espaço-tempo onde termina a “classe” e começa a “sexualidade” não é evidente. De fato, esse momento de pausa entre as relações de poder sequer existe. Como debatido, as reciprocidades constitutivas das relações sociais não o permitem, a não ser a partir de separações analíticas. Nas reciprocidades constitutivas, as performances de classe são performances de gênero. Não é diferente com os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim*. Eles performatizam relações de classe e propriedade nos jogos de legitimação de que tomam parte. Nos conflitos territoriais agrários que envolvem a historicidade de *Alcaçuz* e da Paraíba, o “vir a ser da classe”, a “classe em si” e a “classe para si” demonstram que a classe trabalhadora se movimenta, organiza-se em torno do “trabalho”, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Partido dos Trabalhadores, mas se traveste nos termos da “posse” ou da “moradia” em outras circunstâncias – e isto não se trata de “fingimento”, mas de *luta*. Este “travestimento de classe”⁴¹ é uma performance de gênero.

A admissão conjuntural da “moradia” e da “posse”, já argumentei, transforma os *trabalhadores* em sujeitos de direito inteligíveis frente às lógicas de Estado. O que eu ainda não notei é que a reivindicação da “moradia” e da “posse” alude aos domínios da família, do doméstico e, dessa maneira, a processos de femininização. A propriedade é generificada. Estes processos harmonizam, naturalizam, neutralizam estas categorias – a casa, o lar, a família – e evitam os conflitos que as formam. Na situacionalidade das narrativas, a “casa de família” que impede o despejo pressupõe uma unidade indiscutível. A casa é performatizada. Na construção do inadmissível histórico, ela é invadida, violada, tal qual a *trabalhadora* que nela não reside, porque lá, nas narrativas documentais, habita tão somente uma família de *posseiros*. Nessa casa possuída, tampouco têm lugar as marcas históricas dos “domingos da cachaça” do pai de *Marcos* e *Tonho* ou das violências domésticas ali frequentes.

Segundo *Marcos* recorda, a convivência com o pai não era fácil. “Meu pai bebia cachaça e quando chegava em casa, era lenha”. Embora fosse uma “boa pessoa” para “servir os

⁴¹ Em outro contexto, esta expressão também foi empregada por Anne McClintock (2010).

outros” e um “ótimo pai”, ao menos “de segunda a sexta”, era “raparigueiro” e costumava protagonizar cenas de violência no espaço doméstico. Agredia esposa e filhos. O “domingo da cachaça” era o “domingo da confusão, das brigas”. Este comportamento do pai gerou uma série de conflitos familiares. O filho mais velho do casal, por exemplo, casou sem o consentimento do pai, que se recusava a aceitar o matrimônio. Foi morar numa “casa encostada” à da família. Numa “confusão de cachaça”, porém, o pai o expulsou de casa e o filho rumou para São Paulo. Era 1973 ou 1974, *Marcos* não lembra com exatidão. Mas logo após o primeiro, o segundo filho também viajou. Mais tantas “confusões de cachaça”, mais quantas “lenhas”, o terceiro filho percorreu as mesmas estradas. “Ficamos só nós três, os três mais novos”. Nos documentos, a casa, a posse e a moradia são legítimas. Não falam das cenas de violência doméstica ou das mortes dos meninos que não contaram com os milagres. Estas mortes, as cachaças e as violências apenas emergem nas preocupações de *Marcos*. Ele as conhece e considera a ponto de figurá-las como cenário do conflito sobre o qual me fala, o da *história da Fazenda Alfenim*. Mas, como se vê, esse “cenário” constitui. Nele, “posseiros” são empurrados para o lugar do doméstico, da família, mas de uma imagem de família em que as relações conflituosas de gênero desaparecem ou são ocultadas. O cenário é, ele mesmo, narrativo, uma performance de gênero, uma performance de classe, relação de gênero, relação de classe.

É, igualmente, racialização. Como visto, a experiência de trabalho submetida ao *cambão* e ao *foro* é narrativamente racializada – “a gente era tudo escravo, aquilo era uma escravidão”. Daí o investimento no episódio do não pagamento do *foro* ser tão relevante para a “tessitura narrativa do inadmissível histórico”: *cambão* e *foro* falam de “escravização” e, conseqüentemente, de “negritude”, de “racismo”, palavras ainda indizíveis em determinados círculos sociais. Embora eu não saiba se os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* se identificam como “pretos”, “pardos” ou “brancos”⁴²; embora eu novamente não saiba se a tonalidade de suas peles decorre da concentração de melanina ou do arder do sol diário dos roçados em que o *foro* era cobrado e o *cambão* prestado; eu poderia argumentar – e isso soaria elucidativo – que a cor da pele desses *trabalhadores*, que eu conheci em audiências judiciais e atos públicos, é evidentemente mais escura que o “branco” da pele dos familiares do *Velho Arlindo* com que me defrontei naquelas mesmas audiências ou com quem topei, acidentalmente, em restaurantes no Recife, onde eles e eu moramos. Entretanto, essa diferença de cor, ainda que informe algo, não resume as relações de racialização ali presentes. As narrativas sobre as formas “injustas”,

⁴² As classificações empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“arcaicas”, de submissão ao trabalho dizem mais. Como dizem as narrativas acerca da disponibilidade dos seus corpos e de suas vidas.

“*Arlindo* vai matar a gente, vai juntar caveira de osso, vai fazer coivara de caveira de osso”. “Coivara” consiste numa técnica agrícola iniciada a partir da derrubada e da queima da mata nativa de uma área, depois utilizada para o plantio de diferentes culturas. A mata derrubada e queimada fertiliza o solo. “Coivara” é também o nome que se dá ao amontoado de troncos e galhos que formam a fogueira. A possibilidade narrativa de *trabalhadores rurais* se tornarem “coivara de caveira de osso”, vidas derrubadas e queimadas para fertilizar a plantação, ou amontoados de corpos para alimentar o fogo, sugere a criação de um “outro” cuja “humanidade” – este objeto em disputa – é posta em questão porque sua existência é inferiorizada, objetificada, racializada. A “coivara” em que *Marcos, Tonho e Dona Marcinha* poderiam se tornar expõe a fragilidade das fronteiras do “humano” e parte das relações de poder que a sustentam⁴³. Também a expõem os tiros que vararam *Lua* em praça pública. São eles mais um exemplo da disponibilidade dos corpos e das vidas daqueles cuja “humanidade” se faz sob rasura. Os tiros no corpo de *Lua* atualizam, no corpo da *travesti negra*, a “coivara de caveira de osso”.

4.4 Territorialização narrativa

Além de conflitos de classe e racialização, as estratégias narrativas experienciadas por *Marcos* e pelos *posseiros* da *Fazenda Alfenim* manejam valores que, numa primeira vista, agregam as marcas da inadmissibilidade histórica ao “rural”. As convenções em torno das categorias de “mandonismo” ou de “coronelismo” – “Usineiro, poder político e tinha capital. Dá pra tu? A peça quem é? Coronel mesmo” – lampejam na caracterização da *Fazenda Alfenim*. Mas isto apenas numa primeira vista ou nos ambientes (documentais, institucionais) em que o inadmissível precisa se tornar inteligível politicamente. Nas narrativas de *Marcos*, o rural é essencialmente conflituoso, resistência, não se confunde com a paciosa legitimidade dos weberianos “tipos tradicionais de dominação legítima” (Weber, 2008). Afora isso, basta flertar com as narrativas produzidas desde as cidades para perceber que os valores vocalizados por *Marcos* não diferem substancialmente dessas narrativas urbanas.

⁴³ Tive a oportunidade de tratar especificamente das disputas de classe, gênero e sexualidade acerca da ideia de “humano” em um artigo publicado, em 2015, na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP. Ver: Efreim Filho, 2015.

Cenas constantes na *história da Fazenda Alfenim* se mimetizam e reproduzem em contextos muito próximos, nada longínquos. Afinal, como bem percebeu Jorge Mattar Villela, “na história moderna, a democracia e as nações foram construídas com carne e sangue, à base de limpeza étnica e restrições civis” (2010, p. 166). Um dos primeiros episódios de violência presenciados por Rosa – a militante de Direitos Humanos apresentada na introdução desta tese –, quando do início de seu envolvimento com a *luta*, logo após a sua chegada no Recife da década de 80, acusa a proximidade entre aquelas cenas e um “hoje” “urbano” nada “passado” ou “rural”. Esse episódio conduz à percepção de algumas coincidências estéticas, ou seja, de confluências nas formas e nos rituais de cumprimento da violência.

Soube-se que um rapaz – um *menino*, nos dizeres de Rosa – havia furtado uma vaca. Um grupo de outros jovens – Rosa os chama de *justiceiros* – decidiu punir o rapaz. Ele foi então surrado em meio às ruelas não asfaltadas de *Santana*, o bairro periférico recifense em que Rosa morou durante mais de duas décadas. Para a execução da surra, os jovens se valiam de um “cipó de boi”, um instrumento elaborado a partir do couro, esticado e curtido, da genitália do boi morto. Após as chicotadas, levaram o rapaz, “agonizando”, para uma mata próxima, onde enterraram o seu corpo, mantendo apenas a cabeça sobre a superfície. “Ele morreu lá, desse jeito. Não enterraram todo, pra não dizer que enterraram vivo. Deixaram o menino enterrado só com a cabeça pra fora e foram embora. Ninguém podia chegar lá. Ninguém chegava. Todo mundo tinha medo”. Embora o assassinato desse *menino* deva ser compreendido, de início, entre os fenômenos mais óbvios dos “linchamentos” e dos “justiceiros”⁴⁴, é impossível não notar as coincidências estéticas que, apesar das divergências contextuais, aproximam esta morte das violências constituintes de casos como o da *Fazenda Alfenim*.

Uma dessas coincidências é a “surra em movimento” através das ruelas do bairro, a qual se conecta aos “passeios no rabo da burra” através das terras da grande fazenda de que fala Mônica Fernanda Figurelli (2011). Outra é, sempre é, a polícia. A notícia do assassinato do *menino* não demorou a chegar à polícia que, por sua vez, conseguiu apanhar um dos jovens. Este novo *menino*, antes executor, migrou para a condição de vítima. Os policiais obrigaram o rapaz a deitar no chão, também na rua, e o atropelaram com uma motocicleta. A moto passou sobre sua barriga. Depois, levaram-no à delegacia e, segundo me contou Rosa: “ele foi preso e a polícia disse que foi tortura mesmo porque deram óleo queimado e ele adoeceu e morreu”. Enfim, há o “cipó de boi”, esta ferramenta, quase mitológica, manuseada pelos “senhores” e

⁴⁴ José de Souza Martins (1996), Vera da Silva Telles (2010) e Jacqueline Sinhoretto (2001) desenvolveram importantes discussões a esse respeito.

“coronéis”, ou por seus *capangas*, contra os corpos de *escravos* ou *trabalhadores*. Afinal, que substancial distância há entre o objeto cilíndrico e áspero que os *jagunços* penetraram na vagina de *Dona Marcinha*, quando do episódio da invasão da casa, e essa outra ferramenta de violência? Do início ao fim, ambas performatizam conflitos irmanados, reciprocidades constitutivas expressas em uma linguagem de gênero e sexualidade, ou nada explicaria a “necessidade” de empregar o couro da genitália de um animal para surrar outro homem, um *trabalhador*, um *ladrão*. De todo modo, nesse sentido, pouquíssima distância também há entre o cipó de boi, o objeto cilíndrico e áspero e as balas que perfuraram o corpo de *Lua*. Nas narrativas, cipó, objeto cilíndrico e balas territorializam relações de poder.

As narrativas de *Lua* e *Antônia* sobre suas experiências na prostituição de rua oportunizaram, até aqui, uma reflexão em torno das reciprocidades constitutivas entre trabalho, gênero e sexualidade. Resta, contudo, trazer à tona, ou converter em “problema”, o fato de que tais narrativas e reciprocidades se realizam nos interstícios de processos de territorialização. Disputas territoriais, afinal, não são exclusividade narrativa de *Marcos* e dos demais *moradores* da *Fazenda Alfenim* e de seu conflito agrário. Apesar das possíveis diferenças entre o “rural” e o “urbano”, ambos compreendem disputas territoriais. O perambular das *travestis* pela noite de João Pessoa, assim como o trotar, em São Paulo, dos michês etnografados por Néstor Perlongher (2008), inscreve e disputa territorialidades, expressando a generificação e a sexualização de territórios, mas também a territorialização das relações de classe, gênero e sexualidade.

O campo dos estudos de gênero e sexualidade vem notando, com habilidade, as possíveis cumplicidades entre os processos de territorialização, generificação e sexualização. Em suas análises sobre as genealogias do imperialismo, Anne McClintock, por exemplo, alude à “longa tradição de viagens masculinas como uma erótica do alumbramento” (2010, p. 43). Nessa erótica, reproduzir-se-iam gestos de penetração masculina sobre a evidenciação de um interior feminino velado. Haveria então um mundo feminizado a ser exposto e explorado por desbravadores masculinizados. As fronteiras desses mundos desconhecidos se fariam ameaçadoras e sedutoras, precisando ser domadas pelos tais exploradores. Espaços fronteiriços, assim, não só seriam feminizados – para serem rompidos – como se concretizariam nos corpos das mulheres, “figuras mediadoras e liminares por meio das quais os homens se orientavam no espaço, como agentes do poder e do conhecimento” (Idem, p. 48). A literatura feminista tem indicado a crueldade com que essas concretizações se dão em contextos de disputas territoriais.

Andréa Carolina Schvartz Peres demonstrou como a guerra da Bósnia-Herzegovina reorganizou territórios etnicamente ao tempo em que promoveu campos de concentração e

estupro. “Calcula-se que cerca de vinte mil mulheres muçulmanas e croatas foram estupradas durante a guerra” (2011, p. 119). Lá, os estupros se faziam experiências de “limpeza étnica”. Objetivavam a procriação, a gravidez das mulheres violentadas, em nome do estabelecimento de controles sobre as suas descendências. O estupro como arma de guerra transferia o “adversário” para o ventre das mulheres e garantiria a homogeneização populacional do território. Por sua vez, Rita Laura Segato (2005), em suas pesquisas acerca dos assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez, no México, desafia a irracionalidade aparente dessas mortes e as agrega a estratégias de demarcação territorial e criação de laços de fraternidade. Os assassinatos seriam violência e comunicação a um só tempo. Nos gestos de violência, o corpo feminino incorporaria a linguagem própria ao controle territorial.

Esses exemplos apontam que a sexualização e a generificação do território e a territorialização das relações de gênero e sexualidade se entrelaçam à violência. As terras disputadas por *Dona Marcinha* e pelos demais posseiros são feminizadas em sua gênese. Produtivas ou improdutivas, protegidas ou violadas, a violência que as sustenta atualiza o gesto colonial do desbravador originário. Os sujeitos insurretos que as reivindicam, tais quais aqueles que lá estavam antes do mito gerador do “descobrimento”, são alocados em territórios feminizados anteriores à história e, portanto, incapacitados para a sua feitura, ilegítimos, tendencialmente violentáveis e criminalizáveis, mesmo quando, nas estratégias de suas narrativas, fazem-se “posseiros” ou “moradores”. Tais sujeitos não manejam em sua pele – o que, de longe, remete a uma racialização – os sentidos formais da propriedade encarnados pela personagem jurídica do legítimo proprietário. Ser sem-terra pressupõe a desencarnação desses sentidos, a antítese negadora do exercício do direito à propriedade, sua inexistência e seu desejo. *A violência do latifúndio* – como é chamada pelos militantes da CPT e do MST – reafirma nos corpos dos *trabalhadores* o não acesso à terra, impondo-os cicatrizes que os recordarão dos limites de sua existência.

Mas as violências que os Movimentos nomeiam como sendo *do latifúndio* não preexistem às violências sexuais. O latifúndio se arquiteta, de antemão, numa constituição histórica de gênero. A terra é sexualizada. E de tal modo que os conflitos de gênero e sexualidade latejam quando os conflitos territoriais ascendem. A pretensão da dominância de classe do *Velho Arlindo* sobre os *posseiros* foi sempre uma pretensão de dominância de gênero. “Ele dizia que era como um pai pra gente”. Longe de conduzir à conclusão de que há, aí, um exemplo de “patriarcado” – compreendido como estrutura universal que se multiplica em realidades distintas – desse conflito de gênero se depreende uma disputa acerca de masculinizações e, portanto, feminizações. “Pai” e “pater” não são categorias óbvias ou dados

estruturais. São performances de gênero e classe sob conflito. Analogamente, os conflitos territoriais pulsam nos meandros das violências de gênero e sexuais. Afinal, em que instante as violências sofridas por *Lua* deixam de erigir uma vítima “LGBT” e passam a traçar os contornos de uma vítima “sem-teto” ou “prostituta”? Os rapazes que erigem o “cipó de boi” – a arma cuja matéria-prima consiste no couro curtido da genitália do bovino macho – sobre o corpo do *menino* apenas impõem ordenação territorial àquele bairro periférico ou cometem uma violência de gênero e sexual? De fato, parece-me inexistirem antes e depois equacionáveis nessas relações.

A compreensão adequada desse “problema”, porém, exige um movimento analítico em relação ao território bastante parecido com aquele que, seguindo as discussões teóricas neste texto travadas, venho empreendendo acerca das demais relações sociais: é urgente considerar a sua historicidade, ou seja, tanto o modo como o território sofre modificações em determinado tempo, quanto o modo como o território modifica determinado tempo. Para isso, tematizar o território requer, necessariamente, tematizar a territorialização. Esta afirmação decorre das contribuições teóricas da geógrafa feminista Doreen Massey (2004; 1994), para quem “o espaço é um produto de inter-relações”, “constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”; “é a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade”; “é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz”; e “está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado” (2004, p. 08).

Esta definição do “espaço” – definível apenas situacionalmente – e suas reverberações políticas aproximam as análises de Massey do arsenal teórico de Judith Butler. É isso que Bruno Puccinelli argumenta ao incorporar as contribuições de Massey ao seu próprio trabalho: “espaço não é dado ao nascer, apenas a partir de suas características materiais, mas estas são forjadas como naturalizadas a partir de uma construção social. E esta construção, permeada por assimetrias, hierarquias e relações de poder, responde a uma determinada expectativa generificada” (2015, p. 19). Logo, como diz Puccinelli, entender o espaço como “dado” é localizá-lo no interior de convenções de gênero e de sexualidade que o designariam como “passivo”, “feminizado”, “subalterno”, algo a ser descoberto, conquistado. Através de uma narrativa feminista acerca do espaço, Doreen Massey (1994) possibilita uma percepção produtiva do espaço. Possibilita, igualmente, como conclui Isadora Lins França (2012) através de um diálogo com os trabalhos de Massey e Frank Mort (1996), superar a prenoção de que o espaço se resume a um pano de fundo passivo ocupado por sujeitos prontos e acabados. Nem o

espaço está dado, nem os sujeitos. Como Roberto Marques (2014) apontou, a própria representação do “eu” pode ser expressa a partir de sentidos espaciais.

Pois bem, as experiências narradas por *Lua* e *Antônia* evidenciam, cortantemente, as tensões que marcam as disputas pelo espaço, os espaços de disputa. *Antônia* conta, por exemplo, que o seu trânsito pela noite de João Pessoa insuflava uma série de conflitos com as prostitutas. “Como eu era jovem, bonita e todo homem queria transar comigo, eu ganhava mais dinheiro do que as mulheres. Então, elas me expulsavam daquele lugar porque havia uma competição”. Expulsa de um lugar, *Antônia* seguia para outra região de prostituição na cidade. Do novo lugar, também era expulsa. Mas *Antônia* explica que nomeia aqueles lugares como “de prostituição” apenas porque está se referindo à prostituição de “mulheres biologicamente”. “Porque não tinha *travesti*, na época, se prostituindo. Então, não tinha esse lugar que você dissesse assim ‘ali’, como tem hoje. A Lagoa hoje é um lugar de prostituição de *travesti*, a praia, a Epitácio, mas antigamente não era, era só de prostitutas mulheres biologicamente”. Naqueles territórios, ainda não havia *travestis* se prostituindo. No entanto, havia *Antônia*. A reação das prostitutas à presença de *Antônia* nas esquinas por elas administradas concerne, a um só tempo, em uma proteção na concorrência pelo mercado sexual e em uma demarcação territorial. Mas, mais do que isso, a não identificação de sua prática sexual como “prostituição de *travesti*” se faz recíproca à inexistência de um território específico, produtor da identificação e da identidade da “*travesti* que se prostitui”.

Essa demarcação territorial, gestada no conflito entre *Antônia* e as prostitutas, envolve, entretanto, a participação de outros sujeitos além das próprias prostitutas e das demais *Antônias* ou, em outros momentos e territórios, *travestis*. Policiais, por exemplo, atuam constantemente na delimitação e na gestão dos territórios sexualizados pelo tráfego do trabalho da prostituição. De certo, eles emergem nas cenas de violência e oferecem imagens de brutalidade como aquelas narradas por *Lua* – *Antônia* também descreveu algumas delas, novamente brutais – mas eles também compartilham outras funções. Os encontros de *Antônia* com os seus amigos “homossexuais” no mercado ou na praça só eram possíveis quando “tinham sossego”, “quando a polícia não colocava a gente pra correr”. “Corria muito da polícia, *Antônia*”? “Corria, porque era uma época em que a polícia queria mostrar serviço e ela tinha que prender alguém durante a noite, então, passou uma época que ela pautou só prender homossexuais”. “E acusava de prostituição”? “Não, o crime era vadiagem, era preso por vadiagem”.

Antônia lembra que, no dia seguinte, as manchetes de jornal repercutiam e reconstruíam as prisões da noite anterior: “Veado preso na Lagoa por vadiagem!”. Mas lembra também da existência de um delegado que “rodou pra me prender”. Eu pergunto o motivo da sanha

prisional do tal delegado. Ela explica que ele havia prendido todas as outras, só faltava *Antônia*. “E eu era a sensação da cidade, então ele queria me prender”. “Eu cansei de tá trepada nas copas das árvores, e ele embaixo prendendo os colegas, botando pra dentro da viatura e dando porrada pra levar pra delegacia. E eu cansei de escutar ele dizer ‘cadê Antônia?’”. Ingenuamente, eu pergunto a *Antônia* o porquê de toda essa implicância com ela, como ele sabia de sua existência. “Porque eu era visível. Eu tava ali na Lagoa e paravam 10, 12, 15, 20 carros pra mim porque eu era sensação”.

Lua, por sua vez, comenta que os policiais as direcionavam para um ou outro lugar, a depender do quanto o perambular das *travestis* friccionava determinadas fronteiras. “Eles chegavam e diziam: ‘– vocês não podem ficar aqui, vocês têm que ficar mais pra lá’, num lugar mais esquisito, escuro, deserto”. Os empresários e donos de lojas locais “molhavam a mão” dos policiais para que as *travestis* e, portanto, as “pegações” fossem afastadas da vizinhança. O policial que abordou *Lua* na seresta e disparou dois tiros em suas pernas atesta cabalmente tais funções na gestão do território sexualizado. Ele era afamado pela associação entre agressividade e bebidas alcoólicas. Quando bebia, “dava tiro pra cima”. “Era tipo assim, ‘eu sou policial, eu mando na rua, eu faço o que eu quiser’”. *Lua* lembra que, na época em que sofreu a agressão, não havia órgãos confiáveis de denúncia, como o disque 100 ou a Ouvidoria de Polícia, “então as pessoas que estavam na função de prestar a segurança pública, elas faziam mesmo o que queriam, ‘nós somos nós e pronto e acabou-se’”.

A sexualização do território e a territorialização da sexualidade se evidenciam ainda nas narrativas sobre as migrações. Nessas narrativas, “migrar” ocupa o lugar do início. “Sair de casa” ou “ser expulsa de casa” oportuniza a migração fundante que, no caso de *Lua*, conduzirá narrativamente à extremização da *necessidade* e à inserção no trabalho da prostituição. *Lua* apanhava frequentemente do irmão – “você é veado, toma jeito de homem” – e foi expulsa de casa. *Antônia*, inconformada com as imposições familiares, fugiu da família de origem e seguiu com um circo que passava pela sua cidade natal. Distante da casa dos pais, *Antônia* “começou a ser outra pessoa”, o que expressava as oportunidades de vivenciar a expressão de gênero feminina longe dos controles familiares e de realizar as modificações corporais que ela desejava. As migrações iniciais de *Lua* e *Antônia*, mais ou menos tortuosas ou sofridas, resultaram, portanto, de uma fuga da violência física ou de estratégias de controle familiar sobre suas performances de gênero e sexualidade. Elas são o ponto de partida para a construção narrativa de suas *histórias* de emancipação. No entanto, essas migrações iniciais nas trajetórias das *travestis* podem nutrir outros sentidos, menos redentores. Ao falar das *monas* que ela

mesma acolheu em casa, *Lua* me contou um pouco da história de *Lucila*, uma das *travestis* que ela conheceu nas esquinas de João Pessoa.

Tem uma história de uma travesti que eu conheci. O nome dela é *Lucila*. Veio do Rio Grande do Sul, mas primeiro para Campina Grande. Depois de Campina, veio pra cá. A gente trabalhava na rua até uma hora. Dava 3h, 4h, 5h todo mundo ia embora. E ela ficava. Toda vez ela ficava. Ela, com vergonha de dizer, dizia que ia ficar hoje até 6h. Só que, na verdade, ela morava na rua mesmo. Dormia no beco. Na Defensoria Pública hoje tem uma grade, mas tem um bequinho ali. Ela dormia naquele beco. Ou no beco ou num terreno baldio perto da Lagoa onde hoje é um estacionamento. Antigamente ali era uma casa abandonada, muito deteriorada e com muito lixo. Quando tava chovendo ela dormia lá, quando não tava ela dormia no beco da Defensoria Pública. Aí, quando foi um dia, eu descobri. Quando foi um dia, eu saí pelo comércio. Ave Maria, a gente não saía muito de dia, não. Raramente. Se você saísse de dia era porque era uma coisa muito importante. Eu fui me alistar nesse dia. (...) No caminho, quando eu volto, descendo do Liceu, eu vi *Lucila* lavando a roupa na Lagoa. Ela teve um susto. Ela tava camuflada de homem e lavando a roupa. Eu disse: “– tá fazendo o que aí, Mona?” E ela: “– ô, Monique...”. E começou a chorar. (*Lua*, militante do Movimento LGBT, entrevista concedida em 27 de julho de 2013).

Nesse dia, *Lua* levou *Lucila* para a sua própria casa, mas ela já havia contraído uma doença de pele bastante grave que, segundo *Lua* imagina, devia-se aos banhos que *Lucila* costumava tomar nas águas sujas da lagoa, no centro de João Pessoa. A doença acarretava um ressecamento extremo da pele, sobretudo do rosto, e provocava uns cascões que descamavam repetidamente. “A gente tirava onda às vezes, dizia que era um segundo rosto”. No total, *Lucila* morou com *Lua* durante quase três anos. Até que decidiu seguir para a casa de uma cafetina em Campina Grande, julgando que lá ganharia melhor no trabalho da prostituição. Mas, em pouco tempo, *Lucila* morreu. Foi tomada por uma infecção generalizada da qual a doença de pele parecia ser apenas um sintoma primário. *Lua* desconfia que *Lucila* era soropositiva. Faleceu em Campina Grande, sendo enterrada como indigente. “Só depois de dois meses, a gente ficou sabendo da morte”. Morreu, indigentemente, depois de três meses internada. Não recebia visitas.

As migrações atravessam as narrativas de *Lua* e *Antônia* sobre as suas vidas e sobre as vidas de outras *travestis* que cruzaram seus caminhos. *Lua* explica que “a gente era muito migrante. Umas migravam para outros países. Outras migravam ou para outros estados ou para outras cidades”. Essas migrações podem significar a saída (ou a expulsão) da casa da família de origem, a procura por novas possibilidades para o exercício do trabalho de prostituição, ou até mesmo o encontro com o apoio de novas redes de ajuda. De uma maneira ou de outra, as *travestis* migram, transitam. Mas esta mobilidade articula performances de classe, gênero e

sexualidade que, em certos contextos, tornam-se alvo de controles sobre deslocamentos, fluxos e fronteiras.

Tais contextos são, por exemplo, o da contenção da migração internacional oriunda dos países pobres do mundo, como vem assinalando Adriana Piscitelli (2013; 2008a). Nos países do “norte” global, a intensa produção legislativa e as ações estatais de prevenção e repressão sobre o “tráfico de pessoas” costumam anexar a esse crime os deslocamentos para o trabalho sexual e para os, mais amplos, mercados do sexo. Dessa “anexação” derivam, no mínimo, duas questões que importam diretamente a este trabalho e têm sido objeto das investigações de, por exemplo, Adriana Piscitelli, já citada, Thadeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2011; 2005). A primeira dessas consequências está na elevação da prostituição e da migração para o trabalho sexual à condição de marco para o exercício da gestão de populações e territórios. Aqui, conflitos de gênero e sexualidade se convertem, portanto, na oportunidade para fabricação de domínios, produção e fechamento de espaços, soerguimento de barreiras e fronteiras. Além disso, convertem-se na possibilidade de criação de um “outro” generificado e sexualizado cujo trânsito, porque ameaçador, deve ser controlado. O sexo se realiza como um “terreno sob disputa” (Piscitelli, 2013, p. 37). Em outras palavras, a governança sobre as prostitutas traduz formas e justificativas para a administração de relações governamentais internacionais, para disputas de classes em larguíssima escala, para novas acomodações entre capital e trabalho.

A segunda das consequências está na ambígua vitimização criminalizante das “traficadas”. Normalmente projetadas segundo aquilo que Blanchette e Silva (2011) chamam, com argúcia, de “o mito de Maria, uma traficada exemplar”, as imagens dessas mulheres são infantilizadas, assujeitadas, vitimizadas, alocadas subalternamente no interior desigual das mesmas convenções de gênero que os feminismos pretendem combater. Se, entretanto, em suas experiências, essas mulheres dissentem dessas convenções, se suas práticas e opções não condizem com o “mito”, a elas, a priori vitimadas, cabe a equiparação à criminalização. Mas tanto que não é raro que as migrantes para o trabalho sexual se queixem de discriminações e violências cometidas pelos agentes de Estado, sobretudo policiais, que alegam intencionar protegê-las do “tráfico” (Piscitelli, 2013; Blanchette e Silva, 2005). “A conclusão moral da história é a de que Maria aprendeu que a mobilidade internacional não é para pessoas de sua condição e ela se contenta com a sua vida em *terras brasílicas*” (Blanchette e Silva, 2011, p. 82)⁴⁵.

⁴⁵ No terceiro capítulo, em razão das narrativas sobre o *Caso Emilia*, volto a abordar o problema do “tráfico de pessoas”. Lá, no entanto, ele aparece atrelado ao “tráfico de drogas” e é analisado como linguagem, chave intelectual para a explicação de conflitos de gênero e de sexualidade que atravessam o “caso”.

Enfim, se Anne McClintock (2010) está correta e os corpos de mulheres ou feminizados concretizam espaços fronteiriços a serem regulados enquanto que o território é ele mesmo uma metáfora e uma experiência de gênero e de sexualidade, também é preciso compreender as artimanhas e estratégias através das quais esses corpos e sujeitos operam como agentes de territorialização. *Dona Marcinha*, *Lua* e *Antônia* são corpos-territórios sob disputa – e, vejamos, *Marcos* também o é, coivara de caveira de osso – mas são corpos e sujeitos que territorializam conflitos sociais e relações de poder. Elas se movimentam, vão a reuniões, participam de protestos, fogem para o circo, migram, trafegam pelas ruas anoitecidas. Os territórios que elas corporificam apenas são disputados à medida em que elas disputam e forjam territórios. Sendo vítimas, não são vítimas. São bem mais.

No próximo capítulo, às narrativas de *Marcos*, *Antônia* e *Lua*, somar-se-ão as narrativas de *Marcela*, uma moradora de uma ocupação de trabalhadores sem teto, localizada no centro de João Pessoa. Suas narrativas acerca da experiência de trabalho no mercado de drogas ilícitas complexificarão as análises até aqui empreendidas a respeito das reciprocidades constitutivas entre conflitos territoriais e relações de classe, gênero e sexualidade. Através das palavras de *Marcela*, o crime e, pressupostamente, a criminalização entram no jogo, embaralham o que tradicional e estereotipicamente tomamos como “trabalho”, “família” e “território” e demonstram o quanto eu estava equivocado ao, na escrita do projeto de pesquisa do doutorado, apartar “sem-terras” e “homossexuais” de “criminosos”.

Capítulo 02

BALA:

o crime como relação social

1. Apresentação

Na primeira vez em que eu adentrei o prédio do antigo *Hotel Palácio*, passava-se um dia da morte de *Alexandre*. Era 23 de outubro de 2013. Eu acabara de sair de uma aula na Faculdade de Direito quando alguns estudantes ligados ao NEP me procuraram preocupados. *Alexandre* fora assassinado num dos quartos do *Hotel* onde, havia seis meses, famílias de *trabalhadores* sem teto estabeleceram a *Ocupação Horizonte*. Os estudantes me contaram do assassinato, de sua repercussão na imprensa e do medo dos *moradores* de que essa nova cena de violência prejudicasse ainda mais a imagem da *Ocupação* junto às instituições, judiciais e governamentais, responsáveis pela decisão sobre a permanência ou não dos *sem-tetos* no prédio. Três estudantes e eu seguimos para a *Horizonte*, a dois quarteirões da Praça João Pessoa, onde se localizam o antigo prédio da Faculdade de Direito da UFPB, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Redenção, a sede do Governo da Paraíba. Na entrada do prédio, *Marcela* nos aguardava. Estava ainda mais aflita que os estudantes. Ela nos levou para o quarto onde vive com duas de suas filhas e relatou o acontecido⁴⁶.

Alguns meses antes da morte, *Alexandre* e um amigo prenderam, amarraram e torturaram um rapaz num dos quartos do prédio. O tal rapaz tomava conta dos carros na rua da *Ocupação Horizonte* e, segundo *Marcela*, era “fraco do juízo”, possuía algum tipo de transtorno mental. Ao que parece, era alguém tranquilo que “não mexia com ninguém” e prestava alguns favores e pequenos serviços às pessoas das redondezas, como ir à padaria ou ao mercado. *Alexandre* e o amigo haviam mandado que ele comprasse um cigarro. No entanto, alguém no caminho pediu ao rapaz o cigarro e ele o deu. “Os caras acharam ruim e botaram ele para dentro do quarto”. Isto ocorreu num domingo. Os dois mantiveram o rapaz amarrado e espancado até

⁴⁶ *Marcela* me falou sobre a morte de *Alexandre* em dois momentos: naquela manhã de 23 de outubro de 2013, no dia seguinte ao assassinato, e durante a entrevista que, em 13 de dezembro, eu e Thiago Fernandes Lúcio (2014) realizamos com ela, em razão do meu trabalho de campo para a pesquisa que subjaz este texto e do trabalho de campo relativo à pesquisa de Thiago, sob minha orientação, para o seu trabalho de conclusão de curso em Direito. Diferentemente do primeiro momento, a entrevista contou com toda a formalização necessária ao exercício de uma pesquisa acadêmica, incluindo a assinatura de termos de consentimento e a apresentação dos temas e objetivos de ambas as pesquisas. Na entrevista de quase duas horas, *Marcela* nos contou sobre a sua trajetória de vida. O assassinato de *Alexandre* consistiu em poucos minutos dessa narrativa. Antes da escrita deste capítulo, porém, essa narrativa serviu de base para a escrita de um artigo, também intitulado “Bala” e publicado por mim, em 2014, junto à Revista Direito & Práxis, da UERJ.

a terça-feira quando, depois das denúncias de alguns *moradores* que ouviram gritos, a polícia militar chegou ao local. O menino estava quase morto. “Quem visse ele chorava”. “Foi maldade, safadeza, coisa de gente que não tem coração”. O policial que resgatou o rapaz trancafiado no quarto chamou aquilo de “coisa do diabo” – “acho até que ele era evangélico” – mas *Alexandre* e o amigo fugiram. *Alexandre* voltaria meses depois à *Ocupação*. O amigo não. Ele fora preso, “entregue” à polícia pelo próprio *Alexandre*, depois que eles “fizeram uns negócios tronchos pras bandas do interior”. Assim que voltou, *Alexandre* recebeu avisos e sabia que corria riscos. “O irmão dele chorou, ajoelhado, nos pés dele: – vá simbora, você vai morrer”. Não foi, morreu. Um grupo de homens entrou no prédio, perguntou por *Alexandre* e atirou contra ele, diretamente. Os policiais que revistaram o corpo encontraram, nas roupas, drogas ilegais.

Esses dois episódios de violência – o espancamento do primeiro rapaz e a morte de *Alexandre* – levaram a *Ocupação Horizonte* às páginas policiais dos jornais e aos programas televisivos policialescos. Naquela manhã do dia 23 de outubro, enquanto *Marcela* nos relatava os fatos, tentava sintonizar a antena do aparelho de televisão nos canais dos tais programas. Queria saber se falariam da *Ocupação*. Falaram. Os três programas desse gênero transmitidos em João Pessoa pautaram, naquele dia, o assassinato de *Alexandre*. Ao menos um deles, ao que recordo, dedicou ao caso um tempo significativo de sua programação. O apresentador, em tom acusatório, questionava até quando os governantes permitiriam que o centro da cidade de João Pessoa continuasse um “antro” de tráfico de drogas, prostituição, crime e violência. Remetia-se à *Ocupação Horizonte* – “a invasão do *Hotel Palácio*” – e a outra ocupação de sem-tetos, mais antiga, situada no prédio que pertencera ao INSS, como locais de concentração de “marginalidade” e “bandidos”. Bradava que a Praça do Pavilhão do Chá era tomada por prostitutas durante a noite e amanhecia repleta de “camisinhas” e “esperma” espalhados pelo chão. *Marcela* ouvia as palavras do apresentador e explicava sua principal preocupação: “tenho medo que isso chegue na Justiça e a gente seja despejado”.

Eu conheci *Marcela* num dos protestos de junho ou julho de 2013, quando diversos movimentos sociais se enfileiravam nas avenidas do centro de João Pessoa para disputar as pautas e direções das multidões que tomavam as ruas das maiores cidades brasileiras e empreendiam, de acordo com Breno Bringel e Geoffrey Pleyers (2015), uma “reconfiguração da contestação” no país. Até aquela manhã de outubro de 2013, entretanto, o conflito territorial urbano da *Ocupação Horizonte* não compunha minhas preocupações de pesquisa. Os estudantes do NEP o assessoravam e eu, em consequência, conhecia a sua história relativamente de perto. Mas o meu foco nos militantes do Movimento LGBT, do MST e da CPT me impedia de notar

que ali, ao meu lado, a dois quarteirões da sala de aula em que eu ensinava Sociologia do Direito, o conflito vivenciado por *Marcela* e pelos demais *moradores* da *Ocupação* recendia àquelas reciprocidades constitutivas entre relações de gênero, sexualidade, classe e territoriais que eu perseguia durante a pesquisa.

Sentado num dos bancos do quarto de *Marcela*, porém, vendo-a mexer ansiosa nas antenas do aparelho, assistindo à performance do apresentador – com suas referências aproximativas a “invasões”, “prostituição”, “esperma” e “bandagem” – lembrei-me de *Lua*, de que ela havia me dito ter sido uma *sem-teto*, ter morado sob uma lona preta num bairro periférico de João Pessoa; lembrei-me de *Carla*, uma *travesti* cujo nome consta num dos relatórios sobre assassinatos de LGBT na Paraíba, produzidos pelo Movimento do Espírito Lilás e por seus parceiros; lembrei-me de que *Carla* habitava aquele prédio do INSS ocupado por *sem-tetos* e fora alvejada por quatro vezes enquanto comia um churrasquinho na Praça do Ponto de Cem Réis, defronte ao prédio, ao tempo em que eu ministrava uma aula qualquer na Faculdade de Direito e, sem entender bem o que acontecia, ouvia os tiros que perfuravam o seu corpo. Lembrei-me de tanto, mas de tanto, que as preocupações de *Marcela* se confundiam com minhas memórias.

Mas, para além dessas memórias, respondendo a urgências de ordem prática, as preocupações de *Marcela* faziam sentido. Muito sentido. À época, como ainda hoje, as lideranças do Movimento Terra Livre – que atuaram na reunião dos *trabalhadores* sem teto e na organização inicial da ocupação – e os *moradores* da *Ocupação Horizonte* sofriam uma ação de reintegração de posse ajuizada pelo proprietário anterior do imóvel. Achavam-se, portanto, às vésperas de uma decisão judicial sobre a sua permanência no edifício. Frente à instabilidade da situação, qualquer abalo na imagem dos ocupantes poderia engendrar uma decisão prejudicial. Pensando nisso, o Movimento Terra Livre e a coordenação da *Ocupação* publicaram uma “Carta à sociedade e à imprensa paraibana”. Com ela, objetivavam repudiar órgãos de imprensa e jornalistas que teriam “caluniado” as duzentas famílias moradoras do prédio e atribuído à *Ocupação* os rótulos de “boca de fumo” e de que “no prédio só tem bandidos”.

Carta à Sociedade e à Imprensa Paraibana. As 200 famílias moradoras da *Ocupação Horizonte*, antigo *Hotel Palácio*, se dirigem à sociedade para informar e repudiar sobre notícias e comentários feitos por alguns órgãos da imprensa paraibana sobre esta ocupação (...). No dia 22 de outubro, ocorreu um homicídio de um jovem no local, ele não era morador da ocupação e poucos o conheciam, como foi amplamente divulgado pela imprensa. Todo o ocorrido foi rapidamente notificado à Polícia Militar que chegou em poucos minutos ao local. (...) Entretanto, alguns jornalistas, como os acima citados, resolveram aproveitar o caso para caluniar as 200 famílias, afirmando na

televisão e no rádio que o local é uma “boca de fumo” ou que “no prédio só tem bandidos”. Ora, eles sabiam dos fatos e mesmo assim resolveram intencionalmente nos caluniar. A *Ocupação Horizonte* tem o objetivo de conquistar a moradia para essas 200 famílias, tem uma coordenação eleita por elas, tem assembleias todas as semanas para se discutir os problemas do prédio (inclusive foi a assembleia do dia 23 que decidiu redigir a presente carta) e é organizada dentro de um movimento nacional que, entre outras coisas, luta por moradia, o Terra Livre – movimento popular campo e cidade (terralivre.org). (...) O movimento conhece muito bem os expedientes deste tipo de jornalista, preocupado em criminalizar os pobres e comprometido com os setores mais poderosos e conservadores da Paraíba, divulgando senso comuns sobre a violência, criados para a manutenção da repressão social. As 200 famílias honestas que vivem há seis meses na *Ocupação Horizonte* (o que inclui três crianças nascidas no local) exigem uma retratação pública dos dois jornalistas acima citados e reafirma o objetivo máximo da ocupação: garantir moradia digna das famílias e um futuro para nossos filhos.

A intenção da Carta é clara: trata-se de uma resposta à criminalização sofrida pelos *moradores da Ocupação Horizonte* e pelos “pobres” e movimentos sociais em geral. A carta associa os jornalistas criticados aos “setores mais poderosos e conservadores da Paraíba” e argumenta que a divulgação midiática de senso-comuns sobre a violência serve à “manutenção da repressão social”. Clara e certa, portanto. Há, todavia, um momento do texto em que os fundamentos da estratégia política adotada pelo Movimento se destacam: o instante em que *Alexandre* é afastado da *Ocupação* – “ele não era morador da ocupação e poucos o conheciam” – e contraposto às “200 famílias honestas que vivem há seis meses na *Ocupação Horizonte*”. *Bandidos* de um lado, *famílias honestas* e *trabalhadores* do outro. De fato, *Alexandre* não morava na *Horizonte*. Ele circulava pela região e pelo prédio, mantinha relações no tráfico local de drogas ilícitas e talvez usasse, sem o consentimento da coordenação da *Ocupação*, o prédio para as suas transações comerciais. Mas a necessidade do Movimento de separar *Alexandre* dos *moradores* é emblemática. Ela ressoa uma tomada de posição frente à criminalização sofrida pelos *sem-tetos*. Mas expõe um esforço narrativo em provocar distinções que as “condições materiais de existência” não favorecem.

Essas condições – condições de possibilidade das narrativas dos meus interlocutores de pesquisa, tecidas e retecidas por essas mesmas narrativas – confrontam mais ou menos explicitamente tal oposição fixa entre as noções de “família” e “trabalho”, de uma parte, e a noção de “crime”, de outra parte. Ocorre que nos labirintos narrativos acerca dessas condições, as fronteiras entre “trabalhador” e “criminoso” são incertas e facilmente transmutáveis a depender das disposições classificatórias em ação e das experiências e relações de poder entre os sujeitos que as exercem. Não é raro, como indicarei adiante, que alguém a priori identificável como *trabalhador* seja facilmente classificado como *criminoso* por agentes policiais, seja

porque esse alguém corria pela rua da *Ocupação Horizonte* no momento em que os policiais notaram que um dos pneus de sua viatura havia sido furado, seja porque esse alguém simplesmente participava de um protesto público. Tampouco é raro, contudo, que um *trabalhador*, ou um familiar seu, possua “envolvimento” com a *vida errada*, tenha se dedicado ao mercado de drogas ilícitas, por exemplo. A oposição narrativa entre *trabalhadores* e *bandidos*, tão necessária aos enfrentamentos políticos realizados nas arenas estatais, tende a cambalear frente à quase automática redução da figura do *trabalhador* à imagem do *bandido*, assim como oscila perante os trânsitos entre trabalhos legais e ilegais, todos precários, também quase automaticamente criminalizáveis.

Importantes pesquisas, sobretudo no campo de estudos sobre cidades e periferias, ajudaram-me na compreensão dos câmbios identitários entre *trabalhadores* e *bandidos* e dos trânsitos entre trabalho e crime. Dentre essas pesquisas, as discussões travadas por Alba Zaluar, Vera da Silva Telles, Daniel Veloso Hirata e Gabriel de Santis Feltran influenciaram indelevelmente minhas próprias percepções. Em suas análises sobre periferias urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo, há um “mundo do crime” em íntima interface com o “mundo do trabalho”. Zaluar percebe, por exemplo, que apesar da existência de oposições narrativas óbvias entre *trabalhadores* e *bandidos* – como a que concerne ao “trabalho”; em que *trabalhadores* classificam *bandidos* como “pessoas atraídas pelo dinheiro fácil”, enquanto *bandidos* veem o *trabalhador* como um “‘otário’ que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos” (1985, p. 145) – as relações entre esses sujeitos se mostram mais complexas e ambíguas, “tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles” (Idem, p. 132). Essa ambiguidade se demonstraria, por exemplo, na alegórica figura de “Mané Galinha”. Manoel foi *trabalhador*, operário da indústria da construção civil, e *bom filho*, sempre ao lado da família. Logo, achava-se perto ao modelo, ali presente, de dignidade moral. Seu ingresso no “mundo do crime”, todavia, não modificou diametralmente esse status. Para muitos, a inserção de Mané no “crime” era explicada como um gesto de “revolta” que o levou a entrar na “guerra”, o que difere bastante da noção de “vida fácil” de regra atribuída, pelos *trabalhadores*, aos *bandidos*.

Se Alba Zaluar assinala as complexidades da distinção entre *trabalhadores* e *bandidos*, os trabalhos confluentes de Vera da Silva Telles (2010, 2013) e Daniel Hirata (2010) e os seus textos de autoria compartilhada (Telles e Hirata, 2007, 2010) não só adensam essas complexidades como, em diálogo com os argumentos de Vincenzo Ruggiero (2000, 2007) e de Ruggiero e Nigel South (1997), aproximam-se analiticamente do crime “como um trabalho”. Nesse sentido, Telles e Hirata afastam-se da pressuposição de existência de dois sujeitos

exteriores e oponíveis um ao outro, o *criminoso* externo e oposto ao *trabalhador*, e passam a observar o “trabalhador urbano que transita nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito, lançando mão de forma descontínua e intermitente das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho” (2010, p. 40). Esses deslizamentos corriqueiros entre o legal, o ilegal e o ilícito preenchem “uma zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas” (2007, p. 173). Não há aqui, como se vê, espaço para a personagem midiática do *bandido*, “o traficante”, criado à imagem e à semelhança do grande inimigo, a encarnação do mal, do “Crime Organizado”, esta entidade em letras maiúsculas, justificativa para práticas de repressão e gestão populacional. Pelo contrário, há sujeitos que, como enfatizou Daniel Hirata (2010), “sobrevivem na adversidade”, vivem de seu trabalho, nas dobras do legal e do ilegal, movem-se entre riscos, precisam responder adequadamente a diferentes esferas de valores e convivem com a possibilidade iminente do confronto e da morte.

Por sua vez, as análises desenvolvidas por Gabriel de Santis Feltran (2011) a respeito das famílias e dos jovens que se movimentam habilidosamente em sua etnografia – e na vida, de certo – conduzem-nos a feixes imagéticos ilustrativos das ambiguidades, dos conflitos e das proximidades entre os marcos discursivos e as experiências do crime, da família e do trabalho: as dificuldades e frustrações relacionadas ao exercício dos padrões de conduta ligados aos valores da família, da religião, do trabalho e da ascensão obstaculizam a realização do projeto de família característico ao modelo de “família operária” ou “família de trabalhadores” que coexistiu com as pretensões de justiça social e as lutas sindicais da década de 80; o uso pelo Primeiro Comando da Capital de um léxico que aciona noções de “família” e “religião”, como se dá na expressão “irmão”, em sua prática organizativa; a recomposição das “famílias” e das “casas”, não mais como oposições ao “mundo do crime”, agora formadas por *trabalhadores* e *bandidos* ou por sujeitos que transitam ou transitaram entre os dois polos aparentes; a presença de filhos trabalhadores que preenchem a mãe de orgulho e garantem a estrutura simbólica do grupo familiar enquanto o sustento material da casa acaba sendo garantido pelos filhos do crime; mas, sobretudo, os *bandidos* que, ao saírem de casa depois do almoço, lembram que precisam “trabalhar”, afinal, em determinados contextos, entrar no crime “trata-se de uma escolha como outra qualquer” (Idem, p. 167). Esses feixes imagéticos embaralham as oposições entre *bandidos* e *trabalhadores*, indicam o descenso de um “projeto comum” centrado no trabalho como eixo de coesão comunitária e localizam o crime como parte da “comunidade” e não como seu oposto.

Enfim, é disto que este capítulo trata. Se, no capítulo anterior, as narrativas de *Marcos*, *Antônia* e *Lua* auxiliaram na compreensão das reciprocidades constitutivas entre relações de gênero, sexualidade, classe e territoriais, aqui, a partir das narrativas de *Marcela* acerca de suas experiências na *vida errada*, intenciono: a) compreender o lugar do crime e da criminalização junto a essas reciprocidades; e b) problematizar o uso comum das noções de “trabalho” e “família”. Como se verá, as correlações entre o “crime” e as demais relações sociais não só afetam profundamente essas relações como situam o “crime” no interior daquelas reciprocidades constitutivas de que elas se fazem. O “crime” é criminalização; é experiência de classe; é “trabalho”, sendo aquilo do que se vive; ao tempo em que consiste numa experiência de racialização, no que arquiteta corpos menos ou mais puníveis, menos ou mais humanos, menos ou mais matáveis; tal qual se imbrica a relações de gênero e sexualidade, erigindo, por exemplo, masculinidades bélicas, espermas e camisinhas notáveis, territórios sexualizados e delinqüenciáveis. No nó desses entrecruzamentos, o crime ou a criminalização não se soma a essas relações. Não é exteriormente atado a elas. O crime é relação e se perfaz nos cortes contraditórios em meio aos quais essas relações se forjam.

2. *Vida errada, entre o trabalho e a família: sobre Marcela*

Marcela conta que sua vida antes da *Ocupação Horizonte* era difícil, “pagando aluguel, passando por necessidade”. Sem renda certa, ela criava quatro filhos. “Tinha mês que ou pagava o aluguel ou comia, ou comia ou pagava o aluguel. Ia pra rua”. No início de 2013, soube de uma ocupação de *sem-tetos* em Mandacaru, um bairro periférico de João Pessoa, e se juntou ao grupo. Com quinze dias nesse local, entretanto, o Movimento Terra Livre apoiou a organização das famílias para a ocupação do prédio do antigo *Hotel Palácio*. *Marcela* decidiu seguir com o Movimento. No início, com medo do despejo, permaneceu pagando aluguel, mas em pouco tempo consolidou sua moradia na *Ocupação Horizonte*. “Era uma luta, um sufoco, depois que eu vim pra aqui, melhorou cem por cento”. “Para quem pagava aluguel, tinha que fazer feira, às vezes para andar de ônibus era um sufoco, hoje quem mora aqui não vive andando de ônibus e pagando, tudo é pertinho, então é melhor, né? É melhor”.

Marcela saiu da casa da mãe, no interior da Paraíba, aos 14 anos de idade. “Loucura de cabeça de jovem”. Julgava que a mãe a controlava. “Eu queria ir a uma festa, nesse tempo eu gostava de fazer teatro, e ela não deixava”. “Deu no couro, eu vim embora para João Pessoa. Ela mandou me buscar. Eu voltei. Depois deu no couro e eu vim embora de novo, sozinha”. *Marcela* ficou hospedada na “casa de um pessoal” conhecido de uma irmã que já morava nesse

mesmo bairro periférico de João Pessoa. “Aí foi o tempo em que eu me envolvi com homem, tive filho, não deu certo, e aí pronto, foi quando começou minha *luta*, assim, de verdade, porque depois que você tem filho é complicado pra você viver sem casa, desempregado”. *Marcela* foi mãe aos 17 anos. Seu filho mais velho já contava, à época da entrevista, em dezembro de 2013, 10 anos de idade. Três anos depois do menino, nasceu uma menina. O pai, no entanto, foi outro. O primeiro “vivia na vida de raparigagem”, era violento. “Ele me espancava. Fui embora de casa”. Foi. E assim como foi, voltou. “E por que tu voltaste pra ele, *Marcela*? Tu gostavas dele tanto assim?”. “Sei lá. Loucura da cabeça, na hora a gente pensa? Quando a gente é jovem não pensa nada não”. Voltou e engravidou. O filho mais velho já somava cinco anos quando o terceiro nasceu. Era 2008. Mas mal o bebê alcançou um mês e quatorze dias de nascido, o pai faleceu. “Como ele morreu, *Marcela*?”. “Bala”. Ele se envolveu com o comércio de drogas ilícitas e “mataram”.

Aproximadamente um ano depois, *Marcela* foi mãe pela quarta vez. Mais uma menina. O pai desta segunda menina, porém, também “se envolveu com droga” e, como numa sina narrativa, teve de lidar com a possibilidade da morte. “O pai da minha filha, tentaram matar ele”. Evangélico, ele “nunca foi de matar ninguém”. Apesar disso, sofreu três tentativas de homicídio. Todas em um ano. Na última, acontecida alguns dias antes da entrevista, ele perdeu os movimentos dos dedos de uma mão. Eu, intrigado com a quantidade de mortes ou tentativas de mortes que me eram narradas, pergunto a *Marcela* se ela conheceu muitas pessoas que morreram em meio a esses conflitos. “Eu conheci porque eu passei um tempo na *vida errada* também, homem”. *Marcela*, tal qual o pai de seus dois filhos, tal qual o pai de sua filha mais velha, tal qual o pai de sua filha mais nova, atuou junto ao mercado de drogas ilícitas. Ela explica, entretanto, que a “necessidade” a conduziu para a *vida errada*. “Eu não tenho vergonha de dizer pra ninguém. Vivi na *vida errada*, vendi droga, quase fui pro Bom Pastor. Eu já passei por muita coisa porque... Foi a necessidade que me fez fazer isso”. Sua estadia na *vida errada* funcionava como um trabalho. “Tipo um trabalho, que era pra eu me manter”. Mas *Marcela* ressalta, enfaticamente, que apenas vendia drogas. Limitava-se a isso. Não matava, não roubava. “Eu nunca fui de tirar a vida de ninguém”. “Eu nunca tive malícia de negócio de matar fulano. Tem mulher que se envolve. Hoje, mulher se envolve aí com assalto. Graças a Deus, eu nunca gostei dessas coisas. A minha só foi vender”.

Marcela tinha 19 ou 20 anos quando “se envolveu”. Àquele tempo, namorava o pai de sua filha mais velha. Até então, o pai do seu primeiro filho não havia deslizado para a *vida errada*. O pai da menina, sim. *Marcela*, todavia, esclarece que não a obrigaram ou persuadiram. “Não foi: ‘– você vai fazer’. Porque o povo diz que os traficantes hoje em dia fazem isso, isso

é ilusão”. *Marcela* passava por necessidade. “Pagava aluguel já e me envolvi mesmo e fui embora meter a cara”. Permaneceu trabalhando no mercado de drogas ilícitas até os 23 anos, pouco antes do nascimento de sua filha mais nova. Tomou a decisão de deixar as vendas para trás na tarde em que foi presa. “Eu tava com um buchão da minha menina, da mais nova”. A porta de sua casa estava aberta quando a polícia chegou. “Eles não traziam mandado, traziam?” Ela conta que não. Fala que sabia, do pessoal dizer, que se a polícia tenta entrar numa casa sem mandado de busca, não se deve permitir. Mas nota, sem jamais ter ouvido falar em “gestão diferencial das ilegalidades”, que essa regra não se aplica universalmente. “Só se você for uma pessoa mais... Mas gente pobre, vamos dizer, que mora aqui na ocupação, eu duvido se chegar uma polícia aqui dizendo ‘vou entrar na sua casa’... Se eu perguntar se tem mandado, ele dá uma tapa na minha cara”. A porta estava aberta, os policiais chegaram. *Marcela* fazia um trabalho escolar com uma colega de turma. “Pode entrar” – disse ao policial. Ele entrou.

“Eu vou fazer o que? Não podia mais fazer nada. Se eu dissesse que ele não ia entrar, ele metia a mão em mim”. Entrou e encontrou “30 gramas de pedra grande e 13 de feitas, prontas pra revenda”. *Marcela* comercializava crack. Os quarenta e três gramas foram o suficiente para a prisão. Os policiais a levaram à delegacia. Queriam levar junto a sua colega de escola, mas *Marcela* insistiu que a moça nada tinha a ver com as substâncias e acabou convencendo os policiais a desistir da ideia. Subiu as escadas da delegacia e tomou a decisão. “Eu tenho fé em Deus que, se eu descer dessa escada, droga mais nenhuma eu vendo”. Foi presa às 14h15. O delegado a enquadrou como dependente química. “Fiquei como viciada”. Grávida de oito meses, ela se livrou da acusação mais grave de tráfico de entorpecentes. O pai de sua filha mais nova pagou sua fiança e, às 19h, *Marcela* foi liberada. Desceu as escadas. Para sair do mercado de drogas, contudo, ela precisaria sanar suas dívidas. “Tinha que pagar. Se não pagar, morre”. O pai de sua filha mais nova pagou suas dívidas com os fornecedores e *Marcela* abandonou o mercado. Desceu as escadas e – ela que não matava, ela que não roubava – não mais vendeu.

Em suma, *Marcela* me dizia que, com a prisão, ela “caiu em si” e resolveu não mais se dedicar à venda de drogas ilícitas. Querendo ouvir mais dela, no entanto, eu a pergunto o que se passava em sua cabeça, o que a moveu a descer as escadarias e seguir noutra direção. *Marcela* então me explica que decidiu sair da *vida errada* porque “nunca foi disso”. “Quando eu decidi sair é porque eu digo não, não é assim, eu nunca fui disso, eu sempre tive coragem pra trabalhar, eu vou viver nessa vida por quê? Tá entendendo? Eu caí em mim”. Narrativamente, *Marcela* largou a *vida errada* porque “isso” que é a *vida errada* – a vida ou o erro? –, aquilo de que *Marcela* nunca foi, opunha-se a quem ela era, à sua coragem para o trabalho, do qual ela nunca

teve medo, mas também se opunha ao que sua mãe lhe ensinara, às necessidades dos seus quatro filhos. “Eu digo não, você tá louco, minha mãe nunca me ensinou isso, na minha família não tem essas coisas, por que eu me envolvi com isso? Fiquei me perguntando, sabe? Não, quero não essa vida pra mim. Vou tomar conta dos meus filhos. Porque se eu não tivesse tomado conta... Ou eu tava de baixo de sete palmos porque hoje...”.

Nas previsões de *Marcela*, portanto, seu destino provável era a morte, o dos seus filhos, a orfandade, o abandono. Isto porque, segundo ela argumenta, hoje, o *mata-mata* compõe as dinâmicas cotidianas do mercado de drogas ilícitas, movimentando a *vida errada*. “Antigamente, quando eu vivi, era totalmente diferente de hoje. Hoje tem esse negócio de facção, foi o que acabou com o mundo. Antigamente não tinha, não tinha essas guerras, não tinha esse mata-mata. Quando se matava um, não era nem por droga às vezes, era por causa de briga. Mataram um, não era tanto de bala, às vezes era de pancada”. Se antes, quando *Marcela* atuava junto ao mercado de drogas, as mortes e balas eram excepcionais, “hoje, qualquer coisinha é pegar um revólver e matar”. “Aí, quando começou, eu disse: – sabe de uma coisa? Eu vou sair disso, eu vou tomar conta dos meus filhos. Ou eu vou terminar deixando meus filhos jogados na mão de um e de outro. Já tem dois que não têm pai, aí como é que vai ser? Não, tá louco!”.

2.1. Vida-errada, vira-bico: o trabalho

Reconheço: se a declaração de *Marcela* de que já havia pertencido à *vida errada* me surpreendeu de algum modo, suas justificativas para a sua “saída” do crime me intrigaram ainda mais. É que segundo as narrativas de *Marcela*, sua resolução acerca do afastamento da *vida errada* se ancorou em sua coragem para o trabalho, naquilo que sua mãe lhe ensinou e nas premências do cuidado e da subsistência dos seus filhos. Ancorou-se, assim, numa oposição entre a *vida errada*, de um lado, e o trabalho e a família, de outro. Esta, afinal, é a mesma oposição que lastreia a carta escrita pela coordenação da *Ocupação Horizonte* à ocasião do assassinato de *Alexandre* e das conseqüentes manifestações midiáticas que criminalizavam a *Ocupação* e seus moradores. “Bandidos de um lado, famílias honestas e trabalhadores do outro”. Mas as narrativas de *Marcela* sobre sua trajetória de vida exprimem explicitamente as ambigüidades dessa oposição. E, explico, o que chamo de “ambigüidades” não significa a existência de uma “mentira narrativa” engendrando uma oposição que dissimula a “verdade dos fatos” – não há fatos indiscutíveis anteriores a narrativas dissimuladas, o que há são fatos e narrativas alinhavados, reciprocamente perfeitos. Dá-se que as próprias disposições

classificatórias empregadas por *Marcela* cambaleiam situacionalmente. As ambiguidades habitam as narrativas. Acham-se, inclusive, na construção narrativa das experiências.

De pronto, a atuação de *Marcela* no mercado varejista de drogas ilícitas era “tipo um trabalho, que era pra eu me manter”. Em seguida, o distanciamento desse mercado é justificado em razão de sua “coragem para trabalhar”. O crime era “tipo um trabalho” que deve ser deixado para trás em razão da coragem para o exercício do trabalho. O trabalho de que agora ela fala, portanto, o trabalho que requer coragem, não coincide com o trabalho – “tipo um trabalho” – por ela exercido no interior do mercado de drogas, mas sim com valores implicados em uma noção positiva de trabalho que apenas oscilantemente corresponde com as suas experiências de vida. Nestas experiências, ela e os pais de seus filhos deslizaram entre o lícito e o ilícito, entre o legal e o ilegal. Assim como reconheceram que os polos dessas díades não são homogêneos. Cada um deles resguarda suas complexidades, assimetrias materiais e morais e termina demandando que *Marcela* se localize nos seus entremeios. “No fio da navalha”, como dizem Gabriel Feltran (2011), Vera Telles e Daniel Hirata (2007).

Como visto, a de *Marcela* “só era vender”, ela vivia disso. Ela e os pais das crianças nunca foram de “tirar a vida de ninguém”. *Marcela* também não roubava: “hoje, mulher se envolve aí com assalto. Graças a Deus, eu nunca gostei dessas coisas”. “Matar”, “roubar” e “vender” são todas práticas ilícitas, mas sustentam pesos morais diferentes. Nas narrativas de *Marcela*, sua dedicação exclusiva às vendas a exime de pesos maiores e corrobora com a conclusão de que “isso nunca foi pra mim”, o que, a seu tempo, ajuda na explicação sobre o distanciamento da *vida errada*. Mas ladeando narrativamente o empenho exclusivo às vendas está o imperativo da necessidade. “Eu já passei por muita coisa porque... Foi a necessidade que me fez fazer isso”. A necessidade se impõe. Ela justifica a venda e, conseqüentemente, o recurso à noção de “trabalho”. E opera tão fortemente nas narrativas de *Marcela* que se contrapõe à “safadeza” daqueles que, não precisando, podendo-se valer de outros subterfúgios, optam por permanecer na *vida errada*.

Segundo *Marcela*, este seria o caso do pai de sua filha mais nova. Sim, aquele que subiu os degraus das escadas da delegacia e pagou a fiança necessária à sua liberação, aquele que sanou suas dívidas junto ao mercado de drogas. *Marcela* assevera que a inserção dele na *vida errada* “foi safadeza”. “Porque ele tinha como viver. Ele trabalhava, conseguiu uma casinha, aí foi e comprou um terreno, tá entendendo? No terreno, construiu uns dois quatinhos e ficou vivendo de aluguel”. Somando o que ganhava no trabalho ao que tirava do aluguel dos quartos, nas contas de *Marcela*, “dava pra viver”. No entanto, o envolvimento com “as drogas” o levou a adquirir outros bens, a “construir mais coisas”. Ele, então, decidiu montar um bar e passou a

se relacionar com uma nova mulher. “E que mulher foi essa que, depois dessa mulher, aconteceu negócio de tentativa de homicídio pra ele”. Esta primeira tentativa *Marcela* atribui ao dinheiro do comércio de drogas. “Pelo o que a gente suspeita, foi um negócio com uma droga que ele ia comprar no dinheiro e a Nega sabia tudo. E a gente acha que foi ela que armou pra matar ele e comer o dinheiro porque o dinheiro era muito”. A primeira tentativa, claro, falhou. Ele permaneceu com as mesmas atividades anteriores mas, ao contrário do que se esperava, não continuou o ciclo de ataques. “Se eu tento te matar, tu vai agir de que maneira? Tu não vai querer revidar, não? (...) Na mente de gente poluída é assim. Essas pessoas são assim. Se eu tento matar você, você tem a mente poluída, você vai querer revidar pra mim”. Mas ele não revidou, ele não se vingou, ele não alimentou o ciclo. “Eu sou sincera ao lhe dizer, eu tinha ido atrás. Eu tinha. Primeiro a minha vida que a deles”.

Antes mesmo dos primeiros tiros, ele já “caminhava” na Igreja. “Era firme. Aí saiu do mundo das drogas, montou um depósito, tinha as casas de aluguel. Ele não vive como rico, mas tem uma vida boazinha. Aí vive na Igreja, tudinho, só que nunca parou”. Ele não parou. “Saiu do mundo das drogas” – acredito que *Marcela* queira dizer que ele resolveu não mais consumir as substâncias – mas não parou de comercializá-las. A família, aflita, recomendou inúmeras vezes que ele saísse do bairro, que se mudasse para o interior da Paraíba. “Vai perder a sua vida por causa de besteira, por causa de mulher? A mulher não quer ir embora? Deixa a mulher aí e vai embora. Melhor a vida dele do que mulher”. Mas ele ficou. Ao todo, como dito acima, ele sofreu, em aproximadamente um ano, três tentativas de homicídio. Para *Marcela*, porém, esses riscos são injustificáveis. Eles se baseiam numa teimosa insistência na *vida errada*, uma vida (ou um erro) mantida não por “necessidade”, mas por “safadeza”. Esta, não o crime, surge aqui como o oposto narrativo do trabalho: a “safadeza” foge à “necessidade”. Na safadeza, o trabalho perde a sua justificativa, o seu porquê.

Se o polo ilegal possui suas dessimetrias, o polo lícito ou legal também guarda suas diferenciações internas. O trabalho narrativamente acionado para elucidar a saída da *vida errada* demanda “coragem”. Refere-se, como dito, a algo de que não se pode ter medo. Este medo, entretanto, preenche o primeiro sentido do trabalho – o seu peso, a sua dor, o seu terror? – a ponto de *Marcela* precisar falar em coragem para validar suas possibilidades de afastamento da *vida errada*. Se o trabalho da *vida errada* é o crime, seu erro, o trabalho da “vida certa” se faz duro, árduo, penoso e, em determinados contextos, pode requisitar uma “paciência” ou impor uma “humilhação” que *Marcela* já não se dispõe a aceitar. E não é difícil entender seus motivos. As impertinências da menina que deixou a casa da mãe aos 14 anos – porque “deu no

couro” – permanecem na mulher que, coordenando uma ocupação de *sem-tetos* no centro de João Pessoa, “se encabula logo”.

Eu já trabalhei em casa de família. Mas eu não tenho paciência mais não, de trabalhar em casa de família. É muito humilhante. O povo hoje quer fazer você de escravo. Eu não aceito. Eu não aceito, não. Não aceitei a minha mãe falar mais alto que eu, quanto mais esse povo de fora. Eu fui trabalhar numa firma, minha coordenadora veio me gritar e eu disse: – não grite não que eu não sou sua pareceria. Fale comigo direito. Saí, vim embora. Pedi demissão com um mês e quinze dias que eu tava na firma. Aceito não. Por isso que eu sofro, passo por dificuldade. E era uma negação o pagamento lá. Eu me matava de trabalhar de 1h da tarde às 10h da noite, em duas torres, num condomínio. Não tinha pessoas suficientes para dar conta do trabalho. Então a gente se matava. E não queriam pagar hora extra pra gente. Quando passava da hora e eu ia cobrar minhas horas, ela não queria pagar e eu brigava. Eu penso em montar meu próprio negócio. Sempre eu pensei nisso, em trabalhar pra mim. Eu sempre tive vontade de montar uma loja de roupa, bijuteria, essas coisas, sabe? (...) Mas eu não penso em trabalhar mais em casa de Seu Ninguém. Não vou mentir. Humilham. Hoje o pessoal quer pagar pouco e fazer você de escravo. Eu não tenho paciência. Digo logo. Faço meu serviço direitinho, mas não gosto de estar fazendo o meu serviço e o povo atrás: – Olhe, você fez isso, fez? Eu me encabulo logo! Trabalhei com pós-obra, com limpeza pós-obra. Trabalhei como vendedora porta a porta. Trabalhei vendendo sabonete de aroeira, vendia batom, passando de porta em porta. Vendia joia, trabalhei com venda de joia. Foi porque em Mandacaru eu tive muito prejuízo, aí eu fiquei desgostosa, mas eu passei um tempão fazendo isso. (*Marcela*, moradora da *Ocupação Horizonte*, entrevista concedida em 13 de dezembro de 2013).

O trabalho, para o qual é preciso ter coragem, pode significar “escravidão” ou “humilhação”. O uso de *Marcela* desses termos não difere substancialmente do emprego que os *posseiros* da *Fazenda Alfenim* fazem deles. Até as estéticas se assemelham. Como eu disse antes, os *moradores de engenho* acompanhados por Moacir Palmeira (1977) sentiam o “cativeiro” na presença da figura do *cabo* que, durante a prestação da *diária*, vigiava os seus movimentos, interferindo nos seus gestos e na sua privacidade. *Marcela*, ao seu tempo, diz não gostar de “fazer o serviço” com “o povo atrás”: “– Olhe, você fez isso, fez? Eu me encabulo logo!”. *Marcela* também “não tem paciência” para o trabalho como diarista ou empregada doméstica. As patroas humilham e pagam pouco. Muito pouco. Sobretudo se os rendimentos do trabalho legal forem comparados aos rendimentos do trabalho ilícito, de regra significativamente maiores. *Marcela*, claro, não se encontra sozinha na designação daqueles trabalhos como humilhantes. Pedro, um dos interlocutores de Gabriel Feltran com “passagem” pelo crime, está bem a seu lado. “Os empregos anteriores deixam de ser lidos apenas como pouco rentáveis e passam a ter conotação de precariedade e humilhação” (2011, p. 72). Pedro, *Marcela*, os *posseiros* da *Fazenda Alfenim*, os *moradores de engenho* dos textos de Moacir Palmeira. Trabalho, escravidão, humilhação. Penso eu que tais impaciências e recusas ao

trabalho humilhante podem ser conceitualmente associadas à determinada noção de “honra”. Esta noção, como notou Claudia Fonseca (2004), não se restringe a círculos aristocráticos e reverbera inclusive nas classes subproletarizadas – na *Ocupação Horizonte* ou na Vila do Cachorro Sentado⁴⁷.

Na Vila, de acordo com Fonseca, a consciência de que a empregabilidade apenas levará os trabalhadores a se alocar em posições de trabalho manual extremamente subalternizadas nas escalas convencionais de prestígio e a obedecer a chefes jovens e/ou integrantes de camadas de classe superiores auxilia na produção de uma resposta coletiva de rejeição aos trabalhos classificados como desonrosos. De modo análogo ao que faz *Marcela*, os habitantes da Vila do Cachorro Sentado atacam os empregos humilhantes e valorizam, em seus discursos, formas quaisquer de “ganha-pão” ou, na expressão de *Marcela*, “vira-bico”, não apoiando as hierarquias sociais que os subordinariam à classe dominante. Além disso, contudo, no que concerne a *Marcela* e talvez a toda a sua geração, as impaciências e recusas a formas humilhantes de trabalho se sustentam nos eventuais *vira-bicos*, no trânsito em algumas redes afetivas e familiares de ajuda e, sobremaneira, no acesso ao programa governamental “bolsa-família”. “– Marcela, o bolsa-família te ajudou?”

Ajudou. Ajudou não, ajuda. Ajuda e muito. Eu, bem dizer, sobrevivo com ele quando eu tou desempregada. No momento, eu tou desempregada, não tenho nada. Tou parada de tudo. Porque às vezes eu tou com duas, três faxinas. Hoje eu tou sem nada. Eu tou só vivendo do meu dinheiro e do dinheiro da minha filha. Imagina eu pagando aluguel, como era! Tinha tempo que minha água tava cortada. Quando não era água, era a energia. Minha sorte era porque o pessoal da vila, o dono da vila era uma pessoa bacana demais, me ajudou muito, às vezes eu ficava com vergonha, mas eu tinha que chegar pra ele e dizer, a casa era dele. Ele me ajudou, pagou a água: – “você me paga quando você puder”. Pagava parcelado pra mim. Aí eu ia lá e fazia um esforço e conseguia fazer um vira-bico. (*Marcela*, moradora da *Ocupação Horizonte*, entrevista concedida em 13 de dezembro de 2013).

Os *vira-bicos* e os trabalhos “legais” exercidos por *Marcela*, assim como o seu frequente desemprego e a dependência de políticas assistenciais, enquadram-se nas formas de trabalho precário típicas às consequências do processo de reestruturação produtiva que conformou a década de 90 e o início dos anos 2000. Segundo Ricardo Antunes (2010; 2009), dentre essas consequências está a subproletarização de parcelas significativas da classe trabalhadora, ou seja, da classe social que vive do trabalho e que, portanto, acaba por recorrer às suas formas mais precárias como expediente (inexorável) de sobrevivência, submetendo-se a relações

⁴⁷ Refiro-me à comunidade periférica em que Claudia Fonseca (2000) realizou parte de sua pesquisa etnográfica que culminou na publicação do (imprescindível) livro “Família, fofoca e honra”.

parciais, temporárias, terceirizadas, informais ou subcontratadas de trabalho, principalmente no setor de serviços. O primeiro filho de *Marcela* nasceu em 2003. Luís Inácio da Silva e o Partido dos Trabalhadores haviam assumido, naquele ano, o governo do país e provocariam na década seguinte mudanças substanciais em nossa realidade. O “bolsa-família”, que “ajuda e muito” *Marcela*, foi certamente uma dessas mudanças. O aumento inédito no número de empregos formais também. Mas esse aumento, como indicou Ruy Braga (2012), ocorreu sobretudo nos ramos de trabalho precário, no setor de serviços. Foram os postos de trabalho precário que se multiplicaram grandemente. *Marcela* passou por alguns deles, por seus baixíssimos salários e pelo desrespeito aos direitos trabalhistas mais “óbvios” – as horas extras, por exemplo. Não é à toa a sua identificação daquelas experiências como “escravidão”.

Durante a vida, *Marcela* trabalhou no cuidado de suas próprias filhas e em “casas de família”, como diarista ou empregada doméstica. Trabalhou com limpeza de condomínio e foi empregada de uma empresa terceirizada prestadora de serviços de limpeza de “pós-obra”. Atuou como “vendedora de porta em porta”, oferecendo sabonete de aroeira, perfume, batom. Noutra época, vendeu joias, o que lhe rendeu dívidas – “eu levei muito furo em joias”. Em parte expressiva do tempo, *Marcela* restou desempregada e alguns desses trabalhos, todos muitíssimo temporários, funcionaram como seus *vira-bicos*. Tratam-se de experiências de trabalho engendradas em relações de gênero, marcadas pelos signos da domesticidade – da higiene, do cuidado – e, claro, do trabalho não pago ou do trabalho mal pago. Tratam-se de experiências de trabalho engendradas em relações de racialização, ocupadas notadamente por mulheres negras, tais quais *Marcela*, e até mesmo por LGBT – é o que acontece, como percebeu Braga (2012), com o trabalho na indústria do *call center*. São formas de trabalho, são experiências de classe forjadas nas reciprocidades constitutivas entre relações desiguais de classe, gênero e racialização. Sim, tais experiências exigem “coragem”. Como eu disse, não é à toa a sua identificação com a “escravidão”. No fim, essa identificação permite, sob o suporte do bolsa-família, a recusa de *Marcela*, ainda que temporária e ao menos no plano da narrativa, de voltar a se submeter àqueles trabalhos.

Aqui está parte do que me intrigou nas explicações de *Marcela* sobre a sua saída do crime. Os valores positivos relacionados ao trabalho que ela reivindica para justificar o seu afastamento da *vida errada* contrastam profundamente com o trabalho precário por ela executado e, portanto, com suas experiências de classe. Estas experiências no “mundo do trabalho” não a separam da *vida errada*, muito pelo contrário, mantém-na em contato íntimo com o “mundo do crime”. *Marcela* e os pais de seus quatro filhos corresponderiam, como argumentei anteriormente citando Vera Telles e Daniel Hirata (2010; 2007), à personagem

contemporânea do trabalhador urbano que transita nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. “Trabalho” e “crime”, na contramão das leituras de senso comum, encontram-se não em relação de oposição, mas de ambivalência ou ambiguidade. De forma irmanada, “mundo do crime” e “mundo da ordem” não são sequer “mundos” diferentes. São, nos termos de Vera Telles, “um mesmo mundo social, um mesmo ordenamento crivado internamente pelas suas diferenças, atravessado pela multiplicidade de situações que não são fixas, que se deslocam e se reconfiguram conforme tempos e espaços” (2010, p. 237).

De certo, essa conclusão nos leva a uma discussão que atinge diretamente os pressupostos da “Carta à sociedade e à imprensa paraibana” e os sentidos de Estado presentes naquela arena de disputas entre *sem-tetos*, jornalistas e órgãos governamentais e judiciais. Tal discussão, entretanto, atinge também os pressupostos dos campos de esquerda que subjazem a Carta, inclusive os setores dominantes da tradição marxista, aquela que, de antemão, mantém o trabalho em seu “centro”. Dá-se que a consequência do argumento que, através das narrativas de *Marcela*, eu venho tecendo nestas páginas é a de que, conceitualmente, o “crime” é “trabalho”. Como dito e redito, *Marcela* conta que sua participação na *vida errada* era “tipo um trabalho, que era pra eu me manter”. Não penso que seja acertado enxergar nessa expressão uma mera “analogia”, uma figura de linguagem. Pelo contrário, se levada a sério, a afirmação de *Marcela* se explica mais claramente à medida que, seguindo as pistas de Ricardo Antunes (2010), compreende-se “trabalho” como sendo aquilo de que a classe trabalhadora vive. Enquanto vivia “na” *vida errada*, *Marcela* vivia “da” *vida errada*. Aquilo de que se vive é trabalho, a não ser que se viva do trabalho alheio. Sim, esse movimento teórico exorbita as conclusões de Antunes, mas não me parece que se trate de uma aposta absolutamente exterior aos debates sobre “trabalho” e “classe trabalhadora”.

Como insistiu E. P. Thompson no prefácio do primeiro volume de “A Formação da Classe Operária Inglesa”, a classe trabalhadora consiste num “fazer-se”, num “fenômeno histórico”. “Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (1987, p. 09). A classe, portanto, não se confunde com uma “coisa” ou um “dado”. Pelo contrário, ela é experiência e consciência. É, dessa maneira, relação e conflito. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (Idem, p. 12). Esta compreensão de classe – que, segundo Thompson, lastreia as

“obras históricas” marxianas⁴⁸ – confronta evidentemente setores significativos da tradição marxista, sobretudo o marxismo estruturalista⁴⁹, mas enfrenta também amplos setores acadêmicos que, ao rejeitar o materialismo histórico, passaram, ironicamente, em seus usos da noção de “classe social”, a reproduzir os maneirismos mecanicistas do estruturalismo. De regra, marxistas estruturalistas (ou estruturalistas marxistas) e aqueles que rejeitaram cabalmente o marxismo coincidem na forma de compreensão da classe: para ambos, como notou Ellen Wood, a classe não passa de um “local estrutural”, “uma forma de ‘estratificação’, uma camada numa estrutura hierárquica diferenciada por critérios ‘econômicos’ como renda, ‘oportunidades de mercado’ ou ocupação” (2010, p. 73). “Classe” se resume a um dado meramente averiguável segundo critérios “objetivos”, de ordem “econômica”. Sob esta compreensão, as experiências de classe vivenciadas por *Marcela* – mas, claro, não só por ela – seriam ininteligíveis.

Afinal, como os trânsitos de *Marcela* no “mundo do trabalho” seriam explicáveis? A “viração”⁵⁰ empreendida por *Marcela* cambaleia entre o desemprego estrutural e ocupações instáveis, trabalhos transitórios. Algumas dessas ocupações, como o trabalho terceirizado em limpeza de “pós-obra”, aproximam-na do “preariado” de que fala Ruy Braga: “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas” (2012, p. 19). Outras atividades e o próprio desemprego estrutural a conduzem para a noção mais genérica de “população pauperizada”. Mas e quanto à atuação de *Marcela* no mercado de drogas? Ela localizaria *Marcela* como sendo uma integrante do “lumpemproletariado”, segundo Marx, o lixo, a sobra, o “rebotalho de todas as classes” (1997, p. 79)? Aquela camada social formada por “aventureiros”, “vagabundos”, “presidiários libertos”, “saltimbancos” – um amálgama de artistas e criminosos – “chantagistas”, “trapaceiros”, “donos de bordéis” etc.? Parece-me que não.

A descrição desse agrupamento social que Marx chamou de “lumpemproletariado” termina recaindo em moralismos, bastante compreensíveis se considerado o contexto em que Marx concluiu “O 18 Brumário”, em 1852, mas que parte da tradição marxista insiste em reproduzir em suas análises atuais. Nestas análises, tais moralismos se referem à presunção de existência de um “trabalhador” (sim, de regra masculinizado) e de uma “classe trabalhadora”

⁴⁸ Refiro-me, principalmente, a dois textos marxianos: MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012; _____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁴⁹ Em seu livro “Democracia contra capitalismo”, Ellen Meiksins Wood (2010) apresenta um importante balanço analítico das disputas teóricas e políticas entre Thompson e os althusserianos. As críticas de Wood (e de Thompson) ao uso costumeiro e reducionista da metáfora “base / superestrutura” estão entre os pontos altos do trabalho.

⁵⁰ Tomo de empréstimo o termo utilizado por Maria Filomena Gregori (2000).

livres das ambivalências que *Marcela* narra e, como criticaria Thompson, capazes de definição quase matemática – “uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” (1987, p. 10). Desses homens e dessa classe, deduzir-se-ia a “consciência de classe” – “que ‘ela’ deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais” (Idem). Distanciando-se de Marx e de sua historicidade metodológica, essas análises presumem a modelagem moral adequada ao formato do “trabalhador (dedutivamente) consciente” que encarnará (embora lhe falte carne) o sujeito da história. Por inúmeras razões ao gosto dos mencionados moralismos, este trabalhador não coincidiria com *Marcela*.

Se, entretanto, as reconstruções narrativas de *Marcela* forem realmente levadas a sério, se a “experiência” figurar analiticamente como constitutiva da “classe”, se as táticas, impertinências e lutas ativadas por *Marcela* para a garantia da sobrevivência – não apenas do consumo, mas da (re)produção da vida – forem entrelaçadas interpretativamente a formas de “consciência”, a arquitetura daqueles moralismos cede à conclusão inevitável de que *Marcela* – e, mais uma vez, não só ela – não passa ao mercado de drogas ilícitas num rompimento com uma “ordem” anterior de trabalho legal, mas que, pelo contrário, o deslizamento entre trabalhos legais e ilegais indica uma continuidade acidentada em suas experiências de trabalho, na produção daquilo de que ela vive, e, sendo assim, de sua experiência de classe. Em outras palavras, se, como dito acima, no extremo, o “crime” é “trabalho”, as narrativas de *Marcela* redesenham uma forma específica de gestão do trabalho, da classe trabalhadora e de sua experiência de classe, atravessada pelo crime e, pressuposta e conseqüentemente, pela criminalização. Essa forma específica de gestão, é de se notar, não se confunde com o desemprego estrutural, ainda que com ele se relacione.

Claro, numa noção ampliada de classe trabalhadora, como aquela manejada por Ricardo Antunes, os “trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural” (2009, pp. 103-104) são classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, classe trabalhadora. *Marcela* convive sistematicamente com esse desemprego e, já por isso, não pertenceria ao espantinho moral de um “lumpemproletariado”, mas à classe. Dá-se, porém, que sua participação na *vida errada*, sendo trabalho, não pode ser explicada pelo desemprego. Na *vida errada*, *Marcela* não era “desempregada” – “Eu comia o que eu queria, eu tinha o que eu queria, tinha um salário bom, tinha tudo do bom”. Da mesma maneira, sua inserção no mercado de drogas ilícitas não consiste numa consequência óbvia do desemprego. Os demais trabalhos exercidos por *Marcela* – alguns deles, como dito, ela identifica como

“humilhação” e “escravidão” – não desapareceram do horizonte de possibilidades, mesmo que áridas ou escassas, mas o trabalho na *vida errada* era claramente mais rentável. *Marcela* afirma que apesar da maior concorrência hoje presente no mercado de drogas ilícitas, alguém que trabalha na comercialização dessas substâncias “ainda ganha mais do que um trabalhador”.

2.2 *Vida errada, meus filhos: a família*

Assim como acontece com o trabalho, valores relacionados à noção de família povoam as explicações de *Marcela* acerca de sua retirada da *vida errada*. Seus filhos careciam de cuidado. “Eu vou tomar conta dos meus filhos”. Sua mãe se preocupava intensamente com a participação da filha no crime. “Quando diziam que mataram uma mulher pelas bandas de João Pessoa, ela já achava que era eu”. As preocupações eram tamanhas que a levavam ao adoecimento. “Eu ainda acho que minha mãe adoeceu através de mim porque ela ficava preocupada”. As narrativas de *Marcela* acerca de sua trajetória de vida, no entanto, confrontam os valores positivos por ela elencados a respeito da família. Trata-se, porém, de um confronto assimétrico. Por meio dele, *Marcela* maneja valores que não se traduzem factualmente, ao menos não conforme as convenções dominantes sobre a natureza da “família”. Como eu disse, *Marcela* deixou a casa da mãe aos 14 anos. Em sua narrativa sobre a própria vida, a personagem do pai nunca aparece. O pai de seus dois primeiros filhos está morto. O pai de suas filhas mais novas foge de tentativas de homicídio e se envolve com uma “mulher” que intenciona assassiná-lo. Seus dois filhos mais velhos moram com a avó materna, no interior. Somente as duas meninas residem com ela num dos quartos da *Ocupação Horizonte*. As experiências e os arranjos familiares atravessados e narrados por *Marcela*, portanto, divergem dos padrões de “família” correntes.

Claro, tal divergência não consiste numa novidade histórica. Como disse Mariza Corrêa (1987) em sua crítica ao conceito de “família patriarcal” de que se valiam Gilberto Freyre e Antônio Cândido, valores e convenções não se confundem com as relações sociais concretas. A existência de um “modelo ideal dominante” de família nunca implicou na realização fática ou majoritária desse modelo. Por sua vez, a desrealização do modelo não impede que *Marcela* o acione para explicar a sua saída da *vida errada*. Aqui se encontra a assimetria a que me referi acima. Os valores familiares acionados por *Marcela* para explicar o abandono da *vida errada* remetem a um padrão sem qualquer reciprocidade com a concretude das relações familiares por ela vivenciadas – tampouco com a concretude da “bala” que conduziu o pai de seus dois filhos à morte e a deixou com um bebê, de pouco mais de um mês de vida, nos braços. Dá-se que as

experiências familiares de que fala *Marcela* não só a distanciam dos padrões como a aproximam do crime.

De fato, as ambiguidades e aproximações entre “trabalho” e “família” preencheram o trabalho de campo que oportuniza a escrita desta tese. Elas emergem nas narrativas de *Marcela*, mas saltam nas narrativas de *Marcos* acerca do conflito agrário da *Fazenda Alfenim*. Lá, como debatido no capítulo anterior, a família é uma unidade produtiva. “Família” e “trabalho” não se separam. É verdade, o clássico “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels (1987), já tematizava essas imbricações⁵¹. Também é verdade que os estudos de gênero e sexualidade avançaram ainda mais significativamente nas análises a esse respeito – impossível não citar o despudorado olhar de Anne McClintock (2012) sobre os diários e a relação amorosa (e empregatícia) de Hannah Cullwick e Arthur Munby. Entretanto, minha percepção dessas imbricações resultou, em especial, da leitura dos estudos sobre prostituição, sobretudo dos textos de Adriana Piscitelli (2013) e José Miguel Nieto Olivar (2013), também mencionados no capítulo anterior, por ocasião da análise das narrativas de *Lua* e *Antônia* sobre o seu trabalho na prostituição de rua⁵². Nesses estudos, os limites entre trabalho, sexo, família e afeto se encontram sob tensão constante, uma tensão analiticamente catalisadora, que mais justapõe do que afasta. Mas essa tensão aumenta quando o crime entra em jogo. No trabalho da prostituição, ele se anuncia: embora a atividade da prostituição não corresponda a um tipo penal, tudo em volta da prostituição (ou *exploração sexual*?) se torna passível de criminalização⁵³. No entanto, na bibliografia com que tenho me deparado, é nas análises

⁵¹ Como indiquei noutra oportunidade (Efrem Filho, 2014), o texto clássico de Engels acerca da origem da família, da propriedade privada e do Estado guarda seus problemas. A literatura feminista os têm indicado e Gayle Rubin (1975), inclusive, aponta alguns deles. Engels se acha demasiadamente influenciado pelo darwinismo. Em não raros instantes, deixa de lado a compreensão dialética da história em nome de uma linearidade universalista, de um passo a passo evolucionista. De todo modo, os entrelaçamentos que ele estabelece entre os três fenômenos históricos não podem ser ignorados. A emersão histórica do Estado como o conhecemos esteve desde sempre articulada a formas específicas de organização da propriedade. Esta propriedade, por sua vez, corresponde a processos de sexualização das relações sociais e de divisão do trabalho.

⁵² No entanto, interessa perceber que, nas narrativas de *Lua* e *Antônia*, o trabalho na prostituição de rua, empreendido pelas *travestis* (ou *transexuais*), apenas surge narrativamente em suas trajetórias de vida após o afastamento da família de origem, após a primeira migração, portanto. Apesar disso, os novos laços familiares gerados a partir do trabalho na prostituição – *monas* e *madrinhas* têm a ver com isso – são “afetivos” e reciprocamente “produtivos”, atuam na organização do mundo do trabalho. Nas próximas páginas, dedicarei um pouco mais de texto a esta discussão.

⁵³ O texto do Código Penal Brasileiro indiferencia as noções de “prostituição” e “exploração sexual”. Dentre os crimes contra a “dignidade sexual”, está, afinal, o de “favorecimento da prostituição e de outras formas de exploração sexual”, do que se presume ser a prostituição uma delas. Embora a prática da prostituição não consista num tipo penal – de antemão, os legisladores brasileiros não fizeram da prostituição um crime – quase tudo em seu entorno é criminalizável. O teor genérico do artigo 230 do Código, que prevê o crime de “rufianismo”, dá pistas da potencialidade ilimitada dessa criminalização: “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça” é crime punível com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. A interpretação mais simples desse texto indica que, por exemplo,

desenvolvidas por Natália Corazza Padovani (2015) que tal tensão se expande com maior visibilidade e permite a mim um diálogo mais direto com as assimetrias narrativas de *Marcela*.

A pesquisa realizada por Padovani em prisões femininas, no estado de São Paulo e na Espanha, aponta para “vínculos de afeto, assim como das relações sexuais/amorosas, vivenciados a partir das experiências prisionais” (2015, p. 01). De acordo com o que a autora demonstra, a prisão – ou seja, o espaço estatal designado para o cumprimento da punição, a pena – não se antagoniza à família ou ao afeto. Pelo contrário, a prisão pode ser uma instância daquilo que Natália Padovani chama de “processo de fazer família” – seja porque, a partir da prisão, é possível conhecer parceiros, trocar cartas, criar relações e fluxos afetivos entre prisões masculinas e femininas ou no interior de cada uma delas, embora não sem conflitos⁵⁴; seja porque o corpo do familiar é confundido com o corpo do preso. O momento da “revista íntima” – Padovani o analisa com uma destreza notável – sintomatiza essa “confusão”. O corpo do familiar se faz suspeito, íntimo e sexualmente sondável, manipulável, documentável e, como não poderia deixar de ser, criminalizável. Faz-se crime, faz-se família.

Mas essa confusão – que extremiza as ambiguidades entre trabalho, família e crime de que venho falando – alcança um ápice incontornável quando Natália Padovani trata das narrativas de Mãe Bonita, uma de suas interlocutoras. Mãe de santo, com passagem pelo Partido dos Trabalhadores e pelo movimento negro, Mãe Bonita nunca foi “traficante”. Ela não se dedicou ao comércio de drogas ilícitas. Esteve, todavia, atada a uma rede familiar com laços densos com esse mercado. Isto, Padovani pondera, foi o suficiente para a condenação judicial de Mãe Bonita, enquadrada como colaboradora de uma “rede de tráfico” que se misturava e confundia com sua “rede familiar”. “Ela foi sentenciada em uma pena de seis anos por ser irmã de Lídia, mulher de Freitas, tia de Lola, mãe de santo do tráfico. Sentença forjada a partir de seus laços afetivos, seu conhecimento dos fatos e sua expertise em conversar com orixás” (2015, p. 268). Segundo Padovani, a prisão de Mãe Bonita e de sua irmã resultou de três anos de escutas telefônicas empreendidas pela polícia. Com essas escutas, a polícia conseguiu constatar que Mãe Bonita costumava ser acessada por seus familiares e pelos “parceiros de negócio” de seus familiares. Eles a procuravam para que ela, como mãe de santo, consultasse os orixás sobre as melhores datas para viagens e transações econômicas. Além disso, pediam a

qualquer familiar que habite a mesma casa da prostituta é criminalizável à medida que “se faz sustentar, no todo ou em parte” pelo dinheiro adquirido através da prostituição.

⁵⁴ Padovani (2015) aborda, por exemplo, as tensões entre os interesses afetivos e sexuais de algumas mulheres pelas “sapatões” e as formas de regulação estabelecidas pelas “novinhas” do Primeiro Comando da Capital contrárias a esses interesses.

ela bênçãos, banhos e trabalhos para que pudessem “abrir seus caminhos”. Vínculos constatados, criminalização resolvida: formação de quadrilha, tráfico internacional de drogas.

Sem sequer se conhecerem, as narrativas de Mãe Bonita e *Marcela* flertam umas com as outras. Confluem trabalho, família e *vida errada*, para coser, no seio da família, os nós dessa vida. Em contraste, o investimento narrativo de *Marcela* em se valer da “família” para justificar o seu afastamento da vida errada desliza, com certa estridência, para a assimetria narrativa de que falei anteriormente entres os valores familiares positivos invocados e suas experiências narradas. Os arranjos familiares mais recentes em que *Marcela* se inseriu nunca serviram de oposição à *vida errada*. Eles sobreviveram ou morreram nos meandros dessa vida. Por *necessidade* ou *safadeza*, não é mero acidente que os três pais dos filhos de *Marcela* tenham trabalhado ou trabalhem no mercado de drogas ilícitas. As crianças viveram ou vivem, em parte, do dinheiro decorrente desse trabalho. Faz-se família entrelaçada às ambiguidades entre trabalho e crime, ao trabalho no crime. Essa assimetria narrativa, porém, contrasta ainda com uma contradição narrativa inescapável, através da qual *Marcela* arregimenta e disputa, habilidosamente, os sentidos dos valores dominantes: tal qual invoca a “família” para justificar a decisão de saída do mercado de drogas tomada frente aos degraus da porta da delegacia, *Marcela* também invoca a “família” para consubstanciar a “necessidade” – não a “safadeza”! – que a introduziu na venda de drogas ilícitas. Ela, enfim, passava por necessidade, precisava pagar o aluguel, sustentar as crianças – à época do seu ingresso no mercado de drogas, o primeiro filho e a primeira filha já eram nascidos – e ela sequer contava com o apoio do Bolsa-Família.

A referência à “necessidade familiar” como chave intelectual para a compreensão da inserção no mercado de drogas ilícitas tampouco consiste numa novidade histórica. Por exemplo, as interlocutoras de Natália Bouças do Lago (2014), presidiárias no estado de São Paulo, ativam essa mesma chave enquanto falam de suas trajetórias de vida. “O trabalho no tráfico, mais do que um envolvimento com o crime, era uma das respostas possíveis à necessidade de trabalhar – que pode ser colocada às mulheres em geral, mas é demanda antiga entre as mulheres de classes populares” (Idem, p. 80). Por outro lado, se a associação entre “necessidade” e “família” autorizava, nas narrativas das mulheres acompanhadas por Natália Lago, a elucidação do que as levou ao tráfico, também permitia sua legitimação em determinados conflitos. O caso de Ana, apresentado por Lago, é emblemático. Dependente química, usuária de crack, vendedora de drogas, classificada como *periguete*, Ana foi presa e teve sua filha, ainda bebê, arrancada de si e de sua família. Decidindo pela incapacidade de Ana e de seus familiares de cuidarem da criança, sob o argumento de que se tratava de uma “família

desestruturada”, o juiz responsável pelo caso determinou a destinação da criança à adoção. Contrariada com a decisão judicial, Ana se opôs e se opõe à posição do magistrado. Para isso, ela sustenta a “dignidade” de sua família, principalmente de seus pais. Ela investe na noção de família, reafirma seus valores, mas desenlaça uma disputa para designar a sua família, tenha ela ou não assimetrias com a norma, como uma família digna. A seu modo, é num jogo assim que *Marcela* recorre à “família” como chave intelectual para a sua entrada e para a sua saída do mercado de drogas.

Contraditória e habilidosamente, as narrativas de *Marcela* redimensionam a noção de “família”. As necessidades familiares a encaminham para dentro do mercado; a necessidade de cuidar de seus filhos a reconduz para fora do mercado. “Eu tenho fé em Deus que, se eu descer dessa escada, droga mais nenhuma eu vendo”. A contradição aí presente, contudo, apenas se torna narrativamente viável em razão das relações de gênero que a subjazem. O recurso à família é, ele mesmo, uma performance de gênero. Não porque representa um exercício retórico exclusivo às “mulheres” – gênero, afinal, não concerne a isso, e eu sou perfeitamente capaz de imaginar homens associando sua participação no mercado de drogas às “necessidades familiares” – mas porque se reporta a uma feminização. A evocação da família como garantia da inexorável necessidade alude tanto à subsistência quanto ao cuidado. No extremo, que mãe seria *Marcela* se não cuidasse de seus filhos? Ou, que filha seria *Marcela* se não seguisse os ensinamentos de sua própria mãe?

A força dessas perguntas cresce à medida que lembramos que *Marcela* é “mãe solteira”, que ao menos dois dos seus filhos já não possuem pai – “bala” – e que, como dito, a filha mais nova esteve às vésperas da orfandade por três vezes, isto apenas no período de um ano, o ano anterior à nossa entrevista. De início ao fim, do ingresso à saída, a “mãe” está em jogo. Sua autoridade moral resta em questão. Narrativamente, pouco importa se os valores acerca do trabalho ou da família implicados nas justificativas de *Marcela* não correspondem à concretude de suas experiências familiares. Muito importa, porém, que ali existe (e resiste) uma família: uma família que precisa de sustento e cuidado – daí o ingresso no mercado, daí a dedicação específica às vendas, daí a recusa à “agressividade”, a priori contrária ao cuidado, das armas, das balas, dos assaltos e homicídios; mas uma família que precisa sobreviver, não recair no *mata-mata*, e que, mais uma vez, precisa de cuidado. Noutras palavras, há ali uma família que, para dentro ou para fora do mercado de drogas, precisa de uma “mãe”, ou seja, de *Marcela*. *Marcela* não pode morrer. O recurso à noção de família, a contradição narrativa de que *Marcela* se vale, performatiza relações de gênero que se atualizam nela, aquela que deixou a *vida errada*

para não ser presa, aquela que, em resumo, não pode morrer. Isto porque, diferente dos pais, uma mãe não pode morrer.

Reconheço: demorei a entender o que *Marcela* comunicava nos interstícios de suas contradições narrativas. Enquanto eu, repleto de pretensões de coerência, estranhava as assimetrias entre o uso dos valores ligados à família e ao trabalho e as experiências que *Marcela* narrava – experiências que, longe de diferenciarem trabalho, família e crime, falavam de uma intimidade ou de uma intersecção entre esses domínios –, eu ignorava o que *Marcela* me dizia. E *Marcela* me dizia que não podia morrer. Ela me dizia que abandonara a *vida errada* para não morrer e, assim, cuidar dos filhos; e, dialeticamente, ela me dizia que abandonara a *vida errada* para cuidar dos filhos e, assim, não morrer. Cuidar dos filhos, “meus filhos”, funciona como um dispositivo de gênero acionável para justificar, frente aos seus e a mim, o escape à morte. Com as dívidas pagas junto ao mercado de drogas ilícitas, nada mais a prendia à *vida errada* – a não ser toda a vida e suas ambiguidades. *Marcela*, portanto, podia ser mãe. A maternidade a distanciava da morte ao tempo em que ela se distanciava da *vida errada* (e da morte) para ser mãe, cuidar dos filhos.

Enfim, *Marcela* me falava de sua imprescindível imortalidade. Uma imortalidade de gênero. O primeiro pai, bala. O terceiro pai, bala, bala, bala. E quanto a *Marcela*? “Aí, quando começou, eu disse: – sabe de uma coisa? Eu vou sair disso, eu vou tomar conta dos meus filhos. Ou eu vou terminar deixando meus filhos jogados na mão de um e de outro. Já tem dois que não têm pai, aí como é que vai ser? Não, tá louco!”. Mas o que começou “quando começou”? O *mata-mata*. No que *Marcela* conta, o recurso narrativo ao trabalho e à família é ambíguo, mas *Marcela* não carece de um professor universitário, tão alheio às suas necessidades, dizendo-lhe algo a respeito. *Marcela* carece de uma construção narrativa que, arregimentando as moralidades e relações de poder disponíveis, responda a seus dilemas. É o que ela produz. O recurso narrativo ambíguo ao trabalho e à família compõe as suas justificativas para a saída da *vida errada*, mas não de qualquer *vida errada*, não de toda *vida errada*, não da *vida errada* do “meu tempo”, mas da *vida errada* em que se mata e se morre “por qualquer coisinha”, ou seja, a *vida errada* da banalização da morte, a *vida errada* prenhe do *mata-mata*. Aqui, a *vida errada* não consiste no problema narrativo por excelência. Ela, afinal, é “tipo um trabalho”. O problema fundamental reside no *mata-mata*.

2.3 *Vida errada, mata-mata: entre o crime e a violência*

De certo, não se pode negar, a *vida errada* imprime algum problema às narrativas de *Marcela*. Ainda que eu concorde com Natália Lago e, assim como ela, visualize a existência de um “alargamento ético diante da convivência intensa com práticas ilegais” (2014, p. 78), não posso deixar de notar os desconfortos narrativos expostos por *Marcela* decorrentes de sua participação na *vida errada*. Por exemplo, a vergonha sentida com a prisão. “Tanto é que quando a polícia me pegou, eu quase morro. Passei quinze dias que eu não saia nem de casa. Eu senti vergonha dos outros. Se você chegasse pra mim, eu baixava a cabeça e logo começava a chorar. Vergonha porque... Deus me livre”. Aquele alargamento ético convive e conflita com diferentes “marcos discursivos”, como diria Gabriel Feltran (2011), em torno da família, do trabalho ou da religião. Convive também com as próprias normas estatais, as quais, cumpridas ou não, obedecidas ou não, produzem efeitos. Como notou Vera Telles: “leis e códigos formais têm efeitos de poder” (2013, p. 450). Os deslizamentos entre trabalhos legais e ilegais, por mais corriqueiros que sejam, não são fáceis ou livres de constrangimentos. O realismo fantástico das teses de *Marcela* a respeito da impureza do “dinheiro de droga” também é sintomático dos desconfortos aí provocados.

Graças a Deus que eu não tenho nada de coisa de droga. Meus troços, tudo que era de droga, eu dei. Eu não quis. Tudo, tudo mesmo que era de droga, eu dei. É uma coisa que eu acho que atrasa. Dinheiro de droga não rende. Você vai fazer uma feira, vamos dizer, uma feira de R\$ 300,00 que eu fazia não dava quinze dias. Hoje eu vou com R\$ 100,00, R\$50,00 e dá pra viver. (Eu interrompo: – e por quê? Comia mais rápido?). Não é que comia mais rápido. Não rende. Ninguém sabe como é que some. Você tirava um dinheiro agora, quando você menos esperava não tinha. Sabe, é interessante, é uma coisa que só sabe quem passa. É interessante demais. Aí, eu disse não, deixa eu quieta. (*Marcela*, moradora da *Ocupação Horizonte*, entrevista concedida em 13 de dezembro de 2013).

“Dinheiro de droga não rende” e, como *Marcela* disse em outra ocasião, “dinheiro de droga é do diabo” são metáforas do desconforto provocado pela irrealização dos valores que modelam a noção de “trabalho esforçado” – que, por sua vez, representa o diametral oposto da noção de “dinheiro fácil” de que falavam os *trabalhadores* citados por Alba Zaluar (1985) e de que fala a própria *Marcela*. Mas essas metáforas estão longe de constituir um simples recurso ao misticismo. Assim como os trabalhadores das minas de estanho da Bolívia e dos canaviais da Colômbia ocidental, interlocutores da etnografia de Michael Taussig (2010), fetichizam o mal na figura do diabo, criando uma “imagem mediadora do conflito entre os modos pré-capitalistas e capitalistas de objetivar a condição humana” (Idem, p. 19), *Marcela* se vale de

um repertório de “superstições” para traduzir os conflitos, inclusive morais e econômicos, administrados nos percalços da *vida errada*.

A fugacidade do dinheiro advindo do trabalho no mercado de drogas ilícitas parece resultar da adoção de um determinado estilo de vida e consumo. “Naquele tempo, eu era mais jovem, minha vida era curtidão, praia, som. Eu gastava mesmo, queria lá saber? Eu curtia sexta, sábado, domingo e segunda”. Esse estilo perfazia as regras e os requisitos de sociabilidade para quem se iniciava naquele universo. Eram jovens que, a não ser muito excepcionalmente, não reuniram, através dos meios lícitos, dinheiro suficiente para satisfazer tais desejos de consumo ou lazer. Nas palavras de *Marcela*, esse jovem “ganha mais que um trabalhador”. De todo modo, a aparente ostentação aí presente – “eu só andava de táxi, não andava a pé, nem de ônibus” – antagoniza-se com as satisfações apresentadas por *Marcela*: “eu comia o que eu queria, eu tinha o que eu queria, eu tinha um salário bom”. Comida e salário, afinal, permanecem sendo “anseios de classe” muitíssimo bem demarcados pelas *necessidades* básicas da classe trabalhadora.

Os desconfortos narrativos expostos por *Marcela*, no entanto, ascendem substancialmente quando o *mata-mata* entra em cena. Não a *vida errada*, o *mata-mata*. *Marcela* me conta que “passou um tempo na *vida errada*” no instante em que eu a pergunto se ela conheceu muitas pessoas que morreram em conflitos ligados ao mercado de drogas. Sua resposta pressupõe uma inescapabilidade. Estar na *vida errada* implica na convivência com a morte ou com a sua possibilidade. Ela, a morte, pode ser trazida pela ação da polícia – “eles espancam mesmo” – ou pelos dissensos interiores ao mercado. Mas *Marcela* acredita ter presenciado uma transição nas formas e um aumento nos números dessas mortes. Nas suas narrativas acerca do “mundo das drogas”, há um “antigamente” que remete à fase de sua inserção na *vida errada* e há um “hoje”, em que “qualquer coisinha é pegar um revólver e matar”. De acordo com *Marcela*, naquele “antigamente”, ganhava-se “muito dinheiro”. “Hoje”, não. Porque “antigamente” poucas pessoas trabalhavam no mercado de drogas, mas “hoje” a concorrência é maior, “tem ponto de droga em toda esquina”.

As modificações no mercado varejista de drogas ilícitas, *Marcela* atribui ao surgimento das “facções”. “Foi o que acabou com o mundo”. Não obstante, fica claro que o gatilho do *mata-mata* se relaciona diretamente ao adensamento das disputas próprias ao mercado⁵⁵. De fato, a quantidade de mortes aumentou. João Pessoa passou de 198 mortes por armas de fogo

⁵⁵ Estas disputas certamente incluem a participação das “facções”, mas também de policiais, os quais, como nós veremos no último capítulo desta tese, entram na conta dos “grupos de extermínio”.

em 2000 para 518 em 2010⁵⁶. Mas as mortes, elas mesmas, não consistem no eixo distintivo entre o “antigamente” e o “hoje”, elas compõem o mercado varejista de drogas ilícitas. O que ocupa esse eixo é o *mata-mata*. O pai dos dois meninos de *Marcela* morreu “antigamente”, do que se depreende que a *vida errada* já matava àquele tempo; mas as três tentativas de homicídio contra o pai da filha mais nova de *Marcela* pertencem ao “hoje”, assim como a morte de *Alexandre*. O *mata-mata*, portanto, emerge das narrativas de *Marcela* como um emblema da banalização das mortes. Dá-se “por qualquer coisinha”. E ele acaba por “coincidir” com a prisão de *Marcela* e a sua saída da *vida errada*.

As observações temporais de *Marcela* guardam uma reciprocidade incisiva com os números. Na Paraíba, inexistente uma organização equiparável ao Primeiro Comando da Capital, o PCC, cujas estratégias de controle de conflitos e do mercado de drogas minimizaram contundentemente os números de mortes nas periferias de São Paulo, como Gabriel Feltran (2015; 2012) demonstrou⁵⁷. A emergência das “facções” – elas são duas proeminentes – dinamizou, segundo *Marcela*, o recurso à morte como ferramenta de resolução de conflitos internos ao mercado e, sem dúvida, da relação com agentes de Estado, sobretudo policiais civis ou militares. Entre 2002 e 2012, os números de homicídios em João Pessoa cresceram vertiginosamente⁵⁸. Em 2002, houve 263 assassinatos. Este número pulou para 568 em 2012, passando por 580 em 2010 e 633 em 2011. Considerada apenas a população jovem, houve 154 assassinatos em 2002. Em 2012, os homicídios de jovens chegaram a 371, passando por 380 e 404, em 2010 e 2011 respectivamente.

No ano de 2012, João Pessoa ocupou o segundo lugar no ordenamento das capitais por taxas de homicídio, ficando atrás apenas de Maceió. A capital paraibana aglutinou 177,8 homicídios por 100 mil jovens. Mas os números exemplares não param por aí. Municípios pertencentes à “Grande João Pessoa”, como Santa Rita e Cabedelo, reúnem números igualmente notáveis e constam entre as cidades com mais de 10 mil habitantes com maiores índices de homicídio no país. Santa Rita ocupa a 16ª posição nacional, e a primeira do estado da Paraíba, com 129 homicídios em 2012, o que representa uma taxa de 105,7 assassinatos por

⁵⁶ Estes dados derivam do “Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo”, coordenado por Julio Jacobo Waiselfisz e disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf.

⁵⁷ Embora se fale – em campo, mas também em matérias jornalísticas – na presença do PCC na Paraíba, ele certamente não opera sob os mesmos padrões que o notabilizaram em São Paulo. Em João Pessoa, por exemplo, o PCC funcionaria, segundo “o que se fala”, como uma “força” aliada a uma das duas principais “facções” que disputam o mercado de drogas na cidade.

⁵⁸ Os números aqui expostos derivam do “Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil”, coordenado por Julio Jacobo Waiselfisz e disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf

100 mil habitantes. Já Cabedelo ocupa a 46ª posição nacional, e a quarta do estado da Paraíba, com 52 homicídios em 2012, ficando com 84,7 assassinatos por 100 mil habitantes. No seio da população jovem, no entanto, as taxas de homicídio por 100 mil jovens nessas duas cidades são ainda maiores que as taxas de assassinato da população em geral. Santa Rita somou 87 homicídios de jovens em 2012, o que a deixou no quarto lugar nacional e no primeiro paraibano, com uma taxa de 262,4 homicídios por 100 mil jovens. Também em 2012, Cabedelo reuniu 36 assassinatos e uma taxa de 216,5 homicídios por 100 mil jovens, alcançando a 11ª posição nacional e a segunda paraibana.

Conquanto os números indiquem explicitamente que a população jovem morre mais – em 2012, as vítimas jovens preencheram 65,32% dos homicídios totais em João Pessoa, 67,44% em Santa Rita e 69,23% em Cabedelo – o cenário se torna ainda mais espinhoso se o critério racial é levado em conta. Em 2012, dos 371 jovens assassinados em João Pessoa, 358 eram jovens negros; dos 87 jovens assassinados em Santa Rita, 85 eram jovens negros; dos 36 jovens assassinados em Cabedelo, 35 eram jovens negros. Traduzidos em taxas, esses números significam que Santa Rita, Cabedelo e João Pessoa assinalam, respectivamente, 384,1, 346,9 e 313,0 homicídios por 100 mil jovens negros. Segundo essas taxas, Santa Rita ocupa a primeira posição nacional. Cabedelo e João Pessoa ocupam a terceira e a sétima posições. Ainda que não seja possível, de antemão, compreender o quantum dessas mortes pode ser atribuído às dinâmicas internas do mercado de drogas ilícitas e à participação de agentes de Estado, especialmente policiais, nesses homicídios, alguma correlação há. Não à toa, a trajetória na *vida errada* narrada por *Marcela* acontece durante o aumento vertiginoso de assassinatos em João Pessoa e nos municípios circunvizinhos.

Provavelmente⁵⁹, o pai dos dois filhos de *Marcela* faleceu, deixando-a, como disse, com um bebê de pouco mais de um mês nos braços, no ano de 2007. João Pessoa contou neste ano com 387 homicídios, sendo 227 de jovens. O pai dos filhos de *Marcela* foi um deles. A filha mais nova de *Marcela* nasceu, também provavelmente, em 2009. Neste ano e com oito meses de gravidez, *Marcela* foi detida pela polícia e decidiu abandonar a *vida errada*. O *mata-mata*, entretanto, já começara. Os 254 homicídios de jovens em João Pessoa no ano de 2008 se converteram em 307 em 2009, 380 em 2010 e 404 em 2011. O *mata-mata*, aquele emblema da banalidade das mortes, entrelaça-se ao incremento desses números anuais. *Alexandre*, o rapaz

⁵⁹ *Marcela* não falou em datas. Calculei os prováveis anos de nascimento das crianças a partir de suas idades atuais. Em 2013, à época da entrevista, o menino mais velho tinha 10 anos de idade, a menina mais velha somava 07 anos, o menino mais novo tinha 06 anos e a menina mais nova possuía 04 anos de idade.

assassinado num dos quartos da *Ocupação Horizonte*, foi um dos “jovens negros” cujas mortes conduzem João Pessoa às altas posições nas estatísticas nacionais.

O *mata-mata* pertence à *vida errada*. O *mata-mata* excede a *vida errada*. Na *vida errada*, experienciam-se o crime, “tipo um trabalho”, em razão da “necessidade”; no crime habitam o “erro” e os desconfortos com a vergonha da prisão e com o “dinheiro do Diabo”. No crime, habitam os confrontos entre os ganhos e acertos da *vida errada* e os marcos discursivos que aludem aos universos morais da família, do trabalho e da religião. Na *vida errada*, a morte se faz possível. Convive-se com a sua ocasião. Espreita-se a sua oportunidade. Mas somente no *mata-mata*, a morte se faz destino, uma obviedade. “Vou tomar conta dos meus filhos. Porque se eu não tivesse tomado conta... Ou eu tava de baixo de sete palmos porque hoje...”. Apenas no *mata-mata*, a morte tangencia a necessidade, a inexorabilidade: “eu sou sincera ao lhe dizer, eu tinha ido atrás. Eu tinha. Primeiro a minha vida que a deles”. No *mata-mata*, a *vida errada* se torna insuportável. Em suma, era disso que *Marcela* falava. *Vida errada* e *mata-mata* não são sinônimos. Não se circunscrevem um ao outro. Perceber isso, contudo, apreender as conexões e distinções, operadas por *Marcela*, entre a *vida errada* e o *mata-mata*, exigiu de mim um movimento analítico semelhante àquele desenvolvido por Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori (2008) quando de sua análise acerca dos debates sobre a Lei Maria da Penha e seus efeitos junto ao sistema de justiça: o movimento de diferenciação entre crime e violência.

Segundo Debert e Gregori, “crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico”. Violência, por sua vez, concerniria a outros embates, a uma inteligibilidade não necessariamente estatal. “Violência, termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos” (2008, p. 176). Esta distinção entre crime e violência orientou meu olhar para as distinções entre *vida errada* e *mata-mata*. O *mata-mata*, assim como a violência definida por Debert e Gregori, remete ao que excede as superfícies das lógicas de Estado e de suas arquiteturas legais. Ele, o *mata-mata*, não cabe no “tipo”, não se resume ao homicídio previsto no art. 121, não encontra espaço no Código Penal ou na norma. O *mata-mata* ironiza as abstrações de Estado e as “políticas de segurança” que se propõem a “combater o crime”: o *mata-mata*, afinal, não é a *vida errada*, não é o crime. É o que sobra. O *mata-mata* também não sinonimiza a “violência”. Conceitualmente, não deve ser igualado a ela porque a violência pode estar onde o *mata-mata* não está. Mas o *mata-mata* e a violência funcionam como siameses narrativos. Nas palavras de *Marcela*, o *mata-mata* edifica o inadmissível, tal

qual a coivara de caveira de osso e a cobrança do *cambão* e do *foro* exsurgem das narrativas de *Marcos* e os tiros à queima-roupa despontam nas histórias de *Lua*.

Claro, o que Debert e Gregori identificam como “crime” não coincide com o que eu venho chamando, a partir das narrativas de *Marcela*, de *vida errada*, tampouco com o crime que perfaz o seu “erro”. Nas discussões travadas em seu texto, as duas autoras se veem imersas nas contendas sobre a Lei Maria da Penha, preocupam-se com o “encapsulamento da violência pela criminalidade” (2008, p. 166) e conferem ao “crime”, desse modo, uma legibilidade estatal que, embora produza sentido e eficácia naquele contexto de que elas se ocupam, conforma tão-só uma das dimensões do que se pode denominar como “crime” – um termo tão aberto a disputas de significado quanto “violência”. O crime da *vida errada* de *Marcela* se referencia em normas estatais e morais, como argumentei antes, confronta marcos discursivos relativos ao trabalho, à família e à religião, mas consiste sobretudo em “experiência”. Por isso, o crime é “tipo um trabalho”, reúne pesos morais distintos a depender da atividade em questão – matar, roubar ou vender –, intersecta a família, atrela-se narrativamente a uma necessidade, performatiza relações de gênero na entrada e na saída da *vida errada*. O crime experiencia relações sociais e constitui essas relações sendo reciprocamente constituído por elas.

3. *Homem solteiro: crime, criminalização*

Moto roubada

Cássio, um dos *moradores* da *Ocupação Horizonte*, contou-me da confusão da moto. Do que se lembra, alguém desconhecido furtou ou roubou uma motocicleta e, por um motivo qualquer, deixou-a nas proximidades da *Ocupação*. Foi o bastante. Rapidamente, assim que os policiais militares descobriram o paradeiro da moto, adentraram o prédio do antigo *Hotel* a procura do culpado. Haveria de estar lá, como não? “Tudo o que acontece aqui ao redor, no centro, ‘foi a Ocupação!’ Mas não tinha nada a ver”. Dentro do prédio, os policiais encontraram uma segunda motocicleta que, em mais um gesto de obviedade, presumiram roubada. Mas essa segunda moto pertencia a *Danilo*, um rapaz da *Ocupação* identificado pelos seus vizinhos como “trabalhador”. Os policiais, contudo, a despeito das declarações dos demais *moradores*, convenceram-se de que *Danilo* havia roubado ambas as motos, a encontrada na rua e a achada dentro do prédio, e decidiram conduzi-lo à delegacia de polícia. Os *moradores* reagiram à acusação. Apresentaram os documentos do veículo e defenderam a *honestidade* do rapaz. Com os documentos em mãos, mas vividamente insatisfeitos com o desenlace da situação, os

policiais gritaram e ameaçaram os *moradores*. Somente depois de muita discussão, retiraram-se do prédio. Danilo e sua moto ficaram. Antes de sair, porém, um dos policiais se deparou com um cartaz da Ouvidoria de Polícia colado na entrada da *Ocupação*. Ele arrancou o cartaz da parede e, diante da plateia de *moradores*, rasgou o papel. À época, Valdênia Paulino – a mesma Valdênia que protagonizou as pesquisas de Gabriel Feltran (2012; 2011; 2010) – ainda ocupava a função de Ouvidora de Polícia da Paraíba e representava um apoio fundamental aos movimentos sociais no estado. Meses depois, ela deixaria mais uma vez o país em razão das ameaças e perseguições que os “grupos de extermínio” – assim ela os denomina – investiam sobre a sua *vida* e, portanto, sobre a sua *luta*. Tais grupos são formados, notadamente, por policiais.

Pneu queimado

Havia aproximadamente um ano e meio da chegada dos *sem-tetos* ao prédio do antigo *Hotel Palácio*. Nada, entretanto, achava-se resolvido. Reunião vai, reunião vem, ofício vai, ofício vem, os *moradores* da *Ocupação Horizonte* resolveram empreender mais um protesto de rua. Juntaram-se aos *moradores* de uma segunda ocupação de *sem-tetos*, também localizada em João Pessoa, e realizaram um ato público, em frente ao centro administrativo da Prefeitura, em razão da morosidade na resolução dos conflitos habitacionais da cidade. O principal objetivo do ato estava explícito: os *moradores* intencionavam uma audiência com o Prefeito. Pretendiam, enfim, discutir a sério as suas reivindicações pelo “direito à moradia digna e adequada”. Cientes da dificuldade de sua pauta, definiram que o protesto deveria “chamar atenção”. Para isso, fecharam, com a queima de alguns pneus, uma das vias da rodovia federal onde o centro administrativo se localiza. De fato, chamaram atenção. Em meio a um engarrafamento quilométrico e à fumaça dos pneus queimados, a Polícia Rodoviária Federal foi acionada. Em pouco tempo, o ato dos *moradores* se dispersou. Dois rapazes, *moradores* da *Horizonte*, no entanto, foram presos. Quando abordados pela polícia, Adriano e Laércio, os dois rapazes, estavam dentro do carro e se dirigiam ao local do protesto. No veículo, transportavam pneus velhos para serem queimados pelos demais *moradores*. Foram “presos em flagrante delito”, acusados do cometimento de crime contra o meio ambiente. Sim, contra o meio ambiente. Segundo os dois policiais rodoviários federais que conduziram Adriano e Laércio à delegacia de polícia civil, os dois rapazes – ou, conforme o Delegado assinalou nos autos do inquérito, “comparsas de movimento” – eram, respectivamente, condutor e passageiro de um automóvel que transportava “material inflamável” – ou seja, os tais “pneus velhos”. Na

delegacia, *Adriano* e *Laércio* argumentaram que não chegaram ao protesto, que foram detidos ainda no carro e que, embora estivessem levando aqueles pneus para o local, os pneus que já queimavam na pista não haviam sido transportados ou queimados por eles. Nada disso importou para o Delegado. Considerando as informações prestadas pelos policiais rodoviários – de acordo com os quais, “agentes do setor de inteligência da PRF identificaram alguns dos protestantes, inclusive aqueles que estavam levando para o local material inflamável” –, o Delegado indiciou os dois *comparsas* pelo cometimento do tipo penal previsto no artigo 54 da Lei 9065, de 1998. O tipo, “pneu queimado”, *ipsis litteris*: “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”⁶⁰.

Pneu furado

Era domingo. *Laércio*, um *morador* da *Ocupação Horizonte*, tomava conta dos carros estacionados nas ruas circunvizinhas à *Ocupação*. Acontecia um espetáculo de dança infantil num teatro próximo e, apesar do domingo, as ruas estavam repletas de carros, pequenas bailarinas esfuziantes e seus familiares cuidadosos. *Margarida*, amiga minha de muitos anos, também levava sua filha ao espetáculo. No início da tarde, porém, policiais militares pararam uma viatura em frente à *Ocupação* e entraram no prédio. Teriam recebido denúncias de um “esquema de tráfico” no local e decidiram dar mais uma de suas “batidas” – são corriqueiras – nos quartos e corredores do *Hotel* outrora abandonado. Nada encontraram. Quando voltaram à viatura, todavia, notaram que um dos seus pneus estava murcho – furado ou rasgado, não sei ao certo. Sem traficantes presos, com um pneu murcho nas mãos, os policiais decidiram procurar o culpado pelo estrago. Não demorou, avistaram *Laércio* correndo próximo à *Ocupação*. Correu? Condenou-se. Apanharam-no, trouxeram-no, algemaram-no. Enfiaram-no na viatura e, com o pneu trocado, conduziram-no a uma delegacia de polícia. Lá, apresentaram o rapaz, uma faca, que haveriam encontrado com ele, e a acusação de que *Laércio* teria incorrido no crime previsto no terceiro inciso do artigo 163 do Código Penal: dano ao patrimônio público, com pena de detenção de seis meses a três anos. Sim, por um pneu furado. Preocupados com *Laércio*, os *moradores* da *Ocupação Horizonte* acionaram os estudantes do NEP que, por sua

⁶⁰ À modalidade culposa – não intencional – deste crime é atribuída uma pena de detenção de seis meses a um ano e multa. A pena, todavia, pode crescer para de um a cinco anos de reclusão se o juiz entender que houve “poluição atmosférica” com “danos diretos à saúde da população” e o “fato” for enquadrado nos termos do segundo parágrafo do mesmo artigo 54.

vez, contataram os advogados populares disponíveis em João Pessoa naquele domingo. Coincidentemente, *Margarida* era a advogada disponível. Havia acabado de deixar a filha em casa, após o fim do espetáculo de dança, quando recebeu o telefonema dos estudantes. Não tardou, seguiu para a delegacia. Assim que viu *Laírcio*, reconheceu o flanelinha que a ajudara a estacionar o carro mais cedo. Logo, o Delegado presente chamou o rapaz a depor. Na presença de *Margarida*, o Delegado expôs as alegações dos policiais militares, mostrou a faca que *Laírcio* estaria portando e com a qual teria rasgado o pneu da viatura e perguntou ao rapaz o que havia acontecido. *Laírcio* negou as acusações. Argumentou ser *morador* da *Ocupação Horizonte* e *trabalhador*. Contou que estava apenas guardando carros e que corria para ir ao banheiro. O Delegado, contudo, desconfiou. Questionou *Laírcio* sobre quais carros ele estaria guardando num dia de domingo sem carros no centro da cidade. *Margarida* então pediu um aparte ao Delegado e falou do espetáculo infantil, explicou que ela mesma levava sua filha ao teatro naquela manhã. *Laírcio* afirmou que os policiais trouxeram a faca, que ela não lhe pertencia, que ele nunca fora preso ou respondera a processo. O Delegado duvidou novamente. Mostrando a tela do computador a *Laírcio*, apontou que o rapaz já havia sido preso e respondia a um inquérito. *Laírcio* insistiu, nunca fora preso, nunca respondera. Intrigada, *Margarida* perguntou ao Delegado de que se tratava o inquérito e qual era o nome que constava no sistema eletrônico. “– Crime contra o meio ambiente. *Laércio Santos da Costa*”. *Laírcio* compreendeu. “Foi meu irmão, Doutor. *Laércio*. Meu nome é *Laírcio*. Acusaram ele de queimar pneu num protesto. Não fui eu”. Um tanto constrangido, o Delegado se convenceu. Remeteu a faca para a perícia – não duvidava da possibilidade de os policiais a terem implantado – para saber se correspondia ou não à lâmina do rasgo do pneu. Além disso, averiguou a origem da viatura e notou que não se tratava de “patrimônio público”, mas de um dos muitos carros particulares alugados pelo Governo do Estado⁶¹. *Laírcio* voltou para casa. *Margarida* me narrou o caso.

“Criminalização” consiste numa daquelas palavras sem as quais seríamos incapazes de compreender as formas dominantes de gestão das *lutas sociais*. Em linhas gerais, a “criminalização das lutas” e a “criminalização dos movimentos sociais” vêm sendo percebidas como estratégias de deslegitimação dos sujeitos que *lutam* e, reciprocamente, das bandeiras políticas que tais sujeitos soerguem. Tenho, eu mesmo, trabalhado analiticamente nesses termos

⁶¹ Ao crime de dano ao patrimônio público é atribuível uma pena consideravelmente maior que ao crime de dano simples. Enquanto a pena prevista para o primeiro é, como dito acima, de seis meses a três anos, a pena para o segundo é de um a seis meses e multa.

desde que comecei a me debruçar sobre casos de violência e criminalização contra trabalhadores rurais⁶². Noutra ocasião⁶³, Douglas Pinheiro Bezerra e eu argumentamos, por exemplo, que a criminalização judicial de integrantes de movimentos sociais manobra no interior do campo jurídico uma das dimensões do conceito, formulado por Michel Foucault (2008), de “gestão diferencial dos ilegalismos”. Nesse sentido, a criminalização representaria o modo específico empregado pelo Poder Judiciário para digerir, em seus interstícios, a “delinquência” – as classes e grupos sociais historicamente construídos como “perigosos” ou “com tendências ao crime” e que servem à legitimação do próprio poder punitivo – a qual, se ele não cria, atualiza em seu cotidiano burocrático. Essa criminalização se combinaria com violências brutais e, sutilizando brutalidades e brutalizando sutilezas⁶⁴, permitiria que trabalhadores sem terra torturados por policiais militares encapuzados, durante uma ocupação de terras, fossem levados à condição de réus em um processo judicial.

Esta compreensão acerca da criminalização também possibilitaria deslindar os modos através dos quais um “trabalhador”, como *Danilo*, é muitíssimo facilmente arquitetado como um “suspeito” ou um “criminoso” simplesmente porque, sendo um *morador* ou um *sem-teto*, possui uma motocicleta dentro de um prédio habitado por outros *sem-tetos*. “Tudo o que acontece aqui ao redor, no centro, ‘foi a Ocupação!’ Mas não tinha nada a ver”. De forma semelhante, entender-se-ia como “pneus velhos” se convertem narrativamente em “material inflamável” e operacionalizam a acusação da prática de um crime ambiental – em conversas sobre essa cena, militantes de movimentos sociais em Recife e João Pessoa me alertaram para o fato de que os governos estaduais de Pernambuco e da Paraíba adotaram a política de identificar a queima de pneus em protestos como crime ambiental, na tentativa de dissuadir os movimentos dos protestos, da queima e de seus transtornos. No mesmo sentido, tal compreensão sobre a criminalização oportunizaria a apreensão das relações sociais que permitem que um guardador de carros (que corre) seja acusado de “dano ao patrimônio público”, leve uma surra – *Margarida* notou os hematomas – e tenha de lidar com a sanha vingativa de um grupo de policiais militares que precisaram, ora veja, trocar um pneu furado.

⁶² Meu interesse específico por esses casos se iniciou a partir de minha experiência junto a Terra de Direitos, uma organização que, desde sua origem e dentre outras atribuições, assessora juridicamente movimentos sociais de luta pela terra. Atuei, em Recife, durante o ano de 2009, como advogado da organização e, sendo assim, deparei-me com incontáveis casos de criminalização de trabalhadores rurais sem terra e de sua *luta*. Esses casos influenciariam decisivamente minhas preocupações acadêmicas posteriores.

⁶³ Refiro-me a um artigo publicado no volume 04, nº 07, da Revista Direito e Práxis, e intitulado “Brutais sutilezas, sutis brutalidades: violência e criminalização contra trabalhadores sem terra” (EFREM FILHO, BEZERRA, 2013).

⁶⁴ No argumento de que nos valem, a relação dialética entre sutilezas e brutalizadas se referencia no modo como Florestan Fernandes (2009) trata da relação entre modernização e arcaicização.

Como destaquei anteriormente, a percepção desses deslocamentos classificatórios entre “trabalhadores” e “criminosos” é o que mobiliza a carta escrita pelos *moradores* da *Ocupação Horizonte*. Essa percepção ensina, afinal, que legitimar a *luta* ou a *causa* demanda fundamentalmente a legitimação dos *lutadores*, seu afastamento do crime, sua aproximação dos valores sociais condizentes com a noção genérica de “cidadania”, como a família e o trabalho. Daí as respostas ao medo de *Marcela*, daí o esforço de diferenciação entre *Alexandre* e os *moradores*, entre *bandidos* e *famílias honestas*. Essa diferenciação tática esbarra, todavia, nas ambivalências entre trabalho, família e crime. Os opostos narrativos da “Carta à Sociedade e à Imprensa Paraibana” oscilam nas narrativas de *Marcela*, em suas experiências familiares e laborais, como venho tentando apontar. Dessa dessimetria entre as narrativas da Carta e as narrativas de *Marcela* sobre sua vida decorre, contudo, uma consequência perversa para *Marcela*, para os *moradores*, para os movimentos sociais.

Embora o esforço distintivo do Movimento e dos *moradores* apague importantes sinuosidades das atuais conformações das relações de trabalho e familiares, ele não consiste numa dissimulação. Primeiro, porque as “ambivalências” a que venho me referindo não se confundem com dominância. Como Gabriel Feltran (2011) bem adverte, a expansão do “mundo do crime” não se confunde com “predominância” ou “hegemonia”. Dito de outra maneira, a percepção das ambivalências entre trabalho e crime não engendra a conclusão de que a expansão do “mundo do crime” consiste num processo dominante ou majoritário, sobretudo se contraposto “ao conjunto das dinâmicas sociais das periferias urbanas (onde, creio, os valores do ‘mundo do trabalho’ ou do ‘mundo religioso’, embora em transformação, seguem sendo os marcos discursivos predominantes)” (Idem, p. 324). Segundo, porque a distinção narrativa entre “trabalhadores” e “criminosos” não concerne a uma opção disponível entre muitas, mas a uma inexorabilidade. Ela arregimenta táticas inevitáveis às voltas do confronto em questão. O mesmo, claro, não se pode dizer das posições dos agentes de Estado anteriormente mencionados – os policiais dos pneus queimados, do pneu furado e do episódio da moto – e daquele apresentador televisivo que confundia *sem-tetos* com traficantes e ressaltava, ansiosamente, as camisinhas e o esperma nas calçadas do Pavilhão do Chá. A total indistinção por eles explorada dissimula o desenlace do conflito pela política fundiária urbana e o modo como as silhuetas de *sem-tetos* e *traficantes*, por exemplo, parecem-lhe irmanamente ameaçadoras.

Aqui, entretanto, está a consequência perversa acima mencionada. Apesar da inequívoca eficácia das jogadas distintivas evocadas pelo Movimento, a recriação de “exteriores constitutivos” no interior dos grupos sociais subalternizados acaba corroborando com as estratégias dominantes de criminalização adotadas contra ela. Dá-se algo análogo àquilo que

Gayle Rubin (1998) criticou a respeito do “sistema hierárquico de valor sexual”. Em 1984, quando da publicação do clássico “Thinking Sex”⁶⁵, Rubin se encontrava imersa nos embates feministas que ficariam conhecidos como “as guerras sexuais”. Polêmicas tematizações acerca dos exercícios da sexualidade – dentre eles, a prostituição, a pornografia e o sadomasoquismo – dividiam as feministas. Nessas batalhas, Rubin se contrapunha a importantes nomes do feminismo norte-americano, como o de Catharine MacKinnon (2000), para quem esses exercícios sexuais implicariam inescapavelmente na subalternização das mulheres. O argumento central e cortante de Rubin, pelo contrário, era o de que, ao invés de subordinações inexoráveis, essas práticas sexuais corresponderiam a pontos fragilizados por relações de poder assimétricas, de modo que a perseguição a “desviantes eróticos”, como prostitutas ou sadomasoquistas, apenas reforçaria as estratégias de controle sobre a sexualidade e reafirmaria a compreensão do sexo como uma “força perigosa”.

Por mais estranha que pareça, a analogia entre *prostitutas* e *traficantes*, *sadomasoquistas* e *sem-tetos*, favorece um interessante lastro para a captação das consequências políticas da recriação de exteriores constitutivos no seio da classe e dos grupos sociais subalternizados. Seguindo o argumento de Rubin, assim como a caça aos “desviantes sexuais” pressupõe e engendra a censura estrutural à sexualidade, a guerra aos *traficantes* pressupõe e engendra a criminalização e a violência como um recurso admissível de controle sobre “a classe trabalhadora”, “os pobres” ou “a juventude negra” – a depender de que sujeito político se contraponha à criminalização e à violência. “Balas”, afinal, não realizam tais “distinções táticas”. O receio de *Marcela* quanto à entrada de policiais na *Ocupação Horizonte* consiste num emblema desse processo. Deu-se que o assassinato de *Alexandre* não possibilitou apenas uma visibilização midiática negativa da *Ocupação*, ele permitiu o trânsito de policiais pelos corredores do antigo *Hotel Palácio*. Como “eles espancam mesmo”, indistintamente, a presença de policiais pode significar a presença da violência contra os *moradores*. O episódio do roubo da moto exemplifica essa “indistinção” praticada pela polícia. O do pneu furado, também.

Mas os exteriores constitutivos criados em torno do trabalho não resumem as demarcações distintivas capazes de legitimação da *luta* e dos *lutadores*. A noção de “família” também atua como marco discursivo, signo de distinção e organização de classe, de gênero e

⁶⁵ Trata-se do texto “Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality”. Sua primeira publicação ocorreu em 1984, numa coletânea organizada por Carole Vance e intitulada “Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality”. Contudo, a versão que utilizo neste artigo e que, portanto, consta nas referências bibliográficas, é do ano de 1998 e foi publicada pela Routledge, num livro editado por Peter Nardi e Beth Schneider chamado “Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader”.

de sexualidade. A recorrência às expressões “famílias de *posseiros*” e “famílias de *moradores*” não é acidental. Curiosamente, os *moradores* costumam enumerar a população da *Fazenda Alfenim* ou da *Ocupação Horizonte* pela quantidade de famílias associadas aos conflitos. “– *Marcela*, quantas pessoas moram na *Ocupação*?”. “– Hoje? Umas duzentas famílias.” A noção de “família”, como dito, também participa dos jogos sociais de aquisição de legitimidade. Foram as “200 famílias honestas que vivem há seis meses na *Ocupação Horizonte* (o que inclui três crianças nascidas no local)” – e não *trabalhadores sem teto* meramente – que exigiram, na carta, uma retratação pública dos jornalistas. Ao seu tempo, o episódio de violência da noite de 09 de dezembro de 2007 representou, nas narrativas dos *posseiros* da *Fazenda Alfenim*, um ataque à “família” de *Tonho* e *Dona Marcinha*. Porém, se a noção de “família” é manejada para a legitimação dos insurretos, com ela são trazidos os valores que circundam seus padrões dominantes. A possibilidade de adequação aos valores e estéticas desses padrões, afinal, perfila o “sistema hierárquico de valor sexual” de que trata Gayle Rubin (1998), de modo que apenas o “casamento”, a “reprodução” e o “amor” domesticariam a “força perigosa” inerente à sexualidade.

“– *Marcela*, como vocês decidem quem pode vir morar na *Ocupação*?”. “– São famílias normalmente, homens solteiros não. Homem solteiro dá problema”. Assim como as recriações de exteriores constitutivos opõem *traficantes* a *trabalhadores honestos*, antagonizam *homens solteiros* e *famílias*. Mas esta última diferenciação expõe mais abertamente o manejo das relações de gênero que acomodam tais exteriorizações constitutivas. Essas relações se empenham na fabricação de masculinidades beligerantes e implicam, nas trincheiras das narrativas, numa “desfamiliarização” dos sujeitos que perpetram a violência e que, sendo partes atuantes do *mata-mata*, acabam por se tornar vítimas dela. “Bala”. Nesse movimento de desfamiliarização, os *homens solteiros*, mencionados por *Marcela*, não se restringem à figura de *Alexandre* – o exemplo evidente do “homem solteiro que traz problema” para a *Ocupação*. Eles são homens e (que) dão problema⁶⁶.

Os *homens* que penetraram o terreno da casa de *Dona Marcinha* e *Tonho* na noite de 09 de dezembro de 2007 são, como *Alexandre*, perigosos. Opõem-se narrativamente à família vitimada pelas violências que eles transportam ou, antes, encarnam. São *jagunços* e policiais, de fato, mas são *homens* – e assim são chamados nos documentos e nas narrativas dos *posseiros* – contra uma família de *trabalhadores*. Por sua vez, os rapazes que, segundo os relatos de *Rosa*,

⁶⁶ Minha percepção a respeito dos lugares dos “homens”, das “masculinidades” e, conseqüentemente, das “masculinizações” nessas narrativas advém do contato com os trabalhos de Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008).

brandiam o “cipó de boi” no corpo do rapaz que teria furtado uma vaca tendem a ocupar o mesmo lugar simbólico desses *homens solteiros*: eles se situam no lócus generificado e geracionalizado do *homem*; ele, a vítima, pertence ao lócus, igualmente generificado e geracionalizado, do *menino* das palavras de *Rosa*. Porém, como gênero, diria Butler (2010b), consiste necessariamente em performance de gênero e se faz, portanto, suscetível a trânsitos e modificações, logo que um dos rapazes que empunhavam o cipó é capturado e torturado pelos policiais, as narrativas de *Rosa* convertem o *homem* em *menino* – *menino* este que, quase duas décadas depois, confundir-se-ia com o seu próprio *filho*, assassinado por *homens* que ontem, diante das preocupações de *Rosa* com o envolvimento dos adolescentes de *Santana* com o *grupo de extermínio*, eram *meninos*. Ontem é pouco tempo. Dois, três, quatro anos? Ontem é muito tempo.

A desfamiliarização e a correlata masculinização dos executores das violências jogam também com algumas das personagens que compõem as narrativas de *Marcela*. No extremo, o que separa os *homens solteiros* dos pais dos seus filhos? Não é possível alegar, apesar das paternidades, que os últimos se enquadrem em padrões de conjugalidade a ponto de escusarem completamente a adjetivação de “solteiros”. Tampouco eles vivem (ou viveram) afastados do *mata-mata* habitado por figuras como *Alexandre*. O primeiro pai morreu. “Bala”. Outro escapou três vezes da morte. Nos relatos de *Marcela*, a separação entre os pais de seus filhos e os *homens solteiros* que “dão problema” se encontra na recusa à violência e, em última instância, ao assassinato. Eles e ela “nunca foram de tirar a vida de ninguém”. Como argumentei antes, a negação à violência ou ao assassinato – que explica o porquê de o pai da filha mais nova não revidar as tentativas de homicídio contra ele – demonstra a existência de uma heterogeneidade de pesos morais ligados às atividades pertencentes à *vida errada*. No entanto, a negação à violência também cerca esses homens de certa feminização. Nesta, reside o eixo diferenciador entre os pais dos filhos de *Marcela* e os *homens solteiros*. De acordo com *Marcela*, roubar e matar não preenchem as competências femininas. “Eu nunca tive malícia de negócio de matar fulano. Tem mulher que se envolve. Hoje, mulher se envolve aí com assalto. Graças a Deus, eu nunca gostei dessas coisas. A minha só foi vender”. Na divisão sexual do trabalho da *vida errada*, o envolvimento atual – “hoje” – de mulheres com a malícia de matar ou roubar merece destaque, dada a sua excepcionalidade. A priori, matar e roubar são atividades de homens (solteiros). A renúncia a matar afasta os pais dos filhos de *Marcela* desses homens e os aproxima das mulheres. Este movimento de feminização os familiariza e os distingue narrativamente dos problemas e perigos característicos dos *homens solteiros*. Narrativamente. “Bala”.

Apesar de sua inegável relevância política imediata e de certa pertinência analítica, as formas através das quais a criminalização costuma ser compreendida podem incorrer no risco de conceber a criminalização apenas como uma exterioridade. A criminalização seria algo que vem de fora, que se abate sobre determinados sujeitos insurgentes, orbitando no campo das “ideologias” – entendidas como “superestruturas” ou “falsas consciências” – e convertendo dissimuladamente “trabalhadores” em “criminosos”. Aqui, o risco da exteriorização não difere dos riscos próprios à emergência tática de *Alexandre* e dos “exteriores constitutivos” de que falei anteriormente. O centro do argumento permanece o mesmo: a diferenciação entre, de um lado, “trabalhadores”, e, de outro, “criminosos”. Mas junto a essa diferenciação também subsiste uma percepção normativa do crime. Com ela, a criminalização de “trabalhadores” poderia ser definida como a aplicação ideológica – distorcida, dissimulada... – de uma norma anteriormente existente que “prevê”, como dizem os juristas, o que é e o que não é crime. Os fundamentos dessa definição, entretanto, não diferem substancialmente do modo fetichista como se define “crime” nas salas de aula das faculdades de direito, ou seja, como o “fato típico, antijurídico e culpável”. O esforço – inevitável, imprescindível – para demonstrar que “movimentos sociais” ou “famílias de trabalhadores” não cometeram “crimes” e que, portanto, não devem ser “criminalizados” pressupõe o crime como uma abstração, um verbo normativo que pode ou não ser conjugado a depender da disposição de um sujeito hipotético.

Se, contudo, como as narrativas de *Marcela* sugerem, a diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos” tropeça nas ambivalências constitutivas da classe-que-vive-do-trabalho; se ela, a diferenciação, fragiliza-se frente às experiências atravessadas pelo trabalho na *vida errada*; parece-me que a superação analítica do mencionado “risco de exterioridade”, ou melhor, “de exteriorização”, habita na apreensão da experiência histórica e, dessa maneira, na compreensão de que o crime não antecede a criminalização, não consiste numa possibilidade normativa exercível por uma pessoa genérica; que a criminalização, por sua vez, não consiste num fenômeno exterior que alguns sujeitos impõem sobre a classe trabalhadora, por exemplo, ou sobre os “jovens negros de periferia”, mas que, contraditoriamente, esses sujeitos são tramados através da criminalização. Dialeticamente, o crime se faz à medida do trabalho; o trabalho à medida do crime, não ao seu oposto. Mais do que isso: a criminalização perfaz as relações e os conflitos de classe, assim como faz com a racialização ou com as relações geracionais, de gênero e de sexualidade.

Crime é inexoravelmente criminalização. Mas esta criminalização não opera simplesmente como uma estratégia de ataque de uma classe sobre outra, de um grupo social sobre outro. Ela se forja em meio aos conflitos em que as relações sociais se fazem. Não há, primeiro, “homens”, “trabalhadores”, “jovens”, “negros” e, só depois, “homens criminalizados”, “trabalhadores criminalizados”, “jovens criminalizados”, “negros criminalizados”. As relações de poder são menos equacionais, mais complexas e, sim, mais perversas. Na luta de classes, no fazer das classes, como nas experiências da *vida errada*, crime é trabalho, trabalho é crime. Nos números do *mata-mata*, a racialização evidente das mortes – a quantidade de “jovens negros” assassinados é incomparavelmente superior à de “jovens brancos” – não indica apenas que “negros” são o alvo preferencial dos homicídios. Antes, demonstra que as relações de poder que perfazem a arquitetura da “raça” constituem, reciprocamente, a engenharia da morte, do morrível e do matável, ou, em outras palavras, daquele que Michel Misse chamou de “sujeito criminal”, alguém “cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados” (2010, p. 17). Nas narrativas de *Marcela*, como visto, esse sujeito se extremiza na personagem do *homem solteiro*, aquele que traz problemas mas que só muito dificilmente se diferencia das demais personagens masculinas que frequentam essas mesmas narrativas, inclusive os seus dois filhos. Não à toa, são os dois meninos – e não as duas meninas – os enviados para a casa da avó, para o interior da Paraíba, para longe do *mata-mata* que tem marcado tão profundamente as vidas dos *meninos* da capital⁶⁷.

Quando, portanto, um apresentador de programa televisivo acusa os *moradores* da *Ocupação Horizonte* de serem “marginais”; quando estigmas relacionados ao crime são mobilizados para atacar a existência das ocupações; o movimento de deslegitimação conduzido pelo apresentador repercute ideologicamente processos interiores aos conflitos sociais. O crime não se trata de algo que o apresentador atribui àqueles sujeitos, assim como o crime não concerne a uma ação de um sujeito genérico ou hipotético. O crime é o sujeito. Mas um sujeito atravessado por determinadas relações sociais, relações de gênero e de sexualidade, por exemplo, capazes de produzir a figura do *homem solteiro* ou do que o valha. Claro, não pretendo, com isso, alegar que a classe trabalhadora ou que os *homens solteiros* cometem crimes. Muito menos que, ao final, o apresentador está certo em suas acusações. Descumprimentos de normas são praticados em diversos graus por incontáveis sujeitos e eu duvido que o referido apresentador não incorra também em alguns deles. “Crimes”, porém,

⁶⁷ Agradeço a Bruno Ribeiro pela atenção a essa questão quando de uma discussão, acerca de uma versão anterior deste capítulo, no grupo de orientandos de Regina Facchini e Isadora Lins França.

resultam de “descumprimentos” criminalizáveis empreendidos por sujeitos criminalizáveis ou delinquiáveis, os quais são selecionados através daquela gestão diferencial dos ilegalismos de que tratou Foucault (2008) e que os trabalhos de Gabriel Feltran captaram tão bem.

Na trajetória dos filhos de Maria, fica claro que o foco da repressão policial não é o ato infracional, mas o indivíduo que o pratica. O verbo empregado é o ser. Se é bandido, o sujeito passa a conter o ato ilegal em sua natureza: seu corpo passa a demonstrar o indivíduo ilegal, e é ele quem passa a ser um fora da lei. A nomeação não permite um contra-argumento. Absoluto no corpo do praticante, o ato ilícito passa também a comandar o olhar das forças da ordem para os corpos daqueles que lhe são semelhantes (Feltran, 2011, p. 132).

Entre minhas referências bibliográficas, esse deslocamento analítico do crime para a experiência, ou seja, para as relações sociais, ampara-se metodologicamente na crítica desenvolvida por E. P. Thompson (1997) ao marxismo esquemático e às suas cômodas explicações dos fenômenos sociais – sobretudo da “lei” e do “direito” – a partir de referências demasiado fáceis à metáfora “infra-estrutura/superestrutura” de que Marx (2007) se valeu. Segundo Thompson, o aprisionamento da lei a uma “superestrutura” e sua identificação linear com a reprodução dominante e ideológica de uma “estrutura essencial” não bastam para a interpretação das relações sociais e históricas. É preciso ir mais a fundo, percorrer as relações de poder – aquelas que permitem, a um só tempo, os números de mortes de jovens negros e a amenização da criminalização de uma *Marcela* grávida de oito meses – e desemaranhar analiticamente os modos como a “lei”, o “direito” ou o “crime”, a transgressão, podem ser definições da efetiva prática das experiências de classe, desde sempre experiências de gênero, ou das experiências de racialização, desde sempre experiências de sexualidade etc.

Esse deslocamento analítico do crime para a experiência, entretanto, requer, no mínimo, dois cuidados intimamente entrelaçados. O primeiro deles se refere à necessidade de não circunscrever o crime às perspectivas e práticas de Estado. Trata-se, por assim dizer, de um aprofundamento do rompimento com a “percepção normativa” antes mencionada, a qual encobre as formas e disputas constitutivas do crime e o modo como o próprio crime nomeia e define suas práticas. Embora crime seja sempre criminalização e demande um movimento de Estado de constituição de sujeitos delinquiáveis no interior dos conflitos sociais – de classe, de racialização etc. – e da gestão de populações e territórios, o crime não é apenas uma produção estatal. É também, entrecruzadamente, a *vida errada* de *Marcela*, uma vida, afinal, como também é o “proceder” dos integrantes do PCC e das etnografias de Adalton Marques (2009), Karina Biondi (2010) e Fábio Mallart (2014). O crime fala sobre o crime. Não é produto somente, produz, movimenta-se. “O ‘crime’, em suma, é um movimento que, por onde passa, faz e desfaz um conjunto de ‘aliados’ e de ‘inimigos’” (Marques, 2009, p. 95).

O segundo cuidado decorre do primeiro. Tal qual é preciso não circunscrever o crime às perspectivas e práticas de Estado, é igualmente preciso não incorrer em “paralelismos”. Como Adalton Marques adverte, não se deve tomar o direito como “modelo para pequenos direitos circundantes” (2009, p. 60) que compreenderiam o crime. A insistência na explicação do crime através de uma procura por “instituições similares” – como um “Estado paralelo” ou um “tribunal do crime” – sugere que o crime consiste em algo que substitui o Estado, presumivelmente ausente. De fato, a *vida errada* possui normas, acertos de contas, formas de entrada e de saída. Segundo as narrativas de *Marcela*, sua saída da *vida errada* dependeu do pagamento de suas dívidas internas ao mercado de drogas ilícitas. Não pagasse, “bala”. Mas nada disso significa que o crime suporta um direito próprio ou um Estado próprio. De pronto, porque direito e Estado são experiências históricas incomparáveis, com uma gênese específica, não traduzíveis para as regras dos acertos ou do *mata-mata*. Além disso, práticas de Estado não se ausentam. Na *Ocupação Horizonte*, como de regra acontece nas regiões periféricas urbanas brasileiras, há o trânsito corriqueiro de agentes, sentidos e políticas de Estado. Eles são policiais militares, mas são também agentes de saúde, funcionários de prefeitura ou da companhia de eletricidade a questionar a “gambiarra” feita pelos *moradores* para garantir a iluminação do prédio. São os defensores públicos que representam juridicamente os *moradores*, são um cartaz da ouvidoria de polícia rasgado por um dos policiais do episódio do roubo da moto. Há Estado inclusive nos sentidos de Estado presentes nas lutas por direitos, pelo direito à moradia digna e adequada, pelas políticas habitacionais escassas, demoradas, praticamente inexistentes, mas ansiosamente esperadas.

Práticas de Estado não são excludentes do crime, não necessariamente se antagonizam ao crime. Pelo contrário, participam do crime, compõem a criminalização, negociam ou cumpliciam com o crime. Mais explicitamente em determinados contextos, como aqueles investigados por Gabriel Feltran (2012), o crime produz governo, governo produz crime. De acordo com Feltran, a substancial diminuição dos números de homicídios em São Paulo entre os anos de 2006 e 2011 resultou do estabelecimento de um único dispositivo de gestão da violência letal, produzido nas tensões entre políticas estatais e criminais – sendo estas últimas, sobretudo, as do Primeiro Comando da Capital. Os regimes de governo e crime – distintos, pretensamente autônomos, mas coexistentes – sofreram choques entre si bastante funcionais para ambos: “observa-se que deste conflito entre políticas do *crime* e políticas estatais produz-se uma espécie de ‘terceirização’ da segurança pública, na qual o governo segue sendo o ator central da tomada de decisões e o crime aquele que ordena territórios e grupos específicos nas periferias da cidade” (2012, p. 249). De acordo com o argumento de Feltran, portanto, se aos

agentes de Estado e às secretarias de governo pouco importam as mortes produzidas pelos “acertos de contas” entre os adolescentes e os jovens das periferias da cidade, muito importam os números das “taxas de homicídio”. “Se o *crime* as pode reduzir, sem que isso implique mudança política substantiva, tanto melhor” (Idem).

A redução dos números de homicídios em São Paulo consiste num dos exemplos possíveis das relações entre Estado e crime. A etnografia de Fábio Mallart (2014) nas unidades de internação de adolescentes da Fundação Casa, também em São Paulo, aponta outros. A existência de “cadeias dominadas”, “cadeias meio a meio” e “cadeias na mão dos fuça”⁶⁸, ou seja, de unidades de internação em que adolescentes que “correm com o PCC” atuam mais ou menos diretamente na administração do cotidiano da “população” e das relações com os funcionários e a direção, já demonstra a fragilidade das pretensões de monopólio estatal de gestão daquele espaço institucional. Entretanto, são as falas, enfatizadas por Mallart (2014), dos funcionários das unidades acerca da organização dos adolescentes o que, acredito, mais vividamente indica, ali, as relações entre Estado e crime. Em algumas das “cadeias dominadas”, funcionários admitem que a organização dos adolescentes facilita o seu trabalho, que sem os adolescentes que “correm com o Comando”, “a coisa não funcionava”. “Logicamente, reconhecer a importância das lideranças no cotidiano da *cadeia* não constitui tarefa fácil, mesmo porque implica admitir que, em certo sentido, *quem manda é eles*”. (2014, p. 130).

Enfim, se o crime não pode ser encarado analiticamente como um “universo paralelo”, tampouco pode ser concebido como um “universo fechado”. Se ele mantém íntima relação com práticas de Estado; se em muitos sentidos é composto por parte dessas práticas; se, como as narrativas de *Marcela* e os trabalhos de Vera Telles e Daniel Hirata (2010; 2007) lembram, ele não se encontra em oposição ao “mundo da ordem”, mas atua nas disputas que conformam as estratégias de ordenação; se ele é relação social e perfaz sujeitos e conflitos; não há razão para identificá-lo como uma “mancha” isolada em determinado cenário urbano ou como um “gueto” fracionado do tecido social. Se como as pesquisas de Rafael Godoi (2015; 2010) têm indicado, mesmo as prisões não se acham absolutamente “fechadas”, mas são repletas de “vasos comunicantes”, previstos ou não pela legislação penal, atravessados, por exemplo, pelas sacolas com os “jumbos” que as mulheres familiares de presos introduzem no sistema penitenciário garantindo a sobrevivência dos presos e, assim, das prisões; não resiste motivo para conceber analiticamente o crime como algo à parte ou alheio à “sociedade” – esta abstração...

⁶⁸ “Cadeias na mão dos fuça” correspondem às unidades de internação em que os adolescentes que “correm com o PCC” – eles não são “irmãos”, embora sigam as orientações do Comando – não atuam na gestão do cotidiano da unidade, que permanece sob o regime disciplinar dos funcionários e da direção.

4. Um fim para *Carla*: o crime e suas reciprocidades constitutivas

Segundo as conclusões do inquérito policial e o texto da denúncia que inaugurou o processo judicial em que consta como vítima, *Carla* habitava uma ocupação de *sem-tetos* na Praça do Ponto de Cem Réis, no centro da cidade de João Pessoa, a um quarteirão do prédio histórico da Faculdade de Direito da UFPB. Na noite de 20 de março de 2012, ela comia um dos churrasquinhos da barraca de sua amiga *Marina*, quando foi atingida por um disparo de arma de fogo provocado por *Clóvis*. Ao primeiro tiro contra seu corpo, *Carla* caiu ao chão, inconsciente⁶⁹. *Clóvis*, então, aproximou-se do corpo “estendido no chão” e disparou mais três vezes. Logo após, desapareceu do local do homicídio ao lado de *Joana*, sua companheira. Nos autos do inquérito e do processo, Delegado e Promotor de Justiça informam que as três personagens centrais do caso – *Clóvis*, *Joana* e *Carla* – mantinham envolvimento com o “tráfico de drogas”. *Joana* e *Clóvis* teriam residido na mesma ocupação de *sem-tetos*, no antigo prédio do INSS, e “protagonizavam diversos desentendimentos com o ofendido, sempre pelo controle do ponto de vendas”. À época de sua morte, *Carla* somava 17 anos e comandaria a “boca de fumo” da ocupação. Os tiros de *Clóvis* finalizaram a disputa pelo território.

Como eu disse na apresentação deste capítulo, o assassinato de *Carla* percorreu minhas lembranças naquela manhã de 23 de outubro de 2013. Enquanto *Marcela*, os estudantes do NEP e eu assistíamos à televisão e às menções daquele apresentador às ocupações do antigo *Hotel Palácio* e do antigo prédio do INSS, eu recordava os ecos dos disparos desferidos por *Clóvis* contra o corpo de *Carla*. Era uma noite de terça-feira, não passava das 20h, quando as balas cruzaram o Ponto de Cem Réis. Antes de encontrarem o corpo da *travesti*, entretanto, ecoaram pelas janelas da sala da Faculdade onde eu me achava em meio a uma aula qualquer. Alguns estudantes, inclusive policiais militares, chegaram a ir à praça, a ver o corpo. De volta à Faculdade de Direito, relataram o que haviam descoberto. Não lembro se disseram que a vítima era uma *travesti*⁷⁰. Terminei a aula, resolvi algumas burocracias e fui levado por Douglas, à época meu monitor, para o aeroporto. Na manhã do dia seguinte, eu precisava estar no IFCH, na Unicamp, para as aulas do doutorado. A noite seria longa e, estudando os textos das aulas madrugada a fora, acabei me esquecendo da morte, do Ponto de Cem Réis e de *Carla*, cujo nome até então eu desconhecia.

⁶⁹ Da análise dos autos, não foi possível descobrir se o primeiro tiro desferido contra *Carla* – que a atingiu “certeira” –, conforme a denúncia apresentada pelo Promotor de Justiça – matou-a ou não.

⁷⁰ “Travesti” é como o relatório produzido pelo Movimento do Espírito Lilás a designa.

Eu só descobriria o seu nome – ou, segundo o Promotor de Justiça, como a vítima era “popularmente conhecida”⁷¹ – quando, seguindo as pistas dos relatórios sobre “assassinatos de LGBT na Paraíba”, encontrei os autos do processo judicial que a tem como “vítima”. A presença de uma *travesti sem teto* num relatório confeccionado por uma organização do Movimento LGBT pareceu-me excessivamente emblemática para ser ignorada. Mas foi apenas lendo o processo, no balcão da Vara do Júri, que eu pude associar o nome de *Carla* aos ecos que eu escutara durante aquela aula, na noite de 20 de março de 2012. *Carla* então ingressava em meu trabalho de campo como uma das vítimas de *homofobia* que preenchiam as denúncias do Movimento LGBT. Cheguei, inclusive, a tratar de seu “caso” na primeira versão de “Corpos Brutalizados” (Efrem Filho, 2016)⁷². Mas àquela ocasião, voltei minhas preocupações unicamente às estratégias narrativas dos agentes estatais e do sistema de justiça que se empenhavam na designação da “vítima” como “um traficante” – ou seja, detive-me às disputas sobre a (i)legitimidade de a vítima ser uma vítima⁷³ – e não levei suficientemente a sério a possibilidade de *Carla* ser, de fato, uma “traficante”. Àquela época, eu ainda não havia reencontrado *Rosa*, não sabia do assassinato de *Gabriel*, muito menos da localização dúplice de sua morte entre a *homofobia* e os *grupos de extermínio*. Apesar de já conhecer *Marcela*, eu sequer desconfiava de sua trajetória na *vida errada*. As narrativas de *Marcela*, as camisinhas e o esperma dos apelos retóricos do apresentador e a morte de *Alexandre* ainda não conformavam o *corpus* desta pesquisa⁷⁴.

O *mata-mata*, portanto, não compunha meu horizonte analítico e eu, conseqüentemente, apesar do som dos disparos, não era capaz de localizar *Carla* no fogo cerrado das balas que movimentam o mercado de drogas em João Pessoa, ao menos em sua configuração mais recente. Faltava-me, dessa forma, a compreensão de que o crime, como experiência, como relação social, atua na tessitura das reciprocidades constitutivas entre relações de classe, gênero, sexualidade, racialização, geração, territorialização etc.; e de que, por isso, a análise das mortes e do próprio *mata-mata* requer a contextualização do crime e da violência nos nós, nas dobraduras daquelas reciprocidades constitutivas. De acordo com os números anteriormente

⁷¹ Do início ao fim do processo, *Carla* é tratada pelo nome masculino que consta em seu registro de nascimento.

⁷² “Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT”, hoje publicado nos Cadernos Pagu, teve sua primeira versão apresentada, em setembro de 2013, junto ao SPG “Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder”, coordenado por Isadora Lins França e Nádia Meinerz, durante o 37o Encontro Anual da ANPOCS, em Águas de Lindóia – SP.

⁷³ Dedico-me mais detidamente a essa discussão no último capítulo desta tese.

⁷⁴ Reencontrei *Rosa*, como dito na introdução desta tese, em 13 de novembro de 2013, por ocasião de um seminário realizado proximamente ao que seria a data de realização da sessão do júri do “caso Manoel Mattos”. A conversa inicial com *Marcela*, por sua vez, aconteceu, como explicado no início deste capítulo, em 23 de outubro do mesmo ano, um dia após a morte de *Alexandre*.

apresentados, o eixo dos homicídios em João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo – mas, de fato, em todo o país – organiza-se na figura do homem jovem negro da classe-que-vive-do-trabalho. No entanto, se essas mortes forem pensadas em “recortes” ou em “especificidades”, de classe, raça ou gênero, a vida e a própria morte serão retalhadas, de modo que nada se concluirá acerca de uma pretensa *causa mortis* senão através de uma disputa cruel sobre a vitimização ou, em outras palavras, sobre que “vítima” é mais “vítima”.

Alexandre, afinal, morreu porque era *jovem* ou morreu porque era *negro*? Morreu porque era *trabalhador* do mercado de drogas ilícitas ou porque era *homem solteiro*? Analiticamente, essas perguntas são irrespondíveis porque inadequadas em sua gênese. As experiências de *Alexandre* não o fizeram antes homem para depois fazê-lo trabalhador ou vice-versa. *Alexandre* se fez (e foi feito) homem enquanto empunhava as armas, comercializava as drogas, tornava-se procurado por outros homens (negros?) trabalhadores do mercado de drogas ilícitas ou policiais que o assassinariam num dos quartos da *Ocupação Horizonte*, conduzindo-o para as estatísticas oficiais a respeito das mortes de mais um jovem negro no país. Acontece que, como argumentei anteriormente, relações de poder não permitem conformações equacionais de soma ou subtração. Elas se perfazem umas às outras nos torvelinhos da experiência histórica. Tampouco se confundem com “estruturas” ou “aparelhos” que respondem – nas palavras de Gramsci, como um “deus oculto” (1966, p. 221) – por todos os males sociais, pelo pecado original. Ao fim e ao cabo, relações sociais são historicidades.

As “balas” que encontraram o corpo de *Alexandre* e o do pai dos filhos de *Marcela* também encontraram o corpo de *Carla*. Ela morreu no interior das disputas do mercado de drogas ilícitas, em meio ao *mata-mata*. Ao cair no chão, desfalecida, derrubou 2,5 g de crack que carregava consigo, divididos em pequenos sacos plásticos brancos. No bolso, pouco mais de cem reais, trocados. Embora não fosse homem, assim foi documentalmente registrada. Sua morte se somou aos números dos 568 homicídios no ano de 2012 na cidade de João Pessoa. Dessas mortes, 65,32% foram de jovens: 371. Ou seja, naquele ano, houve 177,8 homicídios por 100 mil jovens. *Carla* estava entre eles. Dentre esses jovens, 358 eram negros. Houve, assim, 313,0 homicídios por 100 mil jovens negros. *Carla* estava entre eles. Em muitos sentidos, *Carla* morreu como um homem, um *homem solteiro*. A análise do assassinato de *Carla*, como dos outros 568 assassinatos do ano de 2012 na cidade de João Pessoa, demanda a localização da morte nas dobraduras das reciprocidades constitutivas entre relações de classe, gênero, sexualidade, geração, racialização, territorialização etc. A *travesti* adolescente negra sem teto que atua no mercado de drogas talvez seja um emblema dessas reciprocidades, do modo como determinadas relações sociais alimentam aquela engenharia da morte, do morrível

e do matável de que falei anteriormente. *Carla* não só morreu como *homem solteiro*. Morreu como “sujeito criminal”. Todavia, tais relações sociais precisam ser consideradas em sua conflituosidade, ou seja, menos no que elas cristalizam como efeitos de poder e mais no que movimentam nos meandros das disputas.

As relações de gênero e sexualidade que envolvem a morte de *Carla* ultrapassam a fixação documental de sua identidade de gênero ou da designação de seu nome, ou “como era popularmente conhecida”. Elas atuam, por exemplo, na formulação de uma pergunta simples, porém sem espaço nos autos do inquérito e do processo judicial: o que uma adolescente de 17 anos fazia numa ocupação de sem-tetos? As narrativas de *travestis* e as narrativas sobre *travestis* com as quais me deparei durante o trabalho de campo apresentaram, inúmeras vezes, a imagem da *travesti sem teto*. *Martinha*, uma *travesti* muito jovem, talvez menor de idade, que habita sozinha um dos apartamentos do antigo *Hotel Palácio*, é sem-teto. Como eu disse no capítulo anterior, *Lucila*, a *mona* que *Lua* levou para casa, era sem-teto. A própria *Lua* habitou, durante anos, uma ocupação irregular localizada numa barreira, junto a um morro. Foi sem-teto. Nessas narrativas, “ser sem-teto” decorre das experiências de migração a que *travestis* costumam se submeter. A primeira delas, a saída ou a expulsão da casa da família de origem, faz-se bastante comum nas trajetórias de vida das *travestis*, principalmente durante a adolescência, e ajuda a explicar narrativamente a inserção na prostituição. Com *Lua* aconteceu assim, com *Antônia* também. Com *Carla* pode ter acontecido o mesmo, não é possível saber. Em seu depoimento registrado nos autos do inquérito, a mãe de *Carla* aparenta ser próxima à filha. Havia estado com ela na noite em que morreu, na mesma praça em que *Clóvis* desferiu os tiros. Seu nome se achava tatuado numa das pernas de *Carla*, com uma rosa envolta em uma fita. *Carla* havia contado a ela sobre o conflito com *Clóvis* e *Joana*. Tinha medo de morrer. A mãe diz que tentou trazer a *filha* de volta para casa, mas ela recusou, “alegou que iria perder a liberdade pois a mãe o prendia demais”. Segundo sua mãe, na liberdade da vida que levava, há quatro anos, na ocupação do antigo prédio do INSS, *Carla* se dedicava ao trabalho no mercado de drogas ilícitas e ao trabalho na prostituição.

Em sua liberdade, *Carla* se dedicava ao trabalho, ao deslizamento entre legalidades e ilegalidades. Convivia com os conflitos e perigos característicos aos mercados das drogas ilícitas e sexual. “Bala”. Se a *vida errada* consiste em trabalho, em experiência de classe, não poderia essa experiência ser compreendida aquém de conflitos de classe. De fato, aparentemente, os conflitos que oportunizam as mortes de *Carla*, *Alexandre* e do pai dos meninos de *Marcela* ou as tentativas de assassinato contra o pai de sua filha mais nova pouco se aproximam do modelo de conflito de classes com o qual nos acostumamos política e

analiticamente, aquele que aciona as imagens de trabalhadores e patrões em conflito mediado ou não por intervenções estatais, como acontece nas narrativas de *Marcos* sobre o conflito da *Fazenda Alfenim*. Entretanto, ignorar a participação dessas mortes e do *mata-mata* na experiência dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, com suas conexões com a realização do trabalho e com a gestão da classe no interior do mercado de drogas ilícitas, implica na rejeição política e analítica da talvez mais contundente estratégia de controle exercida sobre a classe trabalhadora brasileira: o assassinato sistemático dos seus membros. *Carla*, *Alexandre* e os pais dos filhos de *Marcela*, assim como a própria *Marcela*, integram a classe-que-vive-do-trabalho. Suas mortes consubstanciam os estridentes números antes apresentados e emblematizam novas formas de conflito de classes. Conflito de classe que é, persisto, de gênero, como é de racialização etc.

Essa formulação teórica acerca da compreensão do crime como relação social e das correlações íntimas entre os conflitos próprios ao crime e os conflitos de classe, racialização, gênero, sexualidade e territoriais, claro, não é minha solitariamente. Ela se ampara nos debates com a literatura travados nas páginas deste capítulo, mas sobremaneira no que pude observar nas movimentações políticas e narrativas de meus interlocutores de pesquisa. Assim como para *Marcela*, a *vida errada* não se apresenta como o problema por excelência, e sim o *mata-mata*, para parte significativa dos sujeitos que perpassam estas linhas, o crime também não o é, a violência sim. Na introdução desta tese, ao debulhar as narrativas de *Rosa*, notei que ela, tal qual *Marcela*, antagoniza narrativamente marcos discursivos ligados ao trabalho e à religião a marcos discursivos ligados ao crime. Nas narrativas de *Rosa*, porém, como nas de *Marcela*, essa oposição cambaleia, oscila. Cortadas as narrativas, expostas as suas inúmeras camadas de entrelaces e complexidades, percebe-se que os empenhos narrativos de *Rosa* e de suas *lutas* não se dirigem ao combate ao crime simplesmente, mas ao enfrentamento à violência.

Como argumentei nas páginas iniciais deste texto, *Santana*, o bairro onde *Rosa* criou seus filhos, concerne a um território sob disputa. Mas não se trata de um território disputado entre “trabalhadores” e “bandidos”. Esta é, insisto, a disputa travada na superfície, na primeira pele das narrativas. *Rosa* não representa uma “trabalhadora” que luta contra “criminosos”. “Sempre eu fui referência pra pedir ajuda de mãe, de filho, de tudo. Quando tinha um adolescente preso na comunidade: ‘- vamos lá em *Rosa*’”. *Rosa* arregimenta suas próprias armas contra aquilo que ela apreendeu, na *luta*, como sendo “violência”. Em suas experiências, portanto, o “bandido” poderia ser tanto o integrante do “grupo de extermínio” que assassinaria *Gabriel*, seu filho, quanto o “menino” que ela deveria proteger da violência policial ou dos demais rapazes da comunidade. (Como dito, os membros dos *Power Rangers* que mataram

Gabriel eram, a um só tempo, ainda que em tempos diferentes, os dois). Nos conflitos protagonizados por *Rosa* e *Marcela*, desse modo, o crime preenche as relações sociais e mesmo comunitárias que as fazem se mover em suas *lutas* por “justiça”.

Entretanto, a despeito de eu visualizar analiticamente a participação do crime nessas relações e conflitos, apesar da minha avaliação a respeito das compreensões de meus interlocutores sobre essa questão, os pressupostos das disputas políticas desencadeadas nas arenas e lógicas de Estado não recepcionam bem problematizações assim. Pelo contrário, como indiquei já na introdução desta tese, quando elenquei os “riscos” implicados na contextura deste trabalho, essas análises podem, se mal interpretadas ou acionadas, reforçar a deslegitimação da vítima – como ocorreu no caso de *Gabriel* e, demonstrarei, em diversos outros casos que compõem o *corpus* desta pesquisa. É por isso que, no próximo capítulo, direciono meus investimentos analíticos, mais detidamente, para as disputas travadas nas trincheiras daquelas arenas e lógicas de Estado. Se, até aqui, procurei elucidar o lugar narrativo do crime e da criminalização junto às reciprocidades constitutivas que figuram como objeto desta pesquisa; nas páginas do próximo capítulo, tento compreender, a partir dessas reciprocidades, as formas como as narrativas de reivindicação da violência, que disputam a legitimidade de a vítima ser uma vítima, performatizam os sujeitos políticos que as exercem.

Capítulo 03

30 FACADAS:

sobre a reivindicação da violência

Para Mariza Corrêa

1. Apresentação

A entrevista já se encaminhava para o final. A tarde de sábado se desfazia entre os prédios acinzentados do centro do Recife. Havia quase duas horas que estávamos, *Rosa* e eu, sentados na saleta do pequeno apartamento onde ela vive mantida, sob sigilo, pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Depois de narrar a sua história de *luta*, logo após explicar o contexto em que se deu a morte de *Gabriel*, um de seus três filhos, pouco antes de eu me despedir, ela pediu que eu esperasse um momento. “Tem uma coisa que eu quero lhe mostrar aqui. Acho que você não viu essa foto, ninguém viu, só eu tenho”. *Rosa* entrou em um dos cômodos do apartamento e voltou para a sala com um computador nas mãos. Na tela do aparelho, uma foto do corpo de *Gabriel* durante o velório. Estava lá o *menino* posto em um caixão. “Eu uso (a fotografia) pra mostrar o que a *homofobia* faz por fora e o que a *homofobia* faz por dentro. Isto aqui foi meu filho no dia do velório, isto aqui é meu filho dois anos depois”. *Rosa* movimentou os botões da máquina e substituiu a primeira imagem por outra. Na nova fotografia, um crânio fraturado. “Em que ocasião você olhou o crânio assim, *Rosa*?”. Ela fotografara os ossos de *Gabriel* no dia da exumação, dois anos após o enterro. “Foi a última vez em que eu tive meu filho nos braços”. Aproximando os dedos da tela, *Rosa* mostrou as aberturas e rachaduras provocadas pelos chutes que mataram *Gabriel*. “Todo mundo viu, todo mundo viu as fotos, mas só a mãe sabe o que a *homofobia* faz”. Só a mãe sabe o que a *homofobia* faz por dentro.

Era 23 de novembro de 2013. Quando eu deixei o edifício de *Rosa*, após a entrevista, as luzes vermelhas das lanternas dos poucos carros que circulavam pelo centro da cidade ainda confrontavam o vermelho que o sol, nessa época do ano, vai esquecendo imensamente nas nuvens antes de desaparecer. A minha frente, um Recife embaçado. Os olhos marejados que eu tentei evitar na sala do apartamento, agora não se continham. Tropecei pelas calçadas e avenidas, tirei o telefone do bolso e liguei para Regina Facchini. Na República, onde mora, no centro de São Paulo, ela escutou minha voz embargada: “– Regina, acabo de sair da entrevista

mais difícil que já fiz”. Falei um pouco sobre *Rosa* e descrevi a cena final do nosso encontro. Após acolher minha angústia, Regina me lembrou de meu objeto de pesquisa, de meus desvendamentos, das diversas narrativas com que eu vinha me deparando no transcurso do trabalho de campo, do modo como o gesto de *Rosa* em trazer o computador para a sala e me apresentar aquelas fotografias compunha um cenário maior, bastante próprio ao cotidiano do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Era isso. Como expliquei na introdução desta tese, conheci *Rosa* no início dos anos 2000, entre 2003 e 2004, época em que nós partilhávamos o dia a dia das reuniões do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Eu era um estudante da Faculdade de Direito do Recife e integrava o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular, o NAJUP – Direito nas Ruas; ela pertencia a uma organização não-governamental de defesa de direitos de crianças e adolescentes e acumulava uma história de *lutas* e coragens que eu então sequer supunha. Naquele novembro de 2013, portanto, havia aproximadamente uma década que *Rosa* e eu nos conhecíamos. É possível que nossa relativa proximidade e a confiança que ela depositava em mim tenham influenciado na entrevista, na forma com que ela narrou sua trajetória de vida, em sua decisão de mostrar as fotografias do corpo de *Gabriel*, da “última vez em que eu tive meu filho nos braços”. Nossa proximidade, entretanto, não explica, sozinha, o recurso às imagens e à dor. Era isso. Segundo Regina me recordava, as palavras de *Rosa* me tocavam, mais ou menos intimamente, tal qual as “imagens de brutalidade” existentes nos relatórios e denúncias do Movimento a respeito das violências contra LGBT afetam quem se defronta com essas narrativas.

Sobre o corpo de *José Renato dos Santos*, os peritos contaram vinte e seis facadas. Sobre o de *Sandro Almeida Lúcio*, trinta. *Jurandir Leite* foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. *Lais Martins* sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. *Severino Antônio*, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. *Djalma Matos* morreu por espancamento. Teve a face deformada. *Carlos de Lima* recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de *Jeová Albino* foi esmagada por uma pedra. Disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, *Ronaldo Carvalho* teve seu pênis decepado.

Manuseei analiticamente, pela primeira vez, essas imagens de brutalidade num trabalho apresentado, em setembro de 2013, durante o 37º Encontro da ANPOCS⁷⁵. Elas, as imagens,

⁷⁵ Como mencionei no capítulo anterior, o trabalho intitulado “Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT” foi apresentado junto ao Simpósio “Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder”, coordenado por Isadora Lins França e Nádia Meinerz por ocasião, como dito, do 37º Encontro Anual

atravessam os relatórios, dos anos de 2011 e 2012, sobre “crimes relacionados ao ódio contra homossexuais no Estado da Paraíba”. Formulados pelo Movimento do Espírito Lilás, uma das mais importantes organizações do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais daquele estado, tais relatórios compõem o esforço anual do Movimento LGBT brasileiro de apresentar os números de seus mortos. Através de consultas à imprensa ou a delegacias de polícia e órgãos governamentais, integrantes do Movimento contabilizam aquilo que chamam de “crimes de ódio”. No Brasil, esses homicídios somariam 338 no ano de 2012 e 266 em 2011. Na Paraíba, seriam 27 e 21, respectivamente. No que ressoava dos verbos de *Rosa* naquela tarde de 23 de novembro de 2013, sendo assim, tais números, imagens e narrativas me eram sobremaneira reconhecíveis.

A explicitação das violências e, sobretudo, das mortes conforma parte das estratégias políticas adotadas pelo Movimento. Tornar as mortes visíveis pretende implicar certo reconhecimento público para as vidas que dão sentido ao Movimento LGBT. Assim, expressões derivadas da palavra “homofobia” são reivindicadas para adjetivar gestos de agressão e discriminação contra LGBT ou *homossexuais*⁷⁶. De regra, as imagens de brutalidade, como as anteriormente descritas, aparecem em composição com a utilização desses adjetivos: elas os qualificam, garantem o seu preenchimento semântico. A injustificável quantidade de facadas – ou o seu lugar geográfico no corpo da vítima: o ânus – diferenciaria os “crimes de ódio” dos crimes comuns, e mesmo dos passionais. As brutalidades exemplificam a crueldade. Esta pode até se achar associada a outros crimes – como notaram Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004; 2006) – mas, segundo o Movimento LGBT, ela demonstra especialmente a presença da *homofobia*.

A “brutalidade” dessas imagens opera, no entanto, em duas dimensões umbilicalmente comprometidas, de difícil diferenciação, e que sobrevivem amalgamadas uma à outra. Apenas didaticamente, poder-se-ia dizer que a primeira dessas dimensões concerniria ao corpo brutalizado pelo “ato” da violência. O ato de desfiguração do rosto de *Lais Martins*, por exemplo. A segunda delas consistiria no corpo brutalizado pelas narrativas que o forjam em

da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizado em Águas de Lindóia, SP, entre 23 e 27 de setembro de 2013. Posteriormente, “Corpos Brutalizado” foi publicado nos Cadernos Pagu (Efreim Filho, 2016). As reflexões desenvolvidas no artigo rascunham as questões debatidas aqui, neste capítulo da tese.

⁷⁶ Como explicado na introdução desta tese, à época da realização do trabalho de campo que alimenta esta pesquisa, entre 2012 e 2014, expressões como “LGBTfobia”, “lesbofobia”, “bifobia” ou “transfobia”, hoje fortemente presentes no vocabulário de militantes do Movimento LGBT, ainda não preenchiam as falas e os argumentos dos meus interlocutores de pesquisa, atuantes principalmente na Paraíba. Decidi, desse modo, empregar apenas a palavra “homofobia” em respeito ao que me foi informado e considerando a existência de conflitos em torno dessas importantes designações.

documentos e denúncias, nas falas de militantes do Movimento LGBT ou mesmo nos autos de inquéritos policiais e processos judiciais. Essa segunda dimensão se realizaria na constância da informação, num dos mencionados relatórios, acerca da desfiguração do rosto de *Lais*. O ato precisa ser tecido pela palavra, (re)construído, (re)formulado. Ele, o ato, é inacessível a quem quer que não haja vivenciado ou assistido à sua deflagração. Por isso, a primeira dimensão somente existe através da segunda. Uma não precede a outra. Dialeticamente, fazem-se. O Movimento LGBT, portanto, investe em formas narrativas de contato, na contextura da dimensão narrativa por meio da qual a violência pode ser visibilizada. Não basta fazer saber do assassinato de *Lais Martins* – algo que, para todos os efeitos formais, as estatísticas oficiais não ignoram e, inclusive, demonstram. É indispensável fazer saber que, depois de estuprada, antes ou depois do homicídio, seu rosto foi desfigurado a pedradas. Nos termos empregados pelos integrantes do Movimento, como dito, essa brutalidade consubstancia a *homofobia*.

De pronto, minha percepção dessas duas dimensões, a partir das quais a brutalidade se realiza, resulta das análises de Mariza Corrêa (1983) sobre a relação entre os “atos” e os “autos”. No imprescindível “Morte em família”, Corrêa se debruça sobre narrativas constitutivas de tribunais do júri e autos de processos judiciais. Logo na introdução do livro, ela alerta, contudo, para uma dimensão metodológica fundamental de seu trabalho: a da irrecuperabilidade do “fato”. Naquilo sobre o que a pesquisadora se detém, nos autos processuais, o “fato” ou o “ato” que enseja o conflito perde espaço para as versões disputantes desses atos. Nos autos, há uma pluralidade de fatos selecionados, por um ou outro agente do processo judicial, para figurar como “verdade” ou contrapor outros fatos. Há fatos disputados em sua natureza de “fato”, realidade ou irreabilidade. Há, enfim, fatos cujos sentidos são questionados, diferentemente interpretados. Inexiste, assim, “o ato” em estado puro a ser conhecido. Por isso, de acordo com Mariza Corrêa, cabe-lhe – ou seja, cabe-nos – não perquirir “a verdade dos fatos”, mas manter analiticamente os fatos em suspensão, afinal “não há mais a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime” (1983, p. 26).

Manter analiticamente os fatos em suspensão não implica numa pretensão de neutralidade frente a eles. Pelo contrário, demanda a compreensão das relações de poder que perfazem as narrativas e suas contendidas, o crime “como pretexto para o escrutínio da adequação ou não do acusado (e da vítima) a outras normas de convívio social e ao seu reforço ou enfraquecimento” (Corrêa, 1983, p. 24). Em outras palavras, demanda o enfrentamento analítico – político, de toda sorte – das relações de poder que permitem ou não a arquitetura narrativa do ato de brutalização como uma imagem de brutalidade, da vítima como vitimável,

do acusado como acusável. Trata-se, destarte, de considerar a não obviedade do ato, da violência e da brutalidade. Por mais cortantes que sejam, vinte e seis ou trinta facadas não estruturam uma obviedade. Conseqüentemente, trata-se de investigar as relações de poder que atuam nos interstícios das duas dimensões da brutalidade. Dá-se que se a primeira dimensão só existe através da segunda, não apenas o “ato”, mas a própria noção de “brutalidade” também se encontra sob disputa.

O investimento político, por parte do Movimento LGBT, nos contornos dessas brutalidades se contrapõe, não raramente, a um movimento inicial, promovido por setores estatais centrais, de descaracterização retórica ou de não reconhecimento dos laços entre violência, gênero e sexualidade. “Não existem crimes homofóbicos” – argumentou o Secretário de Segurança da Paraíba, em reunião conquistada, a duras penas, pelo Movimento. “Não se trata de homofobia, mas de vingança” – alegou, de antemão, a Delegada de Polícia responsável pelas investigações do assassinato, a trinta golpes de facão, de *Sandro Almeida Lúcio. Safira*, como *Sandro* se nomeava, travestia-se e mantinha um ponto de prostituição numa via pública da cidade de Campina Grande. Sua morte foi filmada pelas câmeras de rua da Superintendência de Trânsito e amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Segundo a Delegada e alguns desses meios, *Sandro* – não *Safira* – praticava roubos, consumia e traficava drogas. Um dos autores do crime teria sido vítima de um roubo de R\$ 800,00.

Os conflitos narrativos em torno da morte de *Safira* têm a *homofobia* como objeto, “fato” sob construção e contestação. A despeito da quantidade de facadas pericialmente averiguadas, como visto, a *homofobia* não é óbvia perante os agentes de Estado envolvidos no “caso” do assassinato de *Safira*. Se a presença ou não de *homofobia* consiste no objeto de conflitos entre integrantes do Movimento LGBT e agentes de Estado; conflitos como esses representam o principal objeto das discussões desenvolvidas neste capítulo. Seguindo as pistas deixadas por Mariza Corrêa, pretendo aqui compreender as relações de poder que conformam as disputas narrativas em torno dos atos reivindicados por movimentos sociais como sendo “violência”. Com isso, intenciono discutir como relações de gênero e de sexualidade operam na tessitura de narrativas sobre violência e, ao revés, como a reivindicação narrativa da violência atua no perfazimento de relações de gênero e de sexualidade – relações estas, como debatido nos capítulos anteriores, reciprocamente constituídas por relações de classe, racialização, geração etc.

Para isso, eu utilizo, neste capítulo, dois corpos narrativos diferentes. O primeiro deles, responsável pela maior parte das discussões, consiste nas narrativas que tematizam violências identificadas, por quem narra, como “violências de gênero e sexualidade”. São narrativas sobre

mortes de LGBT e, notadamente, narrativas acerca do “*caso Emília*”, como ficou conhecido o caso de desaparecimento, estupro e assassinato de *Emília*, uma adolescente de 16 anos, filha de uma sindicalista rural da região do semiárido paraibano. No segundo corpo narrativo, defronto-me com autos de inquéritos policiais e processos judiciais em que as violências reivindicadas por diferentes movimentos sociais são ou não forjadas, são ou não materializadas, em meio aos conflitos narrativos próprios a essas instâncias de Estado. Aqui, dedico-me à análise dos autos do “*caso Safira*”, com suas trinta facadas nada óbvias, e, retornando à *Fazenda Alfenim*, volto-me à análise dos autos do processo judicial acerca do episódio de invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho*, autos estes em que, conforme tentarei demonstrar, a violência sexual aparece e desaparece.

Como explicado na introdução desta tese, tais narrativas foram acessadas, durante a pesquisa de campo que lastreia este texto, através do trabalho etnográfico junto a atividades do Movimento LGBT e a atividades em que as integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* se encontravam, como um ato público contra a violência, ocorrido na cidade de *Rosário*, onde se situa o sindicato rural que *Tereza*, mãe de *Emília*, integra na condição de dirigente. Além disso e sobretudo, essas narrativas sobre violência foram colhidas por meio de entrevistas em profundidade realizadas por mim junto a membros do Movimento e do *Comitê*. Já a procura pelos autos dos processos judiciais decorreu de indicações promovidas pelas próprias narrativas sobre violência acionadas por meus interlocutores. Uma narrativa sobre violência conduz a outras narrativas sobre violência, há sempre mais um “caso” a citar e disputar.

A análise desse *corpus* narrativo, enfim, parte de cinco tematizações principais: a) a de que a “luta por justiça” requer, de antemão, a disputa pela legitimidade de a vítima ser uma vítima, uma vida digna de luto, segundo Judith Butler (2009), de modo que as imagens de brutalidade acionadas pelos movimentos sociais performatizam os corpos das vítimas e auxiliam no forjamento desses corpos como vitimados; b) a de que, no seio dessas disputas, a publicização da intimidade da dor e do sofrimento costuma operar nos contornos de legitimação de denúncias, denunciantes e vítimas, mobilizando, por exemplo, noções de gênero ligadas à maternidade na performatização e na organização do sujeito político coletivo que reivindica o reconhecimento da violência; c) a de que as reivindicações narrativas da violência tendem a acionar e atualizar inúmeras convenções de gênero e de sexualidade, como aquelas que envolvem as noções de “prostituição” e “tráfico de pessoas”, recolocando ou retensionando os “limites da sexualidade”, de que tratou Maria Filomena Gregori (2016; 2008); e, por fim, d) a de que os conflitos entre os movimentos sociais e esferas do Estado manejam as materialidades dos crimes e, por conseguinte, as materialidades dos corpos, através de uma disputa em torno

da (des)legitimação das vítimas e dos algozes travada em meio a relações sociais que articulam assimetrias de gênero e de sexualidade a outras hierarquias sociais.

Nas discussões desenvolvidas neste capítulo, mas na tese de modo geral, as narrativas sobre violência são o objeto precípua de análise. São elas o que informa. Entretanto, é impossível não notar que a violência, inexistente aquém ou além das narrativas, grita. Narrativamente, reverbera. O crânio fraturado de *Gabriel*, “o que a *homofobia* faz por dentro”, não me abandona. As trinta facadas sobre *Safira* também não. Os tiros à queima-roupa sobre *Lua*, por trás do bar, durante a seresta na noite de João Pessoa. O objeto cilíndrico e cortante introduzido na vagina de *Dona Marcinha*, quando do episódio da invasão da casa. A “coivara de caveira de osso” em que os *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* haveriam de se tornar. A “bala” encontrada, jamais perdida, no *mata-mata* que passou a movimentar o mercado de drogas ilícitas na Paraíba e levou *Marcela* a decidir: “vou tomar conta dos meus filhos. Porque se eu não tivesse tomado conta... Ou eu tava de baixo de sete palmos porque hoje...”. De nada disso se esquece, ainda que, como denunciam meus interlocutores, tantos esqueçam. Tudo excede. Trata-se da tessitura narrativa do inadmissível histórico, daquilo que, como argumentei no primeiro capítulo deste texto, os militantes dizem que não pode se repetir. Mas são eles quem diz, exatamente aqueles sujeitos cujos corpos brutalizados ou brutalizáveis pelos “atos” de violência impelem ao investimento em narrativas de brutalização dos corpos capazes de oferecer lastro para as *lutas*. Os tiros e as facadas eu apenas conheci narrativamente. Os sujeitos e suas cicatrizes, no entanto, eu conheci em carne, ossos e narrativas. *Lua* me contava dos tiros à queima-roupa e indicava os locais de perfuração das balas. Não há cicatrizes ou crânios fraturados que não sejam, eles mesmos, narrativas sob disputa. Mas há cicatrizes e crânios fraturados. Eu vi.

2. “Pedi desculpas”: disputas em torno da vítima

Na quarta-feira, 19 de setembro de 2012, *Emília* desapareceu. Contava 16 anos de idade. Naquele dia, como de costume, havia ido à escola. Após as aulas, dirigiu-se ao sítio em que vivia com sua mãe e seus irmãos, na zona rural do município de *Rosário*, no semiárido paraibano⁷⁷. Não chegou em casa, contudo. *Tereza*, sua mãe, desesperou-se. A filha nunca havia desaparecido, tampouco se atrasava tanto. *Tereza* deixou a casa, passou na sede do Sindicato

⁷⁷ *Rosário* é uma pequena cidade localizada nas proximidades de Campina Grande e, segundo o censo do IBGE de 2013, possui pouco mais de 42 mil habitantes.

dos Trabalhadores Rurais de *Rosário* para pegar algumas fotografias de *Emília* e seguiu rapidamente para a delegacia de polícia local. Não foi atendida. O Delegado já não estava disponível àquele horário. *Tereza* esperou a noite inteira, em contato com suas colegas da diretoria do sindicato, mas sem quaisquer notícias. Enfim, na quinta-feira, o Delegado a recebeu. Na delegacia, *Tereza* contou do sumiço de *Emília* e de suas preocupações. Deparou-se, entretanto, com indiferenças. O Delegado não acreditou que algo sério pudesse ter havido, não mobilizou esforços para desvendar a ausência. “O Delegado disse ‘não, ela deve estar com o namorado, volta aqui na terça’”. “E aí o Delegado sempre dizia assim: ‘essa menina fugiu com o namorado’”. De fato, *Tereza* só pôde prestar a queixa – que oficializou o problema do desaparecimento de sua filha – na terça-feira, seis dias após o não regresso.

Nesses dias, porém, *Tereza* e as demais diretoras do sindicato se aliaram nas buscas. Juntas, teriam mais chances de encontrar *Emília*. Na sexta-feira seguinte ao desaparecimento, o grupo de trabalho de mulheres da ASA, a Articulação Semiárido Brasileiro, reunir-se-ia em Campina Grande. De regra, *Tereza* estaria na reunião. Com *Emília* desaparecida, não esteve. As militantes sentiram sua falta e acabaram por saber, através das sindicalistas de *Rosário*, do desaparecimento de *Emília* e, inclusive, das dificuldades de *Tereza* com o Delegado da cidade. Algumas instituições ligadas à ASA decidiram, então, somar-se às sindicalistas na procura por *Emília*. Foi assim que integrantes da Articulação buscaram a Delegacia da Mulher de Campina na Grande. Sem êxitos. “Nós não fomos bem recebidas”. A competência para o caso pertencia à delegacia de *Rosário*, alegou-se. Foi assim, também, que convocaram uma reunião com o sindicato e as organizações da ASA que haviam ido à delegacia. “Era preciso decidir o que fazer”.

Na reunião, militantes de diferentes movimentos sociais resolveram montar o *Comitê de Solidariedade Emília*, através do qual passaram, elas mesmas, a investigar o desaparecimento da adolescente e a pressionar membros de governos e parlamentares para tomadas de providências acerca do “caso”. As indiferenças, afinal, prolongavam-se. Embora, sob pressão das sindicalistas e das outras integrantes do *Comitê*, o Delegado de *Rosário* estivesse “ouvindo muitas pessoas”, suas hipóteses explicativas para o desaparecimento de *Emília* ruíam muito facilmente. Além de não haver um “namorado” a quem se pudesse adjudicar a falta, não havia a vontade pelo pai, em que o Delegado cria. “A tese dele era a de que ela fugiu para ficar com o pai. Mas ela não morava com o pai desde os 07 anos”. Quando o pai de *Emília* deixou a casa de *Tereza*, seus filhos eram crianças. Os laços atuais eram frouxos. “O pai veio à cidade, se apresentou à delegacia. Isso derrubou a tese do Delegado”.

Frente à demora das investigações oficiais, *Tereza* e as sindicalistas reagiram. As articulações políticas do *Comitê* garantiram a *Tereza* uma maior repercussão para a sua busca. Auxiliaram na divulgação do caso junto aos meios de comunicação, por exemplo, e catalisaram as pressões àqueles agentes estatais. Mas de tal modo que o próprio Secretário de Segurança do Governo da Paraíba recebeu o grupo de pessoas organizadas no *Comitê*. Entre elas, ao lado de *Tereza*, achava-se *Francisca*, uma militante da Comissão Pastoral da Terra que, pouco mais de um ano após a reunião com o Secretário, contar-me-ia, ainda indignada, sobre a resposta desferida por ele ao grupo de mulheres: “E eu tive o desprazer de escutar do próprio Secretário de Segurança Pública: ‘essa menina foi embora com o namorado e vocês estão aqui tudo preocupadas’”. Quando *Tereza* e o *Comitê* encontraram o corpo de *Emília*, havia 45 dias do desaparecimento.

Na manhã de 30 de outubro de 2012, mal *Francisca* havia chegado à sua sala na sede da CPT em Campina Grande, recebeu um telefonema. Não passava das 8h30. No outro lado da linha, estava *Jussara*, membro de uma das organizações ligadas à ASA, moradora de *Estrela*, um município próximo a *Rosário*. “*Jussara* ligou pra mim e disse: – ‘*Francisca*, encontraram uma mulher, eu não sei como é a história ainda, só sei que encontraram pela manhã, machucada, foi levada pra o Hospital de Trauma’”. *Francisca* desligou o telefone e entrou em contato com outras integrantes do *Comitê*. Podia ser *Emília*. O *Comitê de Solidariedade*, então, movimentou-se mais uma vez. De fato, não foi difícil mobilizar pessoas para ir ao Trauma, em Campina, perquirir o ocorrido. Como *Mariana*, uma integrante do *Comitê* e militante de uma organização não-governamental do campo da agroecologia, recordou, “o Comitê estava atento a todos os casos”. “Nesse mesmo dia, havia falecido uma menina de 14 anos, vítima também de um estupro”. Segundo *Mariana*, essa adolescente faleceu de uma infecção decorrente da violência sexual. “Era um caso de internet. Ela saiu de casa para encontrar a pessoa, quando voltou, o pai a expulsou de casa”. Podia ser *Emília*. Não era. Tal qual não era *Emília* a mulher de quem *Jussara* falara ao telefone.

Na UTI do Hospital de Trauma, encontrava-se *Glória*, vítima de múltiplas lesões corporais, estupro e tentativa de homicídio. No final da tarde do dia anterior ao telefonema de *Jussara*, *Glória* havia saído para caminhar. Foi surpreendida por um carro, entretanto. Dentro do automóvel, achava-se *Paulo*, um vaqueiro que trabalhava em uma fazenda próxima à casa de *Glória*. *Paulo* a violentou. *Mariana* recorda que “ele bateu muito nela, ela teve 27 pontos, perdeu parte da orelha. Ele achou que ela tinha falecido. Ela desmaiou, na verdade”. Desfalecida, *Glória* foi jogada numa vala de cinco metros de profundidade, por onde passa um dos grandes canos da CAGEPA, a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba. No fundo da vala,

havia ferragens. *Glória* se machucou ainda mais. Para cima, existia uma escada de regra utilizada pelos funcionários da companhia para consertos no encanamento. Durante a noite e a madrugada, *Glória* acordou e desmaiou algumas vezes, até que conseguiu alcançar a superfície. Segundo *Francisca*, “ela conseguiu subir. A gente até hoje não entende como. Ela disse que escutou uma voz dizer que ela precisava ir, que aquelas pessoas estavam ligadas à história daquela menina, que ela também não conhecia, que desapareceu”.

Glória caminhou e encontrou uma casa. Aturdida, bateu à porta e foi atendida por uma mulher. “A sorte é que era uma agente comunitária de saúde que a reconheceu pela voz porque ela estava toda deformada”. Essa mulher a levou ao Hospital de Trauma, em Campina Grande, e notícias sobre o caso passaram a circular pela cidade de *Estrela*. Assim, *Jussara* soube do acontecido. Assim, *Francisca*, *Tereza* e as integrantes do *Comitê de Solidariedade* também souberam e se dirigiram ao hospital. Lá, conheceram *Glória* e descortinaram a existência de *Paulo*, o vaqueiro. *Glória* o reconheceu imediatamente. Depois de alguns dias de hospital, ainda muito debilitada, *Glória* se apresentou à Delegacia da Mulher em Campina Grande. As integrantes do *Comitê*, então, associaram a Delegacia da Mulher à delegacia de *Rosário* e convenceram o Delegado de *Rosário* a investigar *Paulo*. Não foi difícil esquadrihar os vínculos. *Glória*, afinal, conforme os registros oficiais, seria a quarta vítima do vaqueiro.

De acordo com *Mariana*, em 22 de fevereiro de 2012, perto do carnaval daquele ano, *Paulo* abordou uma *menina*, de 18 anos, numa das ruas de *Estrela*. “Ele parou uma menina, colocou uma arma na cabeça dela, mandou-a entrar no carro, levou-a para o mato e a estuprou com a arma na cabeça”. Depois, passou a procurá-la e ameaçá-la para que ela não contasse sobre o fato a outras pessoas. Durante um desses “encontros”, no entanto, um vigia assistiu à cena de ameaça e decidiu conversar com ela para entender o que acontecia. Ela falou. O vigia a levou à polícia. Abriu-se o inquérito contra *Paulo*, mas, por razões que *Mariana* desconhece, apenas o indiciaram por porte ilegal de armas, não pelo sequestro ou pela violência sexual. “Ela chegou a realizar exame de corpo de delito, mas ele voltou a ameaçá-la e ela foi embora”. Pouco mais de um mês após, em 05 de abril, enquanto já respondia a esse primeiro inquérito, *Paulo* abordou uma segunda *menina*, agora de 16 anos, também em *Estrela*. Não pôde consumir a violência, porém. No momento em que ele a coagia, armado, para que ela entrasse no carro, um colega de colégio interviu e a puxou para fora do automóvel. “A segunda menina foi à delegacia e prestou depoimento, mas isso não agravou o primeiro caso”. Ao que se sabe, *Emília* foi a terceira vítima.

Quando as integrantes do *Comitê de Solidariedade* *Emília* apresentaram ao Delegado de *Rosário* as evidências produzidas pelo depoimento de *Glória* junto à Delegacia da Mulher

de Campina Grande, o Delegado se pôs a agir. “Depois do quarto crime, o Delegado foi super competente”, notou *Mariana*. *Paulo* foi preso em 07 de novembro de 2012. Fugia, de carro e mala pronta, para o Rio Grande de Norte. Logo depois de preso, depôs e assumiu a autoria dos crimes. Confessou que dedicou uma semana a vigiar *Emília*, seus caminhos e horários de passagem pela estrada. Tratava-se de um trajeto ermo, com poucas casas nas redondezas. *Paulo* disse que coagiu *Emília* e a colocou dentro do carro. Agrediu-a. Estuprou-a. Matou-a. Do sequestro ao assassinato, passaram-se quatro horas. A morte de *Emília* decorreu, provavelmente, do traumatismo craniano produzido por um golpe de espingarda impingido por *Paulo*. “Se você ver fotos, ela está toda desfigurada. Ele bateu muito nela. Ela sofreu muito”. “Ele a matou espancando”. O corpo permaneceu jogado no curral da fazenda em que *Paulo* trabalhava, o mesmo local onde a maior parte das violências aconteceram e onde, somente no dia seguinte, o corpo foi enterrado. A prisão de *Paulo* se deu entre as 18h e as 18h30. Às 20h30 já se sabia onde estava o corpo de *Emília*. O tal curral se localiza próximo à casa em que *Paulo* vivia com sua companheira e sua filha. À época do assassinato de *Emília*, a filha de *Paulo* somava 02 anos. A companheira de *Paulo*, 16. *Paulo*, 21. Diante do resultado das investigações, constrangido, o Secretário de Segurança do Governo da Paraíba pediu desculpas a *Tereza*. Pediu desculpas.

3. Orelha decepada: a brutalização narrativa do corpo e as malhas do terror

Depois que *Gabriel* faleceu no hospital em que se achava internado vítima de um traumatismo craniano, *Rosa* procurou a delegacia de polícia para prestar seu depoimento. Pretendia encontrar os culpados pelo assassinato de seu filho. Acreditava que entre as razões de sua morte estava a *homofobia*. A Delegada que assumiu as investigações do homicídio, contudo, apostava em outras hipóteses. De acordo com a Delegada, *Gabriel* havia sido assassinado por frequentar “locais de pegação” e ser “indiretamente envolvido com drogas”. Como argumentei anteriormente em virtude do caso de *Safira*, a *homofobia* não é óbvia. Pelo contrário, faz-se território narrativo de disputas. Estas disputas, no entanto, direcionam-se tanto à engenharia narrativa dos “fatos” – as trinta facadas que levaram à morte de *Safira* ou o rabo de timbu preparado para a morte de *Gabriel* – quanto às personagens dessas narrativas conflitantes. A *homofobia* não é óbvia porque *Safira* não é óbvia. *Gabriel* tampouco. Seus corpos e suas vidas se encontram sob rasura.

No interior do campo de estudos de gênero e sexualidade, é notório o argumento de Judith Butler (2010b; 2002) acerca da inexistência de um sexo pré-discursivo, anterior a

relações de poder. Tal noção resulta de um diálogo explícito com os trabalhos de Michel Foucault (2010) e, como se sabe, acabou consolidando uma ruptura, já esboçada em trabalhos anteriores do campo de estudos de gênero, com a definição de que gênero corresponde a uma elaboração cultural superposta a um sexo anterior e biologicamente predeterminado. Segundo as contribuições de Butler, sexo é desde sempre gênero, assim como natureza é desde sempre história, biologia é desde sempre discurso e, enfim, poder. Esse movimento analítico desencadeado por Butler – que, é de se notar, não difere substancialmente do desenho interpretativo de Mariza Corrêa (1983) acerca da correlação entre “atos” e “autos” – engendraria, em sua obra (2010a; 2009), a conclusão de que uma “ontologia do corpo” consistiria necessariamente numa “ontologia social”. Do mesmo modo que inexistente sexo anterior a cultura e discurso, inexistente corpo. Claro, novamente, o corpo existe, ele adocece, enruga, machuca-se, mas não a despeito das relações que o perfazem. Disto se depreende que os corpos são forjados através de relações sociais. Como as vidas.

Em seu léxico, Butler se refere a “vidas precárias”. Essa precariedade das vidas, entretanto, contra o que se possa imaginar, não se limita à ideia de uma potência universal para a morte, à certeza de que toda vida é frágil e, ao fim, morrível. Trata-se de bem mais que isso. Corte profundo. A vida somente se faz apreensível diante das circunstâncias em que a sua perda adquire relevância. O valor da vida se dá à importância da perda. A vida é precária porque perdível, mas apenas é perdível se digna de luto. Em outras palavras, a perda precisa ser sentida. “A apreensão da capacidade de ser chorada precede e torna possível a apreensão da vida precária. Dita capacidade precede e torna possível a apreensão do ser vivo enquanto vivo, exposto à não-vida desde o princípio” (2010a, p. 33)⁷⁸. Sendo assim, a apreensão da vida demanda, antes, a apreensão do sentido da perda.

No arcabouço teórico de Butler, o conceito de “apreensão” se liga aos conceitos de “inteligibilidade”, “reconhecibilidade” e “reconhecimento”. As discussões que a autora desenvolve sobre esses termos são complexas e, parece-me, por vezes confusas e circulares. Em linhas gerais, “apreensão” remete a um modo de conhecer que ainda não é “reconhecimento”. Conhecer uma vida e, portanto, sua precariedade requer a inteligibilidade da vida, ou seja, sua localização em esquemas históricos gerais que estabelecem âmbitos do que é cognoscível. A inteligibilidade, a seu tempo, permite – ainda que não engendre necessariamente – a reconhecibilidade da vida. Esta reconhecibilidade pode, também a seu

⁷⁸ Na obra de origem da referência: “La aprehensión de la capacidad de ser llorada precede y hace posible la aprehensión de la vida precaria. Dicha capacidad precede y hace posible la aprehensión del ser vivo en cuanto vivo, expuesto a la no-vida desde el principio” (Butler, 2010a, p. 33).

tempo, ensejar o reconhecimento da vida. Nesse cenário conceitual, “reconhecimento” seria um termo mais forte, oriundo da tradição hegeliana e objeto de intensos debates teóricos, conquanto “apreensão” seria um termo mais vago, menos preciso e que “pode implicar em marcar, registrar ou reconhecer sem pleno reconhecimento” (Idem, p. 18)⁷⁹. Dessas voltas vocabulares, ao que aqui nos importa, apresa-se a ideia de que os conflitos e relações sociais que forjam ou não corpos e vidas forjam ou não, mutuamente, suas inteligibilidades (e, em diferentes escalas, apreensões, reconhecibilidades e reconhecimentos).

Dessa forma, os corpos e vidas de *Safira* e *Gabriel* não são óbvios porque, a priori, não são obviamente choráveis, dignos de luto. Carecem de legitimidade para a suposição de um pranteamento generalizado. Seguindo as inferências de Butler (2010b), pode-se dizer que os corpos e vidas de *Safira* e *Gabriel* não são óbvios porque suas inteligibilidades restam em questão, ou seja, suas “precariedades” não foram apreendidas. Disto não se conclui, no entanto, que *Safira* ou *Gabriel* não sejam de alguma forma compreensíveis como vidas: suas mortes, para todos os efeitos, fizeram de ambos “vítimas” em processos judiciais que, como se verá, acarretaram na condenação de alguns réus. Disto se conclui, porém, que seus corpos e vidas não são inteiramente apreensíveis, ao menos, por exemplo, quanto às relações de gênero e de sexualidade que os constituem e, de acordo com o Movimento LGBT e *Rosa*, constituem a brutalidade que preenche a identificação da *homofobia* como causa de suas mortes. Ela, a *homofobia*, não é inteligível, tampouco reconhecível, perante os agentes policiais envolvidos nas investigações sobre os dois homicídios. A ininteligibilidade da *homofobia* supõe, então, que as 30 facadas e o traumatismo craniano são igualmente ininteligíveis.

Logo, nessa dimensão, nos cortes impingidos pelas lâminas e nas fraturas provocadas pelos chutes, os corpos de *Gabriel* e *Safira* também não são inteligíveis, suas cicatrizes não contam, por maiores que elas sejam. Também nessa dimensão, não são inteligíveis as suas vidas, afinal, como dito, segundo *Rosa* e o Movimento, a *homofobia* participa das causas das mortes, das perdas das vidas e, logicamente, participa das vidas. Aqui, minha ênfase na “dimensão” ou na “dimensionalidade” do que é ou não inteligível se aporta no modo como Taniele Rui (2012) vem tratando analiticamente a figura do “nóia”, aquele que encarna o “limite daquilo que não sou” (Idem, p. 41), ou seja, o “outro” extremo, sob o perigo fronteiro de sequer ser um “outro” – como “pessoa” – a se considerar. Em determinadas narrativas, midiáticas, por exemplo, elabora-se o nóia como a imagem do usuário do crack e a imagem da própria droga. De acordo com Rui, essa elaboração não só apaga o amplo gradiente de formas

⁷⁹ Na mesma obra: “La <<aprehensión>>, por su parte, es un término menos preciso, ya que puede implicar el marcar, registrar o reconocer sin pleno reconocimiento” (Butler, 2010a, p. 18).

de consumo e experimentação da substância, como converte o “nóia” – em Recife e João Pessoa, diz-se sobretudo “noiado” – na justificativa para a existência de aparatos repressivos, assistenciais, sanitários, religiosos e midiáticos. O nóia se localiza, dessa forma, no limite, mas não no limite do que sou e me diferencia do “outro”, e sim no limite do que “não sou” e desfaz a possibilidade do “outro”. É sobre as ambiguidades desse sujeito limítrofe que aqueles aparatos se implicam.

Assim como *Safira* é suficientemente inteligível para constar como “vítima” nos autos de um processo judicial, o nóia é suficientemente inteligível para motivar intervenções sanitárias, estatais e/ou religiosas. Todavia, em outras dimensões, suas inteligibilidades entram em xeque: as 30 facadas não são suficientes para a configuração da *homofobia*; o nóia não é “sujeito” suficiente, apto à racionalidade, para decidir não sofrer tais intervenções. Algo semelhante acontece com *Emília*. Sua ausência não é sentida pelos agentes de Estado inicialmente acionados por quem sente sua ausência, a mãe. A recusa inicial desses agentes a procurar a adolescente desaparecida e, mais profundamente, a não apreensão do próprio “desaparecimento” – não uma mera “fuga com o namorado” – conformam publicamente a ininteligibilidade da ausência, da vida ausente e, reciprocamente, do “fato”. *Emília* é suficientemente inteligível como uma adolescente, estudante, filha de *Tereza*, uma sindicalista rural. Mas sua ausência não conta, carece de relevância e, desse modo, não engendra aquela apreensão do sentido da perda.

Por isso, os esforços de *Rosa* ou de *Tereza*, do Movimento LGBT ou do *Comitê de Solidariedade Emília* acabam por se conduzir, necessariamente, à construção narrativa da vítima, aquela que precisa ser legitimada e apreendida até mesmo nas dimensões que escapam às inteligibilidades estatais. Parte significativa desses esforços de construção da vítima explora a performatização do corpo como vitimado. Nesse sentido, as narrativas manejam a materialidade, cortada e recortada, dos corpos e de suas cicatrizes, dos crânios e de suas fraturas, através de gestos de reivindicação de imagens de brutalidade que oportunizam a edificação da vítima. Daí serem tão relevantes, na contextura das narrativas sobre violência, as imagens da destruição provocada no corpo de *Emília*; da dilaceração de seu rosto; do traumatismo craniano provocado por um golpe de espingarda; ou dos hematomas que ainda se achavam no rosto de *Glória* quando ela conseguiu deixar o hospital e, depois, dirigir-se à delegacia de polícia; e da sua orelha decepada em razão da queda. As narrativas de constituição das vítimas brutalizam seus corpos para, por meio dessa brutalização, garantir-lhes inteligibilidade.

Por mais assustadoras que sejam as imagens de brutalidade, a estratégia ativada em meio às narrativas de reivindicação da violência não deixa de ser finamente complexa. A brutalização

narrativa dos corpos empurra o corpo ao extremo. Ela ironiza presunções normativas, de Estado ou liberais, sobre a universalidade da vida ou do direito à vida. Esgarçado o corpo ao limite, os sujeitos que o apresentam a público engendram tensões entre corpos e normas até que aquela vida sob dúvida se torne digna de atenção por parte de outros sujeitos que, autodeclarados ou pressupostos defensores da “vida”, ainda que como abstração, não poderão, no extremo, ignorar que ali, sob tamanhas cicatrizes, num corpo tão sangrável quanto “qualquer um”, jaz uma vida, mesmo que morta. Claro, eles poderão ignorar, como de regra ignoram, mas precisamente aí habita a ironia da disputa. Desse modo, contraditoriamente, as narrativas de brutalização dos atos e dos corpos tencionam produzir vida.

Como Bruna Mantese de Souza (2015) argumentou, apoiando-se também nos trabalhos de Michel Foucault (2010; 2008), a violência é produtiva, tal qual o poder é produtivo. Nesse sentido de que se vale Souza e de que eu, sob sua influência, igualmente me valho, à violência não compete exclusivamente a destruição ou a obliteração dos corpos. Em certos contextos narrativos, a violência produz vítima e, para isso, produz vida precária. A vítima compreende um corpo que é, ele mesmo, um testemunho, ou, como notou Souza, “um corpo-testemunho”, “uma materialização do ato de testemunhar” (2015, p. 192). As cicatrizes e fraturas impactam quem se depara com as narrativas. No limite, comovem, perturbam, condoem, constroem. Incitam olhos marejados e um Recife embaçado num final de tarde de sábado de novembro. Porém, fazem mais. Cicatrizes e fraturas contam histórias. Por isso o seu testemunho, a sua pretensão de prova. Sejam aquelas que eu vi apontadas por *Lua* em suas pernas, sejam aquelas que eu observei nas fotografias do computador de *Rosa* ou em laudos periciais em autos de inquéritos policiais, ou outras sobre as quais ouvi ou li, cicatrizes e fraturas são, a um só tempo, o extremo do corpo e o extremo da narrativa. O problema, entretanto, reside no fato de que, muitas vezes, frente a agentes de Estado e nos interstícios de conflitos sociais perversos, nem os extremos convencem. É o que acontece quando 30 facadas não bastam.

Dá-se que nessas disputas, manobra-se também uma “chancela moral” a determinadas personagens. A vítima, de certo, está entre elas. A dedicação narrativa à caracterização de *Emília* como uma filha amada, obediente e já envolvida com a militância política – de acordo com *Francisca*, *Emília* participava das atividades do sindicato – contrasta com as posições dos agentes policiais e do Secretário de Segurança de que ela haveria, por livre escolha, “fugido com o namorado” ou de que havia “se revoltado” contra uma mãe que a “explorava”. “Uma menina que era feliz, que morava com a mãe e os irmãos, que colaborava no grupo de jovens do sindicato (...). As coisas não a ligavam com a adolescente rebelde que foge de casa”. Segundo *Francisca*, *Emília* não deixaria, por vontade própria, a casa da família, a não ser que

a houvessem “aliciado” – “mesmo assim, ela não tinha característica de uma pessoa de aliciamento fácil”. “Mesmo que ela tivesse sido levada, teria sido à força”. A adesão da figura de *Emília* às convenções em torno da noção de família – e, em especial, à do afeto familiar – opõe-se às conjecturas das alegações oficiais acerca de *Emília*, uma menina que teria fugido com o namorado sem sequer comunicar à família e que, então, acabaria por demonstrar distanciamento dos vínculos familiares.

Quando me falou sobre as teses da primeira Delegada a investigar o assassinato de *Gabriel*, *Rosa* mobilizou convenções morais bastante parecidas àquelas acionadas pelas integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília*. Diante da “acusação” de que *Gabriel* frequentava “locais de pegação” e se achava “indiretamente envolvido com drogas”, *Rosa* associou seu filho à casa. “Até porque eu o conhecia também. *Gabriel* saía pra casa dos amigos, mas não dormia. É tanto que se *Gabriel* dormiu fora de casa, no outro dia eu já estava procurando. Porque se fosse um menino que tivesse esse vício de dormir fora de casa, eu também não tinha nem me importado”. *Rosa* desloca *Gabriel* para o interior do lar, ou seja, para o lócus narrativo oposto aos significados atribuíveis à “noite”, ao “fora de casa”. Dentro de casa, sob os olhos e os cuidados da *Rosa*, *Gabriel* não poderia se dedicar à “pegação” ou, “indiretamente”, envolver-se com o uso ou o comércio de drogas ilícitas. Como recurso de legitimação, a mãe traz o filho para perto de si. *Safira*, todavia, não contou com essa aproximação. Não houve quem a levasse para dentro de casa. “A vítima foi identificada como *Sandro Almeida Lúcio*, com 24 anos de idade, um travesti que ‘fazia ponto’ naquele local e era conhecido por ‘*Safira*’ ou ‘*Manca*’, ante uma deficiência física na perna”. Assim o Promotor de Justiça descreveu *Safira* na segunda página da denúncia que iniciou o processo judicial que a teve como vítima. Não houve quem o contestasse. 30 facadas.

Além da vítima, contudo, aquela chancela moral deve se estender também aos sujeitos que se esforçam para a construção da vítima, inclusive à própria mãe. Durante o processo de legitimação de *Emília*, antes do encontro do corpo, *Tereza* careceu igualmente de legitimação pública. “*Tereza*, naquele momento, além de não saber da filha, ainda estava sendo vitimada porque os machos que escutam nas delegacias geralmente culpam a mãe, porque a mãe não era para ter deixado a filha sozinha em casa” – contou *Francisca*. *Tereza* foi contestada. O divórcio do pai de seus filhos e a dedicação ao sindicato de trabalhadores rurais, por exemplo, são elementos de sua trajetória de vida que, segundo as integrantes do *Comitê de Solidariedade*, murmuravam nas fofocas da cidade de *Rosário* e inteiravam o que seriam as razões da culpa de *Tereza* no sumiço de *Emília*. Essas razões se fundam na interrupção de convenções de gênero e, novamente, da noção modelar de família. Contra elas, é preciso investimento narrativo, ainda

que, com isso, ratifique-se convenções morais irmanadas àquelas que acusam *Tereza* de descumprir. Se *Emília* é narrativamente levada para a rua, *Tereza* a traz para casa, para perto de si. Se *Tereza* é levada para a rua, para fora do casamento e da domesticidade, *Tereza*, o Comitê e os demais sujeitos engajados na busca por *Emília* devem investir na caracterização de *Tereza* como uma “boa mãe”. Em outras palavras, a figura da “mãe”, de regra movimentada para atribuir validade à vítima, é, ela mesma, objeto de conflitos. A mãe não consiste numa autoridade moral inquestionável.

Essa aprovação moral da vítima e dos sujeitos empenhados em sua estruturação requer, não raras vezes, contraste. Nas disputas em torno da admissibilidade da vítima, ela é antagonicamente diferenciada do agente perpetrador da violência, o algoz, e contrastada a um contexto cruel que, mais do que simples pano de fundo, participa da vitimização. A vítima tem de vir acompanhada de seu avesso narrativo. Nas palavras de *Francisca* e de *Tereza*, *Paulo* se trata de um “monstro” ou de um “maníaco”, uma “mente doentia”, ou seja, trata-se de um arquétipo de algoz que se encontra entre a insanidade e a bestialidade. Não à toa, eu fui detalhadamente informado de que, quando do assassinato de *Emília*, a filha de *Paulo* estava com 02 anos de idade e sua companheira apenas com 16. A *menina* foi mãe aos 14 anos. *Paulo* foi pai aos 19. “Eu vejo uma pessoa extremamente fria” – disse-me *Mariana*. O “monstro”, contudo, também não vem sozinho. “*Paulo* era tido na comunidade como um rapaz trabalhador, pai de família, um bom vaqueiro, um bom profissional. Mas a partir de um determinado momento, ele passa a se relacionar com essa figura que é o *Maurício*. Passa a frequentar a casa dele”. Segundo *Mariana*, assim que *Paulo* foi preso, desconfiou-se de que ele não seria capaz de realizar todos aqueles crimes sem ajuda. Questionado, o próprio *Paulo* apontou *Maurício* como sendo seu cúmplice.

De acordo com o que *Mariana* me contou, *Maurício*, com 16 ou 17 anos à época do desaparecimento de *Emília*, era um “boyzinho” – *Mariana* se refere a um rapazote com ares de “playboy” – que “vivia na porta do colégio de *Emília*”, embora não estudasse lá, e, ao que parece, “teve uma relação com o tráfico de drogas”. Era enteado de um vereador da cidade e conheceu *Paulo* durante uma campanha eleitoral – *Mariana* não sabe, ao certo, se a campanha era do padrasto de *Maurício* ou não. Apesar das desconfianças, *Maurício* não foi condenado. “Não há qualquer prova material contra *Maurício*. E ele é muito bom. Reverteu toda a argumentação de *Paulo*”. *Maurício* somente deixou de encontrar *Paulo* depois do homicídio de *Emília*. Suas aparições nas narrativas de *Adriana* e *Francisca*, no entanto, denunciam que a arquitetura do algoz se não demanda o “monstro”, como acontece com *Paulo*, agencia o “perigo” implicado num tipo de sujeito atravessado por contatos íntimos e suspeitos com o

crime, esferas de Estado e relações de parentela. Tais contatos expõem, por sua vez, tramas complexas e assustadoras que, dispostas narrativamente, convertem *Rosário* num agente daquele perigo.

A primeira vez em que adentrou as narrativas de violência que eu perseguia em meu trabalho de campo, o nome do município de *Rosário* seguia o nome de *Lais Martins*, de quem falei no início deste capítulo. *Lais* ocupava a décima quinta posição de uma lista de vinte e um casos de homicídio constantes no relatório, do ano de 2011, sobre crimes contra LGBT na Paraíba. “Dona de casa, divorciada, de 38 anos, foi encontrada morta ao lado de um prédio abandonado de uma fábrica, no distrito de *Raposa*, na cidade de *Rosário*, em 10 de fevereiro de 2011. Foi violentada sexualmente antes de ter sido assassinada. O rosto estava completamente desfigurado por golpes de pedradas”. A partir de então, *Rosário* não mais deixaria aquelas narrativas de violência, minhas entrevistas com militantes dos movimentos sociais ou suas falas públicas, as linhas de matérias jornalísticas ou as denúncias acerca das indisposições de Estado em sanar casos de violência, seja contra LGBT, seja contra mulheres ou trabalhadores rurais. Após o meu contato com o registro da morte de *Lais*, antes mesmo das notícias sobre o desaparecimento de *Emília* – um caso que me interessava expressamente, por haver ocorrido com a filha adolescente de uma sindicalista rural – um outro caso, de ainda maiores repercussões, passou a assombrar as narrativas de meus interlocutores.

Há alguns meses do desaparecimento de *Emília*, em fevereiro de 2012, um *estupro coletivo* abalou a cidade de *Rosário*. Segundo os documentos publicados pelos movimentos sociais apoiadores das vítimas, cinco mulheres foram ofertadas como “presentes de aniversário”. *Estevão*, um morador da cidade, orquestrou uma festa de aniversário para seu irmão, *Afonso*, em sua própria casa, convidando algumas mulheres e montando um assalto simulado. Durante a festa, homens encapuzados penetraram a casa, prenderam as mulheres em diferentes cômodos e as violentaram sexualmente. *Estevão* e *Afonso* também se encapuzaram e participaram dos estupros. Em meio às violências, duas mulheres reconheceram *Estevão*. Ambas seriam mortas. A irmã de uma delas, entretanto, ao ouvir os gritos da irmã sendo estuprada em outro cômodo da casa, captou o nome de *Estevão* sendo pronunciado em meio ao alarido. As informações dessa irmã e das outras mulheres sobreviventes, mas também as confissões de alguns dos homens envolvidos terminariam engendrando a condenação judicial de todos os autores dos estupros. *Estevão* seria também condenado numa ação judicial referente aos dois homicídios.

E foi orquestrado um estupro coletivo. É uma forma de intimidação de grupos, de marcação de território do tráfico naquele momento. Isso a gente sabe que

acontece com o tráfico no Rio, São Paulo. Esse tipo de estupro coletivo, de dominação de vítima. Mostra de poder de um grupo naquele espaço. O estupro coletivo foi um pouco isso. (*Francisca*, agente pastoral da CPT, entrevista concedida em 11 de dezembro de 2013).

De acordo com *Francisca* e as militantes dos movimentos feministas com quem conversei sobre o caso, *Estevão* e *Afonso* se destacavam no comércio varejista de drogas ilícitas na região de *Rosário*. As inúmeras armas e os bens de que dispunham e a inexistência de notícias sobre rendas, vínculos empregatícios ou quaisquer trabalhos regulares comprovariam a implicação dos irmãos nesse comércio. Também o comprovaria a participação de rapazes muito jovens⁸⁰ – jovens como *Alexandre*, como os rapazes de que fala *Rosa* e como os pais dos filhos de *Marcela* – na simulação do assalto e, portanto, na execução dos estupros. Nas narrativas de *Francisca* e das militantes a que me referi, as mulheres foram entregues de presente de um irmão para outro, mas foram também sexualmente ofertadas, em meio a um processo de demarcação territorial interior ao mercado de drogas, aos sujeitos envolvidos com a liturgia da violência.

Tereza, a mãe de *Emília*, compunha uma comissão de mulheres que lutavam pela punição dos culpados pelo estupro coletivo e pelos homicídios das duas vítimas que haviam reconhecido *Estevão*. Na noite anterior ao desaparecimento de sua filha, *Tereza* participara de uma reunião dessa comissão – “reunião”, segundo *Francisca*, “que discutia a questão da punição dos mandantes, a questão da mobilização da sociedade pela justiça naquele estupro”. Embora as investigações policiais e as conclusões judiciais não apontem para a existência de nexos de causalidade entre o caso de *Emília* e o estupro coletivo, embora nada conecte *Paulo* a *Estevão* e *Afonso*, a presença do caso do estupro coletivo nas narrativas sobre o caso de *Emília* promove um movimento análogo às impressões de *Rosa* sobre a morte de *Gabriel*, seu filho.

Na introdução desta tese, eu procurei explicar o quanto a aparente ambivalência narrativa de *Rosa* acerca das causas do assassinato de *Gabriel* – ora homofobia, ora ameaça do grupo de extermínio – auxiliou-me na compreensão das reciprocidades constitutivas entre as relações sociais, dentre as quais estaria inclusive o crime. Não notei, no entanto, o modo como essa “multicausalidade” informa um cenário de terror. Aparições narrativas conjuntas de assassinatos, estupros, torturas, exploração sexual, homofobia, corrupção policial, tráfico de drogas, perseguição a militantes de movimentos sociais etc. são construtivas desse cenário de terror em que *Santana* acaba por se tornar nas histórias contadas (e vividas; e criadas) por *Rosa*.

⁸⁰ Havia, inclusive, um adolescente.

Não é diferente com *Rosário*. No que ouvi durante as entrevistas com as integrantes do *Comitê de Solidariedade Emilia*, *Rosário* é uma cidade emaranhada em relatos sobre violência, com casos e mais casos a serem minuciosamente descritos e perscrutados, um território do perigo, ele mesmo uma “imagem de brutalidade”, como são as trinta facadas sobre *Safira*, as pedradas contra o rosto de *Lais Martins* ou os disparos à queima-roupa nas pernas de *Lua*. Tudo converge para o terror.

Minha percepção desse “terror” constitutivo das narrativas sobre *Santana* e *Rosário* resulta das análises desenvolvidas por Michael Taussig (1993) sobre o que ele chama de “mágico realismo”, essencial à organização da mão-de-obra durante o ciclo da borracha no Puntamoyo, na Colômbia colonial, e ao seu terror. Segundo Taussig, “para compreender como essas realidades ficcionais mataram e mutilaram milhares de índios, precisamos nos debruçar sobre alguns de seus traços míticos mais óbvios, pois eles se incluíam na relação sinérgica entre selvageria e comércio, capitalismo e canibalismo” (1993, p. 85). Haveria aí, na história das atrocidades no Puntamoyo, nas resenhas oficiais sobre o morticínio de indígenas ou sobre o seu “canibalismo” e sua “selvageria”, uma “íntima dependência mútua entre a verdade e a ilusão e entre o mito e a realidade” (Idem, p. 87). Taussig conta que, ao ser interrogado, em 1913, pela Comissão Seleta sobre o Puntamoyo, Julio César Arana, que se designava como “alma e criador” da companhia exploradora de borracha, foi chamado a elucidar o que pretendeu dizer ao declarar “que os índios haviam resistido à implantação da civilização em suas regiões, que vinham resistindo há muitos anos e que haviam praticado o canibalismo”. “O que quero dizer com isso?”, respondeu Arana, ‘é que não admitiam trocas, ou que fizessem negócio com eles – por exemplo, os brancos’ (Idem, p. 85).

No que escutei sobre *Rosário*, tudo converge para o terror. Mas de tal forma que a hipótese de existência de alguma correlação, por mais tênue e vaga que fosse, entre o caso de *estupro coletivo* e o caso de desaparecimento de *Emilia* operou como um fantasma ameaçador durante todo o percurso de busca pela filha de *Tereza*. Como se deu com *Rosa* e *Gabriel* em *Santana*, um ataque a *Tereza*, ao sindicato de trabalhadores rurais ou à comissão de mulheres poderia ocorrer através de um ataque a *Emilia*. O improvável não representa barreira para realidades ficcionais. Pior. O improvável se soma a diversas outras hipóteses mais ou menos (im)prováveis e, juntos, preenchem densamente as finas malhas narrativas da realidade do terror. *Mariana* me contou que *Tereza* recebeu muitos trotes. O telefone tocava e uma voz desconhecida anunciava “vi sua menina aqui, na comunidade tal”. *Tereza* então montava na moto e seguia até o local indicado. “Nada era perto do rapaz”, disse-me *Mariana*, sugerindo a desconfiança de que talvez os trotes intencionassem distanciar da pessoa de *Paulo* as

investigações empreendidas pelo *Comitê*. Além dos trotes, porém, o desaparecimento de *Emília* ensejou o aparecimento de outras histórias.

Mariana me disse que um *menino* de 16 anos, da mesma comunidade rural em que *Tereza* e *Emília* moravam, foi abordado por um carro enquanto andava de bicicleta. “Um carro passou e parou”. De dentro do carro, ofereceram trabalho ao rapaz. “E aí a pessoa disse: ‘olha, não conta pra ninguém, não conta pra sua mãe. Traz uma muda de roupa e a gente vai’”. O *menino*, entretanto, não cumpriu com a orientação. Contou para a mãe, que, “disfarçada”, seguiu com ele até o local marcado para o encontro. “Quando chegaram no local, tinha um carro parado com um saco de pão grande e dois adolescentes no banco de trás. A pessoa saiu do carro, pediu para tirar fotos para uma loja de roupas. Teriam que ir para um galpão para fazer as fotografias. Ele provavelmente dormiria nesse lugar”. A mãe assistiu à proposta, intercedeu e o *menino* desistiu de entrar no carro. Quando *Emília* sumiu, essa mãe e seu filho procuraram *Tereza* e narraram esses fatos. “Por isso se chegou a cogitar tráfico de pessoas”.

As integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* levaram a sério a hipótese de “tráfico de pessoas”. Histórias como a do *menino* da comunidade de *Tereza* foram reunidas em um dossiê entregue ao Deputado Federal Luiz Couto, do Partido dos Trabalhadores, aliado antigo dos movimentos sociais na Paraíba. Luiz Couto, que encaminharia o dossiê a órgãos de defesa de Direitos Humanos, já havia denunciado, em outras ocasiões, que a região de *Rosário*, próxima à fronteira entre Pernambuco e Paraíba, perfazia uma “rota de tráfico”. *Francisca* também acredita nessa possibilidade. “Imaginamos a possibilidade de tráfico de gente. Na Paraíba não se diz, mas nas fronteiras entre Paraíba e Pernambuco, Paraíba e Ceará, especialmente Paraíba e Ceará, no alto sertão, tem muito tráfico de gente. E aí o mundo é o limite”. Segundo *Francisca*, as “pessoas traficadas” seriam, em sua maioria, *meninas* e *meninos homossexuais*, elas e eles destinados à “prostituição”. “Não sabemos até que ponto isso também gera tráfico de órgãos. Mas, pelo menos para a prostituição, meninas adolescentes e meninos homossexuais adolescentes são levados”. O dossiê, contudo, não gerou encaminhamentos sobre o caso de *Emília*. Uma semana após a entrega do documento ao Deputado, *Francisca* recebeu o telefonema que levaria ao primeiro contato entre as integrantes do *Comitê* e *Glória*, internada no Hospital de Trauma em Campina Grande, a última vítima de *Paulo*.

O surgimento de *Paulo* aparentemente eliminou as hipóteses anteriores e individualizou, nele, a responsabilidade pelo desaparecimento de *Emília*. A culpa seria do “monstro”, do vaqueiro de “mente doentia”. Caso encerrado. Tudo restaria explicado. Dúvidas, porém, não abandonaram as militantes do *Comitê de Solidariedade Emília*. Pelo contrário, elas permanecem e se direcionam às zonas obscuras do que não pode ser compreendido, do que não

faz sentido. As dúvidas dizem respeito, de antemão, à relação entre *Paulo* e *Maurício*, ao que envolve o *boyzinho*, suas proximidades com o “tráfico de drogas” ou de influências familiares junto a postos de Estado; mas concernem também à defesa judicial de *Paulo*. “A gente faz perguntas, mas não sabe como investigar”, argumentou *Mariana*. “*Paulo* é um vaqueiro sem terra. Ele morava na propriedade de um dentista. Ele cuidava do gado desse dentista que fornece leite para um laticínio. O pai dele é muito pobre, mora perto da região. E ele tem dois advogados”. Nos autos do processo judicial em que *Emília* consta como vítima, *Paulo* possui dois advogados particulares. “E a gente fica se questionando o porquê”.

As mais ou menos razoáveis dúvidas sobre *Paulo* e *Maurício*, os trotes telefônicos recebidos por *Tereza*, as histórias sobre tráficos de drogas, pessoas e órgãos, a sombra persistente do caso de *estupro coletivo*, a lentidão ou a inércia dos agentes de Estado competentes para a busca por *Emília*, os murmúrios da cidade de *Rosário*, tudo converge para o terror, para a composição fabular daquelas malhas finas e hipoteticamente entrelaçadas, para a sensação partilhada pelas integrantes do *Comitê* de que há mistérios e perigos maiores à espreita. “A gente começou a sentir medo de se expor muito. Porque a gente acabou se expondo muito. A gente foi para a televisão”, reconheceu *Mariana*. A intenção de desvendar quais faces dessas malhas correspondem à “verdade” e quais delas correspondem à “ilusão”, no entanto, recoloca um tipo de dicotomia de que o próprio terror se alimenta para a fabricação daquilo que Michael Taussig chamou de “objetividade ilusória” (1993, p. 87). Cria-se, segundo as palavras de Taussig sobre o realismo mágico atuante no Puntamoyo, “uma realidade incerta, a partir da ficção, dando contornos e voz à forma informe da realidade, na qual uma atuação recíproca da verdade e da ilusão torna-se uma força social fantasmagórica” (Idem, p. 126).

A base argumentativa de Taussig é a de que todas as sociedades existem por meio de ficções tomadas como realidade. Isto significa que, em seu arsenal analítico, a própria cisão entre realidade e ficção se acha sob questão. O que se daria, entretanto, na “cultura do terror”, seria a transformação do que comumente seriam problemas filosóficos, epistemológicos e ontológicos acerca da representação, da realidade e da ilusão, da certeza e da dúvida, em algo maior, “em um meio de dominação altamente revestido de poder” (1993, p. 127). O medo sentido por *Francisca*, *Mariana* e *Tereza* explicitaria efeitos desse poder, das reais incertezas nele produzidas. Trata-se do temor diante da dúvida. Trata-se da capilaridade do medo e da tangência de sua consequência mais cruel: a urgência da ansiedade pela estabilização, pela definição, pela segurança e, sendo assim, pelo controle. Diante de tamanhas indefinições e suspeitas, alguma resposta haveria de ser dada aos questionamentos de *Tereza* e do *Comitê de Solidariedade Emília* a respeito do desaparecimento da *menina*. Alguma resposta precisaria

finalizar o “caso”, conferir inteligibilidade e coerência aos “fatos”, ocupar o *locus* daquela “objetividade ilusória”.

Como dito, a solução do “caso *Emília*”, a priori aceita pelas integrantes do *Comitê de Solidariedade* e pelos agentes de Estado ligados ao caso, encerrou-se na individualização da responsabilidade pela autoria da violência. Descoberto o corpo de *Emília*, passou-se a *lutar* pela condenação judicial de *Paulo*. A individualização do problema, portanto, apartou o caso de desaparecimento de *Emília* dos demais casos e suspeitas envolvidos naquelas finas malhas do terror. Formalmente, para os sentidos oficiais ali presentes, os crimes cometidos por *Paulo* nada teriam a ver com “tráfico de pessoas”, “tráfico de drogas”, disputas territoriais, agentes políticos locais ou com todo esse emaranhado de hipóteses e relações de poder complexas e imprecisas. A solução de individualização, portanto, isolou o assassinato de *Emília*. Se algo do “terror” ficou, circunscreveu-se narrativamente à brutalização do corpo de *Emília* e a *Paulo*, o “monstro”. Sua “mente doentia” assumiu todas as causas. Ou quase todas. Já que nas narrativas das integrantes do *Comitê*, a bestialidade de *Paulo* se soma ao “machismo” da região de *Rosário* e à longa lista de casos de violência contra as mulheres. No mais, todos os outros feixes de terror são apagados, não passariam de ilusão, ao menos no que concerne à solução coerente do “caso *Emília*”.

Em resumo, o contexto narrativo de terror convergido por trotes, tráficos, dúvidas inesgotáveis e realidades incertas demanda a ratificação da dicotomia entre “verdade” e “ilusão” com vistas à produção de uma objetividade (ilusória) que explique, conforme os sentidos formais de Estado, a violência. Essa objetividade ilusória – a individualização judicializada da solução, em se tratando do assassinato de *Emília* – proporciona coerência aos fatos e distancia deles o terror que inicialmente a demandou. Assim, as densas malhas do terror não são atacadas, apenas a solução isolada é atingida. Pune-se o “monstro”, convalida-se sentidos de Estado. Como argumentei, entretanto, a solução da individualização não convenceu absolutamente as integrantes do *Comitê de Solidariedade*. Ainda que elas hajam lutado pela condenação judicial de *Paulo* e, algumas delas, acionado aquela noção de monstruosidade, ainda que elas tenham aceitado, como não poderia deixar de ser, a responsabilidade pessoal do vaqueiro na perpetração da violência contra *Emília*, as dúvidas a que me referi anteriormente, e das quais as militantes me falaram, mantêm o terror no enalço da objetividade ilusória. As dúvidas continuam assombrando as pretensões de coerência e as lógicas estatais.

Descartar analiticamente essas dúvidas como mera ilusão seria tanto reproduzir a dicotomia – entre “verdade” e “ilusão” – que nutre o terror, quanto desprezar as finas malhas desse terror, ou, em outras palavras, as intrincadas relações de poder que se fazem,

reciprocamente, nos entremeios dessas assustadoras urdiduras. Explico. Diferentemente da maioria de meus interlocutores de pesquisa, *Mariana* não me conhecia antes da nossa entrevista. Eu cheguei a ela, assim como a *Francisca*, por meio de militantes feministas de João Pessoa que sabiam de sua atuação junto ao *Comitê de Solidariedade Emília*. Entrei em contato com *Mariana* através de correio eletrônico e combinamos um encontro no final da tarde do dia 11 de dezembro de 2013, na praça de alimentação do shopping de Campina Grande. O lugar não era o mais adequado, mas foi o sugerido por ela e eu, enfim, acatei a proposta. Eu temia essa entrevista. Mesmo antes de entrevistar *Mariana*, *Francisca*, *Tereza* e as outras dirigentes do sindicato de trabalhadores rurais de *Rosário*, eu conhecia alguns elementos das histórias sobre a cidade, do caso do *estupro coletivo* e do “caso *Emília*”. Eu sabia, sobretudo, do medo compartilhado pelos sujeitos que acompanhavam esses casos. Eu temia que *Mariana* se recusasse a contar.

Assim que nos encontramos pessoalmente, *Mariana* pediu que eu me apresentasse, que eu falasse da pesquisa, de meus objetivos. Eu, habituado a falar sobre a pesquisa logo no início das entrevistas, entendi, porém, que aquela apresentação em especial consistia numa etapa de legitimação do pesquisador. Naquele instante, eu precisava demonstrar confiabilidade. Em resposta, expliquei que eu era professor da UFPB e que a pesquisa em questão se referia ao meu curso de doutorado junto à Unicamp. Falei da assessoria jurídica popular e dos meus vínculos com movimentos sociais na Paraíba e em Pernambuco e, desse modo, justifiquei a abertura das militantes feministas para a indicação de *Mariana* a uma entrevista. Apresentação pessoal realizada, passei a falar da pesquisa, de minha preocupação com as narrativas sobre violência e as reciprocidades constitutivas entre relações de gênero e de sexualidade e conflitos territoriais, usei como exemplos o caso do conflito agrário da *Fazenda Alfenim* e o episódio de violência sexual contra *Dona Marcinha*. Aqui, no entanto, *Mariana* me interrompeu.

“Na verdade, não tem nada a ver, é um crime só de cunho sexual, eu acho”. *Mariana* então falou sobre cada uma das vítimas de *Paulo* e me narrou a história do desaparecimento de *Emília*, da organização do *Comitê de Solidariedade*, da descoberta de *Glória* no Hospital de Trauma e, enfim, da prisão do vaqueiro. De pronto, sua narração buscou comprovar a exclusividade do “cunho sexual” da violência no “caso *Emília*”. Contudo, mal *Mariana* começou a enumerar as hipóteses levantadas pelo *Comitê* durante a procura por *Emília*, os emaranhados do terror retomaram o seu lugar. Neles, exurgiam narrativamente conflitos e relações de poder que, reciprocamente perfeitas por relações de gênero e de sexualidade, apenas muito dificilmente poderiam ser limitados a “um crime só de cunho sexual”. Havia elementos

demais, horrores demais, dúvidas demais. Do meio para o fim da entrevista, *Mariana* parecia convencida, por ela própria, de que sua assertiva inicial não se confirmava.

Essa retomada de posição de *Mariana*, parece-me, emblematiza as relações de poder constitutivas dos terrores e das dúvidas que sua narrativa ressalta. São esses terrores e dúvidas que não podem ser analiticamente descartados ou desprezados. Pelo contrário, deve-se, diria Taussig, “ouvir essas histórias não como uma ficção ou como sinais disfarçados da verdade, mas como algo real” (1993, p. 87). Isto, acrescento, ainda que essa realidade se faça intraduzível ou inexplicável, ininteligível nos excessos dos seus horrores. Relações sociais latejam nas narrativas que tramam a incomensurabilidade do terror. Nas histórias que as integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* me contavam havia tantos sinais de relações de classe, de geração, de territorialização, de racialização etc., quanto sinais de gênero e de sexualidade. Sobre essas histórias seria possível deslindar o mesmo exercício analítico que tentei desenredar sobre as narrativas de *Marcos*, *Lua* e *Antônia*, no primeiro capítulo desta tese, e sobre as narrativas de *Marcela*, no segundo capítulo. Na tessitura discursiva da violência como um “inadmissível histórico”, como aquilo que “excede” – estejamos na *Fazenda Alfenim* ou nas esquinas anoitecidas de João Pessoa ou de Campina Grande, onde o corpo de *Safira* tombou –, as reciprocidades constitutivas operam laços no real, na experiência. O fato de esse “real” ser “fantástico”, com direito a personagens monstruosas e climaxes cinematográficos, não desfaz as relações sociais nele existentes.

Mas conhecer essas relações exige a consideração analítica desse terror – de sua narrativa, sempre. Não porque as relações de poder sobrevivam nos porões do terror, escamoteadas atrás dele, e devam ser “descobertas”, “reveladas”, como se o terror não passasse de uma carapaça “ideológica” ou dissimuladora. E sim porque essas relações de poder são terror. De muitos modos, elas são incomensuráveis e incompreensíveis, tal qual o terror. Nunca se saberá, por exemplo, os motivos que levaram o vaqueiro *Paulo* a violentar aquelas *meninas*. Nunca se saberá sequer se existem “motivos” racionalmente elencáveis. (A psiquiatria e a psicologia talvez arriscassem alguns, mas seriam também eles artifícios daquela “objetividade ilusória”). É possível saber, entretanto, que *Paulo* era “vaqueiro”, como era “vaqueiro” um dos homens que invadiram a casa de *Dona Marcinha* e *Tonho* na noite de 09 de dezembro de 2007; ou como também era “vaqueiro” um dos homens acusados de assassinar João Pedro Teixeira, o “cabra marcado para morrer”, em 02 de abril de 1962; ou, ainda, como nas mãos do “vaqueiro” costuma estar o “cipó de boi”, o chicote elaborado com o couro, esticado e curtido, da genitália do boi morto, componente fundamental da cena de tortura que descrevi, dois capítulos atrás, a partir das narrativas de *Rosa* acerca das violências em *Santana*.

Tantos “vaqueiros” cintilam coincidências demais, horrores demais, dúvidas demais. E, se não explicam o inexplicável, oportunizam um olhar para as relações sociais que percorrem as malhas do terror. “Vaqueiros” compõem relações de gênero e de sexualidade, sua imagem remete a força, bravura, virilidade, performances de masculinização. “Vaqueiros” compõem relações de classe, experiências de trabalho, daquilo de que se vive, dentre as quais se pode inserir a administração do uso da violência, a “capangagem”, por exemplo. Nas histórias sobre conflitos agrários, “vaqueiros” se dedicam a bem mais do que tanger e ordenhar vacas. Eles mantêm o latifúndio sob proteção, são “homens de confiança” dos proprietários de terras e, apesar de “trabalhadores”, não raramente voltam armas contra outros trabalhadores, como aconteceu durante as contendas da *Fazenda Alfenim* e nas histórias muito antigas ouvidas por Mônica Fernanda Figurelli (2011) em sua pesquisa de doutorado. A possibilidade de um “vaqueiro” se tornar um “monstro” não é tão escassa assim. Mas isso somente o terror informa. Não houvesse eu experimentado tantas e diversas narrativas sobre violência, não seria capaz de enlaçar tantos vaqueiros ou de entrecruzar analiticamente as relações sociais que os atravessam e situam *Paulo* em malhas de terror mais amplas.

A mim cabe, no espaço-tempo da análise, cursar ao máximo a amplitude, os contornos e os nós das malhas de terror, das narrativas sobre violência, considerando a fricção desse esforço analítico com a incomensurabilidade essencial ao terror. Trata-se de uma batalha pelas margens do inteligível – daí também a relevância, para este texto, do debate com as contribuições teóricas de Judith Butler, páginas atrás. Trata-se de um jogo de lusco-fusco, em que aquilo que não se compreende existirá, à queima-roupa, em disputa com exercícios de compreensão que nunca se completarão. O manejo analítico de narrativas de violência requer a aceitação metodológica de que algo não será passível de compreensão, descrição ou racionalização e de que essa incomensurabilidade do terror não deve, como dito, ser descartada. Deve, ao contrário, ser levada a sério, já que é na fricção com ela que a análise se desenlaça. Claro, isso tudo se torna mais ou menos viável enquanto se escreve um texto, como eu escrevo este, e o terror adentra o objeto de estudo. Quando, porém, o telefone toca na madrugada e, do outro lado, alguém desconhecido diz “sua filha está aqui”, as trincheiras das malhas do terror provocam mais angústia e medo do que uma análise acadêmica conseguiria comportar.

“A gente começou a sentir medo de se expor muito. Porque a gente acabou se expondo muito. A gente foi para a televisão”. O emaranhado do terror parece, de novo e de novo, penetrar todos os espaços e demandar uma “objetividade ilusória” que ofereça, de alguma forma, alguma certeza. Como visto, tal objetividade não bastará, talvez baste apenas a determinados sentidos de Estado, e os fantasmas do terror permanecerão assombrando as dúvidas dos sujeitos ligados

aos “casos”. Contudo, ao ofertar uma “solução”, por mais precária e excludente que seja, essa objetividade termina por assentar a legitimidade da vítima, sua inteligibilidade. Descoberta enterrada e mutilada no curral da fazenda em que *Paulo* trabalhava como vaqueiro, *Emília* é uma vítima incontestável. (Ao menos, até que alguém a conteste. 30 facadas). *Tereza* e as integrantes do *Comitê de Solidariedade*, por sua vez, têm suas razões imediatas justificadas e, enfim, merecem escutar um pedido de desculpas. A “objetividade ilusória”, ao afastar aparentemente a incomensurabilidade do terror, livra *Tereza* e as integrantes do *Comitê* da necessidade de falar sobre as malhas não conhecidas desse terror. De suas narrativas podem desaparecer tráficos de pessoas, de drogas ou de órgãos. Tudo que converge para o terror, em tese, cede lugar para o “cunho sexual” e para o “monstro”. Elas e *Emília* ficam livres, portanto, das dúvidas e incertezas do terror. Ficam livres, principalmente, de parte do que o empenho em narrar a violência e o terror pode implicar em “poluição” para a vítima e para os sujeitos que reivindicam a sua legitimidade. É que o terror contamina.

O potencial de contaminação das narrativas sobre violência foi interessantemente percebido por Bruna Mantese de Souza (2015) quando de sua análise acerca das narrativas das mulheres que procuravam a Casa Cidinha, um serviço, mantido pela Prefeitura de São Paulo, voltado à atenção a mulheres vítimas de violência doméstica. A partir de um diálogo com as contribuições teóricas de Mary Douglas (1991), Souza nota que a mobilização da narrativa sobre a violência vivida pode, para essas mulheres, recolocar a violência como algo presente e aproximá-las da violência em seu estado original. “Quem narra corre o risco de se sentir contaminada por ela” (2015, p. 153). A potencialidade de contaminação está associada a todas as modalidades de violência, mas as “violências sexuais” parecem ser ainda mais difíceis de serem narradas. É que as violências sexuais poderiam operar, virtualmente, um ataque degradante à “integridade” e à “dignidade” da mulher, de modo que ao falar sobre essa espécie de violência, as mulheres buscariam, antes, “reconhecimento” de suas interlocutoras, a aceitação de que elas, vítimas, não foram maculadas ou poluídas em sua legitimidade.

Ao que pude perceber das narrativas sobre violência a que tive acesso durante o trabalho de campo que sustenta este texto, essa capacidade poluidora não se limita às falas das vítimas. Ela se espalha também nas narrativas daqueles sujeitos que disputam a legitimidade de a vítima ser uma vítima, sobretudo se nessas narrativas, tudo converge para o terror, como acontece com as histórias sobre *Rosário* e *Santana*. Embora, como tentei demonstrar a partir do debate sobre as “imagens de brutalidade”, as falas sobre violência sejam incitadas nesses contextos de disputa, mover-se nessas finas malhas, entre tantas narrativas, de conteúdos tão sombrios, num emaranhado de incompreensibilidades, pode arrastar para si a contaminação. *Rosa* acusou

incansavelmente *Santana* de ser um território de perigo, crime e violência. Não coincidentemente, contudo, *Gabriel* é concebido pela primeira Delegada a investigar o seu homicídio, como alguém associado à “pegação”, à “prostituição” e ao “tráfico de drogas”, elementos ambivalentes daquilo que a própria *Rosa* compreende como sendo perigo, crime e violência em *Santana*. A confusão entre as personagens da vítima e de seus assassinos deslegitima *Gabriel*, desautoriza as narrativas de *Rosa* e remete à incomensurabilidade do terror. Daí os esforços para trazer seu filho para dentro de casa e caracterizar a “brutalidade” como signo da *homofobia*; daí as disputas pela “chancela moral” e, enfim, a necessidade de condenação judicial dos algozes para a fabricação da tal “objetividade ilusória”. *Rosa* – mas igualmente *Tereza* e as integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* – movimenta-se exatamente aí: no risco de viver na carne – e nas narrativas, sempre – a fricção com aquilo que não se explica, mas ameaça.

4. Velas acesas: os rituais de pranteamento e a maternagem da ação política

[Nota do diário de campo, 19 de outubro de 2013]. “Gente, *José Cristóvão* foi assassinado na semana passada. Foi achado morto em casa, depois de uma festa com rapazes”. *Everaldo* dizia isso e mostrava um “santinho” que indicava o local e o horário da missa de sétimo dia de *José Cristóvão*. Nós estávamos na sala de eventos de um hotel, no centro de João Pessoa, prestes a iniciar uma oficina sobre sexualidade e violência quando *Everaldo* pediu a palavra para anunciar o falecimento de *José Cristóvão* e nos convidar para a missa. *Everaldo* é um militante antigo, já idoso, do Movimento do Espírito Lilás, o MEL. Eu havia sido convidado por uma liderança do MEL para facilitar a oficina que seria destinada especialmente a “homens gays mais velhos”. Ao ouvir a notícia dada por *Everaldo*, alguns dos presentes demonstraram já saber do incidente, muitos conheciam *José Cristóvão*, todos lamentaram o assassinato. Antes de eu começar a atividade programada, *Everaldo* alertou: “eu sempre digo: não leve ninguém para casa”.

[Nota do diário de campo, 12 de fevereiro de 2014]. “Ouvi o seu chamado / Atentei para suas palavras / E agora estou aqui para servir / Estou disposto a lutar / Estou disposto a alcançar / Minha promessa / Usa-me”. Encontrei *Tereza* logo no início da caminhada. Já havia escurecido e algumas centenas de pessoas preenchiam as ruazinhas da cidade de *Rosário* seguindo uma Kombi. Do automóvel, caixas de som propagavam orações, mensagens contra a violência e cantos. Como eu, *Tereza* e as outras integrantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de

Rosário portavam velas acesas e um papel com as letras de sete canções religiosas⁸¹. Eu a cumprimentei, mas de pronto compreendi que não seria aquele o momento de me apresentar. *Tereza* chorava com a vela nas mãos. Das caixas de som, ouvia-se a voz de *Gisele*, a irmã sobrevivente ao estupro coletivo. *Gisele* falava do sofrimento de sua mãe e da necessidade de justiça para o assassinato de sua irmã, *Eliane*, e de *Flávia*, a segunda moça morta. No topo do papel com as canções, escreveu-se “Caminhada de Vida Espiritual / 2 anos de saudade *Eliane* e *Flávia*”. Àquele dia, dois anos após o episódio do assalto simulado, da série de estupros e dos dois homicídios, *Estevão* ainda não havia sido julgado e condenado em razão das mortes.

4.1 Os rituais de pranteamento coletivo

Quando *Everaldo* pediu a palavra antes do início da oficina, eu já imaginava do que se tratava, pressentia a sua intencionalidade. Em outubro de 2013, havia mais de um ano que eu começara a acompanhar de perto as atividades do Movimento LGBT em João Pessoa e cenas como aquela protagonizada por *Everaldo* acerca do assassinato de *José Cristóvão* se multiplicavam incontáveis vezes em meus registros de trabalho de campo. A transmissão da notícia sobre a morte de *José Cristóvão* se somava então a outras enunciações de homicídios e violências a que eu assistira durante reuniões internas do Movimento ou eventos públicos. Fossem aquelas mortes recentes, a ponto de antecederem missas de sétimo dia, fossem aquelas mortes mais antigas, os casos de assassinato eram narrados e renarrados, ritualisticamente. A intervenção de *Everaldo*, portanto, aludia a uma prática comum e, talvez, esperada, conhecida pela maioria dos presentes àquela saleta de hotel, inclusive por mim. Era mais um momento de pranteamento coletivo da perda, ou, em outras palavras, de significação compartilhada da relevância daquela vida – “precária”, no sentido empregado por Judith Butler (2010a; 2009) e acima debatido, ainda que a inteligibilidade da perda em questão seja tecida nos limites de uma atividade que somente recepcionava sujeitos “iniciados”, em maior ou menor grau, nas ações do Movimento LGBT.

A anúncio de *Everaldo*, no entanto, possuía um evidente caráter pedagógico. Com a disseminação da notícia sobre o falecimento de *José Cristóvão* e o convite para a missa do sétimo dia de sua morte, estava-se a ensinar algo. Uma das dimensões dessa lição saltava da última frase dita por *Everaldo*: “eu sempre digo: não leve ninguém para casa”. Com esse “alerta”, ele precavia os homens naquela sala dos perigos de trazer *boys* ou *rapazes* para dentro

⁸¹ Os versos acima transcritos pertencem à música “Eis-me aqui”, conhecida na voz da cantora gospel Arianne.

de casa, assim como desenhava narrativamente a forma da morte de *José Cristóvão*. *Everaldo* não precisou dizer muito. Aquela sua última frase informava o suficiente aos presentes: o assassinato pranteado correspondia a um “padrão” facilmente reconhecível pelos demais, mesmo por aqueles que não houvessem sabido do fato anteriormente ou não conhecessem a vítima, como eu⁸². *José Cristóvão* era uma “bicha velha”. Morreu como morrem as *bichas velhas* quando se arriscam ao levar para casa os *rapazes* com quem de regra estabelecem “trocas patrimoniais”, mais ou menos explícitas, em razão de sexo, afeto, companhia. A “velhice” da “bicha” remete não necessariamente à sua idade – meus interlocutores de pesquisa falavam de *bichas velhas* de 40 ou 50 anos –, mas à necessidade de recorrer a “pagamento” ou “ajuda” para realizar desejos. Em resumo, “velha” é a “bicha” que precisa pagar⁸³. *Everaldo*, assim, não censurava práticas sexuais, não pretendia orientar aqueles homens a “não fazer”. Ele apenas “aconselhava”, como aconselharia um “pai”, como aconselharia uma “mãe”, “não leve ninguém para casa”.

Uma segunda dimensão da lição proporcionada pela intervenção de *Everaldo* está no ensinamento dos procedimentos ritualísticos de narrar a morte e, com isso, oportunizar os momentos de pranteamento coletivo. Esse ensinamento repercute na constituição do próprio Movimento LGBT. Os instantes de produção compartilhada do luto participam da conformação identitária do grupo: “um dos nossos morreu” é o que está sendo dito. Ao relatar a morte de “um”, tece-se os conteúdos e contornos do pronome possessivo “nossos” e, pressupostamente, do pronome pessoal “nós”. Vidas e mortes restam dialeticamente comprometidas. Nesses rituais de pranteamento, os mortos conjugam verbos. E não apenas no passado. Eles e as narrativas de violência, consubstanciadas pelas imagens de brutalidade a que venho me referindo, fazem-se presentes no cotidiano do Movimento. Próximos ou distantes, os mortos são contados e o *modus operandi* da violência passa a ser detalhadamente conhecido pelos

⁸² Em “Corpos brutalizados” (Efrem Filho, 2016), abordei o que meus interlocutores classificam como sendo “padrões de assassinatos homofóbicos”. O primeiro desses padrões corresponderia ao caso de *José Cristóvão*, ou seja, às *bichas velhas*. O segundo padrão, por sua vez, corresponderia às mortes de *travestis* e *mulheres trans* ocorridas “na pista”, normalmente à noite, durante o trabalho na prostituição, como aconteceu com as trinta facadas em *Safira* e com os tiros à queima-roupa em *Lua*. Naquele texto, em diálogo direto com os trabalhos de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006; 2004), tento indicar a desestabilização desses padrões, tanto apontando casos de *homossexuais* mortos em espaços públicos, quanto problematizando as proximidades territoriais entre prostituição e “criminalização”. O caso da sem-teto *Carla*, de que falei no final do segundo capítulo desta tese, foi fundamental para a compreensão dessa problematização.

⁸³ Minha percepção acerca dos significados atribuíveis ao termo “bicha velha” decorre de leituras dos trabalhos de Guilherme Rodrigues Passamani (2015), Júlio Assis Simões (2004) e Guita Grin Debert (2004; 1994). Para esses autores, a noção de “velhice” se encontra atravessada por complexas relações de poder e identificação, as quais impedem analiticamente a tomada do “tempo” ou da “geração” como consequências óbvias ou naturais da “idade cronológica”. Em outras palavras, “faz-se juventude” e “faz-se velhice” como se faz gênero, por exemplo. Há, também aí, performatividade.

militantes. Não à toa, os presentes àquela sala de hotel entenderam, sem maiores explicações de *Everaldo*, o contexto do homicídio de *José Cristóvão*. Não à toa, mesmo antes da realização das entrevistas junto aos militantes e do acesso aos autos do processo judicial, eu sabia das dezenas de golpes de facão que perfuraram o corpo de *Safira*. Não à toa, enfim, eu venho colecionado na memória um estoque de imagens de brutalidade associadas a nomes de vítimas e locais da cidade de João Pessoa.

A Rua da Areia, por exemplo, ponto notório de prostituição feminina localizado no centro da capital paraibana, nunca deixou de ser, para mim, o lugar onde encontraram o corpo de *Otávio*. Escutei tantas vezes relatos sobre esse episódio que a rua, *Otávio*, seu pescoço quase degolado e as dezenas de cruces talhadas por todo o seu corpo passaram a formar, em minhas lembranças, um único bloco de identificação. *Otávio* foi assassinado, em março de 2005, por espancamento e cortes de faca ou canivete. Àquele tempo, eu ainda era um estudante de graduação na Faculdade de Direito do Recife e, portanto, estava distante alguns anos de conhecer os integrantes do Movimento do Espírito Lilás e, claro, as pessoas próximas a eles. *Otávio*, contudo, era uma dessas pessoas e, mesmo morto, ou talvez exatamente por haver morrido naquelas circunstâncias, sua “história de morte” se tornou tamanhamente íntima para mim. Ocorre que a contextura dessa “intimidade” consiste em parte fundamental dos procedimentos de pranteamento coletivo. Nesses contextos narrativos, a “dor dos outros”, para citar a expressão de Susan Sontag (2003), termina tão íntima que os “outros” cedem espaço para “nós”. “Um dos nossos morreu” é, afinal, a véspera de “nós estamos morrendo”.

Se, como argumentei, os rituais de pranteamento atuam no engendramento do sujeito “nós”, as narrativas sobre violências movimentadas nesses momentos ritualísticos se tornam mais espessas quando esse “nós estamos morrendo” deixa de ser uma figura de linguagem e passa a se corporificar nas histórias contadas pelos militantes a respeito de suas experiências pessoais e físicas com a violência. Aqui, a segunda dimensão pedagógica do pranteamento se exemplifica incontestemente – ainda que tantos a contestem, 30 facadas – nas marcas e cicatrizes dos militantes que entrevistei. Assisti a algumas dessas experiências pessoais sendo narradas durante atividades do Movimento LGBT, como aquelas de “formação” para as quais eu costumo ser convidado na qualidade de “professor”. De fato, eu apenas conheci pormenorizadamente, tiro à queima-roupa a tiro à queima-roupa, as histórias de *Lua* quando de nossa entrevista naquela sala do Centro de Referência LGBT da Paraíba, como contei no primeiro capítulo desta tese. No entanto, em outras situações, ouvi elementos dessas histórias, feixes de sua dor e de seu sofrimento, serem apresentados para um maior número de pessoas. Em tais ocasiões, o testemunho pessoal de *Lua* alimentava e reforçava seus argumentos,

provocava “reconhecimento” – no sentido forte de que fala Butler (2010a) – e atuava na criação de laços de solidariedade e conformação do sujeito “nós”. Mas de tal maneira que sua fala remetia a uma “narrativa exemplar” profundamente tramada a inúmeras outras histórias de *travestis e mulheres transexuais*, histórias estas que suas vidas, o Movimento e os rituais de pranteamento coletivo as ensinaram a contar.

Páginas atrás, seguindo as análises de Bruna Mantese de Souza (2015), eu notei o potencial de contaminação das narrativas sobre violência. Como disse, esse potencial se desperta à medida em que falar sobre as experiências de violência pode trazer para perto de quem fala aquilo que seria o sofrimento ocasionado pela violência em seu estado original. As falas a que assisti durante os rituais de pranteamento coletivo, entretanto, parecem seguir em direção diversa. Elas não contaminam, curam. Ao menos no sentido de “cura” versado por Michael Taussig (1993). É que tais falas, ao converterem as narrativas sobre violência em um artefato do cotidiano facilmente reconhecível, produzem essas narrativas sobre violência e morte não como algo puramente “excepcional”, mas como algo constante, capaz de conceber, diria Taussig, “o cotidiano como impenetrável, o impenetrável como cotidiano” (Idem, p. 323). Nos rituais de pranteamento, portanto, a incomensurabilidade do terror é cotidianizada, familiarizada e, desse modo, “domesticada”, ou melhor, “tornada doméstica”. Assim, as narrativas sobre violência adentram a domesticidade, angariam intimidade e produzem a cura. De certo, trata-se de uma “cura” parcial e temporária que requer atualizações frequentes, a cada reunião ou atividade do Movimento, por exemplo. Permanece, porém, sendo uma “cura” contraposta aos riscos de contaminação, uma técnica e uma estética compartilhadas de enfrentamento à dor e, reciprocamente, de enredamento de vínculos de solidariedade e constituição do sujeito “nós”.

A reivindicação narrativa da violência nos momentos de pranteamento coletivo possibilita a cura porque, ao ensejar a resignificação da violência através da domesticação dos manejos da dor, participa da constituição do sujeito “Movimento”. No primeiro capítulo, ao abordar o que chamei de “a insurgência do sujeito”, eu examinei as situacionalidades narrativas e os trânsitos identitários que permitem que uma mesma pessoa seja identificada ou se identifique como *trabalhador, posseiro e morador*, ou como *travesti e transexual*. Em diálogo com as análises desenvolvidas por Regina Facchini (2008), afirmei que o trânsito entre essas categorias se relaciona a arenas de relações de poder e disputas políticas e não deve ser tomado como um mero “trocar de roupas” exercido por um sujeito já pronto, acabado e completo, mas que, pelo contrário e mais complexamente, esse sujeito se modifica contingencialmente, faz-se e faz história enquanto trafega (n)esses arranjos identitários. Tais tráfegos a que remetem suas

narrativas consistem em “experiências” que, como defenderam Avtar Brah (2006) e E. P. Thompson (1987), não são posteriores aos sujeitos; elas dialeticamente os forjam e são por eles forjadas.

Pois bem, a relevância analítica da experiência vale tanto para o olhar sobre os sujeitos individualmente considerados – *Marcos* ou *Dona Marcinha*, *Lua* ou *Antônia* – quanto para os sujeitos coletivos – os *trabalhadores da Fazenda Alfenim*, o *Comitê de Solidariedade Emília* ou o Movimento LGBT. Isto porque, ao invés de supor uma noção de “representatividade” segundo a qual *Lua* seria “representada” pelo Movimento LGBT, como se o Movimento não passasse de um somatório de sujeitos anteriormente concebidos ou de um ente superior e posterior a esses sujeitos, parece-me mais interessante – e menos “liberal” – tentar compreender os modos através dos quais esses sujeitos “individuais” e “coletivos” se formam conflituosa e mutuamente. Pelo o que pude observar, os rituais de pranteamento coletivo estão entre esses modos. De certo, nesses rituais, a relevância da dor e da opressão marca as narrativas dos militantes. Porém, o gesto coletivo de narrar cotidianamente as violências e mortes ressignifica essas marcas e possibilita, diria Veena Das (2007; 2011), a reabilitação de um cotidiano devastado. É na experimentação desse cotidiano destruído que os sujeitos vão se fazendo e sendo feitos também através dessas narrativas sobre violência. Nelas, as imagens, de costume brutalizadas, dos “atos” de violência são reivindicadas e transformadas em contexto narrativo nos entremeios do qual outros verbos são conjugados, por vivos e mortos, e a *luta* se vivifica.

Nas narrativas de violência, portanto, a dor e a opressão marcam indelevelmente os sujeitos, mas não os eliminam, tampouco os explicam cabalmente, não pesam como uma estrutura intransponível, não reproduzem a “prisão disciplinar” foucaultiana, nem o “modo de produção” althusseriano. Pelo contrário, nessas narrativas, como percebeu Das, molda-se o sujeito “através de transações complexas entre a violência como momento originário e a violência que se infiltra nas relações correntes e se torna uma espécie de atmosfera que não pode ser expelida para ‘fora’” (2011, p. 15). Ou seja, para o que interessa a Veena Das (2007) em seus estudos acerca das narrativas de mulheres marcadas pelas violências da Partição da Índia, ou para o que interessa mais imediatamente a este texto no que tange aos rituais de pranteamento interiores aos movimentos sociais, a violência não necessariamente obsta os sujeitos, sobretudo se através da sua renarração cotidiana, da “descida ao cotidiano”, os sujeitos movimentam a violência e se movimentam em suas reenrâncias. Argumentei acima, referindo-me à tese de Bruna Mantese de Souza (2015), que a violência é produtiva, não meramente destrutiva. Seu potencial produtivo, no entanto, acha-se diretamente associado à produção dos sujeitos que agem sobre ela e a tecem narrativamente.

O pano de fundo teórico desse debate, não é difícil notar, transborda em muito os limites deste texto. Reporta-se, no mínimo, à tensão conceitual entre “estruturas sociais” e “processos de subjetivação”, “agência” ou “constituição de sujeito”. Diante dessa tensão, a opção metodológica assumida desde o início deste trabalho foi a de valorizar a experiência histórica e, com isso, atentar para as pessoas e suas narrativas, para as suas ambivalências e estratégias de ação, para as *lutas* e os conflitos sociais, tomando as estruturas apenas referencialmente e não como destino último, muito menos primeiro. Para isso, procurei manter diálogos, explícitos ou não, com parte da tradição marxista, principalmente através das obras de E. P. Thompson (1987; 1981) e Antônio Gramsci (1966; 1968), e com parte do campo dos estudos de gênero e sexualidade, sobremaneira a partir das contribuições de Anne McClintock (2010), Néstor Perlongher (2008) e Judith Butler (2010b; 2002), ao tempo em que evitei – talvez com menos rigor – lidar com conceitos que me soam enclausurantes, como o de “poder” em Foucault (2010; 2008). No que agora importa, entretanto, no que os rituais de pranteamento coletivo informam, é preciso, como quis Veena Das, “prestar atenção à distância entre a norma e a sua atualização” (2011, p. 16), ou, em outras palavras, considerar que as experiências de cotidianização das narrativas de violência confrontam a violência como “ato” e “estrutura” e nutrem os sujeitos que a reivindicam narrativamente em meio aos conflitos sociais de que tomam parte ou de que são parte.

“Presente”! – é a palavra de ordem, o que se diz nos momentos em que os mortos são nomeados, lembrados, pranteados. Em meio a um grupo de pessoas, alguém grita enfaticamente: – “João Pedro Teixeira”! Todos respondem conjuntamente: – “Presente”! Ou: “Margarida Maria Alves”! “Presente”! “Carlos Marighela”! “Presente”! Nos congressos e encontros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Comissão Pastoral da Terra, das pastorais de base da Igreja Católica, dos movimentos de mulheres, do partido político de que eu participo e das esquerdas em geral em nosso país, a presentificação dos mortos consiste em um instante fundamental para a organização política e para a *luta*. Mas esses instantes de pranteamento coletivo da perda não se circunscrevem aos espaços internos às organizações e aos movimentos sociais. Eles também são levados a público. “Emília”! “Presente”! – é o que estava sendo dito na manhã de 19 de setembro de 2013, um ano após o dia do desaparecimento da filha de *Tereza*, quando o *Comitê de Solidariedade Emília* e o polo sindical regional ligado ao *Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rosário* realizaram um ato público pela “justiça” no “caso *Emília*” e, conseqüentemente, pela condenação judicial do vaqueiro *Paulo*.

De acordo com o que *Mariana* me contou, o ato daquele 19 de setembro reuniu 500 mulheres na pequena *Rosário*. Antes do evento, *Tereza* e as sindicalistas distribuíram cerca de

oito mil panfletos sobre o caso, nas praças, ruas e escolas da cidade e dos municípios vizinhos. O colégio em que *Emília* estudava foi visitado, assim como a sua turma à época do desaparecimento, agora já frequentando outra escola. No ato, as mulheres, vindas de outras cidades do polo sindical ou da própria *Rosário*, distribuíram panfletos, seguraram cartazes e faixas, gritaram palavras de ordem contra a violência e amarraram fitas pretas pela cidade, simbolizando os 127 assassinatos de mulheres ocorridos na Paraíba no ano anterior, 2012. *Emília* compunha esses números. *Eliane* e *Flávia*, as vítimas fatais do episódio do estupro coletivo, também. Reunidas inicialmente na porta do fórum judicial da cidade, as centenas de mulheres seguiram pelas ruas, parando e gritando palavras de ordem em frente a algumas casas e estabelecimentos comerciais vinculados a pessoas que, segundo as integrantes do *Comitê de Solidariedade* (e aquelas densas malhas do terror), possuíam alguma conexão com *Paulo*, *Maurício*, a impunidade e os crimes. Para o final do ato, marcou-se uma celebração, diante da Igreja Matriz, proferida pelo Deputado Estadual Frei Anastácio, do Partido dos Trabalhadores, um religioso e antigo parceiro dos movimentos camponeses e da Comissão Pastoral da Terra.

Durante o ato público da manhã de 19 de setembro de 2013, o ritual de pranteamento coletivo preencheu as ruas de *Rosário*. As narrativas de violência cotidianizadas no íntimo dos movimentos sociais e do *Comitê de Solidariedade Emília* reverberaram em milhares de panfletos, apresentaram-se às escolas e praças, estamparam faixas com nomes de vítimas, trouxeram as imagens de brutalidade e os excessivos números de homicídios de mulheres às palavras de ordem. Entre as centenas de mulheres que ocuparam as ruas de *Rosário*, o pranteamento coletivo tanto participou da constituição dos sujeitos – as vítimas, o *Comitê*, os movimentos, *as mulheres* – quanto, em maior ou menor grau, provocou denúncia, atacou suspeitos, convocou à ação os agentes de Estado aparentemente competentes para a fabricação da “justiça” no caso do assassinato de *Emília*. Nas ruas de *Rosário*, como nos atos do Movimento LGBT de que participei e em que as listas dos nomes das vítimas constantes nos relatórios sobre homicídios são anunciadas, o ritual de pranteamento coletivo perfaz experiências de *luta* por direitos que se realizam por meio da explicitação pública dos afetos, da reivindicação pública do sofrimento.

Tais *lutas* por direitos – ou por “justiça” – confundem-se algumas vezes com a demanda por decisões judiciais punitivas – ou pela “punição do culpado pela morte da minha filha”. Sendo assim, determinadas narrativas sobre *lutas*, direitos e “justiça” acabam buscando na punição criminal, na criminalização do algoz, em sua contextura, portanto, uma resposta garantidora daquela “objetividade ilusória” de que falei antes, citando Taussig (1993). Essa resposta, certamente, é frágil. Desliza com facilidade para a criação dos “exteriores

constitutivos” que se voltam, através da expansão do lastro da criminalização, contra os sujeitos que se esforçam para deles se diferenciar, como discuti no segundo capítulo desta tese a respeito dos *homens solteiros* que, para *Marcela*, acarretam em problemas para a *Ocupação Horizonte*. Além disso, como apontei ainda na introdução, as demandas por punição correm sempre o risco de reproduzir os sentidos daquilo que Tereza Caldeira (2011) chamou de “falas do crime”, ou seja, formas de compreensão da realidade e da história que mantêm no “fato” – crime ou violência – uma centralidade referencial, construindo preconceitos e naturalizando a percepção de determinados grupos sociais como essencialmente “perigosos”, o que incide diretamente na “seletividade penal” e, logo, na “gestão diferencial dos ilegalismos”, de que tratou Foucault (2008).

Todavia, embora a bandeira da “punição dos culpados” apareça no primeiro plano de parte das *lutas* por direitos conformadas pela exposição pública dos rituais de pranteamento coletivo, não se pode reduzir analiticamente essas *lutas* e estratégias à pecha de “esquerda punitiva”⁸⁴. A mobilização para a punição e para a criminalização corresponde a somente uma das camadas narrativas desses confrontos. Na ambiguidade ínsita a tais camadas e confrontos, como já afirmei, sobressai-se o enfrentamento à “violência” e não simplesmente ao “crime”. Nesses cenários, a reivindicação narrativa da violência arquiteta publicamente a violência como uma inadmissibilidade histórica, como aquilo que não pode se repetir e que as imagens de brutalidade e os números acionados representam emblematicamente. As *lutas* em questão, portanto, não se prendem aos sujeitos diretamente implicados nos casos. Não se preocupam tão-só com *Gabriel*, *Emília* ou *Safira*. Elas tentam alcançar aqueles sujeitos que não devem ser vitimados pelas mesmas relações de poder que permitiram as mortes de *Gabriel*, *Emília* ou *Safira*. No recurso às mortes, as vidas dos mortos são valorizadas em socorro às vidas dos vivos. Esse recurso serve tanto de alerta – “eu sempre digo: não leve ninguém para casa” – como de matéria para a elaboração de relatórios, dossiês e denúncias sobre violências a serem tornados públicos, ativados em meio a disputas políticas, preenchendo de motivos razoáveis – ou incontestáveis, ainda que... 30 facadas – as *lutas* por direitos.

⁸⁴ “Esquerda punitiva” é uma expressão empregada por Maria Lúcia Karan (1996) – e por outros “criminólogos críticos” ou “absolutistas penais” – com o intuito de, em linhas gerais, produzir uma crítica aos setores de esquerda, como movimentos sociais e partidos políticos, que enxergam na criminalização e na punição uma via de solução de conflitos sociais. De regra, a crítica elaborada por Karan é oportuna e, por outros vieses, aborda questões próximas àquelas de que me ocupei no segundo capítulo deste texto quando do debate acerca da criminalização. Ocorre, porém, que diante das especificidades e complexidades de determinados conflitos sociais, como se dá com o tema da “violência de gênero”, a crítica genérica possibilitada pela expressão termina sonogando analiticamente as sinuosidades desses conflitos, ignorando, por exemplo, as distinções conceituais entre “crime” e “violência”, como bem apontaram Guíta Grin Debert e Maria Filomena Gregori (2007) em discordância direta (e cortante) aos argumentos de Karan (2007) sobre a Lei Maria da Penha.

A *luta* de Rosa pela punição dos membros dos *Power Rangers* que assassinaram Gabriel; a *luta* de Tereza e do Comitê de Solidariedade Emília pela punição de Paulo; a *luta* do Movimento LGBT pela punição dos *homens* que desceram do carro e esfaquearam Safira até a morte; a *luta* de Marcos e dos *moradores* da Fazenda Alfenim pela punição dos *homens* que invadiram a casa de Dona Marcinha e Tonho: nenhuma dessas *lutas* se atém à “punição”, todas elas tecem narrativamente o inadmissível histórico, constroem e ensinam o que deve ser compreendido como “violência”, disputam os seus sentidos e, ao promoverem o pranteamento coletivo da perda, significam a vida chorada, conferem-lhe relevância pública para que outras vidas – de outras *mulheres*, de outros *trabalhadores*, de outros *LGBT*, de outros *filhos*... – não sejam mais perdidas. Com esses investimentos de significação, aqueles que *lutam* participam, também nessa dimensão, da constituição dos sujeitos que perfazem as categorias de *mulheres*, *trabalhadores*, *LGBT*, *filhos* etc. Os rituais de pranteamento coletivo engendram sujeitos nos espaços interiores dos movimentos e nas arenas mais amplas dos conflitos sociais.

4.2 A maternagem da ação política

Os rituais de pranteamento possuem ainda duas características notáveis. A primeira delas se materializa nas “velas acesas”, a segunda se evidencia na figura das “mães”. Na manhã do dia 12 de fevereiro de 2014, antes de deixar João Pessoa a caminho de Rosário, eu fui informado de que o “ato” que haveria naquela tarde, em razão dos dois anos do episódio do estupro coletivo e dos assassinatos de Eliane e Flávia, seria uma “vigília”, uma “caminhada espiritual”, algo parecido com uma “procissão”. Algumas militantes feministas me explicaram que “as mulheres” de Rosário e dos movimentos que atuavam junto ao caso haviam preferido esse formato “religioso” porque “a cidade” receava os atos públicos mais explicitamente “políticos”, com tons de denúncia. Embora em setembro, alguns meses antes, centenas de mulheres houvessem ocupado a cidade em um ato acerca do “caso Emília”, como contei, agora o “clima” já não permitiria outro protesto como aquele. As pessoas de Rosário, mesmo aquelas que julgavam justa a causa em discussão, temeriam as repercussões desses atos e as possíveis consequências para quem deles participasse. Nessa justificativa para o caráter “religioso” daquela manifestação pública, as densas malhas do terror ofereciam seus sinais de persistência. O medo continuava ali.

Quando, portanto, naquele fim de tarde de fevereiro, eu e algumas estudantes da Faculdade de Direito, ligadas ao NEP, chegamos a Rosário, as velas já estavam acesas e Tereza caminhava, junto com outras sindicalistas, em meio à multidão, às orações e aos cantos

amplificados pelas caixas de som da Kombi. O rosto de *Emília* estampava sua camisa. Durante a “caminhada”, *Gisele* dizia ao microfone da tristeza provocada pelas mortes de *Flávia* e *Eliane*, sua irmã. Falava das trajetórias de vida das duas mulheres, em especial de *Eliane*, ambas muito jovens, queridas e admiradas na cidade; descrevia seus trabalhos e opções; mas contava repetidamente dos sofrimentos de sua mãe, que até então não se recuperara dos efeitos emocionais da notícia da morte de uma de suas filhas. Nos intervalos das falas de *Gisele*, as canções religiosas eram entoadas e as orações proferidas. Também eram ditas mensagens contra a violência às mulheres. A caminhada terminou com uma missa na Igreja Matriz de *Rosário*, diante da qual o corpo de uma das moças havia sido baleado e deixado por *Estevão*, no começo da manhã seguinte à noite da festa do assalto simulado.

As velas acesas e a estética religiosa a elas associada são traços frequentes das manifestações públicas de movimentos sociais. Em parte, advêm provavelmente dos legados da Teologia da Libertação e do modo como as pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica se implicaram nas *lutas sociais* e influenciaram a entrada em cena daqueles “novos personagens” de que tratou Eder Sader (1988) em seu trabalho acerca das experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980⁸⁵. Na região de *Rosário*, mas na Paraíba de forma geral, os sinais dessa influência se mantêm visíveis e se demonstram inclusive na presença de agentes pastorais da CPT na composição do *Comitê de Solidariedade Emília* e na participação do Deputado Frei Anastácio no ato das 500 mulheres, em 19 de setembro de 2013. Demonstram-se também, interessantemente, nas narrativas de militantes mais velhos do próprio Movimento LGBT a respeito de sua iniciação na “militância política” através das comunidades de base. Os legados da Teologia da Libertação, porém, não explicam completamente as velas acesas que eu vi iluminarem as ruas da cidade de *Rosário*. Elas são uma réplica ao medo, como me foi dito, uma tática de manifestação pública tomada num cenário adverso – o que comunica o seu potencial de aceitabilidade social e legitimação. Protestos ocasionariam temor; velas acesas possibilitariam a fruição do luto público, do pranteamento coletivo e da *luta* por “justiça” em outros moldes.

De fato, os rituais de pranteamento coletivo da perda, mesmo aqueles que se dão em forma de “protesto”, costumam mobilizar remissões a signos religiosos. O empenho para o testemunho, a rememoração dos mortos, a constituição do seu luto e a exposição da dor e do exemplo (para que não se repita) são todos gestos que remetem a cosmologias e crenças,

⁸⁵ Além do supracitado texto de Eder Sader, os trabalhos de Ana Maria Doimo (1995; 1984) contribuem decisivamente para a discussão, nas ciências sociais, acerca da ascensão dos movimentos sociais brasileiros no pós-70 e ajudam, inclusive, na compreensão da sua relação com setores da Igreja Católica.

notadamente cristãs. Essas referências às religiosidades são mais ou menos sutis ou evidentes, mas concernem a uma estética reconhecível por um público maior do que aquele já acostumado aos repertórios dos movimentos sociais e das *lutas* por direitos. Intersectada às imagens de brutalidade e à reivindicação narrativa da violência, a “linguagem religiosa” permite a formação e a capilarização de um consenso mínimo, ainda que frágil, em torno de uma determinada pauta, afastando conflitos latentes e dispensando tomadas de posição mais graves. Tal linguagem religiosa funciona como um aglutinador. Ela catalisa a coalisão de diferentes sujeitos e ameniza, ao menos provisoriamente, as suas diferenças e os seus conflitos. Uma “caminhada de vida espiritual” prescinde, por exemplo, de uma adesão explícita a um programa político feminista ou de esquerda. Com isso, abarca um espectro amplo de prováveis participantes, somando todos aqueles a priori solidários a uma família que sofreu uma tragédia – mas, sobretudo, a uma mãe que sofreu uma tragédia – e todos aqueles que se colocam abstratamente contra a “violência”.

Em alguma dimensão, no extremo, essa forma de pranteamento coletivo, atravessada intensamente pela linguagem religiosa, perde em contundência política. Os algozes, as pessoas nublidamente a eles conectadas e os integrantes do Poder Judiciário e do Executivo deixam de ser nomeadamente denunciados e pressionados. Durante uma “vigília” ou uma “procissão”, não se suspende as orações e os testemunhos para que se possa gritar palavras de ordem às portas do comerciante X ou do juiz Y, ou para enumerar os casos de assassinatos de mulheres na Paraíba, como ocorreu no ato de 19 de setembro de 2013. A anunciação dos nomes, dos números, das denúncias e das palavras de ordem feministas poderia fraturar aquele consenso mínimo e prejudicar a força social promovida pela adesão da população da cidade à causa do julgamento sobre os homicídios de *Flávia* e *Eliane*, a filha brutalmente morta de uma mãe publicamente inconsolável. Por outro lado, com essa opção, deixa-se de denunciar a inércia do Magistrado ou do Promotor de Justiça, a morosidade dos serviços públicos, as falhas dos órgãos estatais e dos mecanismos de governo, a ineficácia das políticas públicas etc. Ou seja, a tessitura narrativa da violência como uma “inadmissibilidade histórica” forjada a partir da explicitação das relações sociais – de gênero, de classe, de sexualidade – que possibilitam a existência da violência perde em potência crítica e passa a ceder espaço à “objetividade ilusória” do caso concreto específico, à sua individualização, ou, no máximo, a um discurso de “enfrentamento à violência” baseado em uma noção demasiadamente abstrata de violência, distante dos vínculos com aquelas relações sociais.

Acontece aqui algo aparentemente próximo ao que se dá com o que Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite (2004) chamaram de “movimentos cívico-religiosos por justiça e paz”. De acordo com as autoras, nos grandes eventos de defesa da “paz” no Rio de Janeiro, como a

campanha do “Basta! Eu Quero Paz”, de julho de 2000, quando “uma oposição generalizada à ‘violência’ parece emergir na cidade” (Idem, p. 15), a “paz” exsurge como lócus de convergência geral, aglutinando desde integrantes de movimentos sociais, mães de vítimas de violência policial e grupos de Direitos Humanos até grandes meios de comunicação, agentes de Estado, como os próprios policiais que se apresentam também como “vítimas”, e governantes que comparecem aos eventos como “cidadãos”. Birman e Leite (Idem) avaliam, contudo, que nas voltas dessa performance pública de “unidade”, diversos sentidos são atribuíveis ao que se denomina como “violência”, a depender dos projetos de combate à violência em jogo. Esses projetos, que podem ser antagônicos e excludentes, terminam ofuscados pelo lema da paz, em tese universalizante e apreensível por todos. Como Márcia Leite aponta, a viabilidade desse tipo de “manifestação” se deve ao fato de ela “transcorrer sem ser propriamente contra nada, nem ninguém, mas a favor daquilo por que todos os participantes (como também os cariocas e/ou os brasileiros que individualmente compartilhariam sentimentos e valores contrários à violência) ansiariam: a paz” (2004, p. 153).

Esses “eventos” a que Márcia Leite e Patrícia Birman se dedicaram analiticamente também contam com referências às religiosidades. Mas essas referências se expressam em outros termos. Segundo Birman, no lugar dos marcos políticos da Teologia da Libertação e de suas bandeiras igualitárias, iniciativas como o “Basta!” intencionam uma “unificação moral na cidade, com base na expressão de emoções relacionadas à paz” (2004, p. 232). Valorizar-se-ia uma “união mística” entre diferentes pessoas e grupos sociais, baseada na presunção de certa “espiritualidade”, numa “forma zen” de participação cívica na arena pública. “Buscava-se por intermédio da gestão ritual e midiática das emoções criar uma proximidade entre as pessoas para além de suas diferenças sociais, culturais e políticas” (Idem). Há nesses casos, desse modo, um apagamento dos conflitos sociais, do que decorre a substituição da *luta* por “justiça”, cara ao léxico dos movimentos sociais e das esquerdas, pela *luta* pela “paz”, esta abstração retórica. A linguagem da espiritualidade promove uma união no campo dos sentimentos e das orações e mantém as divergências no que seria o campo da “política”, reproduzindo a noção reificada de separação entre essas duas “esferas”. Assim, no “campo da política”, possibilita-se inclusive o reforço da compreensão da política de segurança a qualquer preço, da expansão e do endurecimento da criminalização, uma política de classe (e territorial, e de racialização, e de gênero...) cujos custos são cobrados, mais e mais vezes, junto aos habitantes das periferias das grandes cidades, as mesmas vítimas corriqueiras do *mata-mata* que tanto preocupa *Marcela*. “Bala”.

Como argumentei, experiências de pranteamento coletivo – e, portanto, de *luta* – intensamente atravessadas pela linguagem religiosa podem acarretar em perda de contundência política e minorar sua potencialidade crítica, como ocorreu na “caminhada de vida espiritual” que preencheu as ruas de *Rosário* em 12 de fevereiro de 2014 e a que eu pude assistir de perto, ou de dentro, com uma vela acesa às mãos. Entretanto, apesar da mencionada perda, a caminhada de *Rosário* não se confunde com os eventos analisados por Leite e Birman. O que os distingue está impresso, sobremaneira, na correlação entre a mobilização dos signos religiosos e a disputa política. Influenciadas seja pelos princípios da Teologia da Libertação, seja pela orientação mais orgânica dos movimentos sociais em nome da configuração daquele “consenso mínimo”, seja pelas crenças compartilhadas, experiências como a “caminhada de vida espiritual” de *Rosário* vivenciam a linguagem religiosa através da disputa política e a disputa política através da linguagem religiosa. Isto não quer dizer que tal linguagem seja uma simples “ferramenta” à disposição da disputa. Pelo contrário, significa que a disputa política, a tomada de posição e a *luta* por “justiça” perfazem essa linguagem religiosa. “Estou disposto a lutar / Estou disposto a alcançar” – dizia a canção transmitida pelas caixas de som na Kombi.

Além disso, essa disputa política, como dito, não se restringe à resolução dos casos individuais ou à punição dos algozes. Ela se dirige à tessitura da inadmissibilidade histórica e conecta *Emília*, *Eliane* e *Flávia* a dezenas de outros casos e às relações sociais que os oportunizam. É por isso que, em *Rosário*, a “caminhada da vida espiritual” de fevereiro de 2014 só se explica em conexão com o ato das 500 mulheres de setembro de 2013 e com todas as outras ações e mobilizações proporcionadas por aqueles sujeitos em *luta*. Se a “caminhada espiritual”, compreendida isoladamente, pode representar um arrefecimento em contundência política, potencialidade crítica e capacidade de denúncia, localizada nos meandros das movimentações, ela ganha novos sentidos, exprime força social, capacidade de articulação e de mobilização e, no limite, demonstra cabalmente – ainda que discretamente – ao Juiz de Direito, ao Promotor de Justiça, ao Comerciante, ao Secretário de Segurança Pública etc. que aquelas “mulheres” conseguiram, de novo, trazer centenas de pessoas às ruas de *Rosário* e, exercendo o pranteamento coletivo da perda, iluminar uma cidade com velas acesas.

Não me parece pouco. Ainda mais se considerarmos que essas velas acendiam aos dois anos de um episódio como o do “estupro coletivo de *Rosário*”. Como eu disse, as narrativas das integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* se desenlaçam em fricção constante com as finas malhas do terror. Mas essas malhas se adensam substancialmente quando tocam o estupro coletivo. Nele, a sombra da incomensurabilidade é tamanha que toda “objetividade ilusória” claudica perante o inexplicável, o desconhecido, o medo. Quero dizer, com isso, que reunir

“500 mulheres” para um protesto acerca do assassinato de *Emília* e contra o vaqueiro *Paulo* – “o monstro” – consiste numa tarefa menos árdua do que reunir essas mesmas mulheres, em *Rosário*, para abordar os assassinatos de *Eliane* e *Flávia* e a punição de *Estevão*. Um assalto simulado; um “presente de aniversário”; homens distribuindo e violentando mulheres conhecidas nos cômodos de uma casa familiar; ligações suspeitas com o mercado de drogas ilícitas e a propriedade rural: elementos demais, horrores demais, dúvidas demais. Por que elas estavam na casa? Por que foram à festa? Que tipo de relações estabeleciam com “gente assim”? Por que somente duas morreram? Como souberam quem as estuprou? As militantes feministas com quem conversei me disseram que essas perguntas – vorazmente marcadas por convenções de gênero e de sexualidade – circularam por *Rosário*, ocuparam os murmúrios da cidade e, em razão da necessidade de constituição narrativa e legitimação das vítimas, precisaram ser respondidas. Nessas respostas, a “mãe” insurgia.

De acordo com o que aquelas militantes me relataram do que ouviram sobre o episódio do estupro coletivo, *Gisele* reconheceu, junto à polícia, parte dos homens autores das violências e a própria simulação do assalto. De dentro do quarto onde estava sendo violentada por *Afonso*, embora houvesse permanecido vendada durante todo o acontecimento, *Gisele* escutou gritos de *Eliane*, sua irmã, vindos de outro cômodo da casa. Na sala, *Eliane* chorava, gritava o nome de *Estevão*, pedia que ele parasse, que não a violentasse, que se lembrasse do quanto ela o havia ajudado, e alegava, recorrendo à figura de sua mãe, “minha mãe não aguenta isso, não”. Esta frase, dita a mim pelas militantes feministas e publicada nas notícias sobre o fato, constaria também nos autos do processo judicial que levaria à punição de *Estevão* pelos homicídios de *Eliane* e *Flávia*, as duas mulheres que o haveriam reconhecido durante o estupro porque as vendas, inicialmente colocadas em seus olhos pelos supostos assaltantes, teriam caído⁸⁶. Em suma, segundo essas narrativas sobre o “fato”, a “mãe” foi vocalizada no instante extremo da violência. Sua figura seria também acionada nas lembranças de *Gisele* acerca daquela noite, nos autos do processo judicial, nas matérias jornalísticas, nas falas das militantes feministas com quem conversei e, enfim, ao microfone da Kombi da “caminhada da vida espiritual”. A “mãe” posta discursivamente contra *Estevão*, para impedir a violência, chega inconsolável aos meus olhos e ouvidos de muitas maneiras.

⁸⁶ Os dois processos judiciais relativos aos estupros e aos homicídios correram em segredo de justiça e, por isso, eu não tive acesso a eles. As informações que trago ao texto vieram, como afirmado, do que me foi falado pelas militantes feministas com quem conversei sobre o assunto e que acompanharam, em razão de sua militância, os desdobramentos do “caso”. A maior parte dessas informações, contudo, foi também divulgada por veículos de comunicação paraibanos e nacionais.

Afirmei anteriormente que a linguagem religiosa funciona como um “aglutinador” porque ela garante uma coalisão ampla, apesar de frágil e temporária, de sujeitos a priori dessemelhantes. Agora ressalto que a reivindicação da imagem da “mãe” opera nesse mesmo sentido. Não me parece acidental a repetição de sua invocação em distintos corpos narrativos – falas de militantes, autos de processos judiciais, matérias jornalísticas etc. O “fato” de *Eliane* haver pronunciado aquela frase, o “fato” de *Gisele* a ter ouvido e o “fato”, enfim, de a própria *Gisele* a tecer narrativamente em suas reconstituições sobre o que aconteceu naquela noite não conduziriam automaticamente a frase às linhas de páginas de processos ou de jornais. Relações de poder atuam para a convergência em torno da frase, de sua aceitabilidade inclusive, na conformação da versão pública ou “oficial” sobre o que se deu na festa de aniversário. Penso que a capilaridade de citação da frase “minha mãe não aguenta isso, não” simboliza a relevância conferida à figura da “mãe”. Há na palavra “mãe”, na imagem, uma força, um vigor persuasivo. Neste trabalho, tal vigor já latejava, por exemplo, nas contradições narrativas de *Marcela* acerca de suas justificativas para a entrada e a saída da *vida errada*. Ali, a “mãe” e sua “imprescindível imortalidade” contrastavam com a fragilidade das vidas dos pais dos *meninos* e com as “balas” que cruzavam suas trajetórias e o *mata-mata*.

Por um lado, essa relevância deriva, como Márcia Leite (2004) percebeu, da proeminência dos signos cristãos e, claro, da alusão à personagem de Maria, mãe de Jesus. Deriva, mutuamente, também, da gravidade da “mãe” para as convenções morais e de gênero e, logo, para as alterações em torno da “vítima”, algo que as contribuições analíticas de Adriana Vianna (2014) me ajudaram a discernir. O vocábulo “mãe”, se avivado em ambientes narrativos nos quais os “fatos” restam sob disputa e estruturação, faz-se uma “palavra-ato”, como a compreendeu Vianna (2014): sua ativação enseja uma “empatia” capaz de superar diferenças e reunir sujeitos, assim como compõe mapas morais que auxiliam na demarcação de aliados e oponentes em determinados conflitos. Como notei, os esforços de *Rosa* e *Tereza* para arrastar, respectivamente, *Gabriel* e *Emília* para casa e, portanto, para perto de si, sintomatizam a gravidade da “mãe” para a legitimação do filho na condição de vítima da violência denunciada e combatida. A reivindicação da violência, das imagens de brutalidade, e a reivindicação da mãe agem como siameses narrativos nos processos de constituição da vítima. Como objetar a posição de “vítima” da pessoa que, conforme as narrativas acerca do “caso”, convoca a “mãe” – aquela que “aguenta” muito, mas “isso, não” – no átimo-limite da violência?

Na frase ouvida e lembrada por *Gisele* e registrada e tecida insistentemente por outros sujeitos, o verbo “aguentar” consubstancia o sujeito “mãe”. Em pressuposto, a “mãe” é

aquela que “aguenta”, ou seja, a mãe é aquela acostumada ao sofrimento, à dor⁸⁷. A menção ao verbo “aguentar” sugere, conseqüentemente, que a relação da mãe com tudo o que carece de ser “aguentado” é comum, frequente, ordinária; o extraordinário e o excessivo, aquilo que a figura trazida à cena não “aguentaria”, encontrar-se-iam na violência sexual imposta a *Eliane*. O vigor persuasivo da “mãe”, sendo assim, sua potencialidade de aglutinação em torno de um “caso” ou de uma “causa”, ata-se à contextura narrativa da disposição ontológica da “mãe” para a dor, uma dor que se torna insuportável na inadmissibilidade da violência inscrita no corpo da filha. Há, aqui, dessa forma, uma passagem da dor rotineira para uma dor exorbitante, para o espaço do profundo inconsolável da “dor da mãe” pelo filho, pela filha ou, no fim das contas, por sua perda. Este “sofrimento da mãe” consiste, segundo Adriana Vianna (2014), na imagem de um sofrimento distinto e superior a qualquer outro, de um sofrimento-prova do elo inquebrantável entra a “mãe” e o filho perdido, daquilo que “só uma mãe sabe”, “só uma mãe vê”, como *Rosa* me explicou na saleta do seu apartamento no centro do Recife.

Tal inseparabilidade entre “mãe” e “filha”, assinalada pelo “sofrimento da mãe”, integrava a fala pública de *Gisele* durante a “caminhada da vida espiritual” de 12 de fevereiro de 2014. Sua dedicação à descrição de *Eliane* como uma pessoa querida e admirada em *Rosário* vinha intimamente ligada à lembrança de sua mãe, mas sobremaneira à referência ao sofrimento insuperável vivenciado pela senhora que, por causa do sofrimento e de seus efeitos, não conseguiu comparecer à caminhada – algo que, dada a agudeza da dor narrada, parecia compreensível a todos. De dentro da Kombi, *Gisele* contava, às centenas de pessoas com velas nas mãos, quem era *Eliane* e quão “injusta” havia sido a violência praticada contra ela e *Flávia*. Com isso, *Gisele* reforçava a inteligibilidade de sua irmã na condição de “vítima”. Nesse reforço, porém, ela não agia sozinha. Através das caixas de som, *Gisele* trazia a “mãe” (e a dor) novamente à cena, num gesto que anunciava a relevância da “mãe” (e da dor) para a caracterização da inteligibilidade da vítima. Na caminhada, como nas narrativas analisadas por Vianna (2014), a “dor da mãe” se fazia recíproca à produção de uma “carreira moral” para a filha. De forma homóloga aos movimentos narrativos de *Rosa* e *Tereza*, *Gisele* proporcionava que sua mãe – mesmo fisicamente ausente, e por isso mesmo – trouxesse *Eliane* para perto de si.

A “mãe”, entretanto, não funciona somente como uma figura mencionável nos processos de pranteamento coletivo da perda e disputa acerca da legitimidade da vítima. Há ocasiões e contextos em que a figura da “mãe” assume o pranteamento. Isto pode acontecer

⁸⁷ Minha percepção desse “corpo que aguenta” deriva da noção, de que se vale Bruna Mantese de Souza (2015), de “corpo elástico”, o corpo das “mulheres de fibra” que suporta dor e violência.

mais diretamente, quando as próprias mães performatizam a figura “mãe”, ou mais mediadamente, quando um grupo de sujeitos implicados nos rituais de pranteamento coletivo e nas *lutas* por “justiça” ou por direitos performatiza a “mãe” e a “maternagem”. O primeiro caso concerne, claro, às *lutas* travadas por *Rosa* e *Tereza*. O segundo caso pertence, por exemplo, ao *Comitê de Solidariedade Emília*. Explico. De acordo com o que venho argumentando neste capítulo, mas, antes de mim, como vêm indicando os trabalhos de Márcia Leite (2013), Fábio Araújo (2007), Paula Lacerda (2012; 2014), Adriana Vianna (2014) e Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), as experiências de *luta* se centram, muitas vezes, na persona da “mãe”, aquela de quem se pressupõe a encarnação de uma dor universalmente apreensível e inteligível, a dor da perda de um filho. Essa “mãe”, todavia, supera em muito a figura central de *Rosa* ou a de *Tereza*, aquela a quem o Secretário de Segurança se vê na condição de pedir desculpas. Embora a “mãe” não represente, como visto, uma autoridade moral inquestionável, as definições de gênero que distinguiriam a maternidade se alargam sobre outros sujeitos, como acontece com o *Comitê* e suas integrantes, as quais, mães ou não, são relativamente autorizadas a mobilizar “narrativas maternais” e a “agir maternalmente”.

As integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* vão a delegacias e audiências, confrontam autoridades estatais, substituem as funções policiais investigando hipóteses e indícios de crimes, fazem o possível e o impossível por “uma filha”, o que, a despeito dos procedimentos e formalidades oficiais, de regra se espera de uma “mãe”. Mais do que isso, elas chegam a assumir coletivamente a “maternidade” da filha de *Tereza*. “*Emília* era uma militante do polo (sindical), do nosso movimento. Ela era uma militante da juventude. Na marcha de *Felicidade*⁸⁸, ela foi animadora de ônibus”, contou-me *Mariana*. “Quando ela desapareceu, ela deixou de ser filha da *Tereza* para ser filha do polo”. A assunção do lugar da “mãe”, além de conotar sentimentos de proximidade e afetosidade em relação a *Emília*, oferece a essas militantes um campo de ação marcado pela “maternagem”, ou seja, pela possibilidade de “ir além”, de transpor barreiras, inclusive as legais, em defesa de sua “filha”, assim como permite experimentar esteticamente o luto público, exercer ainda mais legitimamente o pranteamento coletivo da perda e, enfim, a *luta*.

No seu “A guerra das mães”, Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) relatam um episódio de seu trabalho de campo esclarecedor da capacidade de alargamento da imagem da

⁸⁸ “Felicidade” é o nome fictício para uma das cidades componentes do polo sindical de trabalhadores rurais a que o Sindicato de *Rosário* pertence. Como comentei ainda no começo deste capítulo, o “polo” possui um grupo de trabalho de “mulheres” – aquele a cuja reunião *Tereza* não pode ir por causa do desaparecimento de *Emília*. Esse grupo de trabalho organiza “marchas” a cada 8 de março, revezando os locais ano a ano. A “marcha de *Felicidade*” foi uma dessas marchas da qual *Emília* participou.

“mãe” a outros sujeitos, mães de vítimas ou não, mães ou não. Durante uma sessão do júri a que assistiam, a respeito de um assassinato de que um policial militar era acusado, viram-se ser, elas mesmas – sentadas do lado da plateia ocupado pela mãe do rapaz assassinado, por sua família e pelos “familiares de vítimas” – designadas pelo Promotor de Justiça como parte das “mães” que “pediam justiça” naquele caso. “Podíamos ser tornados ‘essas mães’ porque ali compartilhávamos e performávamos um modo específico de habitar o espaço público e de ‘pedir justiça’, ancorado na força do laço representado como o mais vital e inquestionável culturalmente e em uma estética específica de sofrimento” (2011, pp. 105 – 106). Essa possibilidade de “ser mãe” indica, portanto, performatividade. Trata-se de uma performatividade de gênero, sim, mas especialmente de uma forma própria de empreender a *luta* através dos sinais do “sofrimento”, exatamente do que venho denominando como “pranteamento coletivo da perda”.

O pranteamento coletivo da perda, exercido publicamente por *Tereza* ou pelo *Comitê de Solidariedade Emília*, por *Rosa* ou pelo *Movimento LGBT*, é radicalmente assinalado pela “mãe”, por sua performatividade, pelo o que isso exprime em competência para a gestão e a rememoração dos mortos e da dor, para o exercício político de exposição da lágrima, para a legitimidade da reivindicação narrativa da violência. Nos conflitos de que tomam parte (ou de que são feitos parte), os sujeitos políticos de que venho tratando neste texto – sejam eles as mães, o *Comitê* ou os movimentos sociais – movimentam-se através de estratégias, mais ou menos (in)conscientes, que podem ser chamadas de “maternagem da ação política”. Para que essa “maternagem” se desdobre sequer é necessário que a mãe se faça pessoalmente presente, como não se fez na “caminhada da vida espiritual” de *Rosário*. Em realidade, sequer é preciso que haja uma mãe a ser referida, como não há nas narrativas dos militantes do Movimento LGBT sobre a morte de *Safira*. Apenas a “mãe” carece de ser presentificada. As convenções, sobretudo de gênero, que conformam a ideia de “mãe”, da personagem que encarna o trabalho de cuidado que pode ser levado ao extremo, principalmente se os sinais do sofrimento intraduzível e incomparável estiverem suficientemente à vista, são o que deve ser estetizado e experienciado em público.

Nesse processo de maternagem da ação política, os sujeitos se mobilizam entre a reafirmação de convenções de gênero e a disrupção dessas mesmas convenções. O recurso à “mãe” (e à dor) se vale de noções de “mulher” e “maternidade” calcadas nessas convenções e, sendo assim, remetem a moralidades e práticas sociais historicamente envolvidas em formas de subalternização. Como notou Fábio Araújo a respeito das movimentações das “mães de Acari”, essas noções de “mulher” e “maternidade”, formadas a partir da suposição de um

“determinismo biológico que está embutido na construção da maternidade como um fim natural da mulher” (2007, p. 51), estão entre os alvos originários das críticas feministas. Porém, como o próprio Araújo percebe, tais noções são, também, o ponto de partida para a ação daquelas mães. Dá-se, aqui mais uma vez, que os sujeitos e suas astúcias ironizam as estruturas sociais e as relações de poder que os constroem. Em resumo, com as estruturas ou a partir das estruturas sociais, os sujeitos fazem o possível – e, se performatizam a “mãe”, arriscam-se igualmente ao impossível, como a uma “mãe” é esperado fazer. As experiências de maternagem da ação política não reproduzem formas de dominação. Pelo contrário, elas abrem um campo de ação, estetizado pela “mãe” e pelo sofrimento, que se opõe manifestamente a qualquer conjectura de “passividade”. O trabalho de cuidado é *luta* política.

Além disso, o alargamento da “mãe”, sua expansão para outros sujeitos, desnatura a mãe e a maternidade, exibindo as normas e suas fragilidades, tudo aquilo que seria “essencial” e “natural” às mães, mas que os rituais de pranteamento coletivo trafegam, retorcem e permitem que seja encarnado por aqueles outros sujeitos. A maternagem da ação política denuncia os esforços de performatividade para a constituição de toda “mãe”. Faz mais: denuncia as engrenagens fundamentais das arenas de Estado em que os conflitos sociais se desenlaçam, como a ideia de separação entre público e privado. É que as “mães” – de acordo com o que Adriana Vianna e Juliana Farias compreenderam –, “ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu” (2011, p. 94). Segundo Vianna e Farias (Idem), esse cenário possibilita que as “mães” levem a “casa”, o doméstico, para a cena de protesto, o que, acredito, anuncia a desnaturalização das fronteiras entre público e privado e, assim, novamente, denuncia os esforços de performatização dessas fronteiras e separações forjadas em relações de gênero (reciprocamente de classe, racialização, sexualidade, territorialização etc.).

Os rituais de pranteamento coletivo e a maternagem da ação política encenam um papel análogo àquele desempenhado por Antígona em seu enfrentamento a Creonte⁸⁹. Logo no primeiro semestre do curso de direito, os estudantes são apresentados a manuais de teoria do direito – ou de introdução ao estudo do direito – que, ritualisticamente, ensinam a diferenciar

⁸⁹ “Antígona”, como se sabe, é uma tragédia grega de autoria de Sófocles. A personagem que dá nome à tragédia pretendia enterrar Polinices, seu irmão cujo sepultamento havia sido proibido por Creonte, então governante de Tebas. Polinices fora considerado, por Creonte, “traidor” e, por isso, não poderia contar com o cerimonial destinado aos mortos. Antígona desobedece a determinação de Creonte e acaba sendo condenada à morte. Suicida-se, no entanto.

os conceitos de “direito natural” e “direito positivo” a partir do exemplo de Antígona, a personagem que pretende desafiar as leis da cidade e a autoridade do governante para enterrar o seu irmão. Tais manuais caracterizam a postura de Antígona como sendo a da reivindicação de um “direito natural”, de uma “justiça” anterior ou superior à norma legal, enquanto Creonte representaria o acionamento do “direito positivo”, a defesa inexorável da “lei” e, portanto, da ordem. Essa classificação, que se lastreia nas interpretações hegelianas sobre o direito e o Estado, estabelece-se através de convenções de gênero e de sexualidade. A díade natural-positivo, ou afetivo-racional, ou privado-público, perfaz relações desiguais de gênero e de sexualidade, como os feminismos tantas vezes identificaram.

A leitura de Veena Das (2011) sobre as análises lacanianas acerca de Antígona, contudo, dissente da mencionada classificação e conduz Antígona a outras sendas, bastante críticas da ordem. Na leitura de Das e na percepção de Lacan, Antígona não apresenta desejos pessoais e afetivos contra as normas da cidade. Antígona propõe uma contestação estrutural das relações que possibilitam a postura de Creonte – ou seja, a da “defesa da lei”, ou, conforme aqueles manuais, do “direito positivo”. Antígona, desse modo, questiona a violência que oportuniza a norma e obstaculiza o enterro de seu irmão. Reivindicando dores indiscutivelmente pessoais, Antígona afeta a pretensão estatal de impessoalidade e, em consequência, a pretensão de racionalidade, irmã siamesa da primeira. Em termos marxianos, Antígona acusa as violências das condições históricas que possibilitam a normatização e a impessoalização de determinados interesses em detrimento de outros. Antígona proclama uma crítica às abstrações de Estado, às suas lógicas, apesar de se achar, ela mesma, diante de Creonte, a defender a necessidade do enterro de seu irmão.

Para tanto, todavia, Antígona ocupa um lugar narrativo capaz de possibilitar sua fala, a crítica e a contestação. “Para Lacan, parece que é Antígona falando da zona entre duas mortes que pode dar voz à qualidade única do ser” (Das, 2011, p. 14). Essa “zona entre duas mortes” consiste nesse lugar narrativo, no espaço-tempo da fala entre a morte de seu irmão e a morte da própria Antígona. Nela, na zona “entre”, é possível dizer da justeza do sepultamento do irmão, da arbitrariedade da decisão de Creonte e do que a autoriza. Trata-se, na tragédia grega, do instante extremo do pranteamento e da véspera daquele “nós estamos morrendo”. No fim, é também dessa zona que falam – e narram – os que pranteiam coletivamente, ainda que sozinhos em certos contextos, as mortes de *Emília*, *Safira*, *Carla*, *Flávia*, *Eliane*, *José Cristóvão*, *Gabriel*... “Era uma forma de me intimidar, de me retirar (de *Santana*) ou de me deixar calada. (Eles queriam) que eu tivesse medo, que eu não fizesse mais nada. Mas foi o contrário. Acho que hoje, eles se arrependem de não ter tirado a minha vida, porque veio uma força muito maior,

muito maior do que a que eu tinha. Antes eu tinha 5% de medo, hoje eu tenho 0% de medo”, disse-me *Rosa* ao fim da entrevista. “Agora é sem fronteiras. Depois da morte de *Gabriel*, é sem fronteiras”.

Nem todos os militantes e movimentos sociais engajados nos rituais de pranteamento coletivo e nas disputas pela legitimação das vítimas habitam o instante extremo em que *Rosa* e *Tereza* se encontram, “sem fronteiras”. Nem todos friccionam tão proximamente as finas e densas malhas do terror, atendem a telefonemas anônimos na madrugada, montam numa motocicleta e seguem ao local em que, segundo disseram, sua filha desaparecida fora vista. Entretanto, ao assumir a maternagem da ação política, ao prantear os “seus mortos”, os “nossos mortos”, todos esses militantes e movimentos tocam a zona entre duas mortes, o sentido profundo de constituição do sujeito do “nós estamos morrendo”. Como me explicou *André*, um militante do Movimento LGBT da Paraíba, “aquele menino morreu ali, atrás do motel. Poderia ter sido eu. Eu vou atrás de motéis. Eu não sou melhor do que ninguém”. Trazer a público esse “nós”, engajar-se no pranteamento e disputar a legitimidade das vítimas exigem que esses sujeitos se apercebam à espreita da segunda morte. Isto para que, aí, na extremidade narrativa desse instante, “a qualidade única do ser” seja reafirmada até mesmo diante de Creonte ou dos territórios árdusos dos processos de Estado.

5. Objeto cilíndrico e cortante: convenções e (des)materializações

A ratificação das convenções em torno da “mãe” não abrange, porém, todo o plexo de situações em que as atualizações das convenções de gênero e de sexualidade se realizam. De início, essas atualizações aparentam se dar perversamente contra os sujeitos que não correspondem àquelas convenções, tais quais filhas ou mães não aproximáveis da modelagem moral – uma disputa, como argumentei – da “vítima”. Buscar trazer *Gabriel* ou *Emília* para dentro de casa, para perto da família e da mãe, implica, como dito, em conferir importância aos valores que circundam essas noções “feminilizantes” ou “familiarizantes”. Implica também, é inescapável, na transferência da esfera da ilegitimidade a outros sujeitos, ou seja, àqueles que não se adequam aos mencionados valores. Trata-se, portanto, da reincidência na criação de exteriores constitutivos, como já debati insistentemente no decorrer deste texto. Interessa, porém, o fato de que, não raro, esses exteriores são tramados a partir daquilo que Maria Filomena Gregori (2016; 2014; 2008) designou, em diálogo com contribuições anteriores como as de Gayle Rubin (1998) e Carole Vance (1992 [1984]), como sendo “os limites da

sexualidade”, um espaço fronteiro no qual residem norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor, a tensa relação entre prazer e perigo.

De acordo com Gregori, tais limites “indicam, de fato, um processo social bastante complexo relativo à ampliação ou à restrição de normatividades sexuais, em particular, sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos, bem como situações em que aquilo que é considerado abusivo passa a ser qualificado como normal” (2008, p. 576). Nesta formulação, os limites da sexualidade operam por meio de deslocamentos entre velhos e novos “problemas” baseados na sexualidade, do que decorre que o enfrentamento a algum desses limites acaba se relacionando à emergência de “novas ansiedades” acerca do que é ou não é aceitável, recriando essas noções, ainda que em outros pontos da fronteira, e aludindo a “pânicos sexuais”. Em suma, o conflito sobre a manutenção ou a superação de determinado limite produz a oportunidade para o surgimento de novos limites e formas de regulação. Os conflitos em torno das práticas de “masturbação” ensejam conflitos acerca das práticas de “sodomismo”, por exemplo. Ou, os conflitos em torno da aceitação da “homossexualidade” engendram polêmicas acerca da “pedofilia”. Isto não quer dizer, claro, que os alvos anteriores desses conflitos hajam sido superados – por mais absurdo que pareça, ainda vivemos num tempo e numa conjuntura em que trazer *Gabriel* e *Emília* para dentro de casa representa uma urgência narrativa⁹⁰ –, mas que os investimentos em demarcações morais rebatem na ratificação de outras demarcações.

Se *Gabriel* “fosse um menino que tivesse esse vício de dormir fora de casa, eu também não tinha nem me importado” – é o que *Rosa* me diz para explicar os porquês do seu estranhamento à ausência do filho na noite do seu assassinato. Se ele tivesse esse “vício”, ela não teria se importado. O emprego da palavra “vício” conota um sentido pejorativo à prática de passar as noites fora de casa, longe da família, distante da mãe. Não se trata de uma “mania” ou de um “costume”, simplesmente, mas de um “vício”. Talvez o mesmo “vício” de que *Gabriel* é acusado quando a primeira Delegada de Polícia a investigar a sua morte sustenta que o filho de *Rosa* estava “envolvido com drogas”, ainda que “indiretamente”, e com “pegação” e prostituição. Não é difícil perceber, sendo assim, que o exterior constitutivo do esforço narrativo de trazer o *menino* para casa tensiona os limites da sexualidade que rondam a “prostituição” e as experiências sexuais não enquadráveis no que seria, normativamente, o modelo marital. No fim, ao que parece de antemão, se a Delegada estivesse certa e *Gabriel*

⁹⁰ Coincidente e ironicamente, enquanto escrevia este trecho do capítulo, em janeiro de 2017, eu soube da notícia de que o deputado federal Marcela Aguiar (DEM/SP) acabara de propor um projeto de lei com o intuito de combater o “vício da masturbação” reforçado, segundo ele, pelos sites de pornografia.

possuísse esse “vício”, se o Delegado de *Rosário* estivesse certo e *Emília* possuísse um “vício” análogo, *Rosa* não haveria se importado com a ausência do filho, *Tereza* não haveria se importado com a ausência da filha. Isto, claro, apenas “ao que parece de antemão”. Uma “mãe” não deixaria de se importar com ou de conferir importância à “vítima”.

As *meninas* da CEASA não dormiam em casa. Segundo *Rosa* conta, era nas noites que a *exploração sexual* acontecia. Nem por isso, é evidente, *Rosa* deixou de se importar. Pelo contrário, importou-se tanto que as primeiras ameaças a sua vida advieram exatamente de suas denúncias acerca daquela “situação de exploração sexual”. *Rosa*, porém, precisava livrar as *meninas* da *exploração*. Esta expressão, “exploração sexual”, é emblemática dos jogos narrativos, desencadeados por *Rosa*, de atualização e ruptura das convenções morais tramadas em gênero e em sexualidade. De início, é notável que *Rosa* empregue tal expressão para descrever “fatos” bem anteriores ao próprio uso corrente político e legal da expressão, como Adriana Piscitelli percebeu numa leitura de uma versão anterior deste texto. O emprego da expressão, o seu peso, valoriza a denúncia empreendida por *Rosa* e, desse modo, tece as “vítimas”. Essa valorização pode colaborar – quer *Rosa* queira, quer não, quer eu queira, quer não – com as narrativas políticas conservadoras e mais genéricas de criminalização da prostituição⁹¹. Entretanto, para *Rosa*, a invocação da expressão vem atribuir relevância àquelas vítimas, que são “meninas exploradas”, crianças e adolescentes, e não “prostitutas” (palavra que *Rosa*, inclusive, não pronunciou durante a entrevista) maiores de idade.

Nas narrativas das integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília* e nas contendas a que estão vinculadas, a prostituição também emerge como objeto de tensão. Lá, a impressão inicial de que as *meninas* ou mulheres que não se enquadram nos investimentos morais dedicados a *Emília* seriam ilegítimas enquanto “vítimas” – porque não voltariam para casa ou porque fugiriam com o namorado – é habilidosamente desfeita pelas militantes. As vítimas que, nos conflitos por sua legitimação, são afastadas dos padrões de moralidade e das convenções de gênero e de sexualidade sofrem de novos investimentos para a caracterização da “vítima”. É assim, portanto, que prostitutas são narrativamente compreendidas como “vítimas” vulneráveis de um contexto social de desigualdades e que o “tráfico de pessoas” exsurge como uma chave de inteligibilidade para a compreensão dos frequentes “desaparecimentos” de adolescentes e jovens, sobretudo do gênero feminino – *cisgêneros*, *travestis* ou *transsexuais* –, mas igualmente de *rapazes homossexuais*, como insinua a história, típica às malhas do terror, que *Mariana* me

⁹¹ Como expliquei no segundo capítulo desta tese, o Código Penal Brasileiro indiferencia as noções de “prostituição” e “exploração sexual”. Essa indiferenciação se conecta a um processo de deslegitimação e criminalização da prostituição, uma atividade que, a priori, não corresponde a um tipo penal.

contou sobre o *menino* cuja mãe o impediu de entrar naquele estranho carro parado com um saco de pão grande e dois adolescentes no banco de trás.

Ocorre que as afirmações do Delegado e do Secretário de Segurança a respeito de uma “fuga com o namorado”, embora demonstrem indisponibilidades de Estado na resolução de conflitos que envolvam determinados sujeitos, como mães e filhas da classe trabalhadora, possuem algum lastro nas experiências que constituem o território de *Rosário*. “Tem uma coisa que é interessante e ninguém olhou, assim, não tem um olhar ainda sobre isso em *Rosário*: por que meninas, muitas meninas em *Rosário* conhecem rapazes de fora, de repente esse rapaz oferece casa, comida e roupa lavada, casam-se e vão embora?”. Segundo *Francisca*, a migração dessas *meninas* é bastante frequente e se explicaria pela aceleração econômica de *Rosário*, uma cidade de “fronteira”, próxima a Pernambuco, pela qual nos últimos anos de neodesenvolvimentismo circulou mais dinheiro e, sendo assim, mais prostituição, tráfico de pessoas e de drogas ilícitas. “A gente tem fronteira, tráfico, grana, prostituição. Se a gente juntar esses quatro elementos com uma sociedade extremamente machista... Aí a gente vai ter um mundo de situações de violência”. Esse “mundo”, enfim, levou as integrantes do *Comitê* a, nos entremeios dos 45 dias de busca por *Emília*, acreditar na possibilidade de ocorrência do crime de tráfico de pessoas.

Como apontei no final do primeiro capítulo, os trabalhos já citados de José Miguel Nieto Olivar (2013), de Adriana Piscitelli (2013) e de Thadeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2011) oferecem análises relevantes a respeito de como narrativas políticas, morais, legais e, inclusive, feministas acerca da prostituição e do tráfico de pessoas compõem exercícios de controle de gênero sobre trânsitos, mulheres, populações e territórios. Piscitelli descreve, por exemplo, que suas interlocutoras de pesquisa na Espanha, “trabalhadoras do sexo”, “consideravam as ações do combate ao tráfico de pessoas mais um mecanismo para reforçar a malha tecida pelo governo espanhol com o objetivo de facilitar a deportação de brasileiras irregulares, particularmente daquelas mais facilmente localizáveis, as que prestam serviços sexuais na rua” (2013, p. 154). Dessa forma, as ações de combate ao tráfico não objetivariam eliminar o que seria, na interpretação das trabalhadoras, o “tráfico de pessoas”. Essas ações procurariam, na realidade, controlar as mulheres, a atividade da prostituição e a migração. Isto de tal maneira que elas – a priori, as “vítimas do tráfico” – temiam as ações que proclamariam “protegê-las”, mas que acabariam por criminalizá-las. “Nas experiências dessas mulheres, o principal fator de preocupação e, em alguns casos, verdadeiro pavor, era essa ação repressiva em relação à prostituição e às imigrantes irregulares” (Idem).

Resta em questão aí, portanto, o contraste entre a determinação da “vítima” – pelas instâncias de Estado, mas não apenas – e as discordâncias dessas hipotéticas “vítimas” sobre a sua própria condição e sobre o escopo das políticas que apregoam a sua “proteção”. De acordo com Adriana Piscitelli e Laura Lowenkron, o referido contraste vem sendo tratado como um desafio central das políticas antitráfico: “o fato de que, em geral, as pessoas tecnicamente definidas como traficadas não se identificam como tais” (2015, p. 35). As duas autoras leem esse fenômeno como indicativo de uma resistência ao poder tutelar do Estado, a modos de intervenção que retratam certas pessoas como “vítimas passivas” do que seria o “crime organizado internacional” e, de regra, submetem migrantes ao medo e a medidas indesejadas, como a deportação. Tal qual Laura Lowenkron (2015) bem percebeu, no eixo desse debate acerca do tráfico de pessoas, encontra-se a alteração em torno dos conceitos de “consentimento” e “vulnerabilidade”. Nas políticas de combate ao tráfico de pessoas – compreendido normativamente como uma atividade vinculada ao “trabalho sexual”, à “prostituição” ou à “exploração sexual”, a depender dos arranjos legais nacionais e de quem se valha dos termos –, a capacidade de consentir perde todo o espaço para uma implacável noção de vulnerabilidade.

É seguindo esse mesmo movimento, de negação da agência para o consentimento e de deslocamento para a preocupação com a vulnerabilidade, que *Francisca* me põe a questão do “por que meninas, muitas meninas em *Rosário* conhecem rapazes de fora, de repente esse rapaz oferece casa, comida e roupa lavada, casam-se e vão embora?”. Esta pergunta levantada por *Francisca* serviria narrativamente para que ela me explicasse a realidade de *Rosário* e dos motivos pelos quais aquela região seria propícia para o “tráfico de pessoas”. A migração dessas *meninas* ocorreria não em razão do seu “querer” ou do seu “desejo”, ou seja, do seu consentimento, mas por causa de um contexto social de vulnerabilidade que acarretaria o casamento com os “rapazes de fora” e, em consequência, a migração. Tal “vulnerabilidade”, todavia, não pressupõe necessariamente situações máximas de pobreza ou miserabilidade. *Francisca*, pelo contrário, fala de um cenário de aceleração econômica, de maior circulação de dinheiro e de crescimento de mercados transitórios entre práticas legais e ilegais, como o mercado varejista de drogas ilícitas e o mercado da prostituição. Esse cenário de “desenvolvimento” oportunizaria o “mundo de situações de violência” que *Francisca* localiza na raiz da “vulnerabilidade”.

As narrativas de *Francisca* partilham, assim, daquilo que Sérgio Carrara (2016; 2015) e Laura Lowenkron (2015) chamaram, respectivamente, de “linguagem dos direitos humanos” e “linguagem da violência e dos direitos”. Estas espécies de linguagem constituíram, hoje,

segundo Carrara (2015), um emblema da aparição histórica de um “novo” regime secular da sexualidade, seguido por uma forma característica de regulação moral. Já segundo Lowenkron, elas constituiriam atualmente “o regime discursivo hegemônico para a regulação jurídica da sexualidade no contexto político internacional e dos regimes democráticos ocidentais (ou ocidentalizados)” (Idem, p. 226)⁹². Na reivindicação da violência e nas *lutas* por direitos arregimentadas nos argumentos de *Francisca*, o investimento para a caracterização de *Emília* como uma vítima não impossibilita que aquelas outras *meninas* – que por ventura “fujam com os namorados” – sejam também caracterizadas como “vítimas”. Isto porque tanto *Emília* quanto essas outras *meninas*, não enquadráveis tão obviamente nas convenções morais acionadas para legitimar *Emília*, são tidas como absolutamente vulneráveis à “violência”. São “vítimas”, portanto, ainda que elas mesmas escolham partir.

A assunção da “violência” nesses moldes supõe a presença da violência como uma abstração estrutural. Ela sequer precisa ser demonstrada ou que sua “inadmissibilidade histórica” seja constituída em meio aos rituais de pranteamento coletivo, por exemplo. Para *Francisca*, mas não somente para ela, a violência se faz estruturalmente (ou conceitualmente) pressuposta. Dá-se, dessa forma, algo parecido com o que acontece com as posições “abolicionistas” acerca da prostituição, discutidas já no primeiro capítulo desta tese, quando percorri as narrativas de *Lua* e *Antônia* sobre as suas experiências nas ruas e nos pontos de ônibus de João Pessoa. Se a “violência” é presumida, a “vulnerabilidade” decorrente dela é analogamente suposta, ou, nas palavras de Laura Lowenkron, assume um sentido “fantasmático”, “comparecendo menos como uma situação de desvantagem social que limita o acesso a certos bens materiais e simbólicos e, com isso, a possibilidade de escolha, do que como uma exigência moral de corresponder a um ideal de vítima” (2015, p. 251). No fundo das conjecturas “abolicionistas” ou das citadas narrativas sobre o “tráfico de pessoas”, a “prostituição” e, inevitavelmente, o “sexo” reaparecem como o limite a partir do qual a vítima ou o sujeito se fazem impassíveis de legitimação – a não ser que a “violência” e a “vulnerabilidade” justifiquem o contexto e, por isso, legitimem as “vítimas”.

O revés dessa espécie de investimento argumentativo de construção da vítima, contudo, acha-se naquilo que Maria Filomena Gregori (1993) denominou de “vitimismo”, a produção da imagem de uma vítima excessivamente vítima, incapaz de ação ou decisão, essencialmente passiva, absolutamente assujeitada. Essa imagem estendida a *Emília* e às outras *meninas* – que

⁹² Segundo Laura Lowenkron (2015) argumenta, a hegemonia da “linguagem da violência e dos direitos” sobre os atuais modos de regulação da sexualidade não impede que outras formas de regulação e compreensão da sexualidade existam ou atuem nas disputas políticas, como acontece, por exemplo, com as moralidades religiosas.

também poderiam ser “mulheres”, mas quase sempre são “meninas” em razão dos esforços geracionais de tessitura da “vítima” e de sua incapacidade para o consentimento – nega o sujeito. A presunção positiva de uma violência estrutural é coetânea à presunção negativa de um sujeito inerte, estruturalmente inviável, inexistente. Essas formas de compreensão reforçam convenções de gênero e de sexualidade ao tempo em que, sustentando-se em correntes feministas específicas, ignoram que os trânsitos de jovens mulheres, para o trabalho na prostituição ou não, para o casamento ou não, consiste em estratégias de ação tomadas, como sempre, a partir de contextos sociais e relações de poder que tanto constroem quanto oportunizam ação. Não fosse assim, *Tereza, Mariana, Francisca* e as demais integrantes do *Comitê de Solidariedade* nada poderiam ou conseguiriam fazer a respeito do desaparecimento de *Emília* e de quaisquer das *lutas* de que participam. O mesmo contexto de “vulnerabilidade” e “violência” que levou às mortes de *Emília, Flávia* e *Eliane* – nada abstratas, profundamente sob disputas – foi tomado como ponto de partida e objeto de conflito, cenário concomitante de terror e de velas acesas, para a realização da *luta* e da conjugação de todos os verbos a que eu pude assistir nas palavras das militantes e numa cidade vastamente iluminada por centenas de pequenas velas postas em copos de plástico.

Não pretendo, com isso, recusar ou aceitar a hipótese de existência do crime de tráfico de pessoas na região de *Rosário*. O material colhido durante o trabalho de campo desta pesquisa não permite considerações sobre os “atos” do tráfico de pessoas. Além disso, se ponho em xeque a pressuposição estruturalista de uma violência abstraída das relações sociais e das experiências de sujeição e formação de sujeitos, tampouco intenciono reafirmar o ideário liberal fincado no paradigma de uma “autonomia” novamente suposta e abstrata. Em sentido inverso, e seguindo as pistas deixadas por Júlio Assis Simões (2016) ao se deparar com um problema semelhante em torno de imagens relativas a embates políticos urdidos em gênero e sexualidade, procuro notar que “essas imagens produzem tanto quanto disfarçam”. “É da tensão constante e produtiva desses ideais contraditórios que busco tratar: não como simulacros, mas como narrativas que têm eficácia na constituição de modos sociais de entender e sentir gênero e sexualidade, prazeres e perigos”. Até então, durante todo este texto, tentei valorizar analiticamente essa tensão e explorar suas potencialidades nas narrativas sobre violência e nas *lutas* por direitos ou “justiça”. É necessário, entretanto, compreender que tais *lutas* e narrativas se realizam entremeadas a processos de Estado.

Objeto áspero

Na confusão burocrática do processo judicial que trata do episódio de invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho*, duas questões centrais e mútuas se encontram sob dúvida: a ocorrência da violência sexual sofrida por *Dona Marcinha* e a autoria dos crimes. Essas questões aparecem e desaparecem oscilantemente no decurso dos autos processuais. Entretanto, de modo grave, elas desapareceram furtivamente numa das espécies de documentos em que, *a priori*, não poderiam desaparecer: os laudos traumatológicos. No laudo lavrado pelo perito médico acerca dos ferimentos existentes em *Dona Marcinha* não há qualquer referência à violência sexual. O médico legista apenas mencionou “equimoses de coloração arroxeadas nos braços e no dorso”. A vagina não é citada. Nesse e nos outros dois laudos, o de *Tonho* e o de *Júlio*, o filho adolescente do casal presente ao episódio daquela noite de 09 de dezembro de 2007, inexistem igualmente qualquer menção às autorias dos crimes que, como consta nos laudos, foram cometidos por “elementos desconhecidos”. Em 10 de dezembro de 2007, contudo, minutos antes do encontro com o médico, *Dona Marcinha, Tonho e Júlio* apresentaram declarações a respeito dos crimes junto à Corregedoria da Polícia Civil, em João Pessoa. Lá, não só relataram os fatos acontecidos na noite anterior, como descreveram a violência sexual e apontaram os nomes de quatro dos homens que tomaram sua casa na véspera. Foram eles: a) *Saulo Aguiar*, o policial civil que ocupara ilegalmente o posto de *administrador* da *Fazenda Alfenim* e que, após aquela missa nas terras da *Fazenda*, torturara o professor *Fabrcio Gusmão*; b) *Cláudio Francisco*, um dos netos do *Velho Arlindo*, o proprietário das terras; c) *Joca*, ou *João Abelardo Moura*, empregado de *Arlindo* e então *administrador* da *Alfenim*; e d) *José Felisberto dos Santos*, conhecido como *Zé Cabeça*, um *vaqueiro* da *Fazenda Alfenim* e antigo conhecido do casal de *posseiros*. *Saulo, Cláudio e Joca* são os mesmos três sujeitos identificados pelos *trabalhadores* em razão do episódio, de 25 de novembro de 2007, de destruição da casa que pertenceria a *Jaime*, o filho mais velho de *Tonho e Dona Marcinha*, então recém-casado. Nenhum daqueles quatro nomes consta nos laudos, como não constam menções à violência sexual. Todavia, perante o magistrado, durante a audiência de instrução que a teve como declarante⁹³, em 10 de março de 2009, *Dona Marcinha* foi de pronto questionada sobre a inexistência de informações no laudo traumatológico acerca da violência sexual. Ela então explicou que se achava “em estágio de menstruação” e que, por isso, o exame não pode ser

⁹³ *Dona Marcinha, Tonho, Júlio e Priscila* – uma das filhas do casal – não poderiam juridicamente ser classificados como “testemunhas”, mas sim como “declarantes”, em razão de se encontrarem em condição de vítimas e estarem diretamente envolvidos no caso.

feito, apesar de o médico perito haver “olhado” e afirmado que “quem fez isso era profissional”. Após tais explicações, nada mais perguntaram a *Dona Marcinha* acerca do atentado violento ao pudor. Em contrapartida, todos os homens que serviram como declarantes e testemunhas de acusação foram repetidamente questionados sobre a cena de violência sexual. *Tonho*, por exemplo, precisou informar que não viu alguém introduzir um instrumento na vagina de sua esposa porque se encontrava amarrado na sala de sua casa enquanto *Dona Marcinha* permanecia amarrada no quarto, mas que ouviu quando um dos homens gritou “estupra ela”. Perguntado se havia visto “o objeto áspero que colocaram na vagina de sua esposa”, ele respondeu que não. Questionado exaustivamente se sabia se sua esposa havia falado ao médico legista sobre a violência sexual, ele respondeu que não “porque não acompanhou sua esposa no momento do exame”. Relatou, porém, que o próprio médico legista recomendou que ela se mantivesse em abstinência sexual por 15 dias. A ausência nos laudos traumatológicos de referências à violência sexual e às autorias validaria os diferentes olhares dos juristas sobre os “fatos” e as diferentes materializações desses fatos nos diversos momentos do processo. Em 20 de fevereiro de 2008, o Juiz decretou a prisão preventiva de *Saulo Aguiar*, *Joca*, *Cláudio Francisco* e *Zé Cabeça*, os quatro homens que haviam sido reconhecidos por *Tonho* e *Dona Marcinha*. No texto da decisão, o Juiz verificou a existência de três tipos penais no caso: roubo multiplamente qualificado, atentado violento ao pudor e porte ilegal de arma. Em 05 de maio de 2008, três dos acusados impetraram Habeas Corpus junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba contra o decreto de prisão preventiva. A Magistrada Relatora, na análise dos mesmos documentos, visualizou nos mesmos “fatos” tão somente a presença do crime de lesão corporal de natureza leve – sequer compreendeu, portanto, a ocorrência do roubo – e sugeriu que, sendo assim, o crime fosse destinado a uma mera “transação penal”, tendo em vista ser um ato de menor potencial ofensivo. A Promotora de Justiça, por sua vez, ofereceu, em 07 de maio daquele ano de 2008, denúncia contra os quatro acusados apenas pelo cometimento de crime contra o patrimônio, afastando tanto a violência sexual quanto as lesões corporais, apesar de reconhecer, no texto da denúncia, que *Dona Marcinha* teve suas vestes rasgadas. Um movimento análogo de desaparecimento se dá com os possíveis autores do “fato”. Todos eles arregimentaram álibis e testemunhas que garantiram suas presenças em locais distantes da *Fazenda Alfenim* na noite de 09 de dezembro de 2007. *Saulo Aguiar* estaria numa festa de despedida de uma amiga no município de Bayeux. *Cláudio Francisco* teria passado a noite com sua namorada no apartamento de seus pais, em Recife. *Joca* estaria transportando gado de um proprietário conhecido até a cidade de Santa Rita. *Zé Cabeça*, por fim, teria socorrido, naquela

noite, um parente que sofrera um acidente de carro na BR 230, que liga João Pessoa a Campina Grande.

Faca suja de sangue com lâmina amassada, cabo quebrado e com fios de cabelo enrolados

“A vítima foi identificada como *Sandro Almeida Lúcio*, com 24 anos de idade, um travesti que ‘fazia ponto’ naquele local e era conhecido por ‘*Safira*’ ou ‘*Manca*’, ante uma deficiência física na perna”. Assim, como dito anteriormente, o Promotor de Justiça descreveu *Safira* na segunda página da denúncia que iniciou o processo judicial que a teve como vítima. Segundo a tal denúncia e as conclusões do relatório final do inquérito policial, *Safira* foi assassinada por volta das 4h30 da madrugada do dia 15 de abril de 2011. Achava-se numa rua do centro de Campina Grande, “realizando ‘programas’”, quando foi abordada por homens que desceram de um veículo Celta de cor preta, rodas de liga leve, duas portas, com um adesivo de cor branca na parte superior do para-brisa traseiro. Do carro desceram três homens. Um quarto homem permaneceu na direção do automóvel. Assim que os viu, *Safira* correu, tentou escapar. Sua perna deficiente, no entanto, não permitiu que ela fosse muito longe. Um dos homens a derrubou numa rasteira. Os outros dois a esfaquearam mais de trinta vezes. Cortaram, inclusive, a “veia jugular do pescoço da vítima”. Os homens voltaram ao carro e se foram. Mas uma das armas, uma faca-peixeira de sete polegadas, foi deixada no local do homicídio e posteriormente apreendida pelos policiais. Todo o episódio foi filmado pelas câmeras de rua da Superintendência de Trânsito e Transporte Público da cidade. Dois irmãos de *Safira* procuraram a delegacia de polícia e informaram que um carro com as mesmas características daquele utilizado no crime passou, por duas vezes, em frente ao velório da vítima. De acordo com os dois irmãos, o carro pertenceria aos *Cangaceiros*, “uma família conhecida na esfera policial por praticar homicídios e tráfico de drogas”. Uma decisão judicial permitiu a realização da prisão preventiva de um dos suspeitos e uma operação de busca e apreensão junto à casa de sua mãe. Na garagem da casa, encontrou-se o mencionado Celta. Na cozinha, achava-se a provável segunda arma empregada no assassinato, “uma faca suja de sangue com lâmina amassada, cabo quebrado e com fios de cabelos enrolados”. Os policiais também encontraram, na casa, uma espingarda calibre 12 e *Henrique*, um adolescente de 17 anos, irmão de dois suspeitos, que acabou por confessar haver cometido o crime contra *Safira*. *Henrique* indicou ainda o nome de outros dois rapazes que teriam participado do homicídio. Livrou, contudo, seus irmãos. Em sua confissão junto à delegacia, no dia 17 de abril, *Henrique* assumiu o planejamento e a execução da morte. Alegou que, alguns dias antes, havia decidido matar *Safira* por conta de uma

vingança. Contou que *Safira* teria agenciado, para ele, os serviços de uma prostituta, mas que a própria *Safira* se valeu da situação para, ainda antes do programa, roubar oitocentos reais que *Henrique* trazia consigo. Esse dinheiro corresponderia ao “apurado do trailer” de seu irmão, uma lanchonete ou um bar onde *Henrique*, segundo diz, trabalhava. Questionado, na delegacia, sobre as razões da brutalidade do crime, o rapaz explicou que “se desse apenas uma facada na vítima, já iria dar ‘cana’, então decidiu dar os demais golpes”. A Delegada de Polícia responsável pelas investigações adotou a versão dos fatos apresentada pelo adolescente. “Embora nenhuma das testemunhas relate com detalhes a motivação do crime realizado com tanta violência e ira, percebe-se pelas próprias oitivas dos autores do homicídio que se tratava de um roubo provocado pela vítima e vingado com requintes de sofrimento para a vítima que não teve como se defender de tantos algozes e de tantos golpes de faca”. A partir do resultado das investigações, o Promotor de Justiça também aderiu à versão de *Henrique*. Nem no relatório final do inquérito, nem na denúncia produzida pelo Promotor, a palavra “homofobia” foi escrita. O Movimento LGBT, entretanto, reagiu à sua ausência. Diante das notícias sobre o assassinato de *Safira* e as posições tomadas pela Delegada, militantes do Movimento procuraram representantes do Governo da Paraíba, requisitaram explicações, pretendiam que a *homofobia* fosse explicitada para ser combatida. O Secretário de Segurança, porém, recusou a interpretação dos fatos oferecida pelos militantes. “Não existem crimes homofóbicos” – argumentou o mesmo Secretário de Segurança que viria a pedir desculpas a *Tereza* após o encontro do corpo de *Emília*. Sobre a morte de *Safira*, ele não haveria de pedir quaisquer desculpas⁹⁴.

A mobilização e a ratificação de convenções morais por parte dos sujeitos implicados nos processos de pranteamento coletivo da perda, de legitimação das vítimas e de *lutas* por direitos e “justiça” confrontam ausências. A reivindicação da violência, a brutalização dos corpos, a busca pela tessitura da inteligibilidade da vida e da inadmissibilidade histórica enfrentam oscilantes aparecimentos e desaparecimentos, seja do ato de violência sexual contra *Dona Marcinha* ou das facadas desferidas contra *Safira* e que, na compreensão dos militantes do Movimento LGBT, significam inescapavelmente *homofobia*. Quando, no início deste

⁹⁴ Agradeço a Francisco Lúcio de Assis Neto pelo acesso aos autos do processo judicial que tem *Safira* como vítima. Lúcio conheceu o “caso” de *Safira* através da leitura de “Corpos brutalizados” (Efreim Filho, 2016). À época, ele era estudante do curso de direito da UFPB e, sob minha orientação, dedicava-se a seu trabalho de conclusão de curso, que acabou tratando do referido caso. Foi Lúcio quem, depois de muitas tentativas, conseguiu encontrar os autos do processo em meio à confusão burocrática do Tribunal de Justiça da Paraíba. Por sugestão minha, sua monografia também se intitulou “30 facadas”, como o presente capítulo.

capítulo, vali-me das contribuições de Mariza Corrêa (1983) para tratar da correlação entre os “atos” e os “autos”, procurei explicar que as narrativas sobre violência atuam nas disputadas acerca dos “fatos”, daquilo que aconteceu originalmente e que passa a ser construído e reconstruído a partir das ações dos sujeitos e das relações de poder dispostas em determinado cenário, constitutivas dele. A “materialidade do crime” integra esses “atos” – que apenas existem através dos “autos” – sob conflito. A violência reivindicada para a feitura da política, portanto, por mais brutalizada que seja, por mais que reafirme convenções morais de gênero e de sexualidade, carece, antes de mais nada, de “materialização”.

Se, como eu disse páginas atrás, as trinta facadas contra *Safira* não são óbvias porque *Safira* não é óbvia, porque sua vida não é suficientemente inteligível no que tange, por exemplo, a dimensões de gênero e de sexualidade, os investimentos dos integrantes do Movimento LGBT se dão na tentativa de minimamente “materializar” a violência, localizando-a nos interstícios das relações sociais que a produzem e que os militantes querem transformar. É preciso, assim, “materializar”, narrativamente fazer matéria, manufaturar corpo e cicatriz, como nos esforços de pranteamento coletivo da perda. Para tanto, as materializações ou desmaterializações dos corpos vitimados, nos documentos produzidos pelos movimentos sociais, nos inquéritos policiais e nos processos judiciais, também demandam o acionamento daquelas convenções morais.

As pesquisas de Laura Lowenkron (2012), a respeito das práticas classificatórias empreendidas pela Polícia Federal nas investigações sobre a presença de “pornografia infantil”⁹⁵ em sites pornô, oferecem um olhar interessante acerca do modo como os procedimentos de classificação etária dos corpos se articulam a convenções geracionais, de gênero e de sexualidade. Acompanhando as teses de Judith Butler (2002) e Michel Foucault (2010) acerca da inexistência de um “sexo” pré-discursivo, Laura Lowenkron aposta na análoga inexistência de uma realidade corporal pré-discursiva, o que requisitaria pensar seja na performatividade do “sexo”, como faz Butler, seja na performatividade dos atributos físicos de idade. Nas narrativas sobre violência trazidas a esta tese, a materialização das cicatrizes corporais é disputada à medida da brutalização e das convenções. Cada facada é minuciosamente contada e recontada frente à ameaça de seu possível desaparecimento. Ou, tão grave quanto, diante de sua abstrata equiparação a R\$ 800,00, tão abstrata a ponto de justificar a aceitabilidade retórica de uma “vingança”.

⁹⁵ A autora parte da premissa de que a noção de “pornografia infantil” não deve ser tomada como algo auto-evidente.

Como notei no primeiro capítulo, o episódio de invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho* foi narrativamente ativado pelos *trabalhadores* para tecer e explicitar a inadmissibilidade do conflito, acelerar a sua resolução e, pressupostamente, garantir a efetivação do acordo judicial de compra das terras da *Fazenda Alfenim* pelo INCRA. No entanto, como de costume, essa ativação se deu num contexto de relações de forças assimétricas entre proprietários e *trabalhadores*. Essa assimetria se denuncia, por exemplo, num despacho sintomático proferido pelo Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal da Paraíba em 21 de dezembro de 2007. Após receber, de ambas as partes, denúncias de “quebras” do acordo de convivência, o Juiz determinou que os proprietários apresentassem provas das alegações de que novas casas vinham sendo construídas pelos *posseiros*. Requereu também que eles se manifestassem a respeito das informações apresentadas pelo INCRA relativas ao episódio da noite de 09 de dezembro de 2007. Em síntese, diante do mesmo Magistrado, proprietários acusavam *posseiros* de “construírem casas” em meio ao latifúndio enquanto *posseiros* acusavam proprietários e *capangas* de inúmeras “violências”. Numa petição judicial de 09 de junho de 2009, o advogado da Comissão Pastoral da Terra argumentava acerca dessa assimetria dos rompimentos. Dizia o Advogado, ao mesmo Magistrado, que os proprietários vinham realizando e simulando atos que seriam atribuídos aos *posseiros*. Segundo o Advogado, tal empreitada intencionaria abrandar a gravidade das violências perpetradas contra os *trabalhadores* por meio da exposição das múltiplas “quebras” aparentemente cometidas por “ambos os lados”.

Claro, a mobilização de narrativas sobre o episódio de invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho* põe a violência sexual em primeiro plano. Muito mais do que os roubos e as surras contra *Tonho e Júlio*, é a violência sexual contra *Dona Marcinha* o que preenche substancialmente as denúncias e a contextura do inadmissível histórico. Ao trazer a violência sexual ao foco do problema, está-se necessariamente a reconduzir, também para o cerne da questão, os valores e as moralidades que circundam a sexualidade. Trata-se, porém, mais uma vez, de uma inexorabilidade, de uma tomada de posição interior a um conflito em que casas construídas ou árvores derrubadas – assisti a uma audiência judicial em que um dos netos do *Velho Arlindo* apresentou um vídeo em que alguns dos *trabalhadores* apareciam derrubando “violentamente”, ele dizia, algumas árvores – são equiparáveis a ameaças, torturas, cárcere privado, lesões corporais etc. Todos gestos de “quebras de acordo”, afinal, indistintamente. A materialização daquilo que os militantes chamam de “violência”, sendo assim, confronta ainda as materializações de que eles próprios são acusados. Confronta, interessantemente, a capacidade de desmaterialização ou transubstanciação dos sujeitos que, de regra, só os

trabalhadores podem acusar, já que no interior do latifúndio somente os olhos dos *trabalhadores* testemunham as violências de que eles sofrem.

Nos autos dos processos judiciais relativos ao conflito da *Fazenda Alfenim*, a personagem do policial *Saulo Aguiar* protagoniza, em algumas ocasiões, a mencionada habilidade de transubstanciação. Isto acontece, por exemplo, nas páginas do processo judicial que apura a destruição da casa ocorrida em 25 de novembro de 2007. *Saulo*, como dito, foi um dos acusados pelos *trabalhadores* do cometimento das agressões naquela tarde de domingo, alguns dias antes da invasão da casa de *Dona Marcinha e Tonho*. Seu nome inclusive chegou a constar no inquérito policial que investigava o fato. No decurso do inquérito, no entanto, *Saulo Aguiar* teria argumentado – contra as palavras dos vários *trabalhadores* que apontaram a sua presença na *Fazenda Alfenim* – que àquela data se encontrava numa vaquejada em outra cidade. A denúncia, oferecida por um Promotor de Justiça apenas em março de 2010, mais de dois anos após a destruição da casa, silenciosamente ignorou a existência de *Saulo* no inquérito policial. O Promotor sequer justificou o porquê de não introduzir o policial civil entre os denunciados.

Algo parecido se deu quando da decretação de prisão preventiva, pelo Juiz, contra os quatro réus do processo judicial relativo aos acontecimentos da noite de 09 de dezembro de 2007. Àquele momento, *Saulo Aguiar* teve sua prisão decretada junto com as dos demais investigados. No texto do decreto de prisão, datado de 20 de fevereiro de 2008, o referido Juiz justifica, com contundência, a necessidade de prisão do policial. Afirma que *Saulo Aguiar* se trata de um policial civil, “pessoa que pela função que ocupa no Estado tem o dever legal de manter a ordem e fornecer segurança às pessoas”, mas que, “pelo que consta nos autos”, seria o comandante de uma ação criminosa. Pouco mais de um mês depois dessa decisão, entretanto, em 24 de março de 2008, o mesmo Juiz proferiu uma nova decisão, agora acatando o pedido de revogação de prisão preventiva interposto pelo advogado de *Saulo*. Na justificação dessa segunda decisão, o Juiz afirma que *Saulo* é policial civil e, como tal, é servidor público, “réu primário, portador de bons antecedentes, tem endereço certo e definido e, portanto, tem o direito subjetivo de permanecer em liberdade durante a instrução do processo”. *Saulo* se transubstancia da figura do “comandante de ação criminosa” para a do “portador de bons antecedentes” – metamorfose esta que afasta de si a lista de processos judiciais a que *Saulo Aguiar* respondia ou havia respondido, além das muitas denúncias públicas acerca de sua vinculação com *grupos de extermínio e milícias privadas*.

Nas disputas que conformam os autos dos processos judiciais e inquéritos policiais, a habilidade de transubstanciação de *Saulo Aguiar* e dos demais réus ou acusados está intimamente ligada ao desaparecimento das violências sofridas pelos *trabalhadores* e,

inclusive, da violência sexual contra *Dona Marcinha*. De antemão, as assimetrias e invisibilidades características aos conflitos agrários ajudam a explicar tal ligação. Em termos simples: numa propriedade rural de aproximadamente 900 hectares situada no semiárido paraibano, ninguém vê uma Saveiro atravessar a noite e estacionar diante da casa de uma família de *posseiros*; ninguém escuta os gritos de “isto é um assalto” ou “estupra ela”; ninguém reconhece os homens encapuzados ou o *vaqueiro*; ninguém, a não ser os próprios *posseiros* ou talvez seus vizinhos, igualmente *posseiros*, sujeitos cuja inteligibilidade, como argumentei, acha-se sob suspeita. Não acidentalmente, trata-se da mesma propriedade rural em que, até os idos da década de noventa do século XX, modernamente arcaica, arcaicamente moderna, o trabalho gratuito era cobrado como condição para a estadia nas terras.

Aleguei anteriormente que a cobrança do cambão se forjava também através de relações recíprocas de classe e gênero, de uma homologia ao trabalho doméstico, não pago. Sua invisibilidade pública, sua domesticização, é, todavia, coetânea à invisibilidade da Saveiro, à transubstanciação dos acusados, à desmaterialização das provas. Como se dá muitas vezes com os casos de violência doméstica contra mulheres, ninguém vê ou escuta, a não ser aquela que seria a “vítima”, de modo que, não raro, a única materialização possível da violência deve restar em seu próprio corpo. Os casos de violência sexual, de certo, possuem dinâmicas específicas ou, como Joana Domingues Vargas (2007) as denominou, um próprio “fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro”. Entretanto, no caso do episódio da invasão da casa de *Dona Marcinha* e *Tonho*, a ausência de referências ao atentado violento ao pudor no laudo traumatológico, a ausência do exame dos órgãos sexuais de *Dona Marcinha*, colaborou decisivamente com o progressivo desaparecimento da violência sexual das páginas dos autos do processo judicial.

Eu me perguntei, muitas vezes, acerca dos motivos dessa ausência. Cogitei, por exemplo, a possibilidade de o médico legista de plantão não possuir os formulários necessários aos casos de estupro e violência sexual ou de ele simplesmente não haver se valido deles num caso atinente a um conflito agrário. Intrigado, cheguei a perguntar a amigos policiais civis se a menstruação impediria ou não, de fato, a realização do exame. Pensei mesmo na probabilidade de *Dona Marcinha*, constrangida, haver evitado a execução do exame, embora, de acordo com o que *Tonho* falou em audiência, o médico legista soubesse do acontecido. Os autos não oferecem respostas para essas dúvidas. Tampouco eu pude perguntar a *Marcos*, *Tonho* ou *Dona Marcinha* a esse respeito. Ainda que a violência sexual haja ocupado o centro das atenções nas narrativas sobre violência movimentadas em meio ao conflito, verdade é que os *trabalhadores*, ambigualmente, envolvem em silêncios profundos o episódio de invasão da casa, o “estupra ela”

e o tal objeto cilíndrico e cortante. Em nossa entrevista, *Marcos*, de regra tão detalhista ao relatar as histórias da *luta* na *Fazenda Alfenim*, não descreveu a invasão. Referiu-se, apenas tangencialmente, àqueles fatos que todos conhecem. Aqui, a violência contamina e eu restei sem respostas, como há de acontecer perante as densas malhas do terror.

Entretanto, ainda que houvesse respostas mais ou menos “óbvias” e que o laudo traumatológico indicasse a ocorrência de violência sexual, ainda que o “ato” se fizesse materializado, evidente e claro, a desmaterialização ou a transubstanciação dos acusados provavelmente manteria opacos e dissimulados os homens que adentraram a casa da família de *posseiros*. A matéria iluminada também se encontra sob conflito. As luzes das velas de *Rosário* o testemunham. Os postes de rua e as câmeras da Superintendência de Trânsito de Campina Grande também. 30 facadas. A equiparação de casas construídas e árvores cortadas às violências narradas pelos *trabalhadores* da *Fazenda Alfenim* é análoga à equiparação entre as dezenas de cortes no corpo de *Safira* e a vingança pelo roubo de oitocentos reais. À diferença que, quanto à morte de *Safira*, o roubo de que o adolescente *Henrique* fala nunca foi demonstrado, não houve qualquer empenho para a sua materialização nos autos do inquérito. A contagem insistente de cada uma das facadas, pelos integrantes do Movimento LGBT, contrapõe-se à caracterização da vítima como uma “criminosa”, mas isto a partir de um “crime” etéreo que, de pronto, obstaculiza a classificação do homicídio como *homofóbico*.

Não, o caso de *Safira* é emblemático! Assim, não dá pra ficar dúvida. (...) E até você pode inverter a situação e fazer alguém responder: – se fosse uma mulher, seria morta da mesma forma? Uma mulher, ela roubou 800 reais, é uma prostituta e roubou 800 reais. Precisariam de 05 homens para matá-la?⁹⁶ Não. Então tem um elemento de machismo aí porque um homem só dá conta de uma mulher. Inclusive porque se não der vai ficar feio pra ele. Do ponto de vista dele mesmo. Então ele não vai chamar outros quatro. Então, precisam de 05 homens para matar? Se fosse uma mulher e tivesse roubado 800? Então, e aí? Qual é a explicação? E outra coisa: 05 homens para matar uma travesti aleijada? Que não corria? Sabia que ela era aleijada, não? Ela era aleijada de uma perna! Você não a vê correndo? A dificuldade? Por isso que ela cai. Era aleijada. Travesti, aleijada, negra, feia e pobre. E mora longe! Tudo o que não presta. Quatro homens para matar – porque um ficou no carro – quatro homens para matar uma travesti aleijada? Que não corria? Ela era pernetta. Tinha uma perna fina, eu acho. (...) Ah, outra coisa também: o motivo foi o roubo. Isso aí é pra qualquer crime de ódio. Mas crimes de ódio não acontecem todo dia com homens e mulheres, acontecem com LGBT. Mesmo com o ódio, a fúria do momento, mas o motivo foi o roubo. Ele não tinha ódio dela, né? Foi roubo! Ódio só de ter sido enganado, humilhado, traído e roubado, vamos dizer, tinha esse ódio. Precisa de 30 facadas para você eliminar o seu ódio? (*André*, entrevista concedida em 05 de maio de 2013).

⁹⁶ Como visto, 04 homens estavam no Celta que alcançou *Safira* naquela madrugada de 15 de abril de 2011. André, no entanto, parece se confundir e fala em cinco homens.

Nas narrativas sobre violência sustentadas pelos militantes do Movimento LGBT, como já comentei, as imagens de brutalidade avalizam o preenchimento semântico da *homofobia*. O excesso e o inexplicável precisam ser reivindicados e pranteados. Durante sua pesquisa etnográfica a respeito do “caso dos meninos emasculados de Altamira”, Paula Mendes Lacerda (2012) também se deparou com o excesso e o inexplicável. A “emasculação”⁹⁷ – a retirada violenta dos órgãos genitais dos meninos – costumava ser encarada nessa chave, do excessivamente inexplicável ou do inexplicavelmente excessivo, pelas pessoas envolvidas com o “caso”. Nos anos que seguiram os crimes, essas pessoas, familiares das crianças ou agentes de Estado, recorreram a diferentes estratégias simbólicas para produzir explicações para o crime, como a da existência de um “*serial killer*” na região ou a da organização de uma seita satânica ou de “magia negra”. Tratar-se-iam de maneiras de “encontrar a inteligibilidade no inexplicável” (Idem, p. 319). Os excessos de violência provocariam ondas de medo que seriam minimizadas a partir das mobilizações políticas dos familiares contra “o Estado” e “os criminosos”. Essas mobilizações, por sua vez, também concerniriam em táticas de administração da dor e do sofrimento, tornados públicos, e aproximariam os familiares dos “meninos” de outros movimentos sociais e bandeiras políticas, como as da “sobrevivência da Amazônia”, dos “Direitos Humanos” e do “Grito dos Excluídos”.

Se transportado descuidadamente para outros contextos, porém, o esforço de Lacerda em analisar as tentativas de explicação para o inexplicável corre o perigo de manter esse “inexplicável” numa redoma insuperável de intangibilidade. O inexplicável se torna intocável, intratável em seus mistérios, impossível de desvendamento. Claro, no “caso dos meninos emasculados”, aquilo que não se explica nas medidas do excesso é excessivamente flagrante: nada garante inteligibilidade suficiente à emasculação, aos olhos arrancados ou ao escarpelamento das crianças. Paula Lacerda, ouvindo seus interlocutores, chega a localizar os crimes e sua “impunidade” no contexto regional de desigualdades sociais extremadas e de vulnerabilização da infância, mas o domínio desse inexplicável, como ela nota, reafirma-se para além do contexto. Em diferentes proporções, ele também se reafirma nas brutalizações dos corpos de que tratam as narrativas sobre violência que eu venho perscrutando neste texto.

O número de facadas sobre o corpo de *Safira* pertence ao inexplicável, tal qual a quantidade de homens organizados para o assassinato de uma “travesti aleijada”. O “ódio”, por

⁹⁷ Paula Lacerda (2012) utiliza a palavra entre aspas em razão dos movimentos políticos que a atravessam. Em nem todos os casos dos “meninos emasculados”, por exemplo, ocorreram emasculações de fato, no sentido médico da expressão. Apesar disso, a expressão impactante termina reunindo vários “casos”, às vezes mais, às vezes menos, a depender da conjuntura.

si, não explica a aritmética dos golpes, o porquê dos 30 e não de 05, ou o número de facadas que permite a configuração do excesso. Mas esse inexplicável reside no fato de que o brutal não perfaz uma obviedade. As brutalidades são disputadas e construídas palmo a palmo, golpe a golpe, relatório a relatório. Entretanto, aqui, novamente, o domínio do inexplicável perde espaço para as investidas políticas do Movimento. A *homofobia* é o que garante inteligibilidade para os crimes. E isso, diferentemente do que acontece com a personagem hollywoodiana do *serial killer*⁹⁸ ou com a seita satânica. Se a *homofobia* não explica o inexplicável diâmetro das facadas ou das pedradas, ela minimamente oferece pistas das vinculações dessas violências com relações de gênero e de sexualidade. Tal qual o jogo de lusco-fusco típico ao confronto com o terror, em fricção com a alegação da *homofobia*, o incomensurável existirá em disputa com exercícios de compreensão que não se completarão, mas evidenciarão lampejos das relações de poder que oportunizam a violência.

Como dito, gênero e sexualidade compõem essas relações. O gesto de violência sexual contra *Dona Marcinha* é inexplicavelmente excessivo, mas sua aparição narrativa denuncia, ao menos, as reciprocidades constitutivas entre conflitos de classe, territoriais, de gênero e de sexualidade. As facadas contra *Safira* seguem no mesmo sentido. O uso de duas facas de cozinha por homens acostumados ao manejo de armas de fogo, como parece ser o caso dos *Cangaceiros*, consiste numa ironia de gênero. No entanto, também remonta a uma ironia recíproca de classe e sexualidade, afinal são homens muito jovens – daqueles que “dão problemas” – os que atuam no mercado de drogas ilícitas, transitam por territórios delinqüenciáveis, travam relações próximas com a *travesti* que se prostitui nas noites da cidade e se esforçam narrativamente para justificar que aquele “contato” se deu tão somente para que *Safira* agenciasse os serviços de uma (outra) “prostituta” que, por sinal, nunca apareceu. Não, as 30 facadas não se explicam. No limite, como *Henrique* expõe, elas ocorreram simplesmente porque podiam ocorrer: “se desse apenas uma facada na vítima, já iria dar ‘cana’, então decidi dar os demais golpes”. O mesmo pode ser dito sobre o emprego do objeto cilíndrico e cortante ou do rabo do timbu preparado para a surra em *Gabriel*. Os excessos se afirmam frente à sua mera possibilidade. Ocorreram porque podiam ocorrer. Entretanto, igualmente poderiam não haver ocorrido. A anúncio de sua ocorrência comunica algo das relações de poder e das reciprocidades constitutivas que ali latejam.

As incertezas características a essa abordagem analítica, à recepção das densas malhas do terror e de suas desrazões anunciativas de relações de poder jamais assimiláveis por

⁹⁸ Curiosamente, um dos casos apresentados nos relatórios do Movimento LGBT menciona a existência de um policial militar “*serial killer*” que teria assassinado *travestis* e prostitutas no sertão da Paraíba.

completo, fazem pouquíssimo sentido junto às arenas estatais de legitimação. Inelutavelmente, é nessas arenas que as estratégias narrativas de reivindicação da violência se desenvolvem e a *luta* se desdobra. Mas isto na tangência das demandas por aquela “objetividade ilusória” que, ao final, requisitará que as mortes de *Emília*, *Gabriel* e *Safira* sejam individualizadas e isoladas em suas motivações, linearmente alocadas em sínteses superficiais de causas e consequências – ou, como preferem os juristas, em “nexos de causalidade” – que evitam a maior complexidade das relações de poder e, até mesmo, da alegação de *homofobia*. Nos autos dos inquéritos e dos processos judiciais que têm *Dona Marcinha*, *Gabriel* e *Safira* como vítimas, assim como nas disputas mais amplas em torno de sua legitimação enquanto “vítimas”, a objetividade, a linearidade, em suma, a “coerência” é exigida como um pré-requisito. Larissa Nadai (2016; 2012) notou essa mesma necessidade de produção de “coerência” durante sua pesquisa etnográfica junto à Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas. Lá, diante dos cartórios e dos documentos policiais, às escritãs “não bastava preencher de maneira objetiva e com celeridade as informações elencadas no sistema da polícia civil. Ao contrário, e em oposição à *parte da frente* da DDM, era preciso, com calma, ‘recheiar’ com muitos detalhes todas as cenas comunicadas, dando coerência e coesão às informações trazidas por vítimas e autores” (2016, p. 72).

É também conforme essa premência por coerência que os arquétipos de vítimas e algozes são delineados de acordo com pretensões normativas que fixam e dicotomizam identidades e que, portanto, sonegam as ambivalências e contradições narrativas que constituem essas identidades nas experiências, igualmente ambivalentes e contraditórias, dos sujeitos. A imagem de *Paulo*, o “monstro” de “mente doentia”, serviu habilmente para a figuração do algoz, figuração esta fundamental à sua condenação a 34 anos e 04 meses de prisão em regime fechado, após a realização da sessão do tribunal do júri em 18 de agosto de 2015. A invocação do “monstro”, aleguei anteriormente, assegura a “objetividade ilusória” e aparentemente distancia as malhas do terror e de sua incompreensibilidade. Satisfaz, dessa forma, os rituais oficiais de ficcionalização da “coerência”. Flerta ao mesmo tempo, porém, com a suposição de certa “insanidade”. Sendo um “monstro”, tendo feito o que fez, *Paulo* não pode ser considerado uma pessoa “normal”.

As acusações de anormalidade e insanidade, todavia, não devem romper determinadas divisas. Embora “monstro” e, em alguma medida, “insano”, o algoz que precisa ser punido deve ser relativamente mantido na esfera da racionalidade. De outro modo, ele seria transportado para a categoria do “louco-criminoso”, aquele cujo estatuto médico-legal ambíguo, como percebeu Sérgio Carrara, habita “uma região estranha onde ‘culpa’ e ‘inocência’ parecem se

defrontar com igualdade de forças” (1988, p. 31). *Paulo* precisa ser culpado, o caso precisa ser encerrado, o terror precisa ser diluído. A imagem do “monstro” colabora para tanto. Tal imagem, porém, pouco ou nada explica o fato de que parte significativa dos casos de violência sexual contra as mulheres são protagonizados por homens indesejáveis, “normais” para todos os efeitos, e que com elas convivem proximamente. Nas narrativas das integrantes do *Comitê de Solidariedade Emília*, esses casos se repetem incansavelmente, ainda que as cansem. *Mariana* me falou de alguns deles. *Miúda*, uma adolescente, foi assassinada pelo pai que não aceitava o comportamento da filha. O marido da jovem *Janáina* – *Mariana* salientou: um senhor de mais de setenta anos – dirigiu o carro em velocidade contra o muro do quarto do casal, onde *Janáina* estaria, para matá-la. Acertou uma prima, quebrou o seu braço, mas ambas sobreviveram. Apesar dos seus gestos de violência, nenhum desses homens seria monstruosamente comparável a *Paulo*. Não com tamanha gravidade.

A “normalidade” ou a “cotidianidade” de casos como os de *Miúda* e *Janáina*, narrados aos montes, afrontam a excepcionalidade da personagem do “monstro”, aquele com uma série de estupros e violências em sua “carreira”, a personagem idealmente desejável para consubstanciar o papel do algoz. Nesses casos “corriqueiros”, a demonstração das violências e imagens de brutalidade que tornarão o caso apreensível pelas lógicas de Estado dominantes se faz mais difícil. Falta-lhes o “monstro” de “mente doentia”. A demanda por esse sujeito excepcional, no entanto, prejudica a percepção de que a violência é normal e cotidianamente perpetrada não por “monstros”, mas, como dito, por sujeitos indiscutivelmente “normais” – ou, melhor dizendo, “normalizáveis”. Segundo Sérgio Carrara, “a sociedade burguesa, liberal, democrática, progressista, representação do próprio paraíso reconquistado (ou, ao menos, passo fundamental para tal reconquista), não parece aceitar que alguém possa agredi-la em sua consciência” (1998, p. 69). É que essas lógicas de constituição da “objetividade ilusória” desejam a violência extrema, a liturgia da demonstração pública da dor, reconfigurando nas frinchas modernas do “Estado de Direito” os rituais supliciais descritos por Michel Foucault (2008) logo no início de “Vigiar e Punir”.

Todavia, se nos cadafalsos do Antigo Regime a inscrição da violência no corpo do condenado deveria cumprir com a função pedagógica de marcar indelevelmente a memória dos homens que assistiam ao espetáculo punitivo, no que aqui nos interessa, a violência consiste num “desejo pelo desejo de Estado”, como Judith Butler (2003) o compreendeu, que presume a violência como uma excepcionalidade destrutiva e, assim, como a disjunção de um cotidiano desprovido de violência, como uma anormalidade frente à ficção estatal do monopólio da violência legítima. Em outras palavras, a violência consiste em algo que, de acordo com

determinadas narrativas “de Estado”, somente pode pertencer legitimamente àquilo que performaticamente se nomeia como Estado, mas que os sentidos e práticas de Estado desejam e requerem detalhadamente demonstrada, perscrutada, exposta, para movimentar agentes e organismos estatais contra, ironicamente, a “violência”. Quero com isso dizer que as narrativas sobre violência, imprescindíveis aos rituais de pranteamento coletivo da perda e às estratégias de *luta* por direitos e “justiça”, participam profunda e inexoravelmente dos processos de feitura da noção de Estado.

Sílvia Aguião denominou habilmente esses processos de “fazer-se no Estado”. Este “fazer-se” remonta, de acordo com Aguião, às “formas através das quais o Estado produz os sujeitos que governa (administra)”, mas também ao “processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado” (2014, p. 14). Através de um diálogo com os trabalhos de Philip Abrams (1988[1977]), Aguião toma “o Estado” não como uma estrutura fundamental e oculta que carece de desvelamento, mas como práticas políticas através das quais o Estado é forjado como um “ente”, como aquela tal estrutura fundamental e oculta. “O estado como prática, o estado-sistema, seria a forma através da qual o estado-ideia é construído” (Aguião, 2014, p. 14). Mesmo que me valendo de um repertório teórico diverso, parece-me que é disso que venho tentando tratar neste capítulo e, talvez, nesta tese como um todo. O meu uso impreciso e deficitário de expressões igualmente imprecisas e deficitárias como “lógicas de Estado”, “sentidos de Estado”, “arenas de Estado” e “agentes de Estado” se confronta, linha a linha, com o meu próprio empenho em destrinchar as “práticas de Estado”, ou, melhor dizendo, as práticas dos sujeitos cujas reivindicações e *lutas* acabam por produzir Estado, sendo eles mesmos produzidos nos interstícios desse processo.

Considerações Finais

SORRISOS COM AR DE DEBOCHE

[Nota do diário de campo; manhã de 17 de junho de 2015]. Fórum Thomaz de Aquino, bairro de Santo Antônio, centro do Recife. Avistei *Rosa* assim que cheguei ao auditório. Achava-se cercada por repórteres e câmeras de televisão. Concedia entrevistas, cumprimentava pessoas conhecidas, conversava com os advogados que serviriam de assistência à acusação, recebia integrantes de organizações de Direitos Humanos e militantes de movimentos sociais. Estava apreensiva. Havia quase cinco anos da morte de *Gabriel*. Agora, depois de tanto, *Porco* e *Galo* seriam levados a júri popular em razão do homicídio de que eram acusados. A sessão não demorou a começar. Após a abertura dos trabalhos pelo Juiz, o sorteio dos jurados, a leitura da denúncia e os interrogatórios dos réus, o Promotor de Justiça iniciou os debates pela acusação. Sua fala apresentou, de pronto, declarações iniciais prestadas por *Galo* junto à delegacia de polícia. Segundo as folhas do inquérito que o Promotor lia diante da plateia e dos jurados, *Galo* contou, na delegacia, do rabo do timbu preparado para a surra no filho de *Rosa*. Falou da raiva que sentiu ao ouvir dizer que *Gabriel* teria espalhado haver transado com ele, com *Porco* e com outros de seus amigos. Afirmou, ainda, que o próprio *Porco* assumiu, no presídio onde ambos já se encontravam presos por conta de roubos, a autoria do homicídio. Lido o depoimento inicial de *Galo*, o Promotor passou então a explorar outros testemunhos e declarações. Pretendia demonstrar que as declarações inicialmente prestadas por *Galo* na delegacia, e posteriormente negadas por ele mesmo, faziam sentido. Trouxe, assim, ao auditório, as declarações de *Matheus*, um dos irmãos de *Gabriel*. “Que, certo dia, não lembra quando foi, *Galo* mostrou um animal, um timbu morto, o qual carregava nas mãos, e disse que era para dar uma surra em *Gabriel*, tendo o declarante dito que se fosse para dar uma surra em *Gabriel*, o declarante também se envolveria na briga”. Em sua declaração perante a polícia, *Matheus* confirmou parte do que *Galo* contara. Haveria, de fato, uma “rixa” entre seu irmão e os rapazes porque, segundo disseram, *Gabriel* “estava espalhando que havia tido relacionamento sexual com eles”. De acordo com *Matheus*, *Gabriel* sabia que *Galo* e *Porco* queriam surrá-lo. Após trazer a público as declarações de *Matheus*, o Promotor se deteve sobre as controversas declarações de um detento chamado *Jonildo*. De antemão, *Jonildo* disse pouco. Falou que conhecia *Gabriel* do bairro de *Santana*, que *Gabriel* “era travesti e uma pessoa muito tranquila, não se envolvia em brigas”. Ao ser perguntado, no entanto, como soube da morte de *Gabriel*, se ouviu algo dito por *Galo* ou *Porco*, *Jonildo* explicou haver sabido do assassinato somente através de um programa

de televisão a que assistira no presídio. Não conversara com *Porco* ou *Galo* sobre o assunto, portanto. Foi o que disse. Desdisse, porém. No plenário, o Promotor de Justiça apresentou uma segunda declaração de *Jonildo* em que o rapaz retificava a sua primeira declaração: “que quando estava preso no Presídio Aníbal Bruno; soube que *Porco* e *Galo* eram suspeitos de ter cometido o homicídio de *Gabriel*; que todos dentro do presídio também comentavam que os dois eram suspeitos de ter cometido esse crime; que inclusive sua genitora também, em uma das visitas, lhe contou que eles eram suspeitos”. *Jonildo* modificou a versão inicialmente apresentada. Ao que disse na segunda oportunidade, ele parece não haver se contentado em apenas saber das suspeitas de que os dois *Power Rangers* haviam assassinado o filho de *Rosa*. Assim que *Porco* e *Galo* chegaram ao Presídio Aníbal Bruno, *Jonildo* resolveu perguntar diretamente aos dois se eles haviam matado *Gabriel*. “O declarante foi até eles e perguntou se foram eles que mataram *Gabriel*, tendo *Porco* e *Galo* dado sorrisos com ar de deboche”. Esta última frase, o Promotor leu em voz alta para, depois, dirigir-se aos dois réus que participavam da sessão e assistiam à sua acusação. “Não sei do que eles estão achando graça ali, agora. Não sei onde pensam que estão. Ninguém está contando brincadeira aqui. Eles não conseguem, é uma graça para eles. O outro parece que está em casa, assistindo à televisão”. O Promotor seguiu, então, à anúnciação do testemunho de mais um rapaz. *Flávio*, segundo contou em audiência, residia em *Santana* e trabalhava descarregando caminhões na Ceasa. No bairro em que moravam, ele conheceu *Gabriel*, “uma ótima pessoa, muito amigo, legal e tranquilo”. Quando *Galo* e *Porco* chegaram ao Aníbal Bruno, *Flávio* também se achava lá, preso, acusado de tráfico de drogas “injustamente”. Na prisão, ouviu *Galo* assumir o assassinato de *Gabriel*. Antes, contudo, *Galo* reconheceu a surra. *Flávio* “(...) estava perto de outros presos quando ouviu *Galo* dizer para todos que ali estavam que havia dado uma pisa, batido em *Gabriel* a pauladas; que falou que foi ele, *Galo* e *Porco*, que bateu nele a pauladas”. Em plenário, o Promotor enfatizou a reação de *Flávio* ao que ouviu de *Galo*. O rapaz sentiu raiva, gostava de *Gabriel*, passou duas noites calado sem falar com ninguém. O Promotor voltou, assim, ao testemunho crucial de *Flávio*: “ouviu no presídio *Galo* dizer que havia matado *Gabriel* a pauladas, juntamente com *Porco*”. Após a descrição dos testemunhos de *Jonildo* e *Flávio*, o Promotor mencionou ainda os testemunhos de mais um rapaz, igualmente preso, e de uma moça. Ambos alegaram, de modo vago, haver ouvido dizer algo parecido com aquilo que *Jonildo* e *Flávio* declararam e o Promotor expôs anteriormente. Em suma, *Galo* e *Porco* eram culpados. Em meio à exposição de um e de outro testemunho, entretanto, o Promotor pediu ao Juiz que chamasse os dois réus ao comportamento. Ressaltava, mais uma vez, desse modo, a postura deles de “deboche”. “Não são apenas debochados, são debochados porque são assim, perigosos”. Nos argumentos

levantados pelo Promotor de Justiça, o “deboche” de que ele acusava *Galo* e *Porco* durante a sessão do tribunal do júri, o “deboche” com o qual, segundo as declarações de *Jonildo*, eles teriam se referido à morte de *Gabriel* na prisão, indicava o desrespeito pelo ambiente, mas sobretudo o desrespeito pela questão sob discussão, a “vida”. Tal desrespeito denunciaria a sua periculosidade. Mas essa periculosidade não seria maior do que a figura de *Rosa*. O Promotor trouxe então à plateia uma passagem do depoimento de *Porco* em que *Rosa* é citada. Quando o questionaram sobre o porquê de ele ser acusado de haver matado *Gabriel*, *Porco* respondeu: “A mãe dele era uma pessoa que procurava ajudar a gente. Ela me botou num curso, fez coisa que só a poxa por mim. De repente, ela virou a cabeça. Eu acho que é porque eu que induzi o outro filho dela a roubar comigo, né? Aí ela ficou com raiva de mim”. Seguindo o depoimento de *Porco*, o Promotor passou a explicar aos jurados que *Rosa*, apontada numa das cadeiras da plateia, era alguém que “ajudava”. Sendo assim, mesmo com medo, as testemunhas então mencionadas teriam resolvido dizer o que sabiam sobre o assassinato do seu filho. Queriam também ajudá-la. “Mesmo com a periculosidade desses senhores (apontou para *Porco* e *Galo*), as pessoas que falaram eram pessoas que conheciam o trabalho de *Rosa* na comunidade. Daí o *Jonildo* dizer, como disse, que não falou pela primeira vez por medo”. Nas palavras do Promotor perante os jurados, estabeleceu-se uma dicotomia. De um lado, a mãe que ajudava a comunidade e que, no passado, tinha ajudado inclusive os que hoje são acusados pelo homicídio de seu filho. De outro lado, “dois acusados, pessoas indiscutivelmente voltadas para o crime”, que conheciam *Rosa* desde meninos, que cresceram e se criaram às voltas de *Gabriel* e de seus irmãos, mas que, a despeito disso, possuíam “total desprezo pela vítima”. “São cínicos, são debochados”. Os réus estavam caracterizados, portanto. “Não se trata de condenar por antecedentes. Se trata de demonstrar quem são”. “É preciso mostrar quem são”. Ao Promotor faltava ainda, entretanto, explicitar a razão da morte, sua causa. Moveu-se, assim, nesse sentido. “A vítima homossexual. E repito: se a vítima fosse uma mulher e tivesse dito que teve relação sexual com eles, a vítima não teria sido morta. Esta é a verdade. Sejamos realistas e botemos os pés no chão. Morreu porque era homossexual. Estamos sim com um crime típico de homofobia”. Sendo a “homofobia” a causa do assassinato, o Promotor lembrou o modo da morte, os chutes e as pancadas desferidos sobre a cabeça de *Gabriel* e que provocaram o traumatismo craniano. “O meio cruel, não há o que se discutir. Bem observado o que fizeram com a cabeça da vítima”. Nas palavras do Promotor, a crueldade e a brutalidade se comprovavam. Mas uma ressalva pareceu precisar ser feita. O Promotor deixou claro que não pretendia modificar as convicções morais dos jurados a respeito do gênero, da sexualidade ou, mais contundentemente, da homossexualidade, “independente de aceitarmos ou não a questão

de opção sexual, independente de que cada uma de Vossas Excelências tenha seus próprios conceitos”, era preciso condenar aqueles dois homens que, segundo dizia, haviam matado uma pessoa. A relevância da vida carecia de ser resguardada. “Não se pode matar uma pessoa por isso”.

Durante o percurso do trabalho de campo que proporcionou esta tese, um grupo de personagens me assombrou persistentemente: os sujeitos acusados pela execução da violência. Embora eu tenha privilegiado as narrativas de meus interlocutores de pesquisa sobre as “vítimas” e as disputas travadas em torno de sua legitimação, os homens acusados – apenas no caso da morte de *Carla* havia uma mulher acusada – permaneceram como uma dúvida, algo mal resolvido em minhas análises, mas igualmente em meus dilemas teóricos e políticos. É que sua proximidade com as “vítimas”, com as relações sociais por elas atravessadas, sobretudo com suas experiências de classe e racialização, levou-me muitas vezes a questionamentos acerca dos enfrentamentos diante dos quais as narrativas sobre violência são reivindicadas, mas principalmente acerca dos sujeitos que ocupam o lugar de “adversários” nesses enfrentamentos. Mais diretamente, sem maiores cuidados de distinção teórica: eu me perguntei se, nesses conflitos, nós, militantes e pesquisadores também implicados naquelas disputas, não estávamos punindo nós mesmos. É possível, acredito, que a minha insistência no argumento da “exteriorização constitutiva” diga respeito também a essa sombra persistente. Ao fato de eu, não raras vezes, haver me deparado com “réus” ou “indiciados” estética e socialmente aproximáveis das vítimas cujas mortes os militantes e movimentos sociais pranteavam. No fim, tratavam-se quase sempre de homens jovens negros, ou racializáveis, da classe trabalhadora, coivaras de caveira de osso, *homens solteiros*, as vítimas mais óbvias do “mata-mata”, do que se vem chamando de “guerra às drogas”, de “extermínio da juventude negra”.

Acontece que o esforço narrativo de tessitura da vítima se encontra intimamente relacionado ao esforço de sua diferenciação dos “algozes”. A necessidade desse último esforço, de certo, é menor se as assimetrias se fazem mais evidentes (ainda que... 30 facadas) ou se a figura do “monstro” responde às exigências formais de preenchimento daquela “objetividade ilusória”, como aconteceu com o vaqueiro *Paulo*, o assassino de *Emília*, a filha de *Tereza*. Entretanto, o esforço se torna maior à medida em que a fricção entre as malhas do terror e as reciprocidades constitutivas das relações sociais indica contato, tangência, proximidade. É o que se dá com *Gabriel*. Na sessão do tribunal do júri de 17 de junho de 2015, essa proximidade

cintilava. *Galo* e *Porco* haviam sido um dos *meninos* das narrativas de *Rosa*, amigos dos seus filhos desde a infância. Na estratégia acusatória adotada pelo Promotor de Justiça, essa proximidade operava ambigualmente. Servia para demonstrar a “periculosidade” dos dois réus, que “desprezavam” uma vida tão próxima; no entanto, explicitava sobremaneira que *Galo*, *Porco*, *Gabriel* e seus irmãos – um dos quais teria, segundo *Porco*, também “entrado no crime” – achavam-se próximos demais, imbricados, em algum sentido talvez indiscerníveis, de modo que a posição da primeira Delegada a investigar a morte de *Gabriel*, a versão de que ele estaria “indiretamente envolvido com drogas”, acaba encontrando lastro nessas “proximidades” – o que, deveria ser “óbvio”, não faz do filho de *Rosa* menos “vítima”, tampouco desautoriza a defesa, levada a cabo por *Rosa* e pelo Promotor de Justiça, da hipótese explicativa da “homofobia”.

Como argumentei no terceiro capítulo, a chave explicativa da “homofobia” ilumina as relações de gênero e de sexualidade que permitem a morte, ensejam a sua possibilidade e, em determinados contextos, impedem a inteligibilidade da vida. A “homofobia”, porém, não basta. Disto eu me convenci rapidamente, logo que comecei a ouvir as narrativas sobre violência. Essas narrativas, tentei explicar no primeiro capítulo desta tese, compõem-se das reciprocidades constitutivas entre as relações sociais. Nas narrativas de *Rosa*, por exemplo, como nos autos do processo judicial e na sessão do tribunal do júri, o assassinato de *Gabriel* tanto se confrontava com relações de gênero e de sexualidade – *Galo* “falou da raiva que sentiu ao ouvir dizer que *Gabriel* teria espalhado haver transado com ele” – quanto, por exemplo, com relações de classe. A “classe” circunda a vizinhança, o fato de quase todas as personagens do “caso” habitarem um bairro periférico da cidade do Recife, de serem “pobres”, mas concerne a trabalho, àquilo de que se vive, que pode ser “injustamente” a atuação no mercado de drogas ilícitas, o descarregamento de caminhões na Ceasa ou a prática de roubos.

Na sessão do júri do caso do homicídio de *Gabriel*, *Galo* e *Porco* foram chamados ao interrogatório. Apenas um deles, não lembro qual, decidiu falar, responder às perguntas do Magistrado. Numa dessas perguntas, o Juiz questionou sobre os processos judiciais a que os réus respondiam, a quantidade de roubos que haviam cometido e o motivo de haverem sido presos anteriormente. O rapaz reconheceu a autoria dos roubos. Com firmeza na voz, sem hesitação ou qualquer intenção de arrependimento, contabilizou diante do Juiz, do Promotor, dos jurados e da plateia em geral, a quantidade de assaltos em que se envolvera. Havia cometido nove ou mais. Afirmou, contudo, não ter matado *Gabriel*. Era um “ladrão normal”, não um assassino. O Magistrado aparentou surpresa com a resposta, com a postura do rapaz que assumia publicamente a dedicação a atividades ilegais. Num perceptível tom jocoso, o Magistrado então

questionou o rapaz a respeito da “normalidade” com que reconhecia ser ladrão. Ele, novamente sem hesitar, ouvindo algumas risadas vindas da plateia, manteve o posicionamento inicial. Explicou, didaticamente, ao Juiz que um “ladrão normal” era alguém que roubava, que praticava assaltos para viver, mas que não excedia esse “crime”, não matava.

De fato, não é possível saber se *Galo* e *Porco* são tão somente “ladrões normais”. Como visto, as histórias contadas por *Rosa* denunciam o contrário. *Porco*, afinal, havia sido um dos responsáveis pelo assassinato de *Felipe*, com um tiro nas costas e dois na cabeça, defronte à casa de *Rosa*, bem antes da morte de *Gabriel*. É possível, todavia, considerar o constrangimento gerado pela enunciação, no interior de um tribunal, da “normalidade” do crime. Essa “normalidade” distingue quem apenas rouba de quem mata, mas expõe, acima de tudo, que o crime não consiste numa excepcionalidade, que ele pode ser compreendido conforme algo corriqueiro, comum, “normal”, a que alguém pode se dedicar normalmente. Ou, melhor dizendo, “como um trabalho”, para citar *Marcela* mais uma vez. Essa experiência de classe no trânsito entre trabalhos legais e ilegais, o descarregamento de caminhões e o mercado de drogas ilícitas, é parte do que faz com que o “crime” não constitua o elemento distintivo central entre os filhos de *Rosa* e aqueles que, um dia, também foram seus *meninos* em *Santana*. Como eu disse no segundo capítulo, envolto com as narrativas de *Marcela*, a *vida errada* e o “crime” não representam o problema narrativo por excelência, o *mata-mata* sim, a violência sim. Algo análogo ocorre com *Rosa*, com seus investimentos na “ajuda” aos *meninos* do bairro.

“Essa senhora de quem ele disse horrores aqui é a mesma que ele disse que ajudou ele” – notou o Promotor de Justiça durante a sessão do júri de 17 de junho de 2015. “Com essa mesma advogada, (*Rosa*) conseguiu a liberdade do *Galo* no passado”. Nas ambiguidades de suas narrativas, *Rosa* se opõe à violência. Por isso, a sua tomada de posição contra os *Power Rangers*. Por isso, as mortes de *Felipe* e *Fernanda*, em *Santana*, exsurtem narrativamente como um “estopim”. A violência está no cerne, o crime não. “Normalmente” ou não, “injustamente” ou não, o crime e a criminalização atravessam a sua vida, a sua família, a casa para onde ela precisou trazer *Gabriel* em razão da premência de sua legitimação na condição de “vítima”. Embora *Rosa* se movimente narrativamente para impedir a criminalização de seu filho e, em consequência, a sua deslegitimação, não é o crime que diferencia *Gabriel* dos acusados pelo seu assassinato. É o “inadmissível histórico”, aquilo que não se deve suportar ou permitir que aconteça novamente, trinta facadas, a dor de uma “mãe”.

A diferenciação entre vítimas e algozes, a tessitura discursiva de ambos, também se funda, portanto, na “violência” como marca narrativa distintiva. Lá, sentado no auditório do Fórum Thomaz de Aquino, assistindo ao júri, eu não conseguia evitar o pensamento de que nós

estávamos ali, como num roteiro previsível e predefinido, presenciando a punição dos puníveis, a criminalização dos criminalizáveis. Agora, porém, após percorrer todo o *corpus* narrativo que me possibilitou escrever os três capítulos da tese, a questão assume uma nova perspectiva. A punição de *Galo* e de *Porco* continua sendo a punição dos puníveis, a criminalização dos criminalizáveis. Entretanto, enquanto as disputas narrativas protagonizadas por *Rosa* se deslocam para os contornos da sessão do tribunal do júri e para a fala pública do Promotor de Justiça, uma série de outros sujeitos a priori puníveis e criminalizáveis são discretamente vocalizados, legitimados na cena pública. É o que ocorre com algumas testemunhas. Apesar do constrangimento provocado pela assunção despudorada da “normalidade” do crime, foram “criminosos” os garantidores das provas testemunhais empregadas pelo Promotor para sustentar a acusação contra *Galo* e *Porco*. Sem as palavras de *Jonildo* e *Flávio*, sem que *Jonildo* houvesse observado os “sorrisos com ar de deboche”, sem que *Flávio* tivesse escutado *Galo* assumir o assassinato, não haveria muito a alegar por parte da acusação.

O assassinato de *Gabriel* não deixou “provas materiais” equiparáveis ao corpo enterrado no quintal da casa de *Paulo*, o vaqueiro, ou à “faca suja de sangue com lâmina amassada, cabo quebrado e com fios de cabelo enrolados” utilizada no homicídio de *Safira*. Tampouco alguém assistiu à execução dos chutes e golpes que causaram o traumatismo craniano. *Rosa* e o Promotor, desse modo, dependiam dos testemunhos de dois detentos para alcançar a punição de outros dois detentos. É assim que, na sustentação oral do Promotor de Justiça, os dois primeiros são investidos de legitimação. *Jonildo* se torna aquele que, com coragem e respeito a *Rosa*, volta atrás em seu depoimento inicial, desafia as ameaças feitas contra ele e decide contar o que sabia. *Flávio*, por sua vez, é tecido narrativamente como alguém que sofreu ao saber da autoria do assassinato de *Gabriel*, de quem gostava. Como dito, de acordo com o trecho do testemunho selecionado e lido pelo Promotor, *Flávio* sentiu raiva, passou duas noites calado, sem falar com ninguém. Os dois, assim, mostravam-se profundamente “humanos”, enquanto *Galo* e *Porco*, insubordinados mesmo durante a sessão do júri, sofrendo reprimendas do Promotor e do Juiz, não passavam de homens “debochados”. “São cínicos, são debochados”. “Perigosos”, portanto.

Embora *Galo* tenha inicialmente, na delegacia de polícia, imputado a autoria do crime a *Porco*, as provas apresentadas contra os dois não são as mais sólidas. “Sorrisos com ar de deboche”; a entrada inexplicada de um dos dois rapazes na casa de *Rosa*, depois do desaparecimento de *Gabriel*, em razão de um aparelho celular; a própria afirmação de *Flávio* de que ouvira *Galo*, no presídio, assumir o assassinato; nada disso consiste em prova que impeça completamente, por exemplo, a aplicação do princípio jurídico do “in dubio pro reo” –

ou seja, o princípio segundo o qual, por conta da presunção da inocência, se existe dúvida deve haver absolvição. A despeito disso, *Galo* e *Porco* foram condenados a dezoito anos de reclusão. Claro, também não é possível saber o que convenceu os jurados, se a estratégia desenvolvida pelo Promotor de Justiça, se a ambivalência dos posicionamentos dos réus, se sua condição “estrutural” de puníveis e criminalizáveis etc. Importa, porém, como dito, que os conflitos narrativos desencadeados acerca do caso promoveram a conversão de pessoas puníveis e criminalizáveis em pessoas admissíveis publicamente, legitimáveis para sua vocalização. *Flávio* e *Jonildo* são essas pessoas, mas o próprio *Gabriel* também.

O acionamento, pelo Promotor de Justiça, da “homofobia” como chave explicativa para o crime, ainda que tenha resguardado as posições pessoais dos jurados sobre a homossexualidade, “independente de aceitarmos ou não a questão de opção sexual, independente de que cada uma de Vossas Excelências tenha seus próprios conceitos”, disputa a inteligibilidade da vítima em um sentido diverso daquele de que se valeu a primeira Delegada a lidar com o caso. *Gabriel* partilhava de relações sociais bastante próximas às de *Galo* e de *Porco*. Em classe, eles se aproximavam. Em racialização e geração, eles se aproximavam. Talvez se aproximassem inclusive em sexualidade – afinal, *Galo* e *Porco* mantinham ou não relações sexuais com *Gabriel*? (*Henrique* mantinha ou não relações sexuais com *Safira*?). Como visto, toda essa proximidade admitiu lastro para a criminalização do *menino* de *Rosa*. Naquela sessão do júri a que eu assistia, no entanto, *Gabriel* se tornava uma vítima inteligível de relações de gênero e de sexualidade tornadas visíveis e reconhecíveis. Um *menino* – ou uma *travesti*, como alguns sujeitos a identificaram – “estruturalmente” punível, criminalizável e morrível passava a ocupar um outro lugar, o de uma vítima inteligível a partir das relações de gênero e de sexualidade que o forjaram vitimável. Do outro lado, em sua contraparte, encontravam-se dois homens que se valeram do inadmissível, de “violência”, “brutalidade”, “homofobia”, o que os diferenciaria narrativamente de *Gabriel*, mas também de *Jonildo* e *Flávio*, preso “injustamente” por “tráfico de drogas”, convenhamos, um “crime normal”.

Há, contudo, ainda que a “violência” funcione como uma marca narrativa distintiva, como percebi acima, o “fato” de que os sujeitos que perpetram essa violência são os mesmos, em termos sociológicos, que preenchem os dados contabilizados e publicizados pelos movimentos sociais acerca das vítimas de violência. Insisto. *Galo* e *Porco* são caricaturalmente os *homens solteiros*, como *Alexandre*, de que fala *Marcela* e que multiplicam os números de mortes, como vítimas ou algozes, do *mata-mata* na Paraíba. Argumentei, no segundo capítulo, que esse *mata-mata* representa uma dimensão perversa das mais recentes expressões da “luta de classes” no Brasil, o assassinato cotidiano e sistemático dos integrantes – homens negros, de

regra – da classe trabalhadora. Essa percepção de que esse assassinato remonta a conflitos de classe, no entanto, não é simples. Na morte de *Alexandre* ou na morte de *Gabriel*, não há um *Velho Arlindo* a acusar. Também não há um policial ou um *jagunço* a denunciar. Mesmo a aparição da figura do “Estado” como um inimigo a combater se faz muito rarefeita. O modelo mais facilmente reconhecível do “conflito”, sendo assim, não está dado. Isto não quer dizer, entretanto, que inexista conflito.

Como notou Luciano Oliveira (2009) em seu trabalho sobre a tortura, a oposição narrativa, típica aos nossos anos 70, “Estado-torturador *versus* sociedade civil-torturada” cede espaço para “uma relação bem mais complexa, talvez impossível de ser definida com um termo menos impreciso do que ambiguidade, pois ela varia da revolta explícita contra o massacre de Vigário Geral ao apoio tácito à chacina do Carandiru” (Idem, p. 37). Em outras palavras, o comprometimento de determinados sujeitos, que segundo aquela oposição seriam enquadráveis como “sociedade-civil”, no manejo da violência – Oliveira fala das torturas, dos linchamentos, das execuções sumárias etc. – complexifica o conflito em questão e impede a dicotomia. Sendo assim, obstaculiza também o acionamento daqueles modelos mais facilmente reconhecíveis, de seus arquétipos. É preciso, então, compreender as relações de poder mais finas, discretas, cujas conexões, ou reciprocidades, permitem a visualização daquilo que Juliana Farias (2015; 2014) chamou de “engrenagem”.

Nas últimas páginas do terceiro capítulo, em diálogo com a tese de Sílvia Aguião (2014), sustentei que as estratégias de reivindicação da violência, pranteamento coletivo e maternagem da ação política concernem ao que Aguião denominou de processos de “fazer-se no Estado”. Os investimentos nas disputas das “narrativas de Estado”, como é o caso da disputa pela possibilidade de o Promotor de Justiça se valer da palavra “homofobia” como chave de inteligibilidade para as causas do crime, constitui os sujeitos que *lutam* e a própria ideia de “Estado”. Agora, todavia, penso ser necessário notar as correspondências entre essa ideia de “Estado” e os sujeitos que, aparentemente aquém ou além do que seria esse “Estado”, movimentam as armas e a violência. Em seu estudo sobre a gestão das populações de favelas no Rio de Janeiro, Juliana Farias (2015; 2014) compreendeu essas correspondências como as mencionadas “engrenagens” a partir de suas reflexões a respeito, por exemplo, da localização do “disparo do fuzil”, realizado por um Policial Militar contra “moradores de favelas”, como produto e produtor das políticas de segurança pública.

Segundo Farias, há um entrelaçamento entre o posicionamento institucional a respeito das mortes dos moradores de favelas e o que um Promotor de Justiça designou, durante o julgamento acerca do caso em que o referido fuzil foi disparado, como a “vontade livre e

consciente de matar” realizada pelo policial executor do disparo. “Não há como (e esse não é um objetivo deste estudo) negar a implicação do policial que efetua o disparo fatal na engrenagem governamental que faz a gestão das mortes – a insistência dessa argumentação é para que não se deixe de enxergar a engrenagem” (2015, p. 81). Para ressaltar essa engrenagem, Farias (2014) articula o ato de execução sumária cometido pelo policial militar com o laudo cadavérico posteriormente elaborado por um agente de polícia civil. O ato e o laudo compõem a “gestão” com que ela se preocupa em sua análise. Pois bem, talvez seja possível, talvez imprescindível, localizar o “rabo de timbu”, o “cipó de boi”, a “bala” e as “trinta facadas” também em meio às tais engrenagens. *Henrique, Galo e Porco* não são policiais e, logo, não se adequam obviamente à noção de “agente de Estado”, como se dá com os policiais militares ou civis, como *Saulo Aguiar*, o ex-administrador da *Fazenda Alfenim*. São, todavia, homens implicados no mercado de drogas ilícitas, nas experiências do crime e da criminalização, relacionam-se, mais ou menos diretamente, mais ou menos mediatamente, com policiais e agentes governamentais, como *Rosa* alertou, e, inexoravelmente, atuam na fabricação da imagem do “Estado”, ainda que por contraste. Sendo aquilo que deve ser “excepcional” para ser combatido, são aquilo que poder ser “normal” e se faz constitutivo das práticas de Estado.

Respeitadas as peculiaridades de cada “caso” tratado nesta tese, esse mesmo movimento analítico é passível de ser arregimentado através das narrativas sobre violência traçadas nestas páginas. Os disparos do policial contra as pernas de *Lua*; os disparos contra *Carla* na Praça do Ponto de Cem Réis – que eu cheguei a escutar enquanto dava aulas na Faculdade de Direito; os disparos contra o pai da filha mais nova de *Marcela*, um homem que por “safadeza” – e não por “necessidade” – envolvia-se com o mercado de drogas ilícitas: todos esses disparos acabam por entrecruzar práticas e disputas de Estado e por serem tecidos nos interstícios das reciprocidades constitutivas das relações sociais. Mais do que isso. Todos eles passaram a consubstanciar narrativas sobre violência e, conseqüentemente, a compor a inadmissibilidade mobilizada para a produção de políticas, por exemplo. Claro, nem todas as dimensões desses disparos e das correlatas engrenagens são compreensíveis ou discerníveis. De certo, essas engrenagens também existem em casos como o do “estupro coletivo” de *Rosário* e o do desaparecimento de *Emília* – um “pedido de desculpas” sintomatiza momentos cruciais das tais engrenagens, acredito – mas, como dito, a densidade das malhas do terror joga com a incompreensibilidade e sombreia determinadas peças, iluminando outras.

Enfim, o embate com os sujeitos acusados da execução da violência produz bem mais do que a punição dos puníveis e a criminalização dos criminalizáveis. Ele não só possibilita a legitimação de outros sujeitos a priori criminalizáveis como expõe as contradições das práticas

de Estado e as relações de poder – os conflitos de classe, de gênero, de sexualidade etc. – em que essas contradições se expandem. O embate “faz Estado”, faz os sujeitos. Mas nesse processo não há apenas reprodução ou reafirmação de estruturas. Há disputa de hegemonia. Há história. Minha percepção desses movimentos, contudo, resulta tanto da pesquisa que culminou neste texto, quanto de minha própria implicação nessas disputas. Esta é uma tese de um militante. De forma que minhas preocupações analíticas são, necessariamente, preocupações políticas de efeitos práticos, relacionadas à incidência em conflitos como os que abordei aqui. Essa busca por convergência entre a análise e a *luta* me trouxe, por sua vez, duas séries de cuidados. A primeira delas estava na tentativa de evitar “pragmatismos” ou “panfletarismos”. O trabalho intelectual não pode se confundir com uma mera “ferramenta” ou um “instrumento” qualquer para atingir determinados “objetivos táticos”. Pelo contrário, o trabalho de análise consiste num instante crucial da *luta*. É parte dela.

A segunda série de cuidados remete a algo que Júlio Assis Simões e Sérgio Carrara (2014) argumentaram recentemente sobre a participação da antropologia no processo de “cidadanização” das “sexualidades e expressões de gênero não normativas”. Essa participação, se auxiliou na conquista de direitos, de algumas formas colaborou com a “normatização”. Empenhei-me, assim, também por isso, na valorização dos sujeitos, de suas experiências e conflitos. Se esses sujeitos se movimentam com suas contradições e ambivalências narrativas, como eu mesmo me movimento no texto (e na *luta*), são capazes de desfazer normas inclusive diante de sua atualização. Foi o que mais profundamente aprendi nos últimos cinco anos. Por isso, espero ter levado a cabo esses cuidados. Se não o consegui absolutamente, e não devo ter conseguido, se vacilei em algum momento, e devo ter vacilado, errei menos por fidelidade a referenciais teóricos rígidos e mais pela vocação – o que não deixa de ser uma esperança – em olhar para como as pessoas conjugam verbos até mesmo nos momentos extremos em que, como disse *Rosa*, as fronteiras se desfazem. “Agora é sem fronteiras. Depois da morte de *Gabriel*, é sem fronteiras”.

Referências Bibliográficas

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 01, n. 01, 1988, pp. 58 – 89.
- AGUIÃO, Sílvia. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed., 10ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta*: a experiência das mães de Acari. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2007.
- BARBOSA, Bruno César. *Imaginando trans*: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. Tese de doutorado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- _____. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, nº. 14. Rio de Janeiro: 2013, pp. 352 – 379.
- _____. *Nomes e Diferenças*: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2010.
- BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- BEZERRA, Douglas Pinheiro. *Generais do latifúndio*: a memória das Ligas Camponesas entre a violência e o direito. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito, CCJ/UFPB, 2013.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado*: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BIRMAN, Patrícia. Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do Mural da Dor. In: LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *Um mural para a dor*: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BLANCHETTE, Thadeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, n. 37. Brasília: 2011, pp. 79 – 105.

- _____. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e descolamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, v. 25. Campinas: 2005, pp. 249 – 280.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26. Campinas: 2006, pp. 329 – 376.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation. *Bresil(s)*, v. 7: 2015, pp. 07 – 18.
- BRUNO, Regina Âbruncarneirongela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, n. 10. Porto Alegre: 2003, pp. 284 – 310.
- BUTLER, Judith. *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós, 2010a.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- _____. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. 1ª Ed., 1ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- _____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, v. 21. Campinas: 2003, pp. 219 – 260.
- _____. *Cuerpos que importam: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. De Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3ª Ed. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2011.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 47. Campinas: 2016.
- _____. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 02. Rio de Janeiro: 2015, pp. 323 – 345.
- _____. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In. GROSSI, Miriam Pillar (et al.) (org.). *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- _____. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.
- CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 28. Campinas, 2007, pp. 65 – 100.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no Município do Rio de Janeiro. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, v. 16 (2). Rio de Janeiro: 2006, pp. 233 – 249.
- _____. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14. Rio de Janeiro: 2013, pp. 319-351.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. *Cad. Pesq.* n° 37. São Paulo: 1981, pp. 5 – 16.
- _____. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudo sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkley: University of California Press, 2007.
- _____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In: *Cadernos Pagu*, v. 37. Campinas: 2011, pp. 09 – 41.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. Gênero e envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados. *Estudos Feministas*, v. 2, n° 3. Rio de Janeiro: 1994, pp. 33 – 51.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66. São Paulo: 2008, pp. 165 – 211.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Anpocs, 1995.

- _____. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DORZIAT, Luana. *O preço da produtividade: direito e violência nas trincheiras de um conflito territorial*. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito, CCJ/UFPB, 2013.
- DUQUE, Thiago. Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. *Revista Estudos Feministas*, n. 20, v. 02. Florianópolis: 2012, pp. 489 – 500.
- EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, n. 46. Campinas: 2016, pp. 311 – 340.
- _____. Lâminas de corte: sobre três estratégias para o encontro com o “humano”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 60. São Paulo: 2015, pp. 152 – 170.
- _____. “Bala”: experiência, classe e criminalização. *Revista Direito e Práxis*, v. 05, n. 09. Rio de Janeiro: 2014, pp. 501 – 537.
- _____. Os ciúmes do Direito: o desejo pelas uniões homoafetivas e a repulsa a Amor Divino e Paixão Luz. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, nº. 16. Rio de Janeiro: 2014, pp. 10 – 30.
- _____. Os despudores de Anne McClintock. *Cadernos Pagu*, n. 40. Campinas: 2013, pp. 377 – 388.
- EFREM FILHO, Roberto; BEZERRA, Douglas Pinheiro. Brutais sutilezas, sutis brutalidades: violência e criminalização contra trabalhadores sem terra. *Revista Direito e Práxis*, v. 04, n. 07. Rio de Janeiro: 2014, pp. 218 – 241.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira: o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 01: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 287 – 305.
- FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. *Revista Advir*, n. 28, Rio de Janeiro: 2012, pp. 06 – 20.
- _____. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 309 – 341.
- _____. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2008.

- _____. *Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FARIAS, Juliana. Fuzil, caneta e carimbo: notas sobre burocracia e tecnologias de governo. *Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito*, v. 17, n. 03. Niterói: 2015, pp. 75 – 91.
- _____. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2014.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. São Paulo, 2015: sobre a guerra. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 16 jun. 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/16/sao-paulo-2015-sobre-a-guerra/>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- _____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72. Salvador: 2014, pp. 495 – 512.
- _____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, n. 02. São Paulo: 2012, pp. 232 – 255.
- _____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP; CEM; CEBRAP, 2011
- _____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, n. 79. Rio de Janeiro: 2010, pp. 201 – 233.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FIGURELLI, M. Fernanda. *Família, escravidão, luta: histórias contadas de uma antiga fazenda*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 2011.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*, n. 1, ano 4, Florianópolis: 1996, pp. 07 – 33.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed., 20ª tiragem. São Paulo: Graal, 2010.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- FRANÇA, Isadora Lins. Vivendo em liberdade? Homossexualidade, diferenças e desigualdades entre brasileiros na Espanha. *Travessia*, v. 28. São Paulo: 2016, pp. 13 – 28.
- _____. “Frango com frango é coisa de paulista”: erotismo, deslocamento e homossexualidade entre Recife e São Paulo. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 14, Rio de Janeiro: 2013, pp. 13 – 39.
- _____. Espaço, lugar e sentidos: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 04. Ponta Grossa: 2013, pp. 148 – 163.
- _____. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de doutorado em Sociologia, FFLCH / USP, 2015.
- _____. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação de mestrado em Sociologia, FFLCH / USP, 2010.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- _____. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42. Campinas: 2014, pp. 47 – 74.
- _____. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. *Revista de Antropologia da USP*, v. 51 (2). São Paulo: 2008, pp. 575 – 606.
- _____. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993a.
- _____. As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, nº 01. Florianópolis: 1993b, pp. 143 – 149.

- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22. Campinas: 2004, pp. 201-246.
- HEILBORN, Maria Luíza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto ingualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado em Sociologia, FFLCH, USP, 2010.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. São Paulo: 2014, pp. 61 – 73.
- JULIÃO, Francisco. *O que são Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KARAM, Maria Lúcia. Violência de gênero: o paradoxal entusiasmo pelo rigor penal. *Boletim IBCCRIM*, ano 15, n. 177. Rio de Janeiro: 2007, pp. 09 – 11.
- _____. A esquerda punitiva. In: *Revista Discursos Sediciosos – Crime, direito e sociedade*, ano 01, n. 01. Rio de Janeiro: IBCCRIM / Relume Dumará, 1996.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 86. São Paulo: 2010, pp. 93 – 103.
- LACERDA, Paula Mendes. O sofrer, o narrar e o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, v. 20. Porto Alegre: 2014, pp. 45 – 76.
- _____. *O “caso dos meninos emasculados de Altamira”*: polícia, justiça e movimento social. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ, 2012.
- LAGO, Natália Bouças do. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, FFLCH / USP, 2014.
- LEITE, Márcia Pereira. Dor, sofrimento e luta: fazendo religião e política em contexto de violência. *Ciências Sociais e Religião*, n. 19. Porto Alegre: 2013, pp. 31 – 47.
- _____. As mães em movimento. In: LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

- LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Editora da UEL; João Pessoa: Editora da UFPB, 1996.
- LOERA, Nashieli Rangel. Ocupaciones de tierra, acampamentos, secretos y conocimientos: la reproducción social de una movilización en el extremo sur de Bahía. *Cuadernos de Antropología Social*, v. 43. Buenos Aires: 2016, pp. 179 – 199.
- _____. Campamentos sin tierra, barracos y personas: un lenguaje contemporáneo de demanda social colectiva. *Jornada del campo*, v. 99, 2015, pp. 01 – 26.
- LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. *Cadernos Pagu*, n. 45. Campinas: 2015, pp. 225 – 258.
- _____. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ, 2012.
- LÚCIO, Thiago Fernandes. *Ambivalências entre trabalho e criminalização: uma análise a partir da experiência da ocupação Alvorecer*. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito, CCJ/UFPB, 2014.
- MACHADO, Carly Barboza. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, n. 42. Porto Alegre: 2014, pp. 153 – 180.
- MACKINNON, Catharine. Not a moral issue. In: CORNELL, Drucilla (Ed.). *Feminism and pornography: Oxford readings in feminism*. Oxford: Oxford University Press, 2000. pp. 169 – 197;
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990.
- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio – seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, FFLCH / USP, 2009.
- MARQUES, Roberto. Quem “se garante” no forró eletrônico? – produzindo diferenças em contextos de fronteira e ebulição social. *Cadernos Pagu*, n. 43. Campinas: 2014, pp. 347 – 383.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. 1ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Boitempo, 2006.

- _____. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, n. 8 (2). São Paulo: 1996, pp. 11 – 26.
- MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, ano 6, n. 12. Niterói: 2004, pp. 07 – 23.
- _____. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- _____. Maid to order: commercial S/M and gender power. In: GIBSON, Pamela Church; GIBSON, Roma (Ed.). *Dirty looks: women, pornography, Power*. London: British Film Institute, 1993, pp. 87 – 116.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, v. 01. Rio de Janeiro: 1996, pp. 126 – 141.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, n. 16 (03). Florianópolis: 2008, pp. 809 – 840.
- MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales*. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, n. 79. São Paulo: 2010, pp. 15 – 38.
- MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*. Tese de doutorado em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2008.
- MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas (1954 – 1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivam. *Capítulos de geografia agrária na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

- MORT, Frank. *Cultures of consumptions: masculinities and social space in late twentieth-century Britain*. Londres: Routledge, 1996.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42. Campinas: 2014, pp. 201 – 248.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- _____. Prostituição feminina e direitos sexuais... Diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 11, Rio de Janeiro: 2012, pp. 88 – 121.
- OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. 2^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese de doutorado em Antropologia Social, IFCH / Unicamp, 2015.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 01, n. 07, 1989, pp. 41 – 55.
- _____. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, v. 02, nº 02. Rio de Janeiro: 1977, pp. 103 – 114.
- PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *Batalha de Confete no “Mar de Xarayés”*: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, 2015.
- _____. Velhice, homossexualidades e memória: notas de campo no pantanal sul-matogrossense. In: PASSAMANI, Guilherme R. (Org.). *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos de vida e gerações*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, v. 25. Campinas: 2005, pp. 217 – 248.
- PERES, Andréa Carolina Schwartz. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. *Cadernos Pagu*, v. 37, Campinas: 2011, pp. 117 – 162.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PERILO, Marcelo de Paula Pereira. *Sob o impacto da visibilidade: juventude, (homo)sexualidade e mudança social*. Relatório de qualificação do curso de doutorado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013

- _____. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 36. Buenos Aires: 2012, pp. 11 – 31.
- _____. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, v. 31. Campinas: 2008a, pp. 29 – 63.
- _____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, nº 2. Goiânia: 2008b, pp. 263 – 274.
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 02. São Paulo: 2015, pp. 35 – 39.
- PUCCINELLI, Bruno. Pão com ovo e Chilli Pepper: poder, sexualidade, usos de espaço e centralidades em São Paulo. Relatório de qualificação do curso de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. *Disputas territoriais e Justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano*. Dissertação de mestrado em Geografia, UFS, 2012.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter. M; SCHNEIDER, Beth. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998, pp. 100 – 133.
- _____. The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex. In: RAITER, R. (Ed.). *Toward anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press, 1975.
- RUGGIERO, V. *Crime and markets: essays in anti-criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. Sécurité et criminalité économique. In: KOKOREFF, M. et al. (Orgs.). *Economies criminelles et mondes urbains*. Paris: PUF, 2007, pp. 121 – 135.
- RUGGIERO, V.; SOUTH, N. The late-modern city as a bazar. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 01. London: 1997, pp. 54 – 70.
- RUI, Taniele Cristina. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTIAGO, Valdeck. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. História e natureza das Ligas Camponesas (1954 – 1964). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*, v. 13 (2). Florianópolis: 2005, pp. 265 – 285.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- SIMÕES, Júlio Assis. O Brasil é um paraíso sexual – para quem? *Cadernos Pagu*, n. 47. Campinas: 2016.
- _____. Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, v. 42. Campinas: 2014, pp. 75 – 98.
- SINHORETTO, Jacqueline. *Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA, Bruna Mantese de. *Mulheres de fibra: narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. História e natureza das Ligas Camponesas (1954 – 1964). São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- TARGINO, Ivam; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. *Ruris*, v. 05, n. 01. Campinas: 2011, pp. 83 – 117.
- TAUSSIG, Michael T. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. Trad. Priscila Santos da Costa. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- _____. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TELLES, Vera da Silva. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serviço Social & Sociedade*, n. 115. São Paulo: 2013, pp. 443 – 461.
- _____. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 02. São Paulo: 2010, pp. 39 – 59.

- _____. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61. São Paulo: 2007, pp. 173 – 191.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Trad. Denise Bottman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VANCE, Carole. Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In: _____. (ed.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. London, Pandora Press, 1992 [1984], pp. 01 – 27.
- VIANNA, Adriana. Violência, Estado e gênero: entre corpos e corpos entrecruzados. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de.; GARCIA-ACOSTA, Virgia (Orgs.). *Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília: ABA, 2014, pp. 209 – 237.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, v. 37. Campinas: 2011, pp. 79 – 116.
- VILLELA, Jorge Mattar. Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. *Lua Nova*, n. 79. São Paulo: 2010, pp. 163 – 199.
- WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7ª ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castanheira 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do Movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.